Coleção: Linguagem/Crítica

Direção: Charlotte Galves
Eni Pulcinelli Orlandi

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Benveniste, Émile, 1902-1976.
B413p Problemas de lingüística geral II / Émile Benveniste ; tradução Eduardo Guimarães ... |et al.| ; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. — Campinas, SP : Pontes, 1989.

(Linguagem/crítica)

Bibliografia.
ISBN 85-7113-018-3
1. Lingüística I. Título. II. Série.

88-2426 CDD-410

Índices para catálogo sistemático:
1. Lingüística 410

ÉMILE BENVENISTE

PROBLEMAS DE LINGÜÍSTICA GERAL II

Tradução:

Parte I — *Eduardo Guimarães*
Parte II — *Marco Antônio Escobar*
Parte III — *Rosa Attié Figueira*
Parte IV — *Vandersi Sant'Ana Castro*
Parte V — *João Wanderlei Geraldi*
Parte VI — *Ingedore G. Villaça Koch*

Revisão Técnica da Tradução:
Eduardo Guimarães

1989

Título Original: Problèmes de Linguistique Générale II
Direitos adquiridos para a língua portuguesa
pela PONTES EDITORES
Capa: Vlad Camargo
Coordenação Editorial: Ernesto Guimarães
Revisão: Adagoberto Ferreira Baptista
Ernesto Guimarães
Lilian Bedendi

PONTES EDITORES
R. Dr. Quirino, 1230
Telefone: (0192) 2-0943
13.015 — Campinas — SP

1989
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Prefácio 7

Primeira parte — Transformações da lingüística

Capítulo 1. Estruturalismo e lingüística 11
Capítulo 2. Esta linguagem que faz a história 29

Segunda parte — A comunicação

Capítulo 3. Semiologia da língua 43
Capítulo 4. A linguagem e a experiência humana 68
Capítulo 5. O aparelho formal da enunciação 81

Terceira parte — Estruturas e análises

Capítulo 6. Estrutura da língua e estrutura da sociedade 93
Capítulo 7. Convergências tipológicas 105
Capítulo 8. Mecanismos de transposição 115
Capítulo 9. As transformações das categorias lingüísticas 129
Capítulo 10. Para uma semântica da preposição alemã *vor* 140

Quarta parte — Funções sintáticas

Capítulo 11. Fundamentos sintáticos da composição nominal 147
Capítulo 12. Formas novas da composição nominal 165
Capítulo 13. Estrutura das relações de auxiliaridade 181

Quinta parte — O homem na língua

Capítulo 14. O antônimo e o pronome em francês moderno 201
Capítulo 15. A forma e o sentido na linguagem 220

Sexta parte — Léxico e cultura

Capítulo 16. Difusão de um termo de cultura: o latim *orarium* 245
Capítulo 17. Gênese do termo "scientifique" 252
Capítulo 18. A blasfemia e a eufemia 259
Capítulo 19. Como se formou uma diferenciação lexical em francês ... 263
Capítulo 20. Dois modelos lingüísticos da cidade 278
Índice remissivo 289

PREFÁCIO

Para seus Problemas de Lingüística Geral, *Émile Benveniste havia feito uma escolha de vinte e oito artigos, entre seus textos publicados de 1939 a 1964, classificados em seis partes:*

I. Transformações da lingüística. II. A comunicação. III. Estruturas e análises. IV. Funções sintáticas. V. O homem na língua. VI. Léxico e cultura.

Ora, depois de 1964 ele publicou numerosos estudos importantes em diferentes coletâneas e periódicos, de acesso muitas vezes difícil.

O grande interesse despertado pelos Problemas de Lingüística Geral, *traduzido muito cedo para o Inglês, Italiano e Espanhol, suscitou da parte de um grande número de amigos e alunos o desejo de que esta empreitada tivesse continuidade e que aparecesse um novo volume. Quando expressamos, com M. Lejeune, este desejo a Émile Benveniste, ele de boa vontade concordou conosco e nos autorizou a fazer uma escolha entre seus artigos recentes (de 1965 a 1972). Deste modo é que pudemos reunir aqui vinte estudos (dos quais os dois primeiros se apresentam na forma de entrevista). Eles foram escolhidos e classificados em seis grandes partes, as mesmas do primeiro volume, sob a cuidadosa supervisão do próprio Émile Benveniste.*

M. DJ. Moïnfar

I

TRANSFORMAÇÕES DA LINGÜÍSTICA

Tradução: Eduardo Guimarães

CAPÍTULO 1

estruturalismo e lingüística *

Pierre Daix — *O senhor viveu, no decorrer destes trinta e mesmo quarenta últimos anos, a transformação da lingüística, mas também sua ascensão a uma espécie de posição central nas ciências humanas, de "ciência piloto" como se diz. Eu gostaria de lhe perguntar o que lhe parece caracterizar esta evolução, esta transformação, do ponto de vista da lingüística. Mas, talvez, se o senhor quiser, primeiramente, para situar melhor as coisas, gostaria de lhe fazer uma pergunta pessoal, correspondendo a uma pergunta que se fez em outro momento a Jakobson em minha revista. O que levou o senhor à lingüística?*

Émile Benveniste — Tive a oportunidade de entrar na carreira científica muito jovem e em grande parte sob a influência de um homem que foi um grande lingüista, que contribuiu fortemente para formar os lingüistas e a modelar a lingüística durante, pode-se dizer, os vinte ou trinta primeiros anos deste século, era meu mestre Antoine Meillet. Foi pelo fato de tê-lo encontrado muito jovem, quando de meus estudos na Sorbonne, e por eu ter, sem dúvida, muito mais gosto pela pesquisa que pela rotina do ensino, que este encontro foi decisivo para mim. Ele ensinava estritamente a gramática comparada. É necessário aqui voltar um pouco antes, porque, através dele, foram os ensinamentos de Ferdinand de Saussure em Paris que foram em parte transmitidos aos discípulos de Meillet. Isto tem uma grande importância para qualquer um que fizesse de

* Uma entrevista de Pierre Daix com Émile Benveniste. *Les Lettres françaises*, n.º 1242 (24-30 de julho de 1968), p. 10-13.

algum modo a biografia intelectual da lingüística francesa, ainda que o Saussure que ensinou durante dez anos na École des Hautes Études não tenha sido o Saussure cujo nome ecoa hoje por toda parte.

P.D. — *É num certo sentido o comparatista.*

E.B. — Era estritamente o comparatista, extremamente jovem e precoce, que fora, com apenas 21 para 22 anos, descoberto, adotado por um homem que tinha o sentido dos homens: Michel Bréal. Remontamos assim ao verdadeiro nascimento da lingüística na França. Bréal adivinhou o que poderia ser um Saussure, o que ele já era. Ele se afirmara por um verdadeiro lance de gênio em gramática comparada e renovara a reconstrução das formas do Indo-europeu.

P.D. — *Isto se deu em que época?*

E.B. — Isto se deu exatamente em 1878. Saussure foi nomeado com 24 anos para a École des Hautes Études e lecionou de 81 a 91. Depois de Paris voltou com 34 anos para Genebra, um pouco constrangido, abandonando uma carreira que se abria brilhante à sua frente em Paris, e que Bréal certamente ajudaria a desenvolver ainda. Ele formou durante este tempo vários homens eminentes, de uma mesma geração, em particular os dois principais: Antoine Meillet e Maurice Grammont. Ele os formou na disciplina comparativa, ou seja, na análise e na comparação de um certo número de línguas provenientes de um mesmo tronco, e na reconstrução sistemática dos estados antigos, que a comparação das línguas históricas permite alcançar. Eis ao mesmo tempo a disciplina e eis, pode-se dizer, o horizonte no qual a lingüística se desenvolveu como ciência histórica, como ciência comparativa e como ciência que visa à reconstrução de estados pré-históricos. E todos os passos da gramática comparada eram por natureza rigorosos e se esforçavam sempre por um maior rigor. É isto que pessoalmente me seduziu. Era o caráter das leis que a lingüística estava já em condições de formular e ao mesmo tempo o horizonte que ela abria sobre a extensão possível deste método a outras famílias de línguas. E, efetivamente, pode-se dizer que a gramática comparada, tal como Saussure modelou em particular, tal como Meillet desenvolveu em seguida, foi o modelo das tentativas paralelas que se fazem ainda hoje em outras famílias de línguas. Quando se pensa hoje sobre as línguas da Oceania e que se tenta constituir sua genealogia ou quando se empreende o mesmo trabalho com o imenso domínio ameríndio, é sempre mais ou menos o modelo indo-europeu que guia os passos, que permite organizá-las.

P.D. — *Quer dizer que a lingüística comparativa continua a desenvolver-se ainda hoje.*

E.B. — Muito largamente, ela tem tido grandes avanços, enfim voltaremos a isto. Não há dúvida que todas as lingüísticas especializadas estão condenadas a passar por esta fase. Atualmente trabalha-se mais ativamente na França e na América para constituir estas famílias de línguas, para coordená-las e para procurar ver como é possível representar-se o desenvolvimento lingüístico dos diferentes continentes. Há esforços consideráveis que são feitos no domínio africano: várias escolas se aplicam a isto. Assim não se trata, neste caso, de modo nenhum, de um método datado, ou que pertença a uma época passada, de forma nenhuma. Creio que, ao contrário, a lingüística comparativa vai renascer totalmente transformada e de fato ela se transforma. Evidentemente, esta que nós praticamos hoje não se parece de forma nenhuma com a mesma disciplina com a fisionomia que ela tinha há trinta ou cinqüenta anos.

Eis, então, como se definia o essencial do trabalho lingüístico na época. Havia também uma lingüística geral, mas ela transpunha em traços gerais as características extraídas pelos métodos comparativos. Os dados lingüísticos eram os que se recolhiam nos textos. Ora, como estes textos são, na maior parte, considero o domínio indo-europeu, textos muito antigos, textos homéricos, textos védicos — e hoje, vocês sabem a nova dimensão que se acrescenta com os textos micenianos que recuam no mínimo de meio milênio a proto-história do Grego — seria necessário interpretá-los na sua realidade de textos antigos, em relação a uma cultura que não conhecemos mais. O que faz com que o aspecto filológico-histórico tivesse um lugar considerável neste estudo. Havia espécies de suposições prévias antes de se abordar diretamente os fatos; suposições que evidentemente não imobilizam aquele que estuda já de início o francês, o inglês, as línguas vivas. Eu não diria que havia então um prejulgamento contra as línguas vivas, de forma nenhuma.

Simplesmente se concebia sempre a língua viva como o resultado de uma evolução histórica. Por certo, havia antes de nós um homem que tinha muito prestígio, cujo prestígio está empalidecido hoje, é Gilliéron, com a escola de dialetologia francesa. Gilliéron e seus alunos pensavam justamente que a reconstituição histórica não atinge a realidade complexa da língua viva e que era necessário antes de tudo registrar a riqueza dos falares, colecioná-los a partir de questionários e relacioná-los em mapas.

P.D. — *Os dados falados.*

E.B. — Os dados falados, orais e relacionados em mapas; é o que se chamava a geografia lingüística. Eis de alguma forma os dois pólos da lingüística nos primeiros anos deste século. Quanto a Saussure, não se lia quase nada dele. Ele tinha voltado para Genebra. Ele se tinha quase imediatamente fechado no silêncio. Vocês conhecem, não é mesmo, esta história. É um homem que agiu sobretudo depois de sua morte. O que ele ensinou de noções gerais e que foi passado no *Curso de Lingüística Geral* publicado por seus discípulos, ele o ensinou, é necessário sabê-lo, a contragosto. Não é preciso acreditar que Saussure foi um homem maltratado, impedido de se expressar, de forma nenhuma. A história das idéias de Saussure não foi ainda bem traçada. Haverá muitos documentos para utilizar, em particular cartas que mostram em que estado de espírito ele trabalhava. Saussure recusava quase tudo o que se fazia no seu tempo. Ele achava que as noções correntes não tinham base, que tudo repousava sobre pressupostos não verificados, e sobretudo que o lingüista não sabia o que fazia. Todo o esforço de Saussure — e para responder a pergunta que o senhor me fez isto é de uma importância capital, está aí, pode-se dizer, a virada da lingüística — é a exigência que ele pôs de ensinar ao lingüista o que ele faz. De lhe abrir os olhos a propósito do procedimento intelectual que ele realiza e a propósito das operações que pratica quando, de uma maneira um tanto instintiva, ele raciocina sobre as línguas ou as compara, ou as analisa. Qual é pois a realidade lingüística? Tudo começou a partir disto, e é aí que Saussure colocou as definições, que hoje se tornaram clássicas, sobre a natureza do signo lingüístico, sobre os diferentes eixos segundo os quais é necessário estudar a língua, a maneira pela qual a língua se nos apresenta, etc. Muito

bem! Tudo isto elaborou-se em Saussure de uma maneira dolorosa e sem que nada tenha passado diretamente no seu ensino, salvo durante três anos perto do fim de sua vida, ou seja, nos anos de 1907 a 1911, durante os quais ele foi obrigado, em substituição a um colega que pedira aposentadoria, a dar um curso de introdução geral a seus alunos. É o curso que Bally e Sechehaye publicaram e sobre o qual se edificou, diretamente ou não, toda a lingüística moderna. Alguma coisa de tudo isso, alguns dos princípios deviam já, penso, transparecer nas aulas que Saussure dava quando jovem em Paris: aulas de gramática comparada, sobre o grego, o latim, sobre o germânico em particular, porque ele se ocupou muito das línguas germânicas. E Saussure evidentemente desde esta época sofria esta obsessão à qual se entregou em silêncio durante anos, esta pergunta sobre o valor da língua, e sobre o que distingue a língua de qualquer outro objeto de ciência. De modo que as idéias de Saussure foram mais facilmente compreendidas na França, ainda que elas tenham levado muito tempo para se impor aí quanto em outros lugares. Assim, através da gramática comparada, era, malgrado todo o resto, esta inspiração de lingüística geral que passou no ensino de Meillet. Desde este momento, viu-se toda esta paisagem se modificar à medida que pouco a pouco estas noções saussureanas tomavam pé ou que elas fossem redescobertas por outros, ou que, sob diversas influências, notadamente na América, se produziam certas convergências. Homens como Bloomfield por seu lado, isto é pouco conhecido, descobriram Saussure, ainda que em geral se considere a lingüística americana, e especialmente a corrente bloomfieldiana, como originada de uma reflexão independente. Há provas de que Bloomfield conhecia as idéias de Saussure e que ele tinha consciência de sua importância.

P.D. — *Isto nos leva para os anos 40, Bloomfield?*

E.B. — Há uma resenha de Saussure por Bloomfield que data de 1924. Muito diferente foi a formação de Sapir, lingüista e antropólogo americano.

Entretanto, Sapir também reconheceu certas noções essenciais como a distinção entre os fonemas e os sons, algo que corresponde razoavelmente à distinção saussureana entre a língua e a fala. O senhor vê, correntes independentes finalmente convergiram e pro-

duziram esta eclosão de uma lingüística teórica muito exigente, procurando formular-se como ciência e progredindo sempre nesta área científica. Ou seja, procurando dar-se um corpo de definições, enunciar-se em estrutura orgânica. Isto produziu orientações muito diferentes. Houve de um lado o estruturalismo, que veio daí diretamente. Para um lingüista que está habituado a praticar o trabalho lingüístico e que teve muito cedo, este é o meu caso, preocupações estruturalistas, é um espetáculo surpreendente a voga desta doutrina, mal compreendida, descoberta tardiamente e em um momento em que o estruturalismo em lingüística era já para alguns algo de ultrapassado. Em minha obra tracei brevemente a história, de algum modo, lexical deste termo. Neste ano de 1968, a noção de estruturalismo lingüístico tem exatamente quarenta anos. É muito para uma doutrina em uma ciência que vai muito depressa. Hoje um esforço como o de Chomsky é dirigido contra o estruturalismo. Seu modo de abordar os fatos lingüísticos é exatamente inverso.

P.D. — *Quer dizer que o senhor identifica o estruturalismo em lingüística ao período em que houve a preocupação em esclarecer as estruturas lingüísticas propriamente ditas?*

E.B. — Tratava-se, antes de tudo, de mostrar nos elementos materiais da língua e, numa certa medida, acima, nos elementos significantes, duas coisas, os dois dados fundamentais em toda consideração estrutural da língua. Primeiro, as peças do jogo e em seguida as relações entre estas peças. Mas não é de forma nenhuma fácil, mesmo para começar, identificar as peças do jogo. Tomemos os elementos não significantes da língua, os sons. Quais são os sons de uma língua dada? Não da linguagem em geral, a questão não se pode colocar, mas de uma língua dada; quer dizer, quais são os sons que têm um valor distintivo; que servem para manifestar as diferenças de sentido? E quais são os sons que, ainda que existindo materialmente na língua, não contam como distintivos mas somente como variantes ou aproximações de sons fundamentais? Constata-se que os sons fundamentais são sempre em número reduzido, eles nunca são menos de 20, e nunca mais de 60 ou pouco mais. Estas variações não são muito grandes e por quê? Em todo caso, quando se estuda uma língua, é necessário conseguir determinar quais são os sons distintivos. Assim, que em francês se pronuncie *pauvre* ou *povre*, isto não tem nenhuma importância; é simplesmente uma questão de origem local, não é, mas que não cria diferença de sentido. Mas há línguas em que esta diferença, ou qualquer coisa comparável a esta entre *pauvre* e *povre*, daria duas palavras totalmente diferentes. E isto é a prova de que neste caso a distinção *ô* e *ó* em francês não conta, enquanto que em outras línguas ela seria distintiva.

P.D. — *E no entanto se, em francês, o senhor diz* pôle *e* Paul, *neste caso ela conta?*

E.B. — Claro, como entre *saute* e *sotte* e conseqüentemente é uma distinção a ser reconhecida como fonológica, mas em condições que devem ser determinadas. Temos *pô* em francês, quer se trate de "peau" [pele], de um "pot" [pote], pouco importa, mas não existe *pó* com um *o* aberto, simplesmente porque as condições de articulação do francês exigem que o *o* final de um monossílabo seja fechado e não aberto, enquanto que *marchai* e *marchais* têm dois fonemas diferentes porque distinguem dois tempos do verbo. O senhor vê que é complexo. De aproximação em aproximação, é toda a língua que é necessário estudar bem atentamente para distinguir o que é fonema e o que é variante. Eis o nível não significante, no sentido em que se trata simplesmente de sons. Há um nível superior em que se aborda o mesmo problema sob aspectos muito mais difíceis, quando os elementos são os significantes ou porções de significantes e assim sucessivamente. Conseqüentemente, eis a primeira consideração: reconhecer os termos constitutivos do jogo.

A segunda consideração essencial para a análise estrutural é precisamente ver qual é a relação entre estes elementos constitutivos. Estas relações podem ser extremamente variadas, mas elas se deixam reduzir a um certo número de condições de base. Por exemplo, não é possível que tal ou tal som coexistam. Não é possível que tal ou tal sejam silábicos. Há línguas como o serbo-croata em que *r* por si só, como em *krk*, forma uma sílaba. Em francês isto não é possível, é necessário que haja uma vogal. Eis as leis de estrutura, e cada língua tem uma multidão delas. Não se termina nunca de descobri-las. É toda uma aparelhagem extremamente complexa, que se extrai da língua estudada como um objeto, exatamente como o

físico analisa a estrutura do átomo. Tais são, a grosso modo, muito sumariamente, os princípios da consideração estrutural.

Quando eles são estendidos a noções sociais, isto toma um aspecto muito mais maciço. Em lugar de *a* e *é*, fala-se de homens e de mulheres, ou de reis e de criados. Imediatamente os dados tomam uma amplitude, e ao mesmo tempo uma acessibilidade que os fatos lingüísticos considerados neles mesmos, no seu nível, não permitem. É isto que, talvez, explique que estas noções tenham-se degradado a partir do momento em que a qualificação estrutural foi aplicada a outras realidades diferentes das em que ela teve nascimento. Ao nível da reflexão séria, no entanto, o procedimento é o mesmo, seja em mitologia ou em matemáticas. Um epistemólogo poderia mostrar que a mesma consideração foi aplicada em lógica, em matemáticas. Realmente, há uma espécie de estruturação da matemática, para substituir o trabalho mais ou menos intuitivo que os primeiros matemáticos consideravam como o único possível. Tudo isto representa a grosso modo o mesmo movimento de pensamento e a mesma maneira de objetivar a realidade. Eis o que é importante.

P.D. — *Há pouco, o senhor dizia que Chomsky rompeu com esta corrente de pesquisa.*

E.B. — Exato, ele considera a língua como produção, e isto é algo bem diferente. Um estruturalista tem primeiro necessidade de constituir um corpus. Mesmo quando se trata da língua que o senhor e eu falamos, é preciso primeiro gravá-la, transcrevê-la. Decidimos que ela é representada por tal ou tal livro, por 200 páginas de texto que serão convertidos em material, classificadas, analisadas, etc. É preciso partir dos dados. Enquanto que em Chomsky é exatamente o contrário, ele parte da fala como produto. Ora, como se produz a língua? Não se reproduz nada. Tem-se aparentemente um certo número de modelos. Ora, todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção. Com muito mais razão, quando se trata de frases, não são mais os elementos constitutivos que contam, é a organização do conjunto completo, o

arranjo original, então, cujo modelo não pode ter sido dado diretamente, que o indivíduo fabrica. Cada locutor fabrica sua língua, como ele a fabrica? Esta é uma pergunta essencial, já que ela domina o problema da aquisição da linguagem. Quando a criança conseguir dizer uma vez: "a sopa está muito quente" ele saberá dizer: "a sopa não está quente o suficiente", ou ainda "o leite está muito quente". Ela conseguirá construir assim frases em que utilizará, em parte, estruturas dadas mas renovando-as, preenchendo-as de objetos novos e assim por diante.

P.D. — *Mas o senhor não pensa, não digo que isto se passa como tal nos fatos, que um procedimento como este de Chomsky deveria de algum modo vir depois do estruturalismo, suponha o estruturalismo?*

E.B. — É bem possível. Primeiro como reação talvez contra uma consideração exclusivamente mecanicista, empiricista da estrutura, na sua versão americana em particular. Na América, o estruturalismo proscrevia todo recurso ao que ele chamava o "mentalismo". O inimigo, o diabo, era o mentalismo, quer dizer, tudo o que se referia ao que nós chamamos o pensamento. Só havia uma coisa que contava, eram os dados gravados, lidos ou ouvidos, que se podia organizar materialmente. Enquanto que a partir do momento em que se trata do homem que fala, o pensamento reina e o homem está inteiramente no seu querer falar, ele é sua capacidade de fala. Pode-se, pois, presumir que há uma organização mental própria do homem, e que dá ao homem a capacidade de reproduzir certos modelos mas variando-os infinitamente. Como estes modelos se encadeiam? Quais são as leis que permitem passar de uma estrutura sintática a uma outra, de um tipo de enunciado a um outro? Como as frases positivas transformam-se em frases negativas? Como uma expressão formulada através de um verbo ativo pode se transformar em formulação passiva? Eis o tipo de problemas que se colocam os transformacionalistas, porque se trata propriamente de uma transformação. Então, neste nível e, nesta consideração, a estrutura fonemática de uma língua tem pouca importância. Trata-se antes de tudo da língua como organização e do homem como capaz de organizar sua língua. É isto que explica que haja um retorno bastante curioso em Chomsky em direção aos antigos filósofos e

uma espécie de reinterpretação da visão de Descartes sobre as relações do espírito e da língua. Tudo isto é ao mesmo tempo muito excitante e muito técnico, muito seco, algébrico.

P.D. — *Mas, fazendo este percurso, deixamos no caminho uma parte da herança propriamente saussuriana que conhece desenvolvimentos consideráveis, estou falando desta ciência dos signos que ele divisou, a semiologia.*

E.B. — Com efeito, é uma boa questão e que está ainda na ordem do dia, talvez, mais do que se o supõe. É na verdade uma coisa muito nova. Vê-se bem que, quando se fala, é para dizer alguma coisa, para transmitir uma mensagem. Sabe-se muito bem que a língua compõe-se de elementos isoláveis e que cada um tem um sentido e são articulados segundo um código. São estes elementos que os dicionários catalogam e, ao lado de cada um deles, colocam uma definição, dão, pois, o que eles chamam seu sentido. Mas o simples fato de que existem dicionários implica, na verdade, um mundo de problemas. O que é o sentido? Olhando-se de perto, percebe-se que os dicionários justapõem uma quantidade de coisas muito disparatadas. Se procuramos *soleil* [*sol*], encontraremos uma definição mais ou menos desenvolvida do astro que é assim denominado. Se procuramos *faire* [*fazer*], encontraremos uma dúzia ou uma quinzena de rubricas. No Littré, com as subdivisões, há 80. Trata-se do mesmo sentido? São muitos sentidos? Não se sabe.

P.D. — *Na verdade somos os primeiros a nos colocar este tipo de questão.*

E.B. — Sem dúvida. Então, em geral, se diz: o uso da língua regula tudo isso. Mas nós tendemos então para as questões fundamentais: como a língua admite esta "polissemia"? Como o sentido se organiza? Mais genericamente, quais são as condições para que alguma coisa seja dada como significante? Qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas ela não existe, no sentido o mais literal, desde que não haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos. Uma língua é primeiro um consenso coletivo. Como ele se dá? A criança nasce em uma comunidade lingüística, ela aprende sua língua, processo que parece instintivo, tão natural quanto o crescimento físico dos seres ou dos vegetais, mas o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade "natural", é o mundo do homem. A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite. É algo de fundamental: o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo. Muito bem! tudo isso é o domínio do "sentido". E mais, há as classes elementares de sentido, as distinções que a língua registra ou não, as distinções de cor, por exemplo, para tomar um caso clássico. Não há duas línguas que organizem as cores da mesma maneira. Seriam os olhos diferentes? Não, é a língua que é diferente. Conseqüentemente certas cores não têm "sentido", outras, ao contrário, têm muito, e assim por diante. Aqui, ainda por cima, sou tentado, é isto que procuro neste momento elaborar, a introduzir distinções. Refletimos com a noção do sentido como com uma noção coerente, operando unicamente no interior da língua. Coloco que de fato há dois domínios ou duas modalidades de sentido, que distingo respectivamente como semiótico e semântico. O signo saussureano é na verdade a unidade semiótica, quer dizer, a unidade dotada de sentido. É reconhecido o que tem sentido; todas as palavras que são encontradas num texto francês, para quem domina esta língua, têm um sentido. Mas importa pouco que se saiba qual é este sentido e não se está preocupado com isso. O nível semiótico é isto: ser reconhecido como tendo ou não um sentido. Isto se define por sim, não.

P.D. — *Enquanto que a semântica...*

E.B. — A semântica é o "sentido" resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo. Enquanto que o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo.

P.D. — *Quer dizer que, em suma, o sentido semiótico é um sentido imediato. De algum modo sem história nem contexto.*

E.B. — Sim, é isso. É determinado por unidade isolada: trata-se de saber se, por exemplo, a palavra *rôle* é aceita como tendo um sentido? Sim. *Rôle* sim, *ril* não.

P.D. — *Em francês, não.*

E.B. — Em francês *ril* não significa nada, não é significante, enquanto que *rôle* é. Eis o nível semiótico, é um ponto de vista muito diferente do de distinguir *le rôle* [*o papel*] da ciência no mundo, *le role* [*o papel*] de tal ator. Aqui é o nível semântico: neste caso, é preciso compreender e distinguir. É neste nível que se manifestam os 80 sentidos do verbo *faire* [*fazer*] ou do verbo *prendre* [*tomar*]. Estas são acepções semânticas. Trata-se, pois, de duas dimensões totalmente diferentes. E se não se começa por reconhecer esta distinção, creio que se fica na vaguidade. Mas é ainda um ponto de vista que me é pessoal, que precisa ser demonstrado. Temos que elaborar pouco a pouco todo um corpo de definições neste imenso domínio, que não compreende somente a língua. E isto me leva à cultura. A cultura é também um sistema que distingue o que tem sentido, e o que não tem. Tomo um exemplo que não é lingüístico: para nós a cor branca é a cor da luz, da alegria, da juventude. Na China, é a cor do luto. Eis um exemplo de interpretação de sentido no seio da cultura; uma articulação entre uma certa cor e um certo comportamento e, finalmente, um valor inerente à vida social. Tudo isto se integra numa rede de diferenças: o branco, o preto não valem na cultura ocidental como na cultura do extremo oriente. Tudo o que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistemas de valores. Da articulação entre os valores. Muito bem! Estes valores são os que se imprimem na língua. É, no entanto, um trabalho difícil trazê-los à luz, porque a língua carrega consigo toda uma série de dados herdados; a língua não se transforma automaticamente à medida que a cultura se transforma. E é justamente isto que faz freqüentemente o leque semântico. Considere a palavra *homem* (tomo o primeiro exemplo que me vem à cabeça). Você terá de um lado o emprego do termo como designação; de outro lado as ligações de que esta palavra *homem* é suscetível, que são muito numerosas. Por exemplo, "o homem honesto", concepção que data, que remonta a uma certa fase do vocabulário, a um aspecto da cultura francesa clássica. Ao mesmo tempo, uma locução como "eu sou seu homem" refere-se à época feudal. Você vê aí uma estratificação da cultura que deixa seu traço nos diferentes empregos possíveis. Estes estão todos compreendidos hoje na definição da palavra, porque são ainda suscetíveis de

serem empregados no seu verdadeiro sentido na mesma época. Vemos aqui a contrapartida de uma definição cumulativa das culturas. Em nossa cultura atual integra-se toda a espessura de outras culturas. É nisto que a língua pode ser reveladora da cultura.

P.D. — *Há uma noção muito importante que o senhor sublinhou dizendo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura. Creio que uma das rupturas entre a lingüística tal como o senhor a pratica e, digamos, suas origens no século XVIII, é que os primeiros lingüistas tinham a idéia de que a língua partia da natureza, procuravam encontrar processos naturais de invenção da língua no homem.*

E.B. — Sim, houve no início do século XIX, em particular na primeira fase de descobertas que permitiu a gramática comparada, esta idéia que remontava às origens do espírito humano, que apreendia o nascimento da faculdade de linguagem. Perguntava-se, então, se era o verbo que nascera primeiro, ou se era o nome. Eram postas questões de gênese absoluta. Hoje percebe-se que tal problema não tem nenhuma realidade científica. O que a gramática comparada, mesmo a mais refinada, a que se beneficia de circunstâncias históricas as mais favoráveis como a gramática comparada das línguas indo-européias, mais que as das línguas semíticas que são, no entanto, atestadas também em data muito antiga, o que esta reconstrução nos dá é a extensão de alguns milênios. Quer dizer, uma muito pequena fração da história lingüística da humanidade. Os homens que, por volta do XV milênio antes de nossa era, decoravam as cavernas de Lascaux, eram pessoas que falavam. Isto é evidente. Não há existência comum sem língua. Conseqüentemente é impossível datar as origens da linguagem, não mais que as origens da sociedade. Mas nós nunca saberemos como eles falavam. Estamos certos de que não alcançaremos nada de mais elementar pela reconstrução a mais ousada. A idéia de que o estudo lingüístico revelaria a linguagem enquanto produto da natureza não pode mais ser sustentada hoje. Vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura. E se digo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, é que toda criança e em todas as épocas, na pré-história a mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura. Ne-

nhuma língua é separável de uma função cultural. Não há aparelho de expressão tal que se possa imaginar que um ser humano seja capaz de inventá-la sozinho. As histórias de língua inventada, espontânea, fora de qualquer aprendizagem humana são fábulas. A linguagem tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são realidades definidas como elementos de cultura, necessariamente.

P.D. — *Realidades definidas de algum modo sob dois aspectos, de um lado a linha hereditária, já que a cultura é uma coisa que se herda e transmite conhecimentos adquiridos, mas também, de outro lado, o contexto imediato, o presente.*

E.B. — Exatamente, e o que a criança adquire, aprendendo, como se diz, a falar, é o mundo no qual ela vive na realidade, que a linguagem lhe dá e sobre o qual ela aprende a agir. Aprendendo o nome de uma coisa, ela adquire o meio de obter esta coisa. Empregando a palavra, ela age, pois, sobre o mundo e se dá conta obscuramente muito cedo. É o poder de ação, de transformação, de adaptação, que é a chave da relação humana entre a língua e a cultura, uma relação de integração necessária. E respondo já também à questão que o senhor me pôs sobre o papel da lingüística como ciência piloto. Há esta diferença na vida de relação, que a língua é um mecanismo inconsciente, enquanto que um comportamento é consciente: crê-se que se se comporta de tal ou tal maneira por razões que se escolhe, ou em todo caso que se tem uma escolha. Na verdade, não é isto que é importante, é o mecanismo da significação. É neste nível que o estudo da língua pode tornar-se uma ciência piloto esclarecendo-nos sobre a organização mental que resulta da experiência do mundo ou à qual experiência do mundo se adapta, não sei muito bem qual dos dois. Há, em particular, uma maneira de organizar relações lógicas que aparecem muito cedo na criança. Piaget insistiu muito sobre esta capacidade de formar esquemas operatórios e isto vai de par com a aquisição da língua. Esta rede complexa se reencontraria em um nível profundo em grandes procedimentos intelectuais, na estrutura das matemáticas, nas relações que são o fundamento da sociedade. Penso que certos conceitos marxistas poderiam por sua vez entrar pouco a pouco, uma vez devidamente elaborados, neste círculo de noções articuladas

pelas mesmas relações de base das quais a língua oferece a imagem a mais facilmente analisável. Mas tenho receio de falar de tudo isto como de teorias já expostas que não se teria senão que procurar em um livro, ainda que estas sejam coisas sobre as quais refleti, mas que estão ainda em elaboração.

P.D. — *A história que o senhor acabou de contar tem suas origens no tempo da lingüística comparativa. Procurou-se então no fundo, pela comparação das línguas mais antigas que podíamos encontrar, reconstruir este mecanismo do espírito humano ou pelo menos seus mecanismos fundamentais. E se se compreende que tendo suplantado muitos métodos, sentidos de pesquisa, a lingüística finalmente retorna a seu objeto primitivo, mas por vias muito diferentes, e creio muito mais científicas.*

E.B. — Muito mais científicas, porque não se trata mais das origens, mas dos fundamentos, e como fundamento de tudo encontra-se o simbólico da língua como poder de significação.

P.D. — *A simbolização.*

E.B. — A simbolização, o fato que justamente a língua é o domínio do sentido. E, no fundo, todo o mecanismo da cultura é um mecanismo de caráter simbólico. Damos um sentido a certos gestos, não damos nenhum sentido a outros, no interior de nossa cultura. É assim, mas por quê? Tratar-se-á de identificar, de decompor depois de classificar os elementos significantes de nossa cultura, é um trabalho que ainda não foi feito. Para isso é necessário uma capacidade de objetivação que é muito rara. Ver-se-ia, então, que há como uma semântica que atravessa todos estes elementos de cultura e que os organiza — que os organiza em vários níveis. Há em seguida a maneira pela qual estes elementos se comandam na sua valorização, a predominância que se dá a certas imagens hoje: a hierarquia que se estabelece entre valores novos. A importância que tomam agora, por exemplo, certas questões de geração; há trinta anos, a noção de juventude não tinha de forma nenhuma o mesmo sentido que ela tem hoje. Há um deslocamento completo que atinge todos os elementos, materiais ou não, da cultura, que vai desde o costume, a postura até os fins últimos da vida. A hierarquia, a ação recíproca destes valores, e conseqüentemente os modelos que são propostos, os objetos desejados, tudo isso se

desloca no interior de nossa cultura e não tem mais nada de comum em 1910 ou em 1930 e em 1960.

P.D. — *Quer dizer que agora, de algum modo, não somente a lingüística se encontra colocada nesta situação central da qual falávamos no início, com este caráter de ciência piloto, mas ainda se torna indissociável do conjunto das ciências humanas.*

E.B. — Ela se lhes torna indissociável, com efeito, pelo fato sobretudo de que outras ciências a ela se reúnem na pesquisa de modelos paralelos aos seus. Ela pode fornecer a ciências cuja matéria é mais difícil de objetivar, como a culturologia, se este termo é admitido, modelos que não deverão ser necessariamente imitados mecanicamente, mas que fornecem uma certa representação de um sistema combinatório, de maneira que estas ciências da cultura possam de sua parte se organizar, se formalizar na esteira da lingüística. Dentre o que já foi tentado no domínio social, a primazia da lingüística é claramente reconhecida. Isto não se dá absolutamente em virtude de uma superioridade intrínseca, mas simplesmente porque temos a língua como fundamento de toda vida de relação.

P.D. — *Eu gostaria de colocar para o senhor uma questão que me ocorre ouvindo-o, que, no fundo, creio, se endereça muito naturalmente ao universitário que o senhor é. O senhor pensa que o ensino da lingüística, digo o ensino universitário corrente tal como ele existia, digamos, antes dos acontecimentos, era coerente com isto que o senhor acaba de dizer sobre o papel da lingüística, nas ciências humanas?*

E.B. — Infelizmente! Na Universidade arrasta-se um peso muito pesado; está-se (ou se estava) submetido, não sei o que permanecerá, a restrições arcaicas, as dos exames, dos programas, etc. São numerosos, no entanto, os lingüistas que querem renovar os ensinamentos na Universidade. Eu estou, o senhor sabe, no Collège de France, onde se tem, deste ponto de vista, uma liberdade completa pelo fato de não se estar sujeito a nenhum programa e que, ao contrário, não é necessário que um curso seja repetido nunca, e pelo fato de que não se tem também responsabilidade de exames, de atribuição de títulos, de que não se é responsável senão face à ciência e a si mesmo. Ora, estou impressionado vendo que de diferentes lados olha-se em direção à lingüística, há uma curiosidade muito viva nos jovens pelas novas ciências humanas. Constata-se também em filosofia, como naqueles que têm consciência da realidade das ciências sociais, de sua especificidade, uma compreensão que é um fenômeno novo. De modo que a língua não aparece mais como ela foi durante muito tempo, como uma especialidade ao lado de outras, paralela, mas não mais importante. É isto que dá a esperança de que no plano ideal em que se elaboram, as coisas reencontrarão seu nível real mas...

P.D. — *É necessário ver...*

E.B. — Não sei bem como as coisas vão ficar, mas o importante é esta noção de ciência humana que, agora, é capaz de se tornar organizadora, de congregar reflexões esparsas, para muitos homens que visam descobrir seu fundo comum. Isto é muito importante. De uma maneira geral estamos na época da tomada de consciência. Talvez seja, no fundo, o que caracteriza toda a cultura moderna, é que ela se torna cada vez mais consciente. Quando se vê como as pessoas raciocinavam, imaginavam e criavam, nos séculos anteriores e ainda no início deste século, percebe-se que há algo que mudou, e as manifestações, as criações as mais espontâneas hoje (não sei se isto é um bem ou um mal, o senhor está muito melhor colocado que eu para julgar) comportam uma parte de consciência muito maior que antes.

P.D. — *Eu creio que o senhor tem razão.*

E.B. — Mesmo o artista procura compreender o que ele faz, não é mais o instrumento da inspiração.

P.D. — *Eu creio que é uma boa característica da arte moderna a que o senhor dá...*

E.B. — Isto é muito novo... e eu não creio que isto altere as qualidades da invenção; saber o que se recusa e por que se o recusa pode estimular a consciência do que há para inventar, e ajudar a descobrir os quadros nos quais se pode inventar.

P.D. — *Perfeitamente.*

E.B. — Porque creio que no fundo é aí que reencontramos o problema que a língua nos ensinou a ver. Do mesmo modo que não falamos aleatoriamente, quero dizer sem quadro, que nós não produzimos a língua fora de certos quadros, de certos esquemas

que possuímos, do mesmo modo creio que a arte não se produz também fora de quadros ou esquemas diferentes mas que também existem. E que são alterados ou que renascem na medida mesmo em que se toma consciência do que prescreveu. Esta tomada de consciência já é uma via aberta para o novo século. Atualmente, isto me impressiona muito, vê-se o século XX se desfazer, se desfazer muito depressa.

P.D. — *Sim, o senhor tem a impressão de já estar do outro lado...*

E.B. — Muito nitidamente. Tem-se o sentimento de ter atravessado uma destas fases de transformação em algumas semanas, mesmo que, como também acontece, haja retornos momentâneos. Certamente não é nunca muito fácil passar de um século para um outro, nem de uma forma de cultura para a próxima, mas creio que a época favoreça estas tomadas de consciência pelo simples fato de que tantos valores aceitos se encontram questionados, e até os sistemas de produção.

P.D. — *Isto me parece uma boa conclusão.*

CAPÍTULO 2

esta linguagem que faz a história *

Guy Damur — *Nunca se falou tanto de lingüística. No entanto pouca gente sabe do que se trata.*

Émile Benveniste — A lingüística é a tentativa de compreender este objeto evanescente: a linguagem, para estudá-la como se estudam os objetos concretos. Trata-se de transformar as palavras que voam — o que Homero chamava as "palavras aladas" — em uma matéria concreta, que se estuda, que se disseca, onde se delimitam unidades, onde se isolam níveis. É pelo menos uma tendência desta disciplina, de uma lingüística que procura se constituir como ciência; quer dizer, que procura primeiro constituir seu objeto, definir a maneira pela qual ela o examina e procura em seguida forjar os métodos próprios para delimitar, para analisar esta matéria.

G.D. — *Em que a lingüística se distingue das antigas ciências da linguagem como, por exemplo, a gramática, a filologia ou a fonética?*

E.B. — A lingüística pretende englobar tudo isto e o transcender. Tudo o que diz respeito à linguagem é objeto da lingüística. Algumas das disciplinas das quais o senhor fala, a filologia em particular, só se ocupa do teor dos textos, de sua transmissão através dos tempos, etc. A lingüística se ocupa do fenômeno que constitui a linguagem e, naturalmente, sem negligenciar a parte da lingua-

* Conversa recolhida por Guy Dumur para *Le Nouvel Observateur*, especial literário, n.º 210 bis (20 de novembro a 20 de dezembro de 1968), p. 28-34.

gem que se transforma em escrita. As preocupações dos filólogos não são as do lingüista, ainda que dêem a este uma ajuda indispensável, em particular quando se trata de interpretar textos de línguas desaparecidas, porque o lingüista tem necessidade de conhecer o maior número possível de línguas para definir a linguagem. Esta é uma das direções nas quais se engaja a lingüística. Poder-se-ia dizer que é uma direção positiva — alguns dizem positivista — com todas as implicações que este termo comporta.

G.D. — *A lingüística é uma ciência recente mas ela tem uma história, um começo.*

E.B. — De fato, a lingüística teve vários começos. Ela recomeçou e se reengendrou a si mesma várias vezes — não sem se dar cada vez antecedentes. De modo absoluto, para nós ocidentais, a lingüística nasceu na Grécia, quando os filósofos mais antigos, contemporâneos do despertar do pensamento filosófico, começaram a refletir sobre o instrumento da reflexão e conseqüentemente sobre o espírito e a linguagem. Houve um segundo começo na Idade Média, quando, através das categorias aristotélicas, se recomeça a definir os fundamentos da linguagem.

Hoje, descobre-se um outro começo, fora e bem longe do mundo clássico, é a teoria indiana de Panini. Temos aí algo de extraordinário, uma descrição lingüística puramente formal que data, segundo a estimativa mais prudente, do século IV antes de nossa era. Panini, este gramático indiano, tomou a língua sânscrita como objeto. Não tem nenhuma palavra de especulação filosófica, mas somente uma análise formal dos elementos constitutivos da língua (palavras, frases, relações entre palavras, etc.). Este texto é extremamente pesado, de uma densidade inacreditável (quando se o traduz, são necessárias dez palavras de glosa para uma palavra de texto), mas esta concisão é desejada porque era um conjunto de fórmulas para memorizar destinado a um ensinamento oral que mestres se transmitiam e que eles enriqueciam com comentários. Este texto é conhecido no Ocidente a partir da metade do século XIX, quando se começou a interpretá-lo, e hoje se está novamente interessado nele. Insisto muito nisso porque já se encontra aí o ancestral das pesquisas científicas de hoje. Isto é verdade especialmente para a escola estruturalista americana que queria descartar o "mentalismo" (que introduziu, no estudo da linguagem, noções psicológicas), para se restringir ao registro e à análise formal de um corpus de textos. Tratava-se, dissociando as unidades da linguagem, de encontrar os elementos de uma estrutura e de os descrever no seu agenciamento: constituição vocálica e consonântica das formas, distribuição estatística destes elementos, natureza das sílabas, extensão das palavras, análise destes elementos, análise dos tons no caso do chinês, da acentuação no caso de uma língua que comporta acentos, etc. Eis o que é o estudo da língua como sistema formal. E é contra esta concepção que reagiu um lingüista como Chomsky. Hoje esta reação não é mais individual mas coletiva. Nesta pesquisa das origens da lingüística através da história, ele se liga não a Panini, mas a Descartes. O senhor sabe que Chomsky escreveu *Cartesian Linguistics*, que vai ser traduzido para o francês, e ele reencontra nas considerações de Descartes sobre o funcionamento do espírito a justificativa filosófica do que ele chama a "gramática gerativa".

G.D. — *Entre os começos, e para nos atermos à cronologia banal, voltemos a Saussure*[1].

E.B. — Saussure, ele não é um começo, ele é outra coisa, ou é um outro tipo de começo. Sua contribuição consiste nisto: "A linguagem, diz ele, é forma, não substância". Não há nada de substancial na linguagem. Todas as ciências da natureza encontram seu objeto constituído. A lingüística, e é isto que a diferencia de qualquer outra disciplina científica, se ocupa de algo que não é objeto, não é substância, mas *que é forma*. Se não há nada de substancial na linguagem, o que há? Os dados da linguagem não existem senão por suas diferenças, eles não valem senão por suas oposições. Pode-se contemplar uma pedra em si, localizando-a na série dos minerais. Enquanto que uma palavra, por si mesma, não significa absolutamente nada. Ela não é senão por oposição, por vizinhança ou por diferenciação em relação a um outro, um som em relação a um outro som, e assim por diante.

A história, para Saussure, não é necessariamente uma dimensão da língua, a história não é da língua senão uma das dimensões

1. Cujos cursos sobre a lingüística, publicados depois de sua morte, datam de 1907-1911.

possíveis e não é a história que dá vida à linguagem, mas sobretudo o inverso. É a linguagem que, por sua necessidade, sua permanência, constitui a história.

Saussure reagiu contra a consideração histórica que prevalecia em lingüística quando ele escrevia. Certamente, nós seguimos, por exemplo, a história dos Franceses, durante um certo número de séculos, graças aos textos que foram consignados por escrito; podemos, pois, acompanhar o curso do que chamamos uma história, um desenrolar de acontecimentos no tempo, mas a linguagem, no seu funcionamento, não conhece nenhuma referência histórica: tudo o que dizemos está compreendido num contexto atual e no interior de discursos que são sempre sincrônicos [2]. Nenhuma parcela de história se mistura ao uso vivo da língua. Eis o que Saussure quis afirmar. Hoje isto não surpreende mais ninguém. Quando ele enunciou isto, há aproximadamente sessenta anos, enquanto que a lingüística era sobretudo marcada por uma concepção histórica, diacrônica da língua — cada língua era considerada como uma etapa em um devenir e descrita como tal — isto era uma novidade importante. Falando, nós nos referimos a situações que são sempre situações presentes ou situadas em função do presente, de modo que, quando evocamos o passado, é sempre no seio do presente. Se podemos falar, se nossa língua nos dá o meio de construir frases, é que reunimos palavras que valem por sua vez por sintagmas [3] e por sua oposição. Saussure viu que há assim dois eixos no modo de ver a língua, que ele denominou *sincrônico* e *diacrônico*. Nós fazemos duas coisas quando falamos: agenciamos palavras, todos os elementos destes agenciamentos representam cada um uma escolha entre várias possibilidades; quando digo "eu sou", eliminei "você é", "eu era", "eu serei", etc. É, pois, numa série que se chama *paradigma*, uma forma que escolhi, e assim para cada porção de um enunciado que se constitui em *sintagma*. O senhor tem

2. "A *lingüística sincrônica* se ocupará das relações lógicas e psicológicas ligando termos coexistentes e formando sistema, tal como são percebidos pela mesma consciência coletiva. A *lingüística diacrônica* estudará, ao contrário, relações ligando termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva, e que se substituem uns pelos outros sem formar sistema entre eles" (Saussure).

3. Grupo de palavras que formam uma unidade no interior de uma frase.

aí o princípio e a chave do que se chama a estrutura. Para atingi-la é necessário: 1.º isolar os elementos distintivos de um conjunto finito; 2.º estabelecer as leis de combinação destes elementos.

Todas as vezes que o senhor tem estas possibilidades, o senhor constrói uma estrutura. A sociedade é uma estrutura: encontramos nela os elementos em um certo agenciamento; temos homens e mulheres de diferentes idades, em diferentes situações, em diferentes classes; conseqüentemente temos aí já as identidades e as diferenças que permitem constituir um jogo, e a primeira característica de um jogo é que as peças sejam em número limitado; em seguida, é necessário que cada elemento seja outra coisa que o outro: que padre seja outra coisa que trabalhador e trabalhador outra coisa que soldado e assim por diante. Pode-se procurar constituir uma espécie de combinatória com estes elementos. Eis como o problema se põe teoricamente.

G.D. — *E o signo, o valor simbólico da linguagem? O sistema que o senhor acaba de descrever é positivismo . . . Em que momento intervém a semiologia [4]?*

E.B. — Estamos diante do problema essencial de hoje, aquele que ultrapassa o que se entende banalmente por estruturalismo, ainda que seja implicado pelo estruturalismo. O que é o signo? É uma unidade de base de todo sistema significante. O senhor tem um sistema significante que é a língua. Podem-se encontrar outros. Saussure citou dois ou três: a linguagem dos surdos-mudos, por exemplo, que opera com outras unidades que são unidades gestuais; ele citou igualmente, e isto é mais discutível, o ritual dos gestos de polidez. Mas é um repertório limitado: não se pode dizer com os gestos de polidez tudo o que a linguagem permite dizer mas, no geral, é da mesma ordem. Eis aí sistemas significantes. A sociedade por ela mesma não pode ser dita se é tomada maciçamente como sistema significante.

G.D. — *O senhor está interessado na linguagem das abelhas tal como tornou-se possível estudá-la a partir dos trabalhos de von Frisch. Ela é da mesma ordem?*

4. "Ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social" (Saussure).

E.B. — Esta linguagem tem uma significação. Tanto quanto possamos compreendê-la, as danças das abelhas representam alguma coisa e suas companheiras a compreendem. Esta linguagem é significante porque dita um comportamento que verifica a pertinência significante do gesto. Por outro lado, se faço um gesto para abrir um livro, é um gesto útil, mas ele não significa, ele não tem alcance conceptual.

Estritamente falando, o estruturalismo é um sistema formal. Ele não diz absolutamente nada sobre o que denominamos a significação. Nós a colocamos entre parênteses. Supomos que todo mundo compreende se dizemos: "*Você* tem fome", colocamos *tem* por causa de *você*. Há, pois, uma combinatória com certas correlações que são codificadas, fixadas por um código de convenção: *você* vai com *tem* e não com *temos*. Mas o que significa "ter"? Quando digo: "Você tem razão", o verbo "ter" significa a mesma coisa do que quando digo: "Você tem frio"? Isto não interessa de forma nenhuma ao estruturalismo: Isto interessa à semiologia.

G.D. — *Mas não se tem confundido freqüentemente semiologia e estruturalismo?*

E.B. — Tenho a impressão que, nas discussões às quais o senhor faz alusão, confundem-se muitas coisas. O que mais falta nelas é o rigor no emprego dos termos e o conhecimento dos limites no interior dos quais querem dizer alguma coisa: são conceitos operatórios. Não é necessário tomá-los como verdades eternas.

G.D. — *A lingüística se nutre de um certo número de ciências, ou pelo menos de observações, e penso que uma das primeiras coisas que prestaram serviço à lingüística foi a gramática comparada, a comparação das línguas entre elas compreendidas as línguas "primitivas".*

E.B. — Exatamente, salvo que hoje não se serve mais da palavra "primitivo", não mais que da expressão "sociedades primitivas"... Até por volta de 1900, pode-se dizer que houve primado das línguas indo-européias. Acompanhamos sua história por milênios; elas têm literaturas muito bonitas, muito ricas, que alimentam o humanismo, assim elas foram privilegiadas. Por volta de 1900, certas pessoas, e muito particularmente os americanos, disseram: "Suas concepções são irreais ou, em todo caso, muito parciais, vocês não se dão conta senão de uma parte do mundo lingüístico: o mundo indo-europeu. Há uma multidão de línguas que escapam a suas categorias." Esta advertência foi muito útil e estas línguas, notadamente as línguas indígenas da América que tenho pessoalmente estudado, são muito instrutivas porque elas nos fazem conhecer tipos de categorização semântica e de estrutura morfológica nitidamente diferentes daquelas que os lingüistas formados na tradição clássica consideravam como inerentes ao espírito humano.

G.D. — *Levando em conta estas diferenças fundamentais, pode-se falar de psicologias diferentes? O senhor dizia há pouco: a linguagem é um fato em si, ela não deve nada à história.*

E.B. — No seu exercício. Já que, por outro lado, toda língua é sempre uma língua herdada e tem atrás de si um passado. Não há nenhuma razão para pensar que as línguas dos aborígenes da Austrália têm menos passado que as línguas indo-européias. Unicamente, não se tem testemunho escrito deste passado. Esta é a grande ruptura na humanidade: alguns povos têm línguas escritas e outros não.

G.D. — *A propósito destas línguas diversas das indo-européias, o que um antropólogo como Lévi-Strauss pode dar à lingüística?*

E.B. — É sempre útil ver como um etnólogo conceptualiza as categorias sociais pois, nestas línguas, estamos muito mais próximos da representação social do que nas nossas línguas, que são muito mais destacadas de seu objeto. Em nossas sociedades, há uma capacidade de distanciamento, de abstração, de afastamento entre a língua e os objetos concretos que ela descreve. Podem-se construir línguas sobre línguas, o que se chama de metalínguas, línguas que servem para descrever uma língua, que é sua única função.

G.D. — *O senhor pode dar-nos um exemplo?*

E.B. — A língua da gramática, que descreve o uso das formas da língua, é uma metalinguagem: falar de substantivo, de advérbio, de vogal, de consoante, é falar uma metalinguagem. Todo o vocabulário da metalinguagem só encontra aplicação na língua. Esta metalinguagem pode estar por sua vez descrita em uma língua

"formalizada" em símbolos lógicos, colocando as relações de implicação entre ela ou tal categoria lingüística. Por exemplo, no verbo francês a pessoa é implicada: não se pode empregar uma forma verbal (salvo o infinitivo) que não comporte referência à pessoa. É o caso do francês mas não necessariamente de todas as línguas.

Isto já dá dois níveis. Pode-se, com um espírito mais voltado para a simbolização matemática, atingir um outro nível de abstração. Enquanto que as línguas das sociedades arcaicas, o que se conhece delas, são textos, transmitidos oralmente, lendas ou mitos, são textos tradicionais, não simples narrações. Rituais que servem para fazer chover, crescer as plantas. Neste sentido, se está muito mais perto da realidade vivida, da experiência. Deste ponto de vista, as análises dos etnógrafos podem ser muito esclarecedoras.

G.D. — *Há uma outra disciplina que prestou serviços à lingüística: a psicanálise. Não há em Freud reflexões que informam sobre o funcionamento da linguagem?*

E.B. — Elas não são muito numerosas mas são importantes, sugestivas, instrutivas, mesmo que só incidam sobre a linguagem ordinária. Há o que se poderia chamar a retórica onírica de Freud — não é ele que emprega este termo. Ele descobriu que o sonho fala. Mas só o psicanalista pode compreender esta linguagem. Freud procurou encontrar seus rudimentos. É aí que intervém, segundo penso, uma espécie de retórica articulada pelas imagens, fortemente sugestivas e que, sob as aparências de um encadeamento incoerente, reencontra, graças a Freud, uma espécie de significação por referência a coisas muito dissimuladas.

G.D. — *O senhor considera que a linguagem do inconsciente, que não é falada, é tão importante para seu estudo lingüístico quanto outra?*

E.B. — Procurei indicar uma analogia entre a linguagem do inconsciente e isto que denominamos as grandes unidades, um discurso inteiro, um poema inteiro, nos quais se pode encontrar um sentido freqüentemente muito distante do sentido literal. O senhor pode escrever uma carta cujo sentido profundo será exatamente o contrário daquilo que as palavras parecem significar. É

assim que opera a significação no interior do sonho. Do mesmo modo, um discurso que procura sensibilizá-lo pode levá-lo a uma certa conduta sem jamais preconizá-la. O senhor tem neste caso o retórico, ou seja, um sentido segundo, diferente do sentido literal e agindo sobre a afetividade.

G.D. — *O senhor pronunciou a palavra poema. A linguagem poética tem interesse para a lingüística?*

E.B. — Imensamente. Mas este trabalho apenas começou. Não se pode dizer que o objeto de estudo, o método a ser empregado já estejam claramente definidos. Há tentativas interessantes mas que mostram a dificuldade de se abandonarem categorias utilizadas para a análise da linguagem ordinária.

G.D. — *A partir da lingüística e do estruturalismo, viu-se criarem-se obras cada vez mais difíceis, cada vez menos acessíveis a um grande número de pessoas. Esta obscuridade lhe parece ter fundamento?*

E.B. — Vejo aí duas coisas, e não sei se a idéia que faço delas coincide com o sentimento daqueles que as realizam. 1.° Uma tentativa muito nova, curiosa, para sacudir tudo o que é inerente à linguagem, quer dizer, uma certa racionalização que a linguagem traz necessariamente; para destruí-la no interior da linguagem mas servindo-se ainda da linguagem. O senhor tem, então, aqui, uma língua que se volta contra ela mesma e que procura se refabricar a partir de uma explosão prévia. 2.° O senhor falou da não compreensão que é o preço de certas criações: parece-me que entramos em um período de experimentação. Tudo o que é impresso não é feito para ser lido, no sentido tradicional; há novos modos de leitura, apropriados aos novos modos de escritura. Estas tentativas, estes trabalhos no momento só interessam os profissionais, os outros escritores, até o momento em que — se este momento chegar — algo de positivo dele se resgatará. É um questionamento de todo o poder significante tradicional da linguagem. Trata-se de saber se a linguagem está votada a sempre descrever um mundo idêntico por meios idênticos, variando somente a escolha dos epítetos ou dos verbos. Ou ao contrário se se pode visar outros meios de expressão não descritivos e se há uma outra qualidade de significação que nasceria desta ruptura. É um problema.

G.D. — *No seu ensino, o senhor tem a impressão de prolongar um estudo que o senhor começou há muito tempo ou, cada vez, é um recomeço?*

E.B. — Há as duas coisas. Há evidentemente um certo número de interrogações que lhe acompanham durante toda sua existência mas, de qualquer forma, talvez seja inevitável na medida em que se tem uma ótica própria. Mas há o enriquecimento constante do trabalho, da leitura, da estimulação que vem dos outros. Eu me utilizo do desenvolvimento de todas as ciências que seguem a mesma direção. Durante muito tempo a única companhia da lingüística era a filologia.

Agora vemos todo o conjunto das ciências humanas se desenvolver, formar-se toda uma grande antropologia (no sentido de "ciência geral do homem"). E se percebe que as ciências do homem são, no fundo, muito mais difíceis que as ciências da natureza e não é por acaso que elas são as últimas a terem nascido. É necessário grande capacidade de abstração e de generalização para começar a entrever os desenvolvimentos de que o homem é sede.

G.D. — *O senhor não verá a moda da lingüística ser substituída por esta outra moda que é a epistemologia?*

E.B. — Seguramente, se o senhor considerar a lingüística como uma moda! Para mim ela não é.

G.D. — *Naturalmente. Mas quando o senhor diz que é necessário que os conhecimentos do homem se reúnam, a ciência das ciências deveria ser a epistemologia.*

E.B. — A epistemologia é a teoria do conhecimento. Como é adquirido este conhecimento, isto não está dito por antecipação. Há muitas possibilidades de epistemologia. A lingüística é uma epistemologia, pode-se considerá-la como tal.

G.D. — *Sim, mas o senhor dizia que todas as ciências tinham-se reunido.*

E.B. — Eu tenho a consciência, cada vez mais viva, de que o nível significante uniu o conjunto das ciências do homem, e que, conseqüentemente, chega um momento em que é possível colocar-se esta questão: "Pode-se ler uma significação em noções que, até o presente, pareciam pertencer à natureza pura e simples?" Encontram-se agora analogias entre a língua e a economia.

Quando eu lhe dizia que nós vemos hoje esta espécie de convergência entre várias ciências, é para sublinhar que se reencontram as mesmas articulações nas noções tais como as configuraram certos espíritos que não tinham certamente em vista as categorias lingüísticas. É esta convergência que é interessante e que se torna um novo problema para nós. A epistemologia, o senhor o vê, ela se constrói e se reconstrói continuamente a partir da ciência tal como ela se faz.

G.D. — *O senhor desejaria que houvesse muitos estudantes em lingüística? A lingüística é útil para outros estudos ou não é senão uma especialização?*

E.B. — É necessário distinguir. Há várias lingüísticas, há várias maneiras de as praticar. Há, concorrentemente, no mesmo momento, estudos de vários tipos, uns de tipo mais tradicional, outros de tipo mais avançado, e depois o que se tem entre os dois: estudos que são a conversão de princípios gerais em aplicação, etc. Cada um faz o que pode, mas creio de um lado que há muito a fazer e que, de outro lado, por se passar por ela dá ao espírito uma certa formação. Penso naturalmente nos que não se interessam por ela particularmente. Para aqueles que se interessam, é outra coisa, não é necessário que eu diga por quê. Estes estudos podem ser formadores no sentido em que eles destroem muitas ilusões que são feitas espontaneamente e que são muito tenazes no público sobre o valor absoluto da língua, sobre os valores absolutos que cada um encontra em sua própria língua em relação a outras. Isto permite ao espírito tomar uma certa distância, o que é muito útil. Partindo daí pode-se generalizar a mesma atitude e ver que há de fato muitas maneiras de considerar, no domínio literário por exemplo, uma obra e que não há senão uma maneira de compreender um autor. Pode haver neste caso pontos de vista novos aplicados a obras tradicionais e que não as destroem, no entanto.

G.D. — *Há obras de crítica literária que satisfizeram particularmente o senhor?*

E.B. — Eu vejo tentativas interessantes para estudar, com rigor, obras às quais não se podiam aplicar até aqui senão qualificações subjetivas ("É bonita", "É tocante", etc.) ou epítetos convencionais. Busca-se agora construírem-se sistemas que permitam

encontrar verdadeiras dimensões da expressão literária e da obra literária.

G.D. — *O senhor pensa nos trabalhos realizados graças aos computadores?*

E.B. — Não, não especialmente. Não creio que a máquina intervenha neste nível. Pensava sobretudo no que se chama a explicação literária, a análise literária cujos métodos se renovam através de parâmetros [5] e que podem desconcertar o que sustenta as disciplinas tradicionais. Mas justamente neste caso, a iniciação lingüística torna mais fácil, permite acolher com mais abertura noções ou pesquisas que visem a coordenar a teoria da literatura e a da língua. O senhor vê — e que esta seja nossa conclusão — que muitas coisas se colocam ou se deslocam hoje na perspectiva da língua. Estas mudanças nos levam a uma readaptação contínua; porque estas são mudanças em profundidade de onde nascerão talvez novas ciências.

5. Elemento que consta de um cálculo.

II

A COMUNICAÇÃO

Tradução: Marco Antônio Escobar

CAPÍTULO 3

semiologia da língua *

I

A semiologia terá muito que fazer só para ver até onde vai seu domínio (Ferdinand de Saussure [1]).

Depois que estes dois gênios antitéticos, Peirce e Saussure, em completa ignorância um do outro e quase ao mesmo tempo [2], conceberam a possibilidade de uma ciência dos signos e trabalharam para instaurá-la, um grande problema surgiu, que ainda não recebeu sua forma precisa, não tendo sido mesmo colocado claramente, na confusão que reina neste domínio: qual é o lugar da língua entre os sistemas de signos?

Peirce, retomando sob a forma *semeiotic* a denominação Σημειωτιχη que John Locke aplicava a uma ciência dos signos e das significações a partir da lógica concebida ela mesma como ciência da linguagem, dedicou toda sua vida à elaboração deste conceito. Uma massa enorme de notas testemunham seu esforço obstinado para analisar no quadro semiótico as noções lógicas, ma-

* *Semiotica*, La Haye, Mouton & Co., (1969), I, p. 1-12 e 2, p. 127-135.
1. Nota manuscrita publicada nos *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 15 (1957), p. 19.
2. Charles S. Pierce (1839-1914); Ferdinand de Saussure (1857-1913).

temáticas, físicas, mas também psicológicas e religiosas. Perseguida por uma vida inteira, esta reflexão se armou de um aparelho cada vez mais complexo de definições visando repartir a totalidade do real, do concebido e do vivido nas diferentes ordens de signos. Para construir esta "álgebra universal das relações"[3], Peirce colocou uma tripla divisão dos signos, em ÍCONES, ÍNDICES e SÍMBOLOS, que é pouco mais ou menos tudo o que se retém hoje da imensa arquitetura lógica que ela subentende.

No que concerne à língua, Peirce não formula nada de preciso nem de específico. Para ele a língua está em toda parte e em nenhum lugar. Não se interessou jamais pelo funcionamento da língua, nem mesmo lhe prestou atenção. A língua se reduz, para ele, às palavras, e estas são igualmente signos, mas elas não são do domínio de uma categoria distinta ou mesmo de uma espécie constante. As palavras pertencem, na sua maior parte, aos "símbolos"; algumas são "índices", por exemplo os pronomes demonstrativos, e neste sentido elas serão classificadas com os gestos correspondentes, por exemplo o gesto de apontar. Peirce não se deu conta do fato de que um tal gesto é universalmente compreendido, ao passo que o demonstrativo faz parte de um sistema de signos orais, a língua, e de um sistema particular de língua, o idioma. Além disso, a mesma palavra pode aparecer em inúmeras variedades de "signo": como QUALISIGNO, como SINSIGNO, como LEGISIGNO[4]. Não se vê então qual seria a utilidade operacional de semelhantes distinções nem em que elas ajudariam o lingüista a construir a semiologia da língua como sistema. A dificuldade, que impede toda aplicação particular dos conceitos peircianos, com exceção da tripartição bem conhecida, mas que permanece um quadro muito geral, está em que definitivamente o signo é colocado na base do universo inteiro, e que ele funciona por sua vez como princípio de definição para cada elemento e como princípio de explicação para todo o conjunto, abstrato ou concreto. O homem inteiro é um signo, seu pensamento é um signo[5], sua emoção é um signo[6]. Mas finalmente estes signos, sendo todos signos uns dos outros, de que poderão eles ser signos que NÃO SEJA signo? Acharemos o ponto fixo onde amarrar a PRIMEIRA relação de signo? O edifício semiótico que Peirce construiu não pode incluir-se ele próprio em sua definição. Para que a noção de signo não se anule nesta multiplicação ao infinito, é necessário que em alguma parte o universo admita uma DIFERENÇA entre o signo e o significado. É necessário então que todo signo seja tomado e compreendido em um SISTEMA de signos. Esta é a condição da SIGNIFICÂNCIA. Resulta daí, ao contrário do que pensa Peirce, que todos os signos não podem funcionar identicamente nem pertencer a um sistema único. Dever-se-ão constituir inúmeros sistemas de signos, e entre estes sistemas, explicitar uma relação de diferença e de analogia.

É aqui que se apresenta Saussure, de repente, na metodologia como na prática, exatamente na posição oposta à de Peirce. Em Saussure a reflexão procede da língua e toma a língua como objeto exclusivo. A língua é considerada por ela mesma, a lingüística consigna para si uma tripla tarefa:

1. descrever sincronicamente e diacronicamente todas as línguas conhecidas; 2. depreender as leis gerais que operam nas línguas; 3. delimitar-se e definir-se a si mesma[7].

3. "My universal algebra of relations, with the subjacent indices and Σ and Π is susceptible of being enlarged so as to comprise everything and so, still better, though not to ideal perfection, is the system of existential graphs" (Peirce, *Selected Writings*, ed. Philip P. Wiener [Dover Publication, 1958], p. 389).

4. "As it is in itself, a sign is either of the nature of an appearance, when I call it a QUALISIGN; or secondly, it is an individual object or event, when I call it a SINSIGN (the syllabe *sin* being the first syllabe of *semel, simul, singular*, etc.); or thirdly, it is of the nature of a general type, when I call it a LEGISIGN. As we use the term "word" in most cases, saying that "the" is one "word" and "an" is a second "word", a "word" is a legisign. But when we say of a page in a book, that it has 250 "words" upon it, of which twenty are "the's", the "word" is a sinsign. A sinsign so emboding a legisign, I term a "replica" of the legisign" (Peirce, *op. cit.*, p. 391).

5. "... the word or sign which man uses is the man himself. For, as the fact that every thought is a sign, taken in conjunction with the fact that life is a train of thought, proves that man is a sign; so that every thought is an EXTERNAL sign proves that man is an external sign" (Peirce, *op. cit.*, p. 71).

6. "Everything in which we take the least interest creates in us its particular emotion, however slight this emotion may be. This emotion is a sign and a predicate of the thing" (Peirce, *op. cit.*, p. 67).

7. F. de Saussure, *Cours de linguistique générale* (C.L.G.), 4.ª ed., p. 21.

Programa do qual não se notou que, sob a aparência racional, esconde uma estranheza que lhe confere justamente a força e a audácia. A lingüística terá então por objeto, em terceiro lugar, definir-se a si mesma. Esta tarefa, se se quer entendê-la plenamente, absorve as duas outras e, num certo sentido, as extingue. Como pode a lingüística delimitar-se e definir-se a si própria, senão delimitando e definindo seu objeto próprio, a língua? Mas pode ela cumprir suas duas outras tarefas, designadas como as duas primeiras que deve executar, a descrição e a história das línguas? Como a lingüística saberia "buscar as forças que estão em jogo de uma maneira permanente e universal em todas as línguas e depreender as leis gerais às quais se pode reconduzir todos os fenômenos particulares da história", se não se começa por definir as possibilidades e os recursos da lingüística, quer dizer, a ação que ela tem sobre a linguagem, logo a natureza e os caracteres próprios desta entidade, a língua? Tudo está contido nesta exigência, e o lingüista não pode considerar uma destas tarefas independentemente das outras nem assumir alguma delas até o fim, se não tiver tomado consciência antecipadamente da singularidade da língua entre todos os objetos de ciência. Nesta tomada de consciência reside a condição prévia a qualquer abordagem ativa e cognitiva da lingüística, e longe de estar no mesmo plano que as duas outras e de as supor realizadas, esta terceira tarefa: "delimitar-se e se definir a si própria" dá à lingüística a missão de transcendê-las a ponto de adiar a realização delas até que ela própria se realize. Esta é a grande novidade do programa saussuriano. A leitura do *Curso* confirma facilmente que, para Saussure, uma lingüística não é possível senão com esta condição: conhecer-se, enfim, descobrindo seu objeto.

Tudo procede então desta questão: "Qual é o objeto ao mesmo tempo integral e concreto da lingüística?" [8] e o primeiro passo visa a arruinar todas as respostas anteriores: "De qualquer lado que se aborde a questão, em nenhum lugar o objeto integral da lingüística se oferece a nós" [9]. O caminho assim aberto, Saussure

8. *C.L.G.*, p. 23.
9. *C.L.G.*, p. 24.

coloca a primeira exigência de método: é preciso separar a LÍNGUA da linguagem. Por quê? Meditemos em algumas linhas onde se mostram, furtivos, os conceitos essenciais:

> Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.
>
> A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação [10].

A preocupação de Saussure é a de descobrir o princípio de unidade que domina a multiplicidade de aspectos com que nos aparece a linguagem. Somente este princípio permitirá classificar os fatos de linguagem entre os fatos humanos. A redução da linguagem à língua satisfaz esta dupla condição: ela permite colocar a língua como princípio de unidade e ao mesmo tempo encontrar o lugar da língua entre os fatos humanos. Princípio de unidade, princípio de classificação, eis introduzidos os dois conceitos que vão, por sua vez, introduzir a semiologia.

Um e outro são necessários para fundar a lingüística como ciência: não se conceberia uma ciência incerta de seu objeto, indecisa quanto ao seu domínio. Mas, para lá desse cuidado de rigor, decorre daí o estatuto próprio ao conjunto dos fatos humanos.

Até aqui ainda não se assinalou suficientemente a novidade do método saussuriano. Não se trata de decidir se a lingüística está mais próxima da psicologia ou da sociologia nem de encontrar para ela um lugar no seio das disciplinas existentes. É em outro nível que o problema é colocado e em termos que criam seus próprios conceitos. A lingüística faz parte de uma ciência que não existe ainda, a qual se ocupará dos outros sistemas de mesma ordem no

10. *C.L.G.*, p. 25.

conjunto dos fatos humanos, a SEMIOLOGIA. É conveniente citar aqui a página que anuncia e situa esta relação:

> A língua é um sistema de signos que exprimem idéias e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas.
>
> Pode-se, então, conceber UMA CIÊNCIA QUE ESTUDE A VIDA DOS SIGNOS NO SEIO DA VIDA SOCIAL; ela constituiria uma parte da psicologia social e, por conseguinte, da psicologia geral; chamá-la-emos de SEMIOLOGIA (do grego *sēmeîon*, "signo"). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A lingüística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a semiologia descobrir serão aplicáveis à lingüística, e esta se achará dessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos.
>
> Cabe ao psicólogo determinar o lugar exato da semiologia [11]; a tarefa do lingüista é definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos. A questão será retomada mais adiante; guardaremos, neste ponto, apenas uma coisa: se, pela primeira vez, pudemos assinalar à lingüística um lugar entre as ciências foi porque a relacionamos com a semiologia [12].

Do longo comentário que exigiria esta página, o principal estará compreendido na discussão que empreenderemos mais adiante. Reteremos apenas, para colocá-los em relevo, os caracteres primordiais da semiologia, tal como Saussure a concebe, aliás tal como ele a tinha reconhecido muito tempo antes de a evocar em seu ensino [13].

11. Aqui Saussure remete a Ad. Naville, *Classification des sciences*, 2.ª ed., p. 104.
12. *C.L.G.*, p. 33-34.
13. A noção e o termo se encontravam já em uma nota manuscrita de Saussure publicada por R. Godel, *Sources manuscrites*, p. 46 e que data de 1894 (cf. p. 37).

A língua se apresenta sob todos seus aspectos como uma dualidade: instituição social, ela é produzida pelo indivíduo; discurso contínuo, ela se compõe de unidades fixas. É que a língua é independente dos mecanismos fono-acústicos da fala; ela consiste em "um sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas" [14]. Onde a língua acha sua unidade e o princípio de seu funcionamento? Em seu caráter semiótico. Por este se define sua natureza, por este também ela se integra num conjunto de sistemas de mesmo tipo.

Para Saussure, diferentemente do que para Peirce, o signo é antes de tudo uma noção lingüística, que mais largamente se estende a certas ordens de fatos humanos e sociais. Aí se circunscreve seu domínio. Mas este domínio compreende, além da língua, os sistemas homólogos ao da língua. Saussure cita alguns desses sistemas. Todos estes têm o caráter de serem sistemas de SIGNOS. A língua "é apenas o mais importante destes sistemas". O mais importante sob qual aspecto? Será simplesmente por que a língua tem um lugar maior na vida social do que qualquer outro sistema? Nada permite chegar a uma decisão.

O pensamento de Saussure, muito afirmativo sobre a relação da língua com os sistemas de signos, é menos claro sobre a relação da lingüística com a semiologia, ciência dos sistemas de signos. O destino da lingüística será o de se ligar à semiologia, a qual formará "uma parte da psicologia social e conseqüentemente da psicologia geral". Mas é preciso aguardar que a semiologia, "ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social", seja constituída para que aprendamos "em que consistem os signos, quais as leis que os regem". Saussure devolve à ciência futura o papel de definir o próprio signo. Entretanto ele elabora para a lingüística o instrumento de sua semiologia própria, o signo lingüístico: "Para nós, . . . o problema lingüístico é antes de tudo semiológico, e todos os nossos desenvolvimentos emprestam significação a este fato importante" [15].

14. *C.L.G.*, p. 32.
15. *C.L.G.*, p. 34-35.

O que liga a lingüística à semiologia é este princípio, colocado no centro da lingüística, o de que o signo lingüístico é "arbitrário". De uma maneira geral, o objeto principal da semiologia será "o conjunto dos sistemas fundados sobre o arbitrário do signo"[16]. Por conseguinte, no conjunto dos sistemas de expressão a primazia pertence à língua:

> Pode-se... dizer que os signos inteiramente arbitrários realizam melhor que os outros o ideal do procedimento semiológico; eis porque a língua, o mais completo e o mais difundido sistema de expressão, é também o mais característico de todos; nesse sentido, a lingüística pode erigir-se em padrão de toda semiologia, ainda que a língua não seja senão um sistema particular[17].

Assim, formulando claramente a idéia de que a lingüística tem uma relação necessária com a semiologia, Saussure se abstém de definir a natureza dessa relação, senão pelo princípio do "arbitrário do signo" que governaria o conjunto dos sistemas de expressão e nesse sentido a língua. A semiologia como ciência dos signos permanece em Saussure como uma visão prospectiva, que em seus traços mais precisos se modela sobre a lingüística.

Quanto aos sistemas que, como a língua, pertencem à semiologia, Saussure se limita a citar rapidamente alguns, sem contudo esgotar a lista, posto que ele não adianta nenhum critério delimitativo: "a escrita, o alfabeto dos surdos-mudos, os ritos simbólicos, as formas de polidez, os sinais militares, etc."[18]. Em outro lugar fala em considerar os ritos, os costumes, etc. como signos[19].

Retomando este grande problema no ponto em que Saussure o deixou, queríamos insistir inicialmente sobre a necessidade de um esforço prévio de classificação, se se quer promover a análise e consolidar as bases da semiologia.

16. *C.L.G.*, p. 100.
17. *C.L.G.*, p. 101.
18. Acima, p. 48.
19. *C.L.G.*, p. 35.

Da escrita não diremos nada aqui, reservando para um exame particular este difícil problema. Os ritos simbólicos, as formas de polidez são sistemas autônomos? Pode-se realmente colocá-los no mesmo plano que a língua? Eles não se sustentam sobre uma relação semiológica senão por intermédio de um discurso: o "mito", que acompanha o "rito"; o "protocolo" que regula as formas de polidez. Estes signos, para nascerem e se estabelecerem como sistema, supõem a língua, que os produz e os interpreta. Eles são então de uma outra ordem, em uma hierarquia a definir. Entrevê-se assim que, não menos que os sistemas de signos, as RELAÇÕES entre estes sistemas constituirão o objeto da semiologia.

É tempo de deixar as generalidades e abordar enfim o problema central da semiologia, o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos. Nada poderá estar assegurado na teoria enquanto não se tiver esclarecido a noção e o valor do signo nos conjuntos nos quais se possa estudá-los. Pensamos que este exame deve começar pelos sistemas não lingüísticos.

II

O papel do signo é o de representar, o de tomar o lugar de outra coisa evocando-a a título de substituto. Toda definição mais precisa, que distinguiria notadamente muitas variedades de signos, supõe uma reflexão sobre o princípio de uma ciência dos signos, de uma semiologia, e um esforço para elaborá-la. A menor atenção ao nosso comportamento, às condições da vida intelectual e social, à vida de relação, às relações de produção e de troca nos mostra que utilizamos concorrentemente e a cada instante vários sistemas de signos: em primeiro lugar os signos da linguagem, que são aqueles cuja aquisição começa mais cedo, com o início da vida consciente; os signos da escrita; os "signos de cortesia", de reconhecimento, de reunião, em todas as suas variedades e hierarquias; os signos reguladores dos movimentos de veículos; os "signos exteriores" que indicam as condições sociais; os "signos monetários", valores e índices da vida econômica; os signos dos cultos, ritos, crenças; os signos da arte em suas variedades (música, imagens, reproduções

plásticas), em suma, e sem ultrapassar a constatação empírica, é claro que nossa vida inteira está presa em redes de signos que nos condicionam a ponto de não se poder suprimir apenas um sem colocar em perigo o equilíbrio da sociedade e do indivíduo. Estes signos parecem engendrar-se e multiplicar-se em virtude de uma necessidade interna, que aparentemente responde também a uma necessidade de nossa organização mental. Nas numerosas e bastante diversas maneiras que têm os signos de se configurar, que princípio introduzir que possa ordenar as relações e delimitar os conjuntos?

O caráter comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia é sua propriedade de significar ou SIGNIFICÂNCIA, e sua composição em unidades de significância, ou SIGNOS. Trata-se agora de descrever seus caracteres distintivos.

Um sistema semiológico se caracteriza:

1.° por seu modo operatório,
2.° por seu domínio de validade,
3.° pela natureza e o número de seus signos,
4.° por seu tipo de funcionamento.

Cada um destes traços comporta um certo número de variedades.

O MODO OPERATÓRIO é a maneira como o sistema age, notadamente o sentido (vista, ouvido, etc.) ao qual ele se dirige.

O DOMÍNIO DE VALIDADE é aquele em que o sistema se impõe e deve ser reconhecido ou obedecido.

A NATUREZA e o NÚMERO DOS SIGNOS são função das condições referidas acima.

O TIPO DE FUNCIONAMENTO é a relação que une os signos e lhes confere função distintiva.

Experimentemos esta definição sobre um sistema de nível elementar, o sistema de sinais do tráfego rodoviário:

— seu modo operatório é visual, geralmente diurno e em céu aberto;
— seu domínio de validade é o deslocamento dos veículos nas estradas;
— os signos são constituídos pela oposição cromática verde/vermelho (às vezes com uma fase intermediária, amarela, de simples transição), logo um sistema binário;
— seu tipo de funcionamento é uma relação de alternância (jamais de simultaneidade) verde/vermelho que significa caminho aberto/caminho fechado, ou sob forma prescritiva: "siga/pare".

Este sistema é susceptível de extensão ou de transferência, mas somente em uma destas quatro condições: o domínio de validade. Pode-se aplicá-lo à navegação fluvial, balizagem dos canais, das pistas de aviação, etc., com a condição de guardar a mesma oposição cromática, com a mesma significação. A natureza dos signos não pode ser modificada senão temporariamente e por razões de oportunidade [20].

Os caracteres que estão reunidos nesta definição formam dois grupos: os dois primeiros, relativos ao modo de operação e ao domínio de validade, fornecem as condições externas, empíricas, do sistema; os dois últimos, relativos aos signos e a seu tipo de funcionamento, indicam as condições internas, semióticas. Os dois primeiros admitem certas variações ou acomodações, os dois outros, não. Esta forma estrutural configura um modelo canônico do sistema binário, que se encontra, por exemplo, nos modos de votação, por bolas brancas ou pretas, em pé ou assentado, etc., e em todas as circunstâncias em que a alternativa poderia ser (mas não é) enunciada em termos lingüísticos tais como: sim/não.

Desde já podemos depreender dois princípios que dizem respeito às relações entre sistemas semióticos.

O primeiro princípio pode ser enunciado como o PRINCÍPIO DE NÃO-REDUNDÂNCIA entre sistemas. Não há "sinonímia" entre sistemas semióticos; não se pode "dizer a mesma coisa" pela fala e pela música, que são dois sistemas de base diferente.

---

20. Constrangimentos materiais (neblina) podem impor procedimentos supletivos, por exemplo, sinais sonoros em vez de sinais visuais, mas estes expedientes temporários não alteram as condições normais.

Isto equivale a dizer que dois sistemas semióticos de tipo diferente não podem ser mutuamente conversíveis. No caso citado, a fala e a música têm certamente este traço comum, a produção de sons e o fato de se dirigirem ao ouvido; mas esta relação não prevalece contra a diferença de natureza entre suas unidades respectivas e entre seus tipos de funcionamento, como se mostrará mais adiante. Assim a não-conversibilidade entre sistemas de bases diferentes é a razão da não-redundância no universo dos sistemas de signos. O homem não dispõe de vários sistemas distintos para a MESMA relação de significação.

Em compensação, o alfabeto gráfico e o alfabeto Braile ou Morse ou o dos surdos-mudos são mutuamente conversíveis, sendo sistemas de mesmas bases fundadas sobre o princípio alfabético: uma letra, um som.

Um segundo princípio dimana deste e o completa.

Dois sistemas podem ter um mesmo signo em comum sem que daí resulte sinonímia ou redundância, quer dizer que a identidade substancial de um signo não conta, mas somente sua diferença funcional. O vermelho do sistema binário de sinalização rodoviária não tem nada em comum com o vermelho da bandeira tricolor, nem o branco desta bandeira com o branco do luto na China. O valor de um signo se define somente no sistema que o integra. Não há signo trans-sistemático.

Os sistemas de signos são então tantos outros mundos fechados, não tendo entre eles senão uma relação de coexistência talvez fortuita? Formularemos uma nova exigência de método. É preciso que a relação colocada entre sistemas semióticos seja ela própria de natureza semiótica. Esta será determinada primeiramente pela ação de um mesmo meio cultural, que de uma maneira ou de outra produz e alimenta todos os sistemas que lhe são próprios. Trata-se ainda assim de uma relação externa, que não implica necessariamente uma relação de coerência entre os sistemas particulares. Há uma segunda condição: trata-se de determinar se um sistema semiótico dado pode se auto-interpretar ou se ele deve receber sua interpretação de um outro sistema. A relação semiótica entre sistemas enunciar-se-á então como uma relação entre SISTEMA INTERPRETANTE e SISTEMA INTERPRETADO. É aquela que

colocaremos, em grande escala, entre os signos da língua e os da sociedade: os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso. A língua será então o interpretante da sociedade[21]. Numa escala menor poder-se-á considerar o alfabeto gráfico como o interpretante do Morse ou do Braile, devido a maior extensão de seu domínio de validade, e a despeito do fato de que eles sejam mutuamente conversíveis.

Podemos inferir daí que os sub-sistemas semióticos interiores à sociedade serão logicamente os interpretados da língua, uma vez que a sociedade os contém e que a sociedade é o interpretado da língua. Pode-se perceber desde já nesta relação uma dissimetria fundamental, e pode-se remontar à primeira causa desta não-reversibilidade: é que a língua ocupa uma situação particular no universo dos sistemas de signos. Se se convenciona designar por S o conjunto desses sistemas e por L a língua, a conversão se faz sempre no sentido $S \rightarrow L$, nunca o inverso. Temos aqui um princípio geral de hierarquia, apropriado para ser introduzido na classificação dos sistemas semióticos e que servirá para construir uma teoria semiológica.

Para melhor evidenciar as diferenças entre as ordens de relações semióticas, colocaremos agora na mesma perspectiva um sistema completamente diferente, o da música. As diferenças aparecer-nos-ão, no essencial, na natureza dos "signos" e em seu modo de funcionamento.

A música é feita de SONS, os quais têm estatuto musical quando são designados e classificados como NOTAS. Não há em música unidades diretamente comparáveis aos "signos" da língua. Essas notas têm um quadro organizador, a GAMA, na qual elas entram a título de unidades discretas, descontínuas de uma à outra, em número fixo, cada uma caracterizada por um número constante de vibrações num tempo dado. As gamas compreendem as mesmas notas em alturas diferentes que são definidas por um número de vibrações em progressão geométrica, os intervalos permanecem os mesmos.

Os sons musicais podem ser produzidos em monofonia ou em polifonia; eles funcionam isoladamente ou simultaneamente (acor-

21. Este ponto será desenvolvido adiante.

VÁ P/ A PÁGINA AO LADO E DEPOIS RETORNE A ESTA

qüência e a previsibilidade estatísticas, de um lado, e a possibilidade de construir enunciados inteligíveis, de outro. Esta diferença não depende de um sistema musical particular nem da escala sonora escolhida; a dodecafonia serial é tão submissa quanto a diatonia.

Em suma, pode-se dizer que se a música é considerada como uma "língua", é uma língua que tem uma sintaxe, mas não uma semiótica. Este contraste indica antecipadamente um traço positivo e necessário da semiologia lingüística que deve ser retido.

Passemos agora a um outro domínio, o das artes ditas plásticas, domínio imenso, contentando-nos com verificar se alguma semelhança ou oposição pode esclarecer a semiologia da língua. À primeira vista, choca-se aqui com uma dificuldade de princípio: há alguma coisa em comum na base de todas estas artes, senão a noção vaga do "plástico"? Encontra-se em cada uma delas, seja em apenas uma, uma entidade formal que se possa denominar UNIDADE do sistema considerado? Mas qual pode ser a unidade da pintura ou do desenho? É a figura, o traço, a cor? Assim formulada, terá a questão ainda um sentido?

É tempo de enunciar as condições mínimas de uma comparação entre sistemas de ordens diferentes. Todo sistema semiótico que repousa sobre signos deve necessariamente comportar (1) um repertório finito de SIGNOS, (2) regras de arranjo que governam suas FIGURAS (3) independentemente da natureza e do número de DISCURSOS que o sistema permite produzir. Nenhuma das artes plásticas consideradas em seu conjunto parece reproduzir um tal modelo. Quando muito poder-se-ia encontrar alguma aproximação na obra de um artista; não se trataria mais então de condições gerais e constantes, mas de uma característica individual, e isto ainda nos distanciaria da língua.

É evidente que a noção de UNIDADE está no centro da problemática que nos ocupa [22] e nenhuma teoria séria poderá se constituir se ela esquece ou se esquiva da questão da unidade, porque

22. Não tem parecido útil nem mesmo possível sobrecarregar estas páginas, que enunciam nossas visões pessoais, com uma discussão das teorias anteriores. O leitor informado verá notadamente o que nos separa de Louis Hjelmslev em alguns pontos essenciais. O que ele denomina *semiotics* é definido como "a hierarchy, any of whose components admits

des) quaisquer que sejam os intervalos que os separem nas suas respectivas gamas. Não há limitação quanto à multiplicidade dos sons produzidos simultaneamente por um conjunto de instrumentos, nem quanto à ordem, à freqüência ou à extensão das combinações. O compositor organiza livremente os sons em um discurso que não está submetido a nenhuma convenção "gramatical" e que obedece à sua própria "sintaxe".

Vê-se então até que ponto o sistema musical admite e até que ponto não admite ser considerado como semiótico. Ele é organizado a partir de um conjunto constituído pela gama, que é por sua vez formada de notas. As notas não têm valor diferencial senão no interior da gama, e a gama é ela própria um conjunto recorrente a várias alturas, especificada pelo tom indicado pela clave.

A unidade de base será nesse caso a nota, unidade distintiva e opositiva do som, mas ela não toma este valor senão na gama, a qual fixa o paradigma das notas. Esta unidade é semiótica? Pode-se decidir que ela é semiótica em sua ordem própria, uma vez que ela aí determina oposições. Mas nesse caso ela não tem nenhuma relação com a semiótica do signo lingüístico, e de fato ela não pode ser convertida em unidades de língua, em qualquer nível que seja.

Uma outra analogia, a qual desvela ao mesmo tempo uma diferença profunda, é esta. A música é um sistema que funciona sobre dois eixos: o eixo das simultaneidades e o eixo das seqüências. Poder-se-ia pensar em uma homologia com o funcionamento da língua sobre seus dois eixos, paradigmático e sintagmático. Ora, o eixo das simultaneidades em música contradiz o princípio mesmo do paradigmático em língua, que é princípio de seleção, excluindo toda simultaneidade intra-segmental; e o eixo das seqüências em música não coincide de forma alguma com o eixo sintagmático da língua, uma vez que a seqüência musical é compatível com a simultaneidade dos sons, e uma vez que ela não está, por outro lado, sujeita a nenhuma coerção de ligação ou de exclusão no que respeita a qualquer som ou conjunto de sons que seja. Assim, a combinatória musical que depende da harmonia e do contraponto não tem equivalente na língua, onde tanto o paradigma como o sintagma estão submetidos a disposições específicas: regras de compatibilidade, de seletividade, de recorrência, etc. das quais depende a fre-

todo sistema significante deve se definir por seu modo de significação. Um tal sistema deve então designar as unidades que coloca em jogo para produzir o "sentido' e especificar a natureza do "sentido" produzido.

Duas questões se colocam nesse caso:

1.º Pode-se reduzir a unidades todos os sistemas semióticos?
2.º Estas unidades, nos sistemas onde elas existem, são SIGNOS?

A unidade e o signo devem ser tidos como características distintas. O signo é necessariamente uma unidade, mas a unidade pode não ser um signo. Disto pelo menos estamos seguros: a língua é feita de unidades, e estas unidades são signos. E quanto aos outros sistemas semiológicos?

Consideramos inicialmente o funcionamento dos sistemas ditos artísticos, o da imagem e o do som, deixando de lado deliberadamente sua função estética. A "língua" musical consiste em combinações e sucessões de sons, diversamente articulados; a unidade elementar, o som, não é um signo; cada som é identificável na estrutura da escala da qual ele depende, não sendo dotado de significação. Eis o exemplo típico de unidades que não são signos, que não designam, sendo somente os graus de uma escala na qual se fixa arbitrariamente a extensão. Temos aqui um princípio discriminador: os sistemas fundados sobre unidades dividem-se entre sistemas com unidades significantes e sistemas com unidades não significantes. Na primeira categoria coloca-se a língua; na segunda, a música[23].

Nas artes figurativas (pintura, desenho, escultura) com imagens fixas ou móveis, é a existência mesma de unidades que constitui matéria de discussão. De que natureza seriam elas? Se se trata de cores, reconhece-se que elas compõem também uma escala na qual os graus principais são identificados por seu nome. Elas são designadas, mas não designam; elas não remetem a nada, não sugerem nada de uma maneira unívoca. O artista as escolhe, amalgama-as, dispõe-nas à vontade sobre a tela, e é finalmente na composição apenas que elas se organizam e assumem, tecnicamente falando, uma "significação", pela seleção e pelo arranjo. O artista cria assim sua própria semiótica: ele institui suas oposições em traços que ele próprio torna significantes em sua ordem. Ele não recebe então um repertório de signos, reconhecidos como tais, e ele não estabelece um repertório. Este material, a cor, comporta uma variedade ilimitada de nuances graduáveis, nenhuma das quais encontra equivalência com um "signo" lingüístico.

Quanto às artes da figura, elas pertencem a um outro nível, o da representação, onde traço, cor, movimento se combinam e entram em conjuntos governados por necessidades próprias. Estes

---

of a further analysis into classes defined by mutual relation, so that any of these classes admits of an analysis into derivates defined by mutual mutation" (*Prolegomena to a Theory of Language*, transl. Whitfield 1961, 106). Semelhante definição não será admissível senão em uma adesão global dos princípios da glossemática. As considerações do mesmo autor (*op. cit.*, p. 109) sobre o lugar da linguagem nas estruturas semióticas, sobre os limites entre o semiótico e o não-semiótico, refletem uma posição totalmente provisória e ainda imprecisa. Não se poderá senão aprovar o convite para estudar sob um mesmo ponto de vista as diversas disciplinas semióticas: "it seems fruitful and necessary to establish a common point of view for a large number of disciplines, from the study of literature, art, and music, and general history, all the way to logistics and mathematics, so that from this common point of view these sciences are concentrated around a linguistically defined setting of problems" (*op. cit.*, p. 108). Mas, este vasto programa permanece uma promessa piedosa enquanto não se tiver elaborado as bases teóricas de uma comparação entre os sistemas. É o que estamos tentando fazer aqui. Mais recentemente, Charles Morris, *Signification and Significance* (1964), p. 62, limitou-se a observar, que para numerosos lingüistas dos quais ele cita alguns, a lingüística faz parte da semiótica, mas não definiu a situação da língua nesta relação.

23. Roland Harweg, "Language and Music, an Immanent and Sign Theoretic Approach" (*Foundations of Language*, 4, 1968, 270 ss.), constata bem que "the sign theoretic approach is inadequate for the study of music, for the only thing it can provide with regard to it are negative statements — "negative" taken in a logical, not in an evaluative sense. All it can state may be comprised in the statement that music is NOT a significational-representational institution as is language" (p. 273). Falta, todavia, a esta constatação o apoio de uma elaboração teórica. O problema que discutimos aqui é justamente o da validade intersemiótica da noção de "signo".

são sistemas distintos, de uma grande complexidade, em que a definição do signo não se precisará senão com o desenvolvimento de uma semiologia ainda indecisa.

As relações significantes da "linguagem" artística são descobertas NO INTERIOR de uma composição. A arte não é jamais aqui senão uma obra de arte particular, na qual o artista instaura livremente oposições e valores que ele manipula soberanamente, não tendo nem "resposta" a dar, nem contradição a eliminar, mas somente uma visão a exprimir, segundo critérios, conscientes ou não, de que a composição inteira dá testemunho e torna manifesto.

Pode-se então distinguir os sistemas em que a significância é posta pelo autor na obra e os sistemas em que a significância é expressa pelos elementos primeiros em estado isolado, independentemente das ligações que eles possam contrair. Nos primeiros, a significância se depreende das relações que organizam um mundo fechado, nos segundos ela é inerente aos próprios signos. A significância da arte não remete então jamais a uma convenção identicamente recebida entre parceiros[24]. É necessário descobrir a cada vez os termos, que são ilimitados em número, imprevisíveis por natureza, logo reinventados a cada obra, em suma, que não podem ser fixados em uma instituição. A significância da língua, ao contrário, é a significância mesma, fundando a possibilidade de toda troca e de toda comunicação, e também de toda cultura.

---

24. Mieczyslaw Wallis, "Mediaeval Art as a Language", *Actes du 5.e Congrès international d'esthétique* (Amsterdam, 1964), 427 n., "La notion de champ sémantique et son application à la théorie de l'Art", *Sciences de l'art*, número especial (1966), 3 ss., faz úteis observações sobre os signos icônicos, notadamente na arte medieval: discerne ali um "vocabulário", e regras de "sintaxe". Certo, pode-se reconhecer na escultura medieval um certo repertório icônico que corresponde a certos temas religiosos, a certos ensinamentos teológicos ou morais. Mas são mensagens convencionais, produzidas em uma topologia igualmente convencional onde as figuras ocupam lugares simbólicos, conformes a representações familiares. Por outro lado, as cenas figuradas são a transposição icônica de narrativas ou de parábolas; elas reproduzem uma verbalização inicial. O verdadeiro problema semiológico, que a nosso ver ainda não foi colocado, é o de buscar COMO se efetua esta transposição de uma enunciação verbal em uma representação icônica, quais são as correspondências possíveis de um sistema a outro e em que medida esta confrontação se deixaria perseguir até a determinação de correspondências entre SIGNOS distintos.

Permanece ainda possível, por meio de algumas metáforas, assimilar a execução de uma composição musical à produção de um enunciado de língua; poder-se-á falar de um "discurso" musical, que se analisa em "frases" separadas por "pausas" ou "silêncios", marcados por "motivos" reconhecíveis. Poder-se-á também, nas artes figurativas, buscar os princípios de uma morfologia e de uma sintaxe[25]. Uma coisa ao menos é certa: nenhuma semiologia do som, da cor, da imagem será formulada em sons, em cores, em imagens. Toda semiologia de um sistema não-lingüístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua. Que a língua seja aqui instrumento e não objeto de análise não muda nada nesta situação, que comanda todas as relações semióticas; a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, lingüísticos e não-lingüísticos.

É necessário aqui precisar a natureza e as possibilidades das relações entre sistemas semióticos. Colocaremos três tipos de relações.

1.° Um sistema pode engendrar um outro sistema. A língua usual engendra a formalização lógico-matemática; a escrita ordinária engendra a escrita estenográfica; o alfabeto normal engendra o alfabeto Braile. Esta RELAÇÃO DE ENGENDRAMENTO vale entre dois sistemas distintos e contemporâneos, mas de mesma natureza, sendo que o segundo é construído a partir do primeiro e preenche uma função específica. É necessário distinguir cuidadosamente esta relação de engendramento da relação de derivação, que supõe evolução e transição histórica. Entre a escrita hieroglífica e a escrita demótica há derivação, não engendramento. A história dos sistemas de escrita fornece um grande número de exemplos de derivação.

---

25. A possibilidade de estender as categorias semiológicas às técnicas da imagem, e particularmente ao cinema é debatida de uma maneira instrutiva por Chr. Metz, *Essais sur la signification au cinéma* (Paris, 1968), p. 66 ss.; 84 ss., 95 ss. — J. L. Scheffer, *Scénographie d'un tableau* (Paris, 1969), inaugura uma "leitura" semiológica da obra pintada e propõe uma análise análoga àquela de um "texto". Estas pesquisas mostram desde já o despertar de uma reflexão original sobre os campos e as categorias da semiologia não-lingüística.

2.º O segundo tipo de relação é a RELAÇÃO DE HOMOLOGIA, que estabelece uma correlação entre as partes de dois sistemas semióticos. Diferentemente da anterior, esta relação não está constatada, mas instaurada em virtude de conexões que se descobrem ou que se estabelecem entre dois sistemas distintos. A natureza da homologia pode variar, intuitiva ou racional, substancial ou estrutural, conceptual ou poética. "Les parfums, les couleurs et les sons se répondent". Estas "correspondências" não estão senão em Baudelaire, elas organizam seu universo poético e a criação que o reflete. De natureza mais intelectual é a homologia que Panofsky vê entre a arquitetura gótica e o pensamento escolástico [26]. Tem-se relevado também a homologia entre a escrita e o gesto ritual na China. Duas estruturas lingüísticas de estruturas diferentes podem revelar homologias parciais ou extensas. Tudo depende da maneira como se colocam os dois sistemas, dos parâmetros que se empregam, dos campos em que se opera. Conforme o caso, a homologia instaurada servirá de princípio unificador entre dois domínios e limitar-se-á a este papel funcional, ou ela criará uma nova espécie de valores semióticos. Nada assegura antecipadamente a validade desta relação, nada limita sua extensão.

3.º A terceira relação entre sistemas semióticos será denominada RELAÇÃO DE INTERPRETÂNCIA. Designamos assim aquela que instituímos entre um sistema interpretante e um sistema interpretado. Do ponto de vista da língua, é a relação fundamental, aquela que divide os sistemas em sistemas que articulam, porque manifestam sua própria semiótica, e sistemas que são articulados e cuja semiótica não aparece senão através da matriz de um outro modo de expressão. Pode-se assim introduzir e justificar este princípio de que a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos. Nenhum outro sistema dispõe de uma "língua" na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas distinções semióticas, enquanto que a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma.

26. Erwin Panofsky, *Architecture gothique et pensée scolastique*, trad. P. Bourdieu (Paris, 1967), 104 s.; cf. P. Bourdieu, *ibid.*, 152 s. citam as homologias entre a escritura e a arquitetura gótica indicadas por R. Marichal.

Aqui se vê como a relação semiológica se distingue de todas as outras, notadamente da relação sociológica. Se se interroga, por exemplo, sobre a situação respectiva da língua e da sociedade — tema de muitos debates — e sobre seu modo de dependência mútua, o sociólogo, e provavelmente qualquer um que enfoca a questão em termos dimensionais, observará que a língua funciona no interior da sociedade, a qual a engloba; decidirá então que a sociedade é o todo, e a língua, a parte. Mas a consideração semiológica inverte este relação, porque somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade. Poder-se-á dizer, nesse caso, que é a língua que contém a sociedade [27]. Assim a relação de interpretância, que é semiótica, inverte a relação de encaixe, que é sociológica. Esta, objetivando as dependências externas, reifica de modo semelhante a linguagem e a sociedade, enquanto que aquela as coloca em dependência mútua segundo sua capacidade de semiotização.

Por aí se pode verificar um critério que indicamos acima quando, para determinar as relações entre sistemas semióticos, estabelecemos que estas relações devem ser elas mesmas de natureza semiótica. A relação irreversível de interpretância, que inclui na língua os outros sistemas, satisfaz esta condição.

A língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento:

1.º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de;
2.º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;
3.º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;
4.º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva.

Por estas razões, a língua é a organização semiótica por excelência. Ela dá a idéia do que é uma função de signo, e ela é a única

27. Tratamos mais em detalhe desta relação em uma exposição feita em outubro de 1968 no Convênio Olivetti (cf. adiante, p. 93-104).

a oferecer desta função a fórmula exemplar. Daí decorre que somente ela pode conferir — e confere efetivamente — a outros conjuntos a qualidade de sistemas significantes informando-os da relação de signo. Há então uma MODELAGEM SEMIÓTICA que a língua exerce e da qual não se concebe que o princípio se ache em outro lugar senão na língua. A natureza da língua, sua função representativa, seu poder dinâmico, seu papel na vida de relação fazem dela a grande matriz semiótica, a estrutura modelante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação.

A que se deve esta propriedade? Pode-se discernir por que a língua é o interpretante de todo sistema significante? Será simplesmente por que ela é o sistema mais comum, aquele que tem o campo mais amplo, o mais freqüentemente usado e — na prática — o mais eficaz? Exatamente o oposto: esta situação privilegiada da língua na ordem pragmática é uma conseqüência, não uma causa, de sua preeminência como sistema significante, e somente um princípio semiológico pode explicar esta preeminência. Podemos descobri-lo tomando consciência do fato de que a língua significa de uma maneira específica e que não está senão nela, de tal maneira que nenhum outro sistema o pode reproduzir. Ela é investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA. Trata-se propriamente de um modelo sem analogia. A língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro[28].

O semiótico designa o modo de significação que é próprio do SIGNO lingüístico e que o constitui como unidade. Pode-se, para

28. Esta distinção foi proposta pela primeira vez na sessão inaugural do XIII Congresso das Sociedades de Filosofia de Língua Francesa que se realizou em Genebra em 3 de setembro de 1966. A exposição foi publicada nas *Actes* deste XIII Congresso, II, 29-40 (com discussão p. 41-47) (cf. adiante, p. 220-242). Ver-se-á aí a finalização da análise apresentada anteriormente sob o título de *Niveaux de l'analyse linguistique* (em nossos *Problèmes de linguistique générale*, I (1966), p. 119 ss.). Teríamos preferido escolher, para ressaltar esta distinção, termos menos parecidos entre eles que SEMIÓTICO e SEMÂNTICO, uma vez que um e outro assumem aqui um sentido técnico. É indispensável, entretanto, que um e outro evoquem a noção de *sema* à qual os dois se ligam, ainda que diferentemente. Esta questão terminológica não deveria incomodar àqueles que quiserem considerar adequadamente a perspectiva total de nossa análise.

efeito de análise, considerar separadamente as duas faces do signo, mas, sob a relação de significância, ele é uma unidade, e se conserva como unidade. A única questão que um signo suscita para ser reconhecido é a da sua existência, e esta se decide por sim ou não: *arbre — chanson — laver — nerf — jaune — sur*, e não **orbre — *vanson — *laner — *derf — *saune — *tur*[29]. Além disso, compara-se-os para delimitá-los, seja a significantes parcialmente semelhantes: *sabre : sobre*, ou *sabre : sable*, ou *sabre : labre*[30], seja a significados vizinhos: *sabre : fusil*, ou *sabre : épée*[31]. Todo o estudo semiótico, em sentido estrito, consistirá em identificar as unidades, em descrever suas marcas distintivas e em descobrir os critérios *cada vez mais sutis* da distintividade. Desta forma, cada signo será chamado a afirmar sempre e com a maior clareza sua própria significância no seio de uma constelação ou em meio ao conjunto dos signos. Tomado nele mesmo, o signo é puramente idêntico a si mesmo, pura alteridade em relação a qualquer outro, base significante da língua, material necessário da enunciação. Existe quando é reconhecido como significante pelo conjunto dos membros da comunidade lingüística, e evoca para cada um, a grosso modo, as mesmas associações e as mesmas oposições. Tal é o domínio e o critério do semiótico.

Com o semântico entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO. Os problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora de mensagens. Ora, a mensagem não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente; não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o "intencionado"), concebido globalmente, que se realiza e se divide em "signos" particulares, que são as PALAVRAS. Em segundo lugar, o semântico toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes, enquanto que o semiótico é, por princípio, separado e independente

29. Em português teríamos o mesmo com: *árvore — canção — lavar — nervo — jovem — por* contraposto a **órvore — *vanção — *canar — *dervo — *sovem — *vor* (N. do T.).

30. Em português teríamos o mesmo com: *sogro*: *sagro* ou *sogro*: *sofro* ou *sogro*: *logro* (N. do T.).

31. Em português teríamos o mesmo com: *sabre*: *fuzil* ou *sabre*: *espada* (N. do T.).

de toda referência. A ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso.

Que se trata claramente de duas ordens distintas de noções e de dois universos conceptuais, pode-se mostrar ainda pela diferença quanto ao critério de validade que é requerido por um e por outro. O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO. A diferença entre reconhecer e compreender envia a duas faculdades distintas do espírito: a de perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, e a de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra. Nas formas patológicas da linguagem, as duas faculdades estão freqüentemente dissociadas.

A língua é o único sistema em que a significação se articula assim em duas dimensões. Os outros sistemas têm uma significância unidimensional: ou semiótica (gestos de cortesia; *mudrās*), sem semântica; ou semântica (expressões artísticas), sem semiótica. O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade metalingüística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas.

Quando Saussure definiu a língua como sistema de signos, estabeleceu o fundamento da semiologia lingüística. Mas vemos agora que se o signo corresponde às unidades significantes da língua, não se pode erigi-lo em princípio único da língua em seu funcionamento discursivo. Saussure não ignorou a frase, mas visivelmente ela lhe criou uma grave dificuldade e ele a atribuiu à "fala" [32], o que não resolve nada; trata-se justamente de saber se e como do signo se pode passar à "fala". Na realidade o mundo do signo é fechado. Do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa. É preciso desde já admitir que a língua comporta dois domínios

32. Cf. *C.L.G.*[4], p. 148, 172, e as observações de R. Godel, *Current Trends in Linguistics III, Theoretical Foundations* (1966), 490 ss.

distintos, cada um dos quais exige seu próprio aparelho conceptual. Para o que denominamos semiótico, a teoria saussuriana do signo lingüístico servirá de base à pesquisa. O domínio semântico, ao contrário, deve ser reconhecido como separado. Ele precisará de um aparelho novo de conceitos e de definições.

A semiologia da língua foi bloqueada, paradoxalmente, pelo instrumento mesmo que a criou: o signo. Não se poderia descartar a idéia do signo lingüístico sem suprimir o caráter mais importante da língua; não se poderia estendê-lo ao discurso inteiro sem contradizer sua definição como unidade mínima.

Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias:

— na análise intralingüística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;

— na análise translingüística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação.

Esta será uma semiologia de "segunda geração", cujos instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral.

CAPÍTULO 4

a linguagem e a experiência humana *

Todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante. As formas que revestem estas categorias são registradas e inventoriadas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso. São categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem. Tentaremos aqui esclarecer duas categorias fundamentais do discurso, aliás necessariamente ligadas, a de pessoa e a de tempo.

Todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*. Este comportamento será julgado "instintivo"; para nós, ele parece refletir na realidade uma estrutura de oposições lingüísticas inerente ao discurso. Aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador *eu* a ele-mesmo que fala. Ora, este ato de discurso que enuncia *eu* aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o entende, mas para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos. Assim, em toda língua e a todo momento, aquele que fala se apropria desse *eu*, este *eu* que, no inventário das

* *Diogène*, Paris, U.N.E.S.C.O., Gallimard, n.º 51 (julho-setembro de 1965), p. 3-13.

formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto em ação no discurso, aí introduz a presença da pessoa sem a qual nenhuma linguagem é possível. Desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando — explicitamente ou não — o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento lingüístico que a funda. Mede-se por aí a distância, ao mesmo tempo ínfima e imensa, entre o dado e sua função. Estes pronomes existem, consignados e ensinados nas gramáticas, ofertados como os outros signos e igualmente disponíveis. Quando alguém os pronuncia, este alguém os assume, e o pronome *eu*, de elemento de um paradigma, se transforma em uma designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa. Esta é a atualização de uma experiência essencial, que não se concebe possa faltar a um língua.

Esta é a experiência central a partir da qual se determina a possibilidade mesma do discurso. Necessariamente idêntica em sua forma (a linguagem seria impossível se a experiência cada vez nova devesse inventar para cada pessoa uma expressão cada vez diferente), esta experiência não é descrita, ela está lá, inerente à forma que a transmite, constituindo a pessoa no discurso e conseqüentemente toda pessoa desde que ela fale. Por outro lado, este *eu* na comunicação muda alternativamente de estado: aquele que o entende o relaciona ao *outro* do qual ele é signo inegável; mas, falando por sua vez, ele assume *eu* por sua própria conta.

Uma dialética singular é a mola desta subjetividade. A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira. Mas, fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente do discurso.

O pronome pessoal não é a única forma desta natureza. Alguns outros indicadores partilham a mesma situação, notadamente a série dos dêiticos. Indicando os objetos, os demonstrativos organizam o espaço a partir de um ponto central, que é Ego, segundo categorias

variáveis: o objeto está perto ou longe de mim ou de ti, ele é também orientado (defronte ou detrás de mim, no alto ou em baixo), visível ou invisível, conhecido ou desconhecido, etc. O sistema das coordenadas espaciais se presta também para localizar todo objeto em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que o organiza está ele-próprio designado como centro e ponto de referência.

Das formas lingüísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o *tempo*, nenhuma é tão difícil de explorar, a tal ponto estão arraigadas as idéias preestabelecidas, as ilusões do "bom senso", as armadilhas do psicologismo. Queremos mostrar que este termo *tempo* recobre representações muito diferentes, que são as muitas maneiras de colocar o encadeamento das coisas, e queremos mostrar sobretudo que a língua conceptualiza o tempo de modo totalmente diferente da reflexão.

Uma confusão muito difundida é a de crer que certas línguas ignoram o tempo, pelo fato de que, não fazendo parte da família das línguas flexionais, elas parecem não ter verbo. Subentende-se que somente o verbo permite exprimir o tempo. Há nisto muita confusão que se deve denunciar: a categoria do verbo pode ser reconhecida mesmo nas línguas não flexionais, e a expressão do tempo é compatível com todos os tipos de estruturas lingüísticas. A organização paradigmática própria às formas temporais de certas línguas, notadamente das línguas indo-européias, não tem o direito nem o privilégio exclusivo de exprimir o tempo.

Mais geral e, se se pode dizer, natural é uma outra confusão que consiste em pensar que o sistema temporal de uma língua reproduz a natureza do tempo "objetivo", tão forte é a propensão a ver na língua o decalque da realidade. As línguas não nos oferecem de fato senão construções diversas do real, e é talvez justamente no modo pelo qual elas elaboram um sistema temporal complexo que elas são mais divergentes. Teremos que nos perguntar a que nível de expressão lingüística podemos encontrar a noção de tempo que informa necessariamente todas as línguas, e em seguida, como se caracteriza esta noção.

Há, com efeito, um tempo específico da língua, mas antes de chegar a isso, é necessário vencer duas etapas e reconhecer sucessivamente — a fim de distingui-las — duas noções distintas do tempo.

O *tempo físico* do mundo é um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade. Ele tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior. Trata-se de uma oposição bem conhecida e sem dúvida é desnecessário determo-nos aqui.

Do tempo físico e de seu correlato psíquico, a duração interior, devemos distinguir com muito cuidado o *tempo crônico*, que é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto seqüência de acontecimentos. Em nossa visão do mundo, assim como em nossa existência pessoal, não há senão um tempo, que é este. É necessário que nos esforcemos para caracterizá-lo em sua estrutura própria e em nossa maneira de concebê-lo.

Nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno, é esta a experiência comum. Não reencontramos jamais nossa infância, nem o ontem, nem o instante que acaba de passar. Nossa vida tem portanto pontos de referência que situamos exatamente numa escala reconhecida por todos, e aos quais ligamos nosso passado imediato ou longínquo. Nesta contradição aparente reside uma propriedade essencial do tempo crônico, que é preciso esclarecer.

O observador, que é cada um de nós, pode lançar o olhar sobre os acontecimentos realizados, percorrê-los em duas direções, do passado ao presente ou do presente ao passado. Nossa própria vida faz parte destes acontecimentos, que nossa visão percorre numa direção ou em outra. Neste sentido, o tempo crônico, congelado na história, admite uma consideração bidirecional, enquanto que nossa vida vivida corre (é a imagem recebida) num único sentido. A noção de acontecimento é aqui essencial.

No tempo crônico, o que denominamos "tempo" é a continuidade em que se dispõem em série estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão *no* tempo. Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo. Ora,

o tempo crônico, como o tempo físico, comporta uma dupla versão, objetiva e subjetiva.

Em todas as formas de cultura humana e em todas as épocas, constatamos de uma maneira ou de outra, um esforço para objetivar o tempo crônico. É esta uma condição necessária da vida das sociedades, e da vida dos indivíduos em sociedade. Este tempo socializado é o do calendário.

Todas as sociedades humanas instituíram um cômputo ou uma divisão do tempo crônico baseada na recorrência de fenômenos naturais: alternância do dia e da noite, trajeto visível do sol, fases da lua, movimentos das marés, estações do clima e da vegetação, etc.

Os calendários possuem traços comuns que indicam a que condições necessárias eles devem responder.

Eles procedem de um momento axial que fornece o ponto zero do cômputo: um acontecimento muito importante que é admitido como dando às coisas uma nova direção (nascimento de Cristo ou de Buda; ascensão de certo soberano, etc.). É esta a condição primeira, que denominamos *estativa* [*stative*].

Desta decorre a segunda condição, que é *diretiva*. Ela se enuncia pelos termos opostos "antes.../depois..." relativamente ao eixo de referência.

A terceira condição será dita *mensurativa*. Fixa-se um repertório de unidades de medida que servem para denominar os intervalos constantes entre as recorrências de fenômenos cósmicos. Assim o intervalo entre a aparição e o desaparecimento do sol em dois pontos diferentes do horizonte será o "dia"; o intervalo entre duas conjunções da lua e do sol será o "mês"; o intervalo definido por uma volta completa do sol e das estações será o "ano". Pode-se acrescentar aí à vontade outras unidades, quer sejam de agrupamento (semana, quinzena, trimestre, século) ou de divisão (hora, minuto...), mas elas são menos usuais.

Tais são as características do tempo crônico, fundamento da vida das sociedades. A partir do eixo *estativo*, os acontecimentos são dispostos segundo uma ou outra visada *diretiva*, ou anteriormente (para trás) ou posteriormente (para frente) em relação a este eixo, e eles são alojados em uma divisão que permite *medir*

sua distância do eixo: tantos anos antes ou depois do eixo, depois de tal mês e de tal dia do ano em questão. Cada uma das divisões (ano, mês, dia) se alinha em uma série infinita na qual todos os termos são idênticos e constantes, não admitindo nem desigualdade nem lacuna, de tal modo que o acontecimento a situar está localizado exatamente na cadeia crônica por sua coincidência com tal divisão particular. O ano 12 *depois de Cristo* é o único que se situa depois do ano 11 e antes do ano 13; o ano 12 *antes de Cristo* se situa também depois do ano 11 e antes do ano 13, mas numa visão na direção oposta, a qual, como se diz, recupera o curso da história.

São estes pontos de referência que dão a posição objetiva dos acontecimentos, e que definem também *nossa* situação em relação a estes acontecimentos. Eles nos informam no sentido próprio *onde* estamos na vastidão da história, qual o nosso lugar em meio à sucessão infinita dos homens que viveram e das coisas que aconteceram.

O sistema obedece a necessidades internas que são coercivas. O eixo de referência não pode ser mudado, uma vez que é marcado por algo que realmente aconteceu no mundo, e não por uma convenção revogável. Os intervalos são constantes de um lado e de outro do eixo. Enfim, o cômputo dos intervalos é fixo e imutável. Se ele não fosse fixo, estaríamos perdidos em um tempo errático e todo nosso universo mental não teria como se orientar. Se ele não fosse imutável, se os anos mudassem com os dias, ou se cada um os contasse à sua maneira, nenhum discurso sensato poderia mais ser mantido sobre nada e a história inteira falaria a linguagem da loucura.

Pode parecer natural que a estrutura do tempo crônico seja caracterizada por sua permanência e sua fixidez. Mas é necessário dar-se conta ao mesmo tempo de que estas características resultam do fato de que a organização social do tempo crônico é, na realidade, *intemporal*. E isto não é nenhum paradoxo.

Intemporal, este tempo medido pelo calendário é-o em virtude de sua fixidez mesma. Os dias, os meses, os anos são quantidades fixas, que observações imemoriais deduziram do jogo das forças cósmicas, mas estas quantidades são denominações do tempo que

não participam em nada da natureza do tempo e são, em si mesmas, vazias de toda temporalidade. Considerando sua especificidade lexical, serão assimilados aos nomes, que não possuem nenhuma propriedade das matérias que denominam. O calendário é exterior ao tempo. Ele não o acompanha. Ele registra as séries de unidades constantes, denominadas dias, que se agrupam em unidades superiores (meses, anos). Ora, como um dia é idêntico a um outro qualquer, nada diz sobre determinado dia do calendário, tomado nele mesmo, se ele é passado, presente ou futuro. Ele não pode ser colocado em uma destas três categorias senão por aquele que *vive* o tempo. "13 de fevereiro de 1641" é uma data explícita e completa em virtude do sistema, mas que não nos informa em que tempo ela foi enunciada; pode-se tomá-la como prospectiva, por exemplo, em uma cláusula que garante a validade de um tratado concluído um século mais cedo, ou como retrospectiva e evocada dois séculos depois. O tempo crônico fixado num calendário é estranho ao tempo vivido e não pode coincidir com ele; pelo próprio fato de ser objetivo, propõe medidas e divisões uniformes em que se alojam os acontecimentos, mas estes não coincidem com as categorias próprias da experiência humana do tempo.

Em relação ao tempo crônico, o que se pode dizer do *tempo lingüístico*? Para falar deste terceiro nível do tempo, é necessário estabelecer novamente as distinções e separar coisas diferentes, mesmo ou sobretudo se não se pode evitar chamá-las pelo mesmo nome. Uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua. É pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo, e o tempo lingüístico manifesta-se irredutível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico.

O que o tempo lingüístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso.

Este tempo tem seu centro — um centro ao mesmo tempo gerador e axial — no *presente* da instância da fala. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do "presente" (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo

da instância do discurso que o menciona. É evidente que este presente, na medida em que é função do discurso, não pode ser localizado em uma divisão particular do tempo crônico, porque ele admite todas as divisões e não se refere a nenhuma em particular. O locutor situa como "presente" tudo que aí está implicado em virtude da forma lingüística que ele emprega. Este presente é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido. Eis aí mais uma vez uma propriedade original da linguagem, tão particular que seria oportuno buscar um termo distinto para designar o tempo lingüístico e separá-lo assim das outras noções confundidas sob o mesmo nome.

O presente lingüístico é o fundamento das oposições temporais da língua. Este presente que se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não é ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção.

Observar-se-á que na realidade a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente, e que este, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso, é por natureza implícito. Quando ele é explicitado formalmente, é por uma dessas redundâncias freqüentes no uso quotidiano. Ao contrário, os tempos não-presentes, sempre explicitados na língua, a saber, o passado e o futuro, não estão no mesmo nível do tempo que o presente. A língua não os situa no tempo segundo sua posição própria, nem em virtude de uma relação que devia ser então outra que aquela da coincidência entre o acontecimento e o discurso, mas somente como pontos vistos para trás ou para frente *a partir do presente*. (Para trás e para frente, porque o homem vai ao encontro do tempo ou o tempo ao encontro dele, segundo a imagem que anima nossa representação). A língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância de discurso. É impossível deslocar este eixo referencial para o colocar no passado ou no futuro; não se pode mesmo imaginar

o que se tornaria uma língua na qual o ponto de partida da organização do tempo não coincidisse com o presente lingüístico e na qual o eixo temporal fosse ele mesmo uma variável da temporalidade.

Chega-se assim a esta constatação — surpreendente à primeira vista, mas profundamente de acordo com a natureza real da linguagem — de que o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito. Ele determina duas outras referências temporais; estas são necessariamente explicitadas em um significante e em retorno fazem aparecer o presente como uma linha de separação entre o que não é mais presente e o que vai sê-lo. Estas duas referências não se relacionam ao tempo, mas as visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente a partir do ponto presente. Esta parece ser a experiência fundamental do tempo, de que todas as línguas dão testemunho à sua maneira. Ela informa os sistemas temporais concretos e notadamente a organização formal dos diferentes sistemas verbais.

Sem entrar nos detalhes desses sistemas, que são quase sempre de uma grande complexidade, consignaremos um fato significativo. Constata-se que nas línguas dos mais variados tipos, nunca falta a forma do passado, e que muito freqüentemente ela é dupla ou mesmo tripla. As línguas indo-européias antigas dispõem, para esta expressão, do pretérito e do aoristo, e mesmo do perfeito. Em francês tem-se ainda duas formas distintas (tradicionalmente: passado definido e indefinido), e o escritor tira partido instintivamente desta diferença para separar o plano da história e da narração. Segundo Sapir, há em certos dialetos da língua chinook (falada na região do rio Colúmbia) três formas de passado, que se distinguem por seus prefixos: *ni-* indica o passado indefinido; *ga-*, o passado mais remoto dos mitos; *na-*, o passado bem recente, ontem: "foi" ["*il alla*"] será dito segundo a circunstância *niyuya* (*ni* prefixo + *y* "ele" + *uya* "ir") ou *gayuya* (prefixo *ga* + *y* + *uya*) ou *nayuya* (*na* + *y* + *uya*). Ao contrário, muitas línguas não têm forma específica de futuro. Serve-se freqüentemente do presente com algum advérbio ou partícula que indica um momento futuro. No mesmo dialeto chinook, que possui três formas do passado, não há senão uma para o futuro, e ela é caracterizada por um morfema

redundante *a* que é, ao mesmo tempo, prefixado e sufixado, diferentemente dos prefixos do pretérito. Assim se diz *ačimluda*, "ele dá-lo-á a ti", decomponível em *a-* futuro + *č* "ele" + *i* "lo" + *m* "ti" + *l* "á" + *ud* "dar" + *a* futuro. A análise diacrônica, nas línguas em que ela é possível, mostra que o futuro se constitui quase sempre, até data recente, pela especialização de certos auxiliares, notadamente "querer".

Este contraste entre as formas do passado e as do futuro é instrutivo por sua própria generalidade no mundo das línguas. Há evidentemente uma diferença de natureza entre esta temporalidade retrospectiva, que pode assumir várias distâncias no passado de nossa experiência, e a temporalidade prospectiva, que não entra no campo de nossa experiência e que, para dizer a verdade, não se temporaliza senão enquanto previsão de experiência. A língua coloca aqui em relevo uma dissimetria que está na natureza desigual da experiência.

Um último aspecto desta temporalidade merece atenção: é a maneira pela qual ela se insere no processo da comunicação.

Do tempo lingüístico indicamos a sua emergência no seio da instância de discurso que o contém em potência e que o atualiza. Mas o ato de fala é necessariamente individual; a instância específica de que resulta o presente é cada vez nova. Em conseqüência disso, a temporalidade lingüística deveria se realizar no universo intrapessoal do locutor como uma experiência irremediavelmente subjetiva e impossível de ser transmitida. Se narro o que "me aconteceu", o passado ao qual me refiro não é definido senão em relação ao presente de meu ato de fala, mas como o ato de fala parte de mim e ninguém pode falar por minha boca, da mesma forma que não pode ver por meus olhos ou experimentar o que eu sinto, é unicamente a mim que este "tempo" se relaciona e é unicamente à minha experiência que ele se restringe. Mas este argumento é falso. Algo singular, muito simples e infinitamente importante se produz realizando algo que parecia logicamente impossível: a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. Meu "hoje" se converte em seu "hoje", ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso, e meu "ontem" em seu "on-

tem". Reciprocamente, quando ele falar em resposta, eu converterei, tornando-me receptor, sua temporalidade na minha. Esta parece ser a condição de inteligibilidade da linguagem, revelada pela linguagem: ela consiste no fato de que a temporalidade do locutor, ainda que literalmente estranha e inacessível ao receptor, é identificada por este à temporalidade que informa sua própria fala quando ele se torna, por sua vez, locutor. Um e outro se acham assim de acordo sobre a duração da onda. O tempo do dicurso nem se reduz às divisões do tempo crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter o torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação lingüística.

Específico, o tempo lingüístico o é ainda de uma outra maneira. Ele comporta suas próprias divisões em sua própria ordem, esta e aquelas independentes das do tempo crônico. Aquele que diz "agora, hoje, neste momento" localiza um acontecimento como simultâneo a seu discurso; seu "hoje" pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação. Mas, separemos "hoje" do discurso que o contém, coloquemo-lo em um texto escrito; "hoje" não é mais então o signo do presente lingüístico pois que ele não é mais falado e percebido, e ele não pode mais enviar o leitor a algum dia do tempo crônico, pois que não se identifica com nenhuma data; ele pode ter sido proferido em qualquer dia do calendário e se aplicará indiferentemente a todo dia. O único meio de empregá-lo e de torná-lo inteligível fora do presente lingüístico é o de fazê-lo acompanhar de uma correspondência explícita com uma divisão do tempo crônico: "hoje, 12 de junho de 1924". O mesmo ocorre com um *eu* subtraído ao discurso que o introduz e que, adequado então a todo locutor possível, não designa seu locutor real: é necessário atualizá-lo acrescentando o nome próprio deste locutor: "eu, X...". Donde resulta que as coisas designadas e organizadas pelo discurso (o locutor, sua posição, seu tempo) não podem ser identificadas senão pelos parceiros da comunicação lingüística. Do contrário, para tornar inteligíveis estas referências intradiscursivas, deve-se ligar cada uma delas a um ponto

determinado em um conjutno de coordenadas espaço-temporais. A junção se faz assim entre o tempo lingüístico e o tempo crônico.

A temporalidade lingüística é, ao mesmo tempo, muito nítida em suas três articulações distintivas e muito limitada em cada uma delas. Centrada no "hoje", ela não pode ser deslocada para trás e para frente senão à distância de dois dias: para trás, "ontem" e "anteontem"; para frente, "amanhã" e "depois-de-amanhã". É tudo. Uma terceira gradação ("trás-antes-de-ontem"; "depois de depois de amanhã") é coisa excepcional; e mesmo a segunda não tem freqüentemente expressão lexical independente; "antes de ontem" e "depois-de-amanhã" não são senão "ontem" e "amanhã" levados a um grau mais distante em sua ordem. Não resta senão "ontem" e "amanhã", separados e determinados por "hoje", como termos originais marcando as distâncias temporais a partir do presente lingüístico. Algumas qualificações são ordenadas na mesma perspectiva: "último" ("o último inverno; a última noite") e "próxima" ("a próxima semana; o próximo outono") não comportam senão "ontem" e "amanhã" de localização fixa e única. O que caracteriza as séries de designações de ordem intersubjetiva, como se vê, é que uma translocação espacial e temporal torna-se necessária para objetivar os signos tais como "este", "eu", "agora", que têm a cada vez um referente único na instância de discurso e somente ele. Esta transferência faz aparecer a diferença de planos entre os quais deslizam as mesmas formas lingüísticas, segundo sejam consideradas no exercício do discurso ou em estado de dados lexicais.

Quando, por razões pragmáticas, o locutor deve transportar sua visão temporal para lá dos limites enunciados por "ontem" e "amanhã", o discurso sai de seu plano próprio e utiliza a gradação do tempo crônico, e antes de tudo a enumeração das unidades: "há oito dias"; "em três meses". Entretanto, "há..." e "em..." permanecem como índices do distanciamento subjetivo; eles não podem passar para um relato histórico sem conversão: "há (oito dias)" torna-se "(oito dias) antes", e "em (três meses)" torna-se "(três meses) depois; mais tarde", como "hoje" deve tornar-se "naquele dia". Estes operadores efetuam a transferência do tempo lingüístico ao tempo crônico.

A intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem.

CAPÍTULO 5

o aparelho formal da enunciação *

Todas as nossas descrições lingüísticas consagram um lugar freqüentemente importante ao "emprego das formas". O que se entende por isso é um conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis. Estas regras de emprego são articuladas a regras de formação indicadas antecipadamente, de maneira a estabelecer uma certa correlação entre as variações morfológicas e as latitudes combinatórias dos signos (acordo, seleção mútua, preposições e regimes dos nomes e dos verbos, lugar e ordem, etc.). Como as escolhas estão limitadas de uma parte e de outra, parece que se obtém assim um inventário que poderia ser, teoricamente, exaustivo, dos empregos como das formas, e em conseqüência uma imagem pelo menos aproximativa da língua em emprego.

Gostaríamos, contudo, de introduzir aqui uma distinção em um funcionamento que tem sido considerado somente sob o ângulo da nomenclatura morfológica e gramatical. As condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua. São, em realidade, dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nesta diferença, a qual implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar.

O emprego das formas, parte necessária de toda descrição,

* *Langages*, Paris, Didier-Larousse, 5.º ano, n.º 17 (março de 1970), p. 12-18.

tem dado lugar a um grande número de modelos, tão variados quanto os tipos lingüísticos dos quais eles procedem. A diversidade das estruturas lingüísticas, tanto quanto sabemos analisá-las, não se deixa reduzir a um pequeno número de modelos, que compreendem sempre e somente os elementos fundamentais. Ao menos dispomos assim de certas representações muito precisas, construídas por meio de uma técnica comprovada.

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido.

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.

O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a "fala"? — É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres lingüísticos que marcam esta relação.

Este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos. Veremos principalmente três.

O mais imediatamente perceptível e o mais direto — embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação — é a realização vocal da língua. Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração — são outras tantas ramificações da fonética — procedem sempre de atos individuais, que o lingüista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala. Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados. Mas cada um sabe que, para

o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida.

O mecanismo desta produção é um outro aspecto maior do mesmo problema. A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão — muito difícil e pouco estudada ainda — é ver como o "sentido" se forma em "palavras", em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância [1]. Sob a mesma consideração disporemos os procedimentos pelos quais as formas lingüísticas da enunciação se diversificam e se engendram. A "gramática transformacional" visa a codificá-las e a formalizá-las para daí depreender um quadro permanente, e, de uma teoria da sintaxe universal, propõe remontar a uma teoria do funcionamento do espírito.

Pode-se, enfim, considerar uma outra abordagem, que consistiria em definir a enunciação no quadro formal de sua realização. É o objeto próprio destas páginas. Tentaremos esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza. Estes caracteres são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido. Por comodidade, os dados utilizados aqui são tirados do português [*francês*] usual e da língua da conversação.

Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em

1. Tratamos disso particularmente num estudo publicado pela revista *Semiotica*, I, 1969 (cf. acima, p. 43-66).

uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.

Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário.

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação.

Estas condições iniciais vão reger todo o mecanismo da referência no processo de enunciação, criando uma situação muito singular e da qual ainda não se tomou a necessária consciência.

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.

Esta descrição um pouco abstrata se aplica a um fenômeno lingüístico familiar no uso, mas cuja análise teórica está apenas começando. É primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário.

Da mesma natureza e se relacionando à mesma estrutura de enunciação são os numerosos índices de ostensão (tipo *este*, *aqui*, etc.), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo.

As formas denominadas tradicionalmente "pronomes pessoais", "demonstrativos", aparecem agora como uma classe de "indivíduos lingüísticos", de formas que enviam sempre e somente a "indivíduos", quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos. Ora, o estatuto destes "indivíduos lingüísticos" se deve ao fato de que eles nascem de uma enunciação, de que são produzidos por este acontecimento individual e, se se pode dizer, "semel-natif". Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo.

Uma terceira série de termos que dizem respeito à enunciação é constituída pelo paradigma inteiro — freqüentemente vasto e complexo — das formas temporais, que se determinam em relação a *EGO*, centro da enunciação. Os "tempos" verbais cuja forma axial, o "presente", coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário [2].

Esta relação com o tempo merece que aí nos detenhamos, que meditemos sobre sua *necessidade*, e que interroguemos sobre o que a fundamenta. Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o "agora" e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. Poder-se-ia mostrar pelas análises de sistemas temporais em diversas línguas a posição central do presente. O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade

---

2. Os detalhes dos fatos de língua que apresentamos aqui de um modo sintético, estão expostos em muitos capítulos de nossos *Problèmes de linguistique générale*, I (Paris, 1966), o que nos dispensa de insistir sobre eles.

que denominamos "tempo"; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais.

Assim a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência. Porque eles não poderiam surgir nem ser empregados no uso cognitivo da língua. É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de "indivíduos" que a enunciação cria e em relação ao "aqui-agora" do locutor. Por exemplo: o "eu", o "aquele", o "amanhã" da descrição gramatical não são senão os "nomes" metalingüísticos de *eu*, *aquele*, *amanhã* produzidos na enunciação.

Além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas. Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções. É, em primeiro lugar, a *interrogação*, que é uma enunciação construída para suscitar uma "resposta", por um processo lingüístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada. Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, seqüência, entonação, etc., derivam deste aspecto da enunciação.

De modo semelhante distribuir-se-ão os termos ou formas que denominamos de *intimação*: ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação.

Menos evidente talvez, mas também certo, é o fato de a *asserção* pertencer a este mesmo repertório. Em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação, ela tem mesmo instrumentos específicos que a exprimem ou que a implicam, as palavras *sim* e *não* afirmando positivamente ou negativamente uma proposição. A negação como operação lógica é independente da enunciação, ela tem sua forma própria, que

é *não*. Mas a partícula assertiva *não*, substituta de uma proposição, classifica-se como a partícula *sim*, com a qual ela reparte o estatuto, nas formas que dizem respeito à enunciação.

De modo mais amplo, ainda que de uma maneira menos categorizável, organizam-se aqui todos os tipos de modalidades formais, uns pertencentes aos verbos, como os "modos" (optativo, subjuntivo) que enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão), outros à fraseologia ("talvez", "sem dúvida", "provavelmente") e indicando incerteza, possibilidade, indecisão, etc., ou, deliberadamente, recusa de asserção.

O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.

Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas "figuras" igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação.

Poder-se-ia objetar que pode haver diálogo fora da enunciação, ou enunciação sem diálogo. Os dois casos devem ser examinados.

Na disputa verbal praticada por diferentes povos e da qual uma variedade típica é o *hain-teny* dos Merinas, não se trata na verdade nem de diálogo nem de enunciação. Nenhum dos dois parceiros se enuncia: tudo consiste em provérbios citados e em provérbios opostos citados em réplica. Não há uma única referência explícita ao objeto do debate. Aquele, dos dois participantes, que dispõe do maior estoque de provérbios, ou que os emprega de modo mais hábil, mais malicioso, menos previsível deixa o outro sem saber o que responder e é proclamado vencedor. Este jogo não tem senão a aparência de um diálogo.

Inversamente, o "monólogo" procede claramente da enunciação. Ele deve ser classificado, não obstante a aparência, como uma variedade do diálogo, estrutura fundamental. O "monólogo" é um diálogo interiorizado, formulado em "linguagem interior", entre um eu locutor e um eu ouvinte. Às vezes, o eu locutor é o único a

falar; o eu ouvinte permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significante a enunciação do eu locutor. Às vezes, também, o eu ouvinte intervém com uma objeção, uma questão, uma dúvida, um insulto. A forma lingüística que esta intervenção assume difere segundo os idiomas, mas é sempre uma forma "pessoal". Ora o eu ouvinte substitui o eu locutor e se enuncia então como "primeira pessoa"; é assim em francês [*português*] onde o "monólogo" será cortado por observações ou injunções tais como: "Non, je suis idiot, j'ai oublié de lui dire que..." [*"Não, eu sou um idiota, esqueci de te dizer que..."*]. Ora o eu ouvinte interpela na "segunda pessoa" o eu locutor: "Non, tu n'aurais pas dû lui dire que..." [*"Não, tu (você) não deverias (ria) lhe ter dito que..."*]. Haveria aí uma interessante tipologia dessas relações para estabelecer; em algumas línguas ver-se-ia predominar o eu ouvinte como substituto do locutor e se colocando por sua vez como *eu* (francês, inglês), ou em outras, pondo-se como parceiro de diálogo e empregando *tu* (alemão, russo). Esta transposição do diálogo em "monólogo" onde EGO ou se divide em dois, ou assume dois papéis, presta-se a figurações ou a transposições psicodramáticas: conflitos do "*eu* [*moi*] profundo" e da "consciência", desdobramentos provocados pela "inspiração", etc. Esta possibilidade é facultada pelo aparelho lingüístico da enunciação, sui-reflexivo, que compreende um jogo de oposições do pronome e do antônimo (*eu/me/mim* [*Je/me/moi*])[3].

Estas situações exigiriam uma dupla descrição, da forma lingüística e da condição figurativa. Contenta-se muito facilmente com invocar a freqüência e a utilidade práticas da comunicação entre os indivíduos, para que se admita a situação de diálogo como resultando de uma necessidade, abstendo-se assim de analisar as múltiplas variedades. Uma delas se apresenta em uma condição social das mais banais em aparência, mas das menos conhecidas, de fato. B. Malinowski indicou-a sob o nome de *comunhão fática*, qualificando-a assim como fenômeno psicossocial com função lingüística. Ele a configurou partindo do papel que a linguagem aí desempenha. É um processo em que o discurso, sob a forma de um diálogo,

3. Ver um artigo do BSL 60 (1965), fasc. I, p. 71 e ss.

estabelece uma colaboração entre os indivíduos. Vale a pena citar algumas passagens desta análise[4]:

> O caso da linguagem usada no livre e fortuito intercurso social merece especial atenção. Quando várias pessoas sentam-se juntas em torno da fogueira da aldeia, depois de terminadas as tarefas quotidianas, ou quando batem papo, descansando do trabalho, ou quando acompanham algum simples trabalho manual com um tagarelar que nada tem a ver com o que estão fazendo — é claro que, nestes casos, estamos diante de um outro modo de usar a linguagem, com um outro tipo de função do discurso. Aqui, a língua não depende do que acontece no momento; parece estar até privada de qualquer contexto de situação. O sentido de cada enunciado não pode estar ligado ao comportamento do locutor ou do ouvinte, com a intenção do que estão fazendo.
>
> Uma simples frase de cortesia, tão usada entre as tribos selvagens como nos salões europeus, cumpre uma função para a qual o sentido de suas palavras é quase completamente indiferente. As perguntas sobre a saúde, os comentários sobre o tempo, as afirmações de algum estado de coisas absolutamente óbvio — tudo são frases trocadas não com a finalidade de informar, nem para coordenar as pessoas em ação e certamente que não para expressar qualquer pensamento...
>
> Não há dúvida de que temos aqui um novo tipo de uso lingüístico — que estou tentado a chamar *comunhão fática*, instigado pelo demônio da invenção terminológica — um tipo de discurso em que os laços de união são criados pela mera troca de palavras... As palavras, na comunhão fática, são usadas, principalmente, para transmitir uma significação, a significação que é, simbolicamente, a delas? Certamente que não. Elas preenchem uma função social e esse é o seu principal objetivo, mas não são o resultado de reflexão intelectual nem despertam, necessariamente, qualquer espécie de reflexão no ouvinte. Mais uma vez podemos dizer que a linguagem não funciona, neste caso, como um meio de transmissão do pensamento.

4. Traduzimos aqui algumas passagens do artigo de B. Malinowski publicado em Ogden e Richards, *The meaning of meaning*, 1923, p. 313 e s.

Mas podemos considerá-la um modo de ação? E em que relação se situa com a nossa concepção decisiva de contexto de situação? É óbvio que a situação exterior não participa diretamente na técnica da fala. Mas o que é que pode ser considerado *situação* quando um certo número de pessoas tagarelam juntas sem finalidade? Consiste, apenas, nessa atmosfera de sociabilidade e no fato de uma comunhão pessoal dessas pessoas. Mas esta é obtida, de fato, pela fala e a situação, em todos esses casos, é criada pela troca de palavras, pelos sentimentos específicos que formam a convivência gregária, pelo vai e vem dos propósitos que constituem o tagarelar comum. A situação, em seu todo, consiste no que acontece lingüisticamente. Cada enunciação é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão mas como um modo de ação.

Estamos aqui no limite do "diálogo". Uma relação pessoal criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores. A análise formal desta forma de troca lingüística está por fazer[5].

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca freqüente, talvez necessária, da "oralidade". Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui.

5. Não há sobre ela senão algumas referências, por exemplo, em Grace de Laguna, *Speech, its function and development*, 1927, p. 244 n.; R. Jakobson, *Essais de linguistique générale*, trad. N. Ruwet, 1963, p. 217.

III

ESTRUTURAS E ANÁLISES

Tradução: Rosa Attié Figueira

CAPÍTULO 6

estrutura da língua e estrutura da sociedade *

Senhoras e senhores, vou tratar de um assunto que leva tanto a expor o óbvio quanto a colocar uma contradição. Trata-se na verdade de examinar as relações entre duas grandes entidades que são respectivamente a língua e a sociedade.

A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Conseqüentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro. A partir deste momento, a sociedade é dada com a linguagem. Por sua vez, a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação. A partir deste momento, a linguagem é dada com a sociedade. Assim, cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra. Pareceria que se pudesse e mesmo que se devesse estudá-las em conjunto, descobri-las em conjunto, uma vez que em conjunto elas nasceram. Pareceria também que se pudesse e mesmo que se devesse encontrar de uma a outra, da língua à sociedade, correlações precisas e constantes, uma vez que uma e outra nasceram da mesma necessidade.

Ora, todos aqueles que várias vezes e ainda recentemente estudaram estas ligações foram levados por fim a concluir que na verdade não se descobre da língua para a sociedade nenhuma relação que revelaria uma analogia em sua respectiva estrutura. Isto é bem conhecido e de imediato aparente. Com efeito, se passarmos

---

* *Linguaggi nella società e nella tecnica* (= Convegno internazionale Olivetti, Milão, 14-17, outubro, 1968), Milão, Edizioni di Comunità, 1970, p. 459-460.

uma vista d'olhos vamos constatar que línguas de estruturas comparáveis servem a sociedades muito diferentes entre si. Este fato resulta, em particular, daquilo que se chama a extensão das línguas comuns, do fato de que uma língua é adotada por sociedades de estruturas diferentes que não são em princípio destruídas ou modificadas enquanto tais. Vê-se também na história que línguas, ao contrário, muito afastadas por seu tipo uma da outra, vivem e se desenvolvem em sociedades que compartilham o mesmo regime social. Basta abrir os olhos nos dias de hoje e ver por exemplo a situação em que se encontram certas línguas umas em relação a outras na metade oriental da Europa, onde vemos línguas eslavas, fino-ugrianas, germânicas ou românicas servir de órgãos a sociedades que são essencialmente de mesma estrutura.

Quando se toma a evolução histórica, vê-se também que língua e sociedade evoluem separadamente. Uma mesma língua permanece estável através das reviravoltas sociais mais profundas. Depois de 1917 a estrutura da sociedade russa foi profundamente modificada, é o mínimo que se pode dizer, mas nada de comparável sobreveio na estrutura da língua russa.

Destas observações muitas vezes repetidas nasce este sentimento que foi freqüentemente expresso, entre os lingüistas e entre os antropólogos também, de que a sociedade e a cultura inerente à sociedade são independentes da língua.

Um homem que conhecia os dois aspectos destas realidades, Sapir, afirmou que tipos de línguas simples e complexas de um número infinito de variedades podem ser constatados em qualquer nível da cultura, e que não existe daquele ponto de vista, já que se emprega a mesma língua, diferença entre Platão e um guarda de porcos macedônio. Dever-se-ia portanto concluir que língua e sociedade não são isomórficas, que sua estrutura não coincide, que suas variações são independentes, e se limitar a constatar esta discordância.

Mas outros autores afirmam, e é igualmente o óbvio, que a língua é — como dizem eles — o espelho da sociedade, que ela reflete a estrutura social em suas particularidades e suas variações e que ela é mesmo por excelência o índice das mudanças que se operam na sociedade e nesta expressão privilegiada da sociedade

que se chama a cultura. Não se pode conciliar estes pontos de vista. Eles mostram em todo caso que o problema está longe de ser simples e é com efeito o problema essencial da situação da língua na sociedade; eles mostram também que a maneira pela qual este problema foi debatido até agora não nos aproxima muito de uma solução.

Na realidade temos aí noções imensas cuja complexidade não acabamos de explorar, respectivamente a língua e a sociedade. A idéia de procurar entre estas duas entidades relações unívocas que fariam corresponder tal estrutura social a tal estrutura lingüística, parece trair uma visão muito simplista das coisas. Naturalmente são grandezas não-isomórficas, vê-se logo na diferença que as separa em sua organização estrutural.

A base da estrutura lingüística é composta de unidades distintivas, e estas unidades se definem por quatro caracteres: elas são unidades discretas, são em número finito, são combináveis e são hierarquizadas.

A estrutura da sociedade não pode ser reduzida a este esquema, ela é de natureza dupla. Existe de um lado um sistema relacional, que é chamado o sistema do parentesco; e de outro um sistema de relação, de divisão, é o sistema das classes sociais que é agenciado pelas funções de produção. Ora, nem os indivíduos nem os grupos variados de indivíduos se deixam transpor em unidades ou grupos de unidades comparáveis às da língua. Fala-se freqüentemente da família como da célula social. É uma metáfora que não deve mascarar a essência das coisas. A sociedade não consiste num agregado de semelhantes células, um agregado de famílias e conjuntos de famílias não têm a menor analogia com os agrupamentos das unidades significantes na língua.

É preciso, portanto, constatar que não existe correspondência nem de natureza nem de estrutura entre os elementos constitutivos da língua e os elementos constitutivos da sociedade. Mas na realidade está aí um ponto de vista um pouco sumário que é preciso ultrapassar. É preciso tomar consciência das implicações que trazem a noção de língua e a de sociedade quando se toma de empreitada compará-las. Assim é preciso assinalar e corrigir uma confusão que

é cometida entre duas acepções do termo língua e do termo sociedade respectivamente.

Existe de uma parte a sociedade como dado empírico, histórico. Fala-se da sociedade chinesa, da sociedade francesa, da sociedade assíria; existe de outra parte a sociedade como coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens. Da mesma maneira existe a língua como idioma empírico, histórico, a língua chinesa, a língua francesa, a língua assíria; e existe a língua como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação.

Operando esta primeira distinção, separamos em cada uma das duas entidades dois níveis, um histórico, outro fundamental. Percebe-se então que o problema das relações possíveis entre a língua e a sociedade se coloca em cada um destes dois níveis, e que podemos, portanto, admitir duas respostas diferentes. Vimos que, entre uma língua histórica e uma sociedade histórica, não se pode estabelecer correlação como um signo de necessidade; mas num nível fundamental, podemos perceber imediatamente homologias. Alguns caracteres são comuns a uma e outra, à língua e à sociedade — repito eu — neste nível. Língua e sociedade são para os homens realidades inconscientes, uma e outra representam a natureza, se assim se pode dizer, o meio natural e a expressão natural, coisas que não podem ser concebidas como outras que não são e que não podem ser imaginadas como ausentes. Uma e outra são sempre herdadas, e não se imagina no exercício da língua e na prática da sociedade, neste nível fundamental, que tenha podido existir um começo tanto em uma quanto em outra. Nem uma nem a outra podem ser mudadas pela vontade dos homens. O que os homens vêem mudar, o que eles podem mudar, o que eles efetivamente mudam através da história, são as instituições, às vezes a forma inteira de uma sociedade particular, mas nunca o princípio da sociedade que é o suporte e a condição da vida coletiva e individual. Da mesma maneira, o que muda na língua, o que os homens podem mudar, são as designações, que se multiplicam, que se substituem e que são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua. É que se a diversificação constante, crescente das atividades sociais, das necessidades, das noções, exige

designações sempre novas, é preciso que em troca exista uma força unificante que faça equilíbrio. Acima das classes, acima dos grupos e das atividades particularizadas, reina um poder coesivo que faz uma comunidade de um agregado de indivíduos e que cria a própria possibilidade da produção e da subsistência coletiva. Este poder é a língua e apenas a língua. É porque a língua representa uma permanência no seio da sociedade que muda, uma constância que interliga as atividades sempre diversificadas. Ela é uma identidade em meio às diversidades individuais. E daí procede a dupla natureza profundamente paradoxal da língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Esta dualidade se reencontra em todas as propriedades da linguagem.

Então como podemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)? Esta relação não será uma correlação estrutural, já que vimos que a organização dos homens não é comparável à da língua. Ela não será tipológica, pois o tipo da língua — monossilábica, polissilábica, tonal ou morfológica — não influi absolutamente sobre a natureza específica da sociedade. Ela também não será histórica ou genética, porque não fazemos depender o nascimento de uma do nascimento da outra. A língua nasce e se desenvolve no seio da comunidade humana, ela se elabora pelo mesmo processo que a sociedade, pelo esforço de produzir os meios de subsistência, de transformar a natureza e de multiplicar os instrumentos.

É neste trabalho coletivo e por este trabalho coletivo que a língua se diferencia, aumenta sua eficiência, da mesma maneira que a sociedade se diferencia em suas atividades materiais e intelectuais. Estamos considerando aqui a língua somente como meio de análise da sociedade. Para este fim nós tomaremos língua e sociedade em sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado. E formularemos estas duas proposições conjuntas: em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade.

A justificação da primeira proposição: a língua como interpretante da sociedade, é dada pela segunda: a língua contém a sociedade. Isto se verifica de duas maneiras: de início empirica-

mente, pelo fato de que se pode isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma sem se referir a seu emprego na sociedade, e sem se referir a suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura. Em contrapartida, é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões lingüísticas. Neste sentido a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por esta.

Em segundo lugar, e voltarei mais adiante a este ponto, a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade. Eu digo a língua em si mesma, sempre e necessariamente.

Consideremos portanto que a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua.

Para que a língua possa preencher este papel de interpretante que é inicialmente e do ponto de vista puramente literal fazer existir o interpretado e transformá-lo em noção inteligível, a língua deve preencher duas condições face à sociedade. Visto que esta sociedade é da natureza humana fixada em instituições e modelada pela técnica, pelas condições da produção, a sociedade está apta a se diferenciar ou a evoluir constantemente, ora lenta, ora muito rapidamente. Mas o interpretante não deve mudar enquanto tal, permanecendo capaz de registrar, de designar e mesmo de orientar as mudanças que sobrevêm no interpretado. Aí está uma condição de semiologia geral. Um princípio semiológico que eu gostaria de colocar, é que dois sistemas semióticos não podem coexistir em condição de homologia, se eles são de natureza diferente; eles não podem ser mutuamente interpretantes um do outro, nem ser convertíveis um no outro. Tal é, com efeito, a situação da língua face à sociedade; a língua pode acolher e nomear todas as novidades que a vida social e as condições técnicas produzem, mas nenhuma destas mudanças reage diretamente sobre sua própria estrutura. Com exceção das mudanças violentas, produzidas pelas guerras, pelas conquistas, o sistema da língua não muda senão muito lentamente, e sob a pressão de necessidades internas, de maneira que — aí está uma condição que é preciso sublinhar — nas condições de vida normal os homens que falam não são nunca testemunhas

da mudança lingüística. Só se dá conta disto retrospectivamente, ao fim de muitas gerações, e conseqüentemente somente nas sociedades que conservam os testemunhos dos estados lingüísticos mais antigos, as sociedades dotadas da escrita.

Agora, o que é que atribui à língua esta posição de interpretante? É que a língua é — como é sabido — o instrumento de comunicação que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade. Se a língua é um instrumento de comunicação ou o instrumento da comunicação, é porque ela está investida de propriedades semânticas e porque ela funciona como uma máquina de produzir sentido, em virtude de sua própria estrutura. E aqui estamos no âmago do problema. A língua permite a produção indefinida de mensagens em variedades ilimitadas. Esta propriedade única deve-se à estrutura da língua que é composta de signos, de unidades de sentido, numerosas mas sempre em número finito, que entram em combinações regidas por um código e que permitem um número de enunciações que ultrapassa qualquer cálculo, e que o ultrapassa necessariamente cada vez mais, uma vez que o efetivo dos signos vai sempre aumentando e que as possibilidades de utilização dos signos e de combinação destes signos aumentam em conseqüência.

Há portanto duas propriedades inerentes à língua, em seu nível mais profundo. Há a propriedade que é constitutiva de sua natureza de ser formada de unidades significantes, e há a propriedade que é constitutiva de seu emprego de poder arranjar estes signos de maneira significante. Estão aí duas propriedades que é preciso manter distintas, que comandam duas análises diferentes e que se organizam em duas estruturas particulares. Entre estas duas propriedades o elo é estabelecido por uma terceira propriedade. Nós dissemos que existem de um lado unidades significantes, em segundo lugar a capacidade de arranjar estes signos de maneira significante, e em terceiro lugar, diríamos, existe a propriedade *sintagmática*, ou seja, a de combiná-los em certas regras de consecução e somente de certa maneira. Nada pode ser compreendido — é preciso se convencer disto — que não tenha sido reduzido à língua. Por conseqüência, a língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que

se chama a sociedade. É graças a este poder de transmutação da experiência em signos e de redução categorial que a língua pode tomar como objeto qualquer ordem de dados e até a sua própria natureza. Há uma metalinguagem, não há metassociedade.

A língua engloba a sociedade de todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual, mas ao mesmo tempo, em virtude de um poder distinto, ela configura a sociedade instaurando aquilo que se poderia chamar o semantismo social. É esta parte da língua que tem sido mais freqüentemente estudada. Ela consiste na verdade, principalmente mas não exclusivamente, em designações, em fatos de vocabulário. O vocabulário fornece aqui uma matéria muito abundante, de que se servem historiadores da sociedade e da cultura. O vocabulário conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou simultaneamente empregados, etc. Como é este o aspecto que é melhor explorado da relação da língua com a sociedade, da língua como conjunto e como sistema de designações, constante, portanto, constantemente renovada, alargada, não insistiremos de uma maneira detalhada nisto. Limitar-nos-emos a fazer aparecer aqui alguns traços desta faculdade semântica.

Os testemunhos que a língua dá deste ponto de vista só adquirem todo seu valor se eles forem ligados entre eles e coordenados à sua referência. Existe aí um mecanismo complexo cujos ensinamentos é preciso interpretar prudentemente. O estado da sociedade numa época dada não aparece sempre refletido nas designações de que ela faz uso, pois as designações podem muitas vezes subsistir quando os referentes, as realidades designadas já mudaram. Aí está um fato de experiência freqüente e que se verifica constantemente, e os melhores exemplos são precisamente o termo "língua" e o termo "sociedade" que estamos utilizando agora a cada instante. A diversidade das referências que se pode dar a um e a outro destes dois termos é o testemunho e a condição do emprego que devemos fazer das formas. O que se chama de polissemia resulta desta capacidade que a língua possui de *subsumir* em um termo constante uma grande variedade de tipos e em seguida admitir a variação da referência na estabilidade da significação.

Em terceiro lugar, para passar a uma consideração um pouco diferente, mas sobre a qual há espaço para insistir mais particularmente hoje, cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros. Entretanto, e talvez por causa disto, a língua que é assim a emanação irredutível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva à toda a coletividade. É esta coincidência entre a língua como realidade objetivável, supra-individual, e a produção individual do falar que fundamenta a situação paradoxal da língua com respeito à sociedade. Com efeito, a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento lingüístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do "eu" ao "tu" e a oposição do sistema "eu/tu" a "ele".

A primeira, a oposição "eu-tu", é uma estrutura de alocução pessoal que é exclusivamente inter-humana. Somente um código pessoal, religioso ou poético, autorizaria empregar esta oposição fora do meio humano.

A segunda oposição, a do "eu-tu"/"ele", opondo a pessoa à não-pessoa, efetua a operação da referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocução. Temos aí o fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua.

Aqui aparece uma nova configuração da língua que se acrescenta às outras duas que eu sumariamente analisei: é a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação.

Desta vez o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma classe, seja uma

classe de autoridade ou uma classe de produção. A língua, com efeito, é considerada aqui enquanto prática humana, ela revela o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum.

Eu poderia descrever este fenômeno como uma apropriação por grupos ou classes do aparelho de denotação que é comum a todos. Cada classe social se apropria dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e freqüentemente os constitui com base em derivação nova. Por sua vez, estes termos, carregados de valores novos, entram na língua comum na qual introduzem as diferenciações lexicais. Poder-se-ia estudar este processo examinando um certo número de vocabulários especializados, mas que trazem em si mesmos sua referência, e que constituem um universo particular relativamente coordenado. Poderia ser por exemplo — mas não tenho tempo de desenvolver aqui este exemplo — a análise de certos vocabulários de classes específicas como o vocabulário do sagrado na língua dos pontífices romanos. Tomo de propósito uma língua fácil de analisar e um vocabulário bastante abundante, em que se poderia encontrar ao mesmo tempo todo um repertório de termos específicos e também maneiras específicas de arrumá-lo, um estilo particular, em suma os caracteres de uma apropriação da língua comum, realizada ao dotá-la de noções, de valores novos. Poder-se-ia verificar assim, em cima de um modelo reduzido, o papel da língua no interior da sociedade, uma vez que esta língua é a expressão de certos grupos profissionais especializados, para os quais seu universo é o universo por excelência. Ao distinguir, como nós tentamos fazê-lo, os diferentes tipos de relações que unem a língua à sociedade, que são próprios a esclarecê-las uma através da outra, recorremos sobretudo ao mecanismo que permite à língua tornar-se o denominador, o interpretante das funções e das estruturas sociais. Mas além disto entrevêem-se certas analogias menos visíveis entre as estruturas profundas, o próprio funcionamento da língua e os princípios fundamentais da atividade social. Estão aí comparações ainda sumárias, homologias amplas, e seria preciso levar muito mais longe a teoria para torná-las frutuosas; apesar disto eu as acredito necessárias e

fundamentadas. Só posso dar aqui uma primeira aproximação designando três noções essenciais.

A língua pode ser encarada no interior da sociedade como um sistema produtivo: ela produz sentido, graças à sua composição que é inteiramente uma composição de significação e graças ao código que condiciona este arranjo. Ela produz também indefinidamente enunciações graças a certas regras de transformação e de expansão formais; ela cria, portanto, formas, esquemas de formação; ela cria objetos lingüísticos que são introduzidos no circuito da comunicação. A "comunicação" deveria ser entendida na expressão literal de colocação em comum e de trajeto circulatório.

Estamos aí no domínio da economia. Saussure já tinha revelado uma analogia entre certas noções próprias da economia e aquelas que ele criava, que ele enunciava, que ele organizava pela primeira vez no processo da comunicação lingüística. Ele assinalou que a economia é como a língua um sistema de *valores*: eis um outro termo que é um termo fundamental. É uma analogia que despertaria longas reflexões, mas nós podemos prolongá-la numa terceira noção que está ligada ao valor: é a noção de *troca*, que poderia ser assimilada à troca paradigmática. Sabe-se que o eixo paradigmático da língua é aquele que é justamente caracterizado, em relação ao eixo sintagmático, pela possibilidade de substituir um termo por um outro, uma função por uma outra na medida em que justamente ela tem um valor de utilização sintagmática. E estamos aí bem perto dos caracteres do valor em economia. Saussure tinha comparado a relação salário-trabalho à relação significante-significado, porque dos dois lados é um valor que está em jogo e porque os dois membros deste binômio são de natureza completamente diferente e aproximados numa relação arbitrária. Eu não estou absolutamente certo de que este seja o melhor exemplo ou que a relação salário-preço, salário-trabalho seja rigorosamente homóloga à do significante-significado, mas trata-se aqui menos deste exemplo particular do que do princípio da aproximação e da visão que daí resulta sobre a maneira de aplicar certos critérios, certas noções comuns à língua e à sociedade.

Será suficiente portanto colocar, em vista de uma elaboração futura, estas três noções de base que fornecem já à reflexão o meio

de ultrapassar o quadro tradicional que coloca língua e sociedade uma ao lado da outra.

Eu tentei bem sumariamente fazer aparecer a necessidade e a possibilidade de introduzir na discussão deste vasto assunto distinções essenciais e também estabelecer entre a língua e a sociedade relações que são ao mesmo tempo lógicas e funcionais: lógicas sob uma consideração de suas faculdades e de sua relação significantes, funcionais porque uma e outra podem ser consideradas como sistemas produtivos cada qual segundo sua natureza. Assim podem emergir analogias profundas sob as discordâncias de superfície. É na prática social, comum no exercício da língua, nesta relação de comunicação inter-humana que os traços comuns de seu funcionamento deverão ser descobertos, pois o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto, na dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele.

CAPÍTULO 7

convergências tipológicas *

Entende-se geralmente por tipologia o estudo dos tipos lingüísticos definidos por sua estrutura geral. Esta noção bastante sumária deu origem à classificação tradicional das línguas em flexionais, isolantes, etc., que esteve em vigor outrora. Parece mais instrutivo caracterizar como "tipos" conjuntos mais limitados, mas melhor definidos, que podem aliás ser de natureza bastante variada, com a condição de que eles ofereçam numa língua dada uma particularidade notável. Se a observação inicial é correta e se ela isola as condições do fenômeno, conduz por vezes a reconhecer o mesmo tipo numa língua de estrutura completamente diversa, em que as mesmas condições a produziram. Eis um exemplo destas convergências entre línguas diferentes.

O francês, cuja fraca tendência para a composição é sempre sublinhada, possui todavia dois tipos de compostos verbais, inteiramente distintos um do outro, e igualmente dignos de atenção.

Um deles, o mais conhecido, é o tipo *porte-monnaie*, *taille-crayon*, *garde-chasse*, caracterizado pela seqüência regente + regido ou determinado + determinante. Ele subsume uma construção verbal transitiva com objeto direto. O primeiro membro, que é o termo verbal, permanece invariável; só o segundo, termo nominal, é sujeito a uma variação de número, que se aplica na verdade ao composto como um todo, uma vez que este composto é nominal[1].

---

* *L'Homme*, La Haye, Mouton & Co., VI (1966), Caderno n.º 2, p. 5-12.

1. Deixaremos totalmente de lado caprichos da ortografia, a qual prescreve que *porte-monnaie* é invariável, que *garde-barrière* faz o plural em *gardes-*

Esta classe de compostos coloca um problema formal que tem sido freqüentemente debatido: qual é a natureza da forma verbal no primeiro membro? Parece que as opiniões se dividem entre duas possibilidades somente: *porte-*, *taille-*, ... seria ou um imperativo ou um presente. A primeira interpretação se apóia sobretudo num argumento histórico e comparativo tirado da formação, no estado românico, de nomes próprios tais como *Boileau* (fr.), *Bevilacqua* (it.). Isto não é a melhor prova para os compostos não-onomásticos. De qualquer maneira, as considerações históricas não são aqui de nenhuma ajuda; é na estrutura atual do francês, em que este composto se opõe a outros, que ele deve ser definido.

Numa visão sincrônica deste tipo de composto, o primeiro membro aparece não como uma forma do paradigma flexional, mas como um tema verbal, exprimindo a noção fora de qualquer atualização temporal ou modal. Esta noção é assim colocada no estado virtual, o que corresponde à natureza dos compostos: de uma maneira geral, um composto tem por função colocar em suspenso a atualização inerente a cada um dos dois termos tomados em seu exercício próprio, e transferi-la ao composto unitário. Assim o tipo *garde-chasse* converte em substantivo ou em adjetivo um sintagma verbo + nome [2]. É a partir da função predicativa do sintagma **il garde la chasse* que se pode formar um composto *garde-chasse*, em que *il garde* e *la chasse* são reduzidos à sua forma virtual *garde* e *chasse*. Esta é a condição que faz com que o sintagma verbal com função predicativa possa tornar-se um composto nominal com função denotativa. O papel da função predicativa na gênese desta classe de compostos deve ser sublinhada. A mesma função está subjacente a uma parte notável da derivação. Retornaremos em outra parte a este ponto.

* * *

barrière ou *barrières*, e que o plural de *garde-côte*, se designa um soldado, é *gardes-côtes*, mas se é um barco, *garde-côtes*.

2. A regência transitiva do primeiro ao segundo membro é comum à quase totalidade destes compostos. Muito raros e literários são aqueles em que o tema de um verbo intransitivo está junto com um advérbio: *gagne-petit*, *lève-tôt*, *trotte-menu*.

O segundo tipo de compostos verbais é o de *maintenir*. Ele contrasta sob todos os pontos de vista com o precedente: pouco abundante, improdutivo, constitui em parte formas remanescentes, embora alguns de seus representantes sejam bastante usuais. É entretanto muito interessante de ser estudado porque perpetua na língua — no estado de resíduo — não somente um composto verbal, como o precedente, mas um verdadeiro *verbo composto*, com flexão completa: *maintenir* possui a flexão total de *tenir* ou de *soutenir*. Ora, um verbo composto é em geral uma raridade. No tipo lingüístico indo-europeu não se conhece exemplo disto. Lá onde ele se apresenta, é a título de formação secundária e como derivado de um composto nominal: assim no grego *oikodomeîn*, *-nomeîn*, *-phoreîn* são na realidade denominativos de *oikodómos*, *-nomós*, *-phorós*: igualmente *gonupeteîn*, *-klineîn* saem de *gonupetḗs*, *-klinḗs*. Uma vez constituído, o presente grego *gonuklinein* "s'agenouiller" serviu de modelo ao tardio *genuflectere* do latim da Igreja, a menos que este último não proceda diretamente de *genuflexio* (imitado do grego *gonuklisía*), da mesma maneira que, em francês, a partir de *génuflexion*, Alfred Jarry [3] fez *génuflêchir*. Não há portanto antepassado nem paralelo para uma formação de composto em que um verbo seria determinado por um substantivo que o precedesse. Somente um pré-verbo é admitido antes do verbo. Isto significa dizer que o francês não conhece verbo composto, isto é, composto que tenha a forma: substantivo regido + verbo regente e flexionado. Ele conhece somente, como se viu, um composto *nominal* de ordem inversa: tema verbal regente + substantivo regido.

Como se caracteriza então o tipo *maintenir*, que é justamente um verbo *tenir* composto com o substantivo *main*? Aqui é a relação sintática entre os dois membros que é específica e distintiva. Constatamos que um substantivo *main* determina e precede o verbo *tenir*, mas ele não o faz na qualidade de objeto direto. *Maintenir* não é "segurar a mão", o que não teria sentido, e contradiria a regência transitiva do verbo *maintenir*, mas "segurar *com* a mão" (daí "conservar um objeto na sua posição"). O substantivo tem

3. *Gestes et opinions du Docteur Faustroll*, p. 95: "Découvre-toi devant le Pauvre Pêcheur, t'incline devant les Monet, génufléchis devant les Degas et Whistler..."

uma relação de *instrumento* com o verbo. Aí está o traço distintivo desta classe de verbos compostos, e ele se verifica em todos os verbos do tipo *maintenir* ainda em uso. Pensamos em enumerá-los aqui por completo[4]: *bouleverser, chavirer, chantourner, colporter, culbuter, maintenir, manœuvrer, morfondre, saupoudrer*; além disto, no estado de derivados nominais: *vermoulu, saugrenu, saupiquet.*

Uma dúzia de representantes ao todo, que retomamos agora separadamente para uma tradução analítica de seus componentes:

Bouleverser é literalmente "retourner (sentido primeiro de *verser*) en boule";

Chavirer (cf. provençal *capvirar*) "virer sur le chef; se retourner tête en bas";

Chantourner "tourner de chant" (que se escreve errado "de champ");

Colporter "porter (suspendu) au cou"; cf. Pasquier[5]: les revendeurs de livres, qui les portent à leur col par la ville, sont appelez . . . colporteurs";

Culbuter, literalmente "buter sur le cul";

Maintenir "tenir avec la main" (para impedir de cair ou conservar em sua posição);

Manœuvrer "faire fonctionner (*-œuvrer*) avec la main";

Morfondre, literalmente "fondre de morve" (diz-se do cavalo catarroso; termo de veterinário);

Saupoudrer "poudrer de sel (*sau-*)";

**Saupiquer* (provençal *salpicar*) "piquer de sel", só sobrevive no derivado nominal *saupiquet* "ragoût piquant"; o mesmo *sau-* no adjetivo *saugrenu*, antigo *saugreneux "greneux* (= grenu?) de sel";

Vermoulu, literalmente "moulu de vers", "réduit en poudre par l'action des vers";

A este inventário[6] acrescentemos alguns testemunhos de um estado mais antigo da formação, enquanto ela era ainda produtiva:

4. Cf. *Dictionnaire Général*, I, p. 86, § 203, ao qual acrescentamos alguns dados. A formação não é considerada aí a não ser em seus antecedentes latinos.
5. Citado por Littré, s. v. *colporteur.*
6. Deixamos de lado alguns verbos que muito provavelmente pertencem à mesma classe, mas em que o sentido e às vezes a forma do primeiro termo não se deixam mais determinar: *boursoufler, cailleboter, houspiller.* Basta remeter aos dicionários etimológicos.

Billebarrer "barrer (un tissu) avec des billes (= raies)", le "marquer de raies";

Blanc-poudré "poudré de blanc";

Chanfraindre "tailler en biseau", literalmente "abattre (fraindre) de chant", cf. *chantourner*;

Cloufichier "fixer avec des clous (= crucifier)";

Ferarmer, ferlier, fervestir "armer, lier, vêtir de fer";

Pelleverser "verser (= retourner) à la pelle, labourer à la bêche".

O exame destes verbos mostra claramente que:

1.° O termo nominal nunca tem a função de regime direto ou indireto; é sempre um *instrumental*, especificando a modalidade de cumprimento da noção verbal.

2.° O substantivo, com o primeiro membro, pode ter uma forma um pouco diferente daquela que ele tem como vocábulo livre: *man-* para "main"; *sau-* para "sel", tendendo para o estado de verdadeiros *prefixos.*

3.° Os substantivos são termos gerais — partes do corpo, substâncias, instrumentos — que podem ser associados a verbos variados: ao lado de *saupoudrer, saupiquer*, pode-se imaginar *sauganir, *saupiler ("garnir, piler avec du sel"); a série *fer- -armer -lier -vêtir* poderia continuar com **fer-cercler-barder*, etc., a partir do momento em que estes termos de composição tivessem se tornado *prefixos instrumentais.*

Este tipo de composição parece ser bastante singular. Se não é desconhecido das outras línguas românicas (cf. ital. *mantenere, calpestare, capovoltare*, esp. *mantener*)[7], ele constitui, em algum nível sincrônico em que se possa tomá-lo, uma anomalia estrutural em relação ao modelo indo-europeu. Este não admite a composição de um substantivo instrumental a não ser com um *particípio passivo*: os exemplos são notórios, sejam antigos, como sânsc. *deva-datta-*, got. *handu-waurhts*, sejam modernos, como alemão *Gottgesandt*, inglês *man-made*[8]. O instrumental é sintaticamente justifi-

7. Ele mereceria ser estudado em particular nas outras línguas românicas e confrontado com o do francês que é o único estudado aqui.
8. Ver para o inglês, H. Marchand, *Categories and Types of Present Day English Word-Formation*, p. 52 ss.; para o alemão, Henzen, *Deutsche Wortbildung*, 2.ª ed., p. 66.

cado junto de um particípio passivo. Mas tanto quanto é regular um composto participial inglês *hand-woven* "tecido à mão", assim também seria pouco concebível um *verbo* tal como **to handweave*. Não existe verbo composto em indo-europeu, em que só o pré-verbo possa ser prefixado ao verbo. Parece portanto que o tipo francês *maintenir* realiza, na estrutura geral do francês, um modelo que não é indo-europeu.

Na realidade, é fora do indo-europeu, por mais surpreendente que possa parecer, que lhe encontraremos um paralelo, num grupo lingüístico distinto do francês em todos os aspectos: o das línguas ameríndias.

Estamos pensando mais particularmente em uma das línguas da grande família chamada uto-asteca: a língua paiute meridional (falada no sudoeste do Utá e ao nordeste do Arizona), da qual Edward Sapir fez uma descrição magistral [9].

Em paiute dispõe-se de uma enorme facilidade de composição. Pode-se juntar verbo e verbo, nome e nome, e também nome e verbo. Ora, eis um procedimento de composição típico e muito produtivo: consiste em prefixar certos substantivos de grande freqüência e diversidade de emprego, tais como "mão, pé, fogo...", etc., a verbos de sentidos variados, de maneira a constituir verbos compostos. Nesta classe de compostos, o traço notável é que o primeiro membro determina o verbo não como objeto gramatical, mas como índice de modalidade ou de instrumento. Sapir chama estas formas nominais de "instrumental prefixes" [10]. Com efeito, freqüentemente estes nomes em composição se apresentam sob uma forma reduzida, e tendem ao estado de prefixos, mantendo-se identificáveis como lexemas: *mɔʼɔ-* "mão" torna-se em composição (*ma*(*n*)-; — *muv^{w}i-* "nariz" torna-se *mu*(*n*)-; — *qun·a-* "fogo" torna-se *qu-*, etc.[11]).

Com o prefixo instrumental *ma-* "mão", constituir-se-ão por exemplo os seguintes compostos [12]:

9. Edward Sapir, *Southern Paiute, a Shoshonean Language*, Boston, 1930.
10. Sapir, *op. cit.*, § 21, p. 101 "...they are on the whole specialized forms of incorporated nouns with instrumental function".
11. Ver detalhes em Sapir, *op. cit.*, § 21.
12. Todas as formas do paiute são citadas na transcrição de Sapir. Aqui foi preciso simplificar um pouco por razões tipográficas.

Ma-xwivu- "apertar com a mão" (*ma* + *qwivï-*, cf. *taqwivu-* "apertar com o pé");

Ma-riŋqa- "talhar com a mão" (*ma* + *tiŋqa-* "criar");

Ma-vitcʼa- "esmagar com a mão" (*ma* + *pitcʼa-*);

Ma-yuwai- "esfregar com a mão" (*ma* + *yuwai-*, cf. *ta-yuwai-* "esfregar com o pé");

M(a)-ain·i- "tocar com a mão" (cf. *t(a)-ain·i-* "tocar com o pé [13]");

Ma-ntcavai- "fazer um adeus com a mão";

Ma-ʼnik·i- "to stick one's hand in (water)" (Sapir) só é transitivo nesta tradução: o tema *ʼniγi- ʼnik·i-* significa "to stick, be stuck in" [14] e os exemplos são precisamente os de um verbo intransitivo. Seria melhor traduzir: "to be stuck with one's hand in (water)".

O sentido de certos verbos os torna aptos a receber um paradigma abundante de prefixos instrumentais. Assim de *pantu-* "sacudir" [15] tem-se: *qï-pantu-* "sacudir com os dentes";

Tcaʻ-pantu- "sacudir com as mãos" [16];
Taʻ-pantu- "sacudir com os pés";
Tcɔ ʻ-pantu- "sacudir com a cabeça" [17];
Piʻ-pantu-iʻ "shakes, moves about (his) buttocks".
De *paq·a-* "sofrer, ter dor" [18], se compõe: *Taŋwa-mpaqa-* "ter dor de dente" (*taŋwa-*);
Tɔ ʻtsi-φaqa- "ter dor de cabeça" (*tɔ tsi-*);
Mov^{w}i-p·axa- "ter dor no nariz" (*mov^{w}i-*);
Saxwia-φaqa- "ter dor de estômago" (*saγwia-*);
Taγu-p·aqa- "sofrer sede" (*taγu-*) [19].

13. Sapir, *op. cit.*, p. 544-545.
14. Sapir, *op. cit.*, p. 584.
15. Sapir, *op. cit.*, p. 602.
16. O sentido deste prefixo é mal definido. Sapir, *op. cit.*, p. 106-107 lhe dá o sentido de "mão" num exemplo como este.
17. Cf. mais adiante, p. 114.
18. Sapir, *op. cit.*, p. 603.
19. Sapir, *op. cit.*, p. 84 e 670.

Este tipo não é igualmente desenvolvido em todas as línguas do grupo shoshone: há bem poucos exemplos em tübatulabal[20]. Mas ele é notoriamente característico do asteca, onde foi freqüentemente assinalado. Fala-se da "incorporação" em nahuatl como equivalente à construção do verbo com um objeto direto[21]. Seria preciso entretanto precisar esta definição. A construção sintática e a composição seriam elas de fato equivalentes e intercambiáveis em asteca? A questão merece ser examinada mais de perto.

Ser-nos-á útil partir da descrição que Whorf deu deste tipo de composição em asteca (dialeto de Milpa Ata)[22]. Trata-se dos compostos nome + verbo:

> "The first term of a compound is usually a bare noun stem, contracted if the noun is of the contract class, or it may be a noun with absolutive suffix in form -ti- (this type is associated today with derived verbal nouns, also found in old petrified compounds), or a adjective, usually in adverbial form with suffix -ka-. If the final is a transitive verb the antecedent may refer to its object ("incorpored object") in which case the verb is inflected like an intransitive, without pronominal object, e.g., mepam-poʔpowa 'weeds agave-row(s)', < mepamiʻ -ƛ < me-ƛ 'agave', pamiʻ-ƛ 'row'. But the antecedent is basically a modifier, and its equivalence to an object is conditioned by grammatical logic; e.g., ƛe. -kʷ epo· ni (intransitive verb, no object) 'bursts *from the action* of fire (ƛe·ƛ)'. Cl ƛa-šoči'-iʔkʷilowa (transitive with transitive inflection) 'paints or engraves something (ƛa-) *with* flowers, floral designs (šočiƛ 'flower')[23]".

Sem entrar na discussão do problema geral posto aqui pela noção de "objeto", devemos salientar na análise de Whorf um ponto importante para a presente demonstração. O próprio Whorf assinala (e nós chamamos a atenção sobre os termos que ele coloca em itálico em suas traduções) que o objeto nominal incorporado deve ser interpretado como um modificador ("a modifier") "cuja equivalência com um objeto é condicionada pela lógica gramatical", na verdade, diríamos nós, como um determinante instrumental do verbo. É o que mostra a flexão dos verbos compostos. A tradução de *mepam-poʔpowa* por "ele sacha (*-poʔpowa*) fileiras de agaves (*mepamiʻ-ƛ*)" faria pensar numa regência transitiva. Mas este verbo é flexionado como um intransitivo; é portanto da mesma construção que o seguinte: *ƛe·-kʷepo·ni* "ele fogo-estoura", isto é, "ele estoura *pelo efeito do* fogo (ƛe·ƛ)". Igualmente *ƛa-šoči'-iʔkʷilowa* "alguma coisa (ƛa-) ele flor pinta", isto é, "ele pinta alguma coisa *com* flores = ele orna alguma coisa com um motivo floral". Neste último exemplo, o verbo é transitivo por sua flexão, mas a transitividade se aplica ao pronome objeto indefinido ƛa- "alguma coisa", não a *šočiƛ* "flor", que tem claramente função de instrumental.

Assim todos estes exemplos do asteca reproduzem bem o mesmo modelo que temos em paiute. A unidade tipológica desta classe de verbos compostos é verificada em duas línguas diferentes da família[24].

Podemos agora voltar aos verbos compostos do francês e nos assegurarmos de que eles respondem aos mesmos critérios descritivos nas mesmas distinções categoriais.

Que este tipo de composto seja ativo e produtivo em paiute e somente residual em francês não atinge em nada o princípio desta comparação e não altera a legitimidade dela. Trata-se essencialmente da mesma estrutura formal e funcional: um nome entra em composição com um verbo que ele precede a título de determinante instrumental. Os exemplos citados tanto para o francês como para o paiute oferecem uma similitude notável.

Além disso a morfologia da composição apresenta um curioso traço de analogia. Nas duas línguas, o substantivo, primeiro mem-

20. Por exemplo *hani-* "casa" + *hal-* "sentar-se" produz o tema verbal *hanihal-* "to visit" ("to house-sit"): Voegelin, *Tübatulabal Grammar*, 1935, p. 89.
21. Cf. Bloomfield, *Language*, p. 241. Sobre este problema geral, cf. Sapir, *Amer. Anthrop.*, 1911, p. 250 s.
22. B. L. Whorf, *The Milpa Alta Dialect of Aztec*, ap. Hoijer, ed., *Linguistic Structures of Native America*, 1946, p. 367 s.
23. *Op. cit.*, p. 378, § 5.
24. Num exame mais largo do problema, dever-se-ia ainda ter em conta outras famílias de línguas americanas, por exemplo o iroquês, ou o takelma (sobre este cf. Sapir, *Handbook of the American Indian Languages*, II, p. 66 e 68 s.).

bro do composto, pode ter uma forma reduzida ou simplificada em relação ao lexema livre:

O francês *main*, composto *man-*;
Sel, composto *sau-*;
Morve, composto *mor-*;
como o paiute mɔʔɔ- "main", composto *ma(n)-*;
Quna- "fogo", composto *qu-*.

Mas isto não é uma necessidade: o francês *boule*, *ver*, *fer* continuam semelhantes em forma livre e em composição como o paiute *ta-* "pé", *pa-* "água".

Além disto, certos compostos tradicionais podem conservar uma forma ou um sentido fósseis do substantivo: francês *boule-*, *bille-*, *chan-*; paiute tcɔ- "cabeça" somente em composição, em face de tɔtsi- "cabeça", forma livre.

É útil reter tais correlações. Elas ajudam a ver quanto a tipologia é independente do parentesco lingüístico. Convergências tipológicas podem ser produzidas fora de qualquer filiação genética. É preciso aí, entretanto, um mínimo de analogia na estrutura formal das línguas comparadas. No caso presente pode-se destacar que o paiute distingue claramente nome e verbo[25], que utiliza largamente a composição dos temas nominais e verbais, que tem prefixos e sufixos. Todos estes traços são encontrados no francês, com a diferença, entretanto, de que o campo da composição nele é reduzido. O francês realmente só desenvolveu a composição mista (tema verbal + tema nominal) do tipo *"porte-monnaie"*, que é nominal. Isto não impediu que ocorresse em francês também um tipo de *verbo composto* com primeiro elemento nominal instrumental, realizando, embora numa medida menor, uma fórmula de composição cujo análogo se encontra numa língua tão diferente como o paiute. Línguas como o inglês ou o alemão, muito mais aptas do que o francês para a composição, não foram tão longe. Esta criação românica que consideramos em francês, embora tenha ela se esgotado bastante rápido, continua como o testemunho de uma inovação tipológica de grande alcance geral.

25. Sapir, *op. cit.*, § 47, p. 213.

CAPÍTULO 8

mecanismos de transposição *

O papel considerável da transposição poderia ser ilustrado em todos os capítulos de uma descrição funcional. Mas ele quase não é estudado em certas partes da morfologia nominal, onde entretanto ele é essencial, notadamente na derivação.

Tentaremos esclarecer aqui o funcionamento e a importância da transposição analisando os derivados em *-eur*, chamados nomes de agente, no francês moderno. Tem-se aqui a vantagem de estudar uma categoria intermediária entre o nome e o verbo, em que o mecanismo de transposição coloca em jogo duas classes de formas distintas. Teremos a oportunidade de mostrar que a sintaxe e o sentido dos derivados em *-eur* são estreitamente solidários da transposição que os determina.

* * *

O adjetivo em *-eur* constitui uma classe distinta. Seu estatuto o separa do nome de agente. Ainda que certas formas, como *travailleur*, *joueur*, sejam comuns às duas categorias, elas não são tomadas no mesmo sentido, e não têm a mesma construção. Como todos os adjetivos, estes são suscetíveis de gradação, podem ser qualificados ou quantificados por um advérbio. É o que os distingue dos substantivos em *-eur*. Mesmo que se enuncie da mesma maneira: *il est travailleur* e *il est paveur*, dir-se-á:

* Cahiers Ferdinand de Saussure, Genebra, Droz, 25 (1969) (= Mélanges H. Frei), p. 47-59.

il est très travailleur
il est plus travailleur (que son frère)

mas não:

**il est très paveur*
**il est plus paveur (que son frère).*

Quanto ao sentido, estes adjetivos indicam uma inclinação moral, um traço dominante e permanente do caráter: *travailleur* "afeito ao trabalho", *joueur* "afeito ao jogo", *rieur, moqueur, querelleur, farceur, menteur, jouisseur, rageur.* Eles se prestam a determinações adverbiais bastantes variadas: "il est *foncièrement* joueur"; "il est joueur *dans l'âme*". Alguns podem se tornar substantivos quando o traço de caráter que denotam é elevado ao tipo: *Le Menteur, le Joueur* são títulos de comédias de costumes. Em contrapartida, jamais um adjetivo em *-eur* indica uma ocupação, uma profissão, ou uma capacidade física, justamente ao contrário dos substantivos em *-eur*, e particularmente dos nomes de agente propriamente ditos.

Às vezes certos nomes flutuam entre o adjetivo e o nome de agente. É notadamente o caso de *travailleur*. Como adjetivo, *travailleur* "que ama o trabalho" é atestado desde o francês arcaico. Por outro lado, o sentido de classe profissional (*Les Travailleurs de la Mer; les travailleurs du bâtiment*) conhece hoje uma larga difusão, mas resulta de um desenvolvimento bastante recente. Durante toda a época clássica, *travailleur* é só adjetivo. É somente no século XIX que *travailleur* toma um sentido social, quando se desperta a consciência das classes, expressa na oposição *capitaliste/travailleur* que faz contraponto com a de *capital/travail*[1]. Uma condição particular o separa entretanto dos nomes de profissão: é o caráter coletivo e vago do termo, que impede praticamente de empregá-lo no singular

1. Encontrar-se-á na obra de Jean Dubois, *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872*, Paris, 1962, p. 37-46, uma descrição muito documentada dos empregos de *travailleur*, durante este período em que ele se formou e se fixou em seu valor social. Os numerosos exemplos que são aí citados apresentam a palavra quase sempre no plural.

("*un* travailleur" é na realidade um singulativo[2], ele quer dizer "um membro da classe dos trabalhadores"). Isto se deve à natureza social e não profissional desta designação "*les* travailleurs". O trabalho não é uma profissão. É por causa disto que *travailleur* não admite a construção predicativa: *"il est travailleur"* se diz somente daquele "que ama o trabalho". O adjetivo e o nome de agente assim se delimitam.

Atualmente *travailleur* como substantivo entra em duas classes de emprego:

1. *Travailleur* "quem trabalha" só existe com determinação: *travailleur de nuit, à domicile, à plein temps*; somente esta determinação lhe dá estatuto de substantivo;

2. *Travailleur*, termo de classe, e que só se encontra praticamente no plural, deriva na realidade não de *travailler*, mas de *travail*. Ele nasceu nas doutrinas socialistas que, pela metade do século XIX, opunham *travail* a *capital*, e *travailleurs* a *capitalistes*. Quando a entidade *travail* foi investida de um sentido social transformou-se num emblema de uma classe, *travailleur* foi de fato recriada como uma designação dos membros desta classe. Foi possível fazer **travailliste*, como *capitaliste*, antecipando a inovação que deveria sobrevir mais tarde para traduzir o inglês *labourite*, mas *travailleur* tem a vantagem, para a ideologia e a propaganda, de se ligar à oposição *travailleur / oisif e travailleur / bourgeois*.

* * *

Na classe muito rica e em constante crescimento dos "nomes de agente" em *-eur*[3], tratamos em segundo plano o largo contingente dos nomes que respondem estritamente a esta definição e designam aqueles que exercem uma atividade profissional: *tourneur, balayeur, imprimeur*. Na sua maioria, eles se ligam a verbos, mas

2. No original, *singulatif* (N. do T.).
3. Somente nos ocuparemos aqui do mecanismo das transposições sintáticas entre o verbo e o nome. Não trataremos nem da distinção entre nomes de agente e nomes de instrumento em *-eur*, nem da extensão desta classe lexical em francês moderno. Este aspecto da questão é tratado em detalhe por Jean Dubois, *Étude sur la dérivation suffixale en français moderne*, Paris, 1962, p. 40 s.

constata-se muitas vezes que eles são derivados de um nome com valor de "quem faz...": *chroniqueur* de *chronique* ("quem faz crônicas"); *parfurmeur* de *parfum*: o perfumista faz e vende perfumes, ele não perfuma; aliás *parfumer* quase não admite um sujeito pessoal. Igualmente *mineur* de *mine*, e não de *miner*. Daí criações como *phraseur* "quem faz frases", *gaffeur* "quem faz gafes habitualmente" (e não "quem faz uma gafe").

O valor de atividade profissional que marca profundamente esta classe de nomes facilita a expansão dela, que segue a criação de profissões ou de técnicas. Mesmo do verbo *penser*, o menos suscetível de especialização, tirou-se *penseur*, como para fazer do pensamento uma profissão.

Entretanto esta função de sentido será a única? No interior da massa dos nomes em *-eur* que se classifica indistintamente como nomes de agente, nós vamos introduzir uma distinção profunda que os divide em duas categorias, de acordo com o mecanismo da transposição de que eles provêm e em virtude de critérios sintáticos e semânticos[4].

Os nomes de agente em *-eur* transpõem o verbo em substantivo com o sentido de "quem faz...". Mas eles o fazem de duas maneiras diferentes. No sentido estrito um nome de agente como *danseur* designa "aquele que dança", mas ele tem dois empregos: um profissional "danseur de ballet", outro que se pode dizer ocasional "aquele que está ocupado em dançar" em um dado momento: "de nombreux danseurs tournaient dans la salle". Os dois empregos se distinguem ao mesmo tempo por seu sentido e por sua sintaxe: o primeiro pode ser construído como predicado "il est danseur (à l'Opéra)", o segundo, não.

Ora, ambos são a transposição nominal de um mesmo predicado verbal "il danse". É preciso portanto pensar que aí está a origem da distinção, no próprio seio do predicado. Os dois sentidos de *danseur* fazem aparecer duas linhas diferentes de transposições e estas pressupõem com efeito duas acepções diferentes de "il

4. Esta distinção, que estabelecemos na sincronia do francês moderno e de acordo com critérios explícitos, é independente da que colocamos entre dois tipos de nomes de agente e nomes de ação em indo-europeu e em outras famílias lingüísticas (*Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*, Paris, 1948).

danse". Uma serve de definição "il danse (par métier)", a outra de descrição: "il danse (sous mes yeux)". Daí duas transposições nominais distinguidas não pela forma mas pela construção: *danseur* 1 "quem exerce profissão de dançarino" e *danseur* 2 "quem está em vias de dançar". Em francês, estas duas funções são representadas por uma forma única no verbo, como na transposição nominal. Outras línguas as distinguem por meios variados: assim o espanhol mexicano opõe *Maria canta* "Maria é cantora" a *canta Maria* "Maria está em vias de cantar"[5].

O critério indicado se verifica em todos os casos em que o nome em *-eur* é suscetível de duas acepções: *voyageur* (de commerce) e *voyageur* "qui se trouve en voyage", por exemplo "les voyageurs à destination de Bordeaux; avis aux voyageurs". O primeiro é predicável: "Pierre est voyageur", o segundo não o é, é preciso dizer "Pierre est en voyage".

Outras diferenças aparecem entre as duas categorias. O *-eur* "ocasional", se se pode chamá-lo assim, indica uma situação incidente, um papel que se assume numa circunstância dada, um comportamento fortuito. Raramente é o fato de um indivíduo isolado. Mais freqüentemente estes nomes em *-eur* se apresentam no plural: "les *spectateurs* ont applaudi les *joueurs*; les *dîneurs* n'étaient pas nombreux, une foule de *baigneurs*, de *promeneurs*, de *flâneurs*", etc. Qualquer atividade de circunstância pode dar lugar a uma denominação destas: "mettre les *rieurs* de son coté; les *conseilleurs* ne sont pas les *payeurs*". A base destes derivados é geralmente um verbo que denota um comportamento físico, numa circunstância em que ele é visível, público; jamais uma atividade mental ou um estado afetivo. O nome transposto em *-eur* indica o desempenho atual, momentâneo, observável, coletivo, não a capacidade ou a prática individual de uma profissão, de uma ocupação permanente. Nesta distinção, de sentido e de função sintática, se realiza, pela intermediação da transposição, uma distinção latente da predicação verbal.

* * *

5. Cf. Kahane, *Language*, 26 (1950).

Um tipo de conversão que nos parece não ter sido estudado nem mesmo devidamente assinalado nesta categoria é o do nome em *-eur* acompanhado de um adjetivo: *un bon marcheur; un gros mangeur.* Gostaríamos de mostrar que a relação entre os dois termos do sintagma é menos simples do que parece, e que ela não se reduz a uma relação de qualificação.

À primeira vista, assimilar-se-ia *un bon marcheur* a qualquer expressão de mesma construção, como *un célèbre écrivain.* Isto seria uma grave confusão ao mesmo tempo lógica e sintática e importa ressaltar as razões disto.

Comparemos as duas proposições:

Pierre est un bon marcheur.
Pierre est un célèbre écrivain.

Um "célèbre écrivain" conjuga duas qualidades: ele é célebre e ele é escritor. Dele pode-se portanto dizer: "cet écrivain est célèbre". Mas não se pode dizer de um "bon marcheur" que ele é "bon" e que ele é "marcheur", e é impossível anunciar: "*ce marcheur est bon". A identidade da estrutura formal recobre uma disparidade na estrutura profunda.

Uma nova diferença aparece na ordem seqüencial: "bon marcheur" obedece a uma ordem fixa; o adjetivo é sempre anteposto. Mas a ordem inversa "un écrivain célèbre" é admitida tanto quanto "célèbre écrivain": a diferença entre os dois torneios é somente a que resulta da posição do adjetivo, mas ela não é importante para a relação de qualificação entre o adjetivo e o nome.

Estas assimetrias se devem a uma razão essencial, a natureza do substantivo qualificado: "un célèbre écrivain" é "un écrivain", enquanto "un bon marcheur" não é um "marcheur": este termo não pode ser empregado sozinho. O adjetivo não tem portanto o mesmo estatuto nos dois casos: é diferente em " un bon marcheur" e em "un célèbre écrivain". Tudo procede na verdade do nome "marcheur", aqui inseparável de seu epíteto que é "bon". Ele se caracteriza como a conversão nominal de um predicado "qui marche..." aqui inseparável de um qualificante[6] que será "bien".

6. No original, *qualifiant* (N. do T.).

Explicaremos portanto *un bon marcheur* como a transposição de "qui marche bien". O grupo nominal encontra nesta relação seu fundamento lógico e sua definição sintática. O adjetivo *bon* é aqui um advérbio transposto, não um adjetivo de função primária, e "marcheur" é aqui um predicado verbal transposto, não um substantivo de função primária. A diferença entre "un bon marcheur" e "un célèbre écrivain" aparece agora: "un célèbre écrivain" não é a transposição de um predicado verbal, pelo fato de que "écrivain" não se deixa reconduzir a "qui écrit". Temos aí o critério da distinção entre os dois enunciados, tão semelhantes na aparência.

Segue-se daí que a definição de *marcheur* como nome de agente de *marcher,* ainda que seja materialmente exata quanto à relação formal, não é suficiente para caracterizar-lhe a função. É preciso explicar a criação de *marcheur* a partir de uma expressão predicativa em que a forma verbal é acompanhada de uma qualificação chamada advérbio: por exemplo "il marche bien". A condição é então dada para a transposição de "il marche..." em "il est ... marcheur", o que conduz à necessidade de transpor por sua vez, a qualificação adverbial *bien* em forma nominal, daí *bon.* Mas este adjetivo apesar da aparência não qualifica um substantivo, ele qualifica, sob o disfarce nominal, o cumprimento de um ato: *"Pierre est un bon marcheur"* significa "Pierre a la propriété de bien marcher". O núcleo gerador do sintagma nominal (*un bon marcheur*) e portanto da categoria dos nomes em *-eur* que retira deste sintagma sua origem, encontra-se num predicado verbal acompanhado de um qualificante "il marche bien".

O mecanismo desta transposição é função da relação particular que relaciona o adjetivo e o advérbio. Não é suficiente colocar o advérbio e o adjetivo em simetria de função e dizer que o advérbio está para o verbo como o adjetivo está para o nome. É preciso ver que na realidade o adjetivo e o advérbio pertencem a dois níveis lógicos distintos unidos por uma correlação específica. Isto deve ser mostrado explicitamente.

Sejam as duas proposições:

Pierre est un bon garçon (1)
Pierre est un bon marcheur (2)

A proposição (1) pode ser reconduzida à conjunção de duas proposições: *Pierre est un garçon* + *Pierre est bon*. Mas não se poderia decompor (2) em **Pierre est un marcheur* + *Pierre est bon*, o que nem o sentido nem a sintaxe permitem.

Pelas razões indicadas, *Pierre est un bon marcheur* é para ser considerado como a transposição de *Pierre marche bien*. Conseqüentemente, *Pierre est un bon marcheur* predica o "bien-marcher" como uma propriedade de Pierre, mas transpõe a qualidade do "marcher de Pierre" na qualidade de "Pierre-marchant".

Assim, *bon* tem duas funções sintáticas distintas. Em (1) *bon garçon*, ele denota a propriedade de um substantivo; em (2) *bon marcheur*, ele denota a propriedade da propriedade *marcheur*. Poder-se-ia defini-lo em (1) como adjetivo de função primária, em (2) como adjetivo de função secundária.

A transformação de *Pierre marche bien* em *Pierre est un bon marcheur* não afeta somente a natureza das formas, sua função sintagmática; ela produz uma delimitação do sentido. A proposição *Pierre marche bien* pode ser entendida diversamente, conforme Pierre seja uma criança dando seus primeiros passos para a satisfação de seus pais, ou conforme Pierre tenha superado dificuldades que ele experimentava para andar, ou conforme Pierre tome parte de um desfile, etc. Mas a transposição *Pierre est un bon marcheur* elimina qualquer emprego de circunstância: predica-se assim como propriedade de Pierre a capacidade de andar bem, entendida exclusivamente como a capacidade de andar por muito tempo sem cansaço, fora de qualquer contexto de situação. É preciso notar que (*bon*) *marcheur*, (*gros*) *mangeur* e todos os nomes da mesma série procedem de uma forma verbal de emprego absoluto e não-atualizado, que indica a noção no estado virtual. Daí procede o valor de capacidade ligado aos transpostos *marcheur*, *mangeur* que predicam esta propriedade fora do quadro temporal, diferentemente da categoria *promeneur*, *baigneur*, determinada temporalmente.

Concluamos que a transposição efetuada por meio do nome em *-eur* em *un bon marcheur* cria uma classe de nomes que coloca em evidência a capacidade constatada, não a prática habitual ou profissional de uma atividade.

No mecanismo desta transposição do advérbio em adjetivo,

uma condição de morfologia, que diz respeito à estrutura do francês, desempenhou um papel determinante. Em francês, não é freqüente que se tenha a transpor um advérbio em adjetivo; normalmente a conversão se exerce em sentido inverso: é o adjetivo que fornece ao advérbio seu radical, seja por transposição direta ("parler *bas*, marcher *droit*, boire *sec*"), seja emprestando-lhe a forma do feminino que a adição de *-ment* converte em advérbio: *lentement*, *sèchement*, *cruellement*. Aqui a situação é invertida. Quando se transpõe um verbo em nome de agente, é preciso também que o qualificador[7] verbal (o advérbio) possa ser transposto em qualificador nominal (o adjetivo), e isto cria um problema difícil numa língua em que o advérbio quase não possui derivados. É por isto que se escolheu adjetivos já existentes dando-lhes uma função nova. A escolha destes adjetivos foi guiada por razões de sentido, que é interessante depreender. Ver-se-á assim que o mesmo advérbio pode ser transposto em muitos adjetivos.

I. Tomemos de início o quantificante[8] verbal *beaucoup*. Poderíamos encontrar-lhe equivalentes adjetivos, tais como *nombreux*, *maint*. No uso nenhum deles foi sequer experimentado. É *gros* que a língua empregou, por exemplo, em "*gros* mangeur" para transpor "il mange *beaucoup*". Justamente porque a escolha de "gros" não se justifica de saída (um "*gros* mangeur" não é necessariamente "*gros*"), ele deve ser colocado em correlação com um dos valores semânticos de *beaucoup*, que comporta muitos deles, precisamente com aquele que se realiza em "il mange *beaucoup*". Nós o definiremos como "grande quantidade (em volume ou em massa) de matéria consumível", comumente de dinheiro ou de alimento. Vê-se, com efeito, *gros* como qualificante em muitas expressões relativas a dinheiro, em equivalência com *beaucoup*: "perdre une *grosse* somme" é "perdre *beaucoup* d'argent". Igualmente: "posséder une *grosse* fortune, avoir de *gros* moyens, de *gros* besoins, faire de *gros* bénéfices, de *grosses* pertes, de *grosses* dépenses, prendre de *gros* risques". Em "jouer *gros* jeu", a equivalência gros = "*beaucoup* d'argent" é implícita, ela permite transpor *gros* em advérbio: "gagner *gros*, parier *gros*, il y a *gros* à parier". Tanto mais que o

7. No original, *qualificateur* (N. do T.).
8. No original, *quantifiant* (N. do T.).

advérbio *gros* assim fixado volta à condição de adjetivo para efetuar a transposição nominal destas locuções: "Il parie *gros*", "il joue *gros*" torna-se "un *gros* parieur, un *gros* joueur". Do advérbio *beaucoup* (em "*beaucoup* d'argent") ao adjetivo *gros* uma relação de transposição é estabelecida. Ela se realiza igualmente quando *beaucoup* quantifica um verbo de consumação tal como *manger*: "manger *beaucoup*" é comer "une masse de nourriture"; conseqüentemente "il mange *beaucoup*" se transpõe em "un *gros* mangeur". Esta relação vale também no sentido figurado: de "consommer *beaucoup* d'électricité" tira-se "un *gros* consommateur d'électricité". Por analogia, com *travailler*, como *beaucoup* sublinha sobretudo a grande quantidade do trabalho apresentado, "il travaille *beaucoup*" será transposto em "un *gros* travailleur". É como quantificador da aquisição, da despesa, da consumação, em termos de volume e de massa, que *beaucoup* se transpõe em *gros*.

Nesta função, *gros* se opõe a *petit* que transpõe *peu*: "un *petit* mangeur" < "il mange *peu*".

Quando *beaucoup* acompanha verbos de movimento e indica a freqüência do exercício, o adjetivo de transposição é em geral *grand*:

> "il voyage *beaucoup*": "un *grand* voyageur"
> "il chasse *beaucoup*": "un *grand* chasseur"[9]
> "il court *beaucoup*" (les femmes)": "un *grand* coureur"

por extensão para o exercício de outras atividades:

> "il lit *beaucoup*": "un *grand* liseur"
> "il ment, hâble *beaucoup*": "un *grand* menteur, hâbleur"
> "il discourt *beaucoup*": "un *grand* discoureur".

9. A expressão que se tornou estereotipada "grand chasseur devant l'Éternel" provém do Antigo Testamento em que ela qualifica Nemrod. Mas é preciso tomar cuidado que "*grand* (chasseur)" é só uma das traduções do hebraico *gibbor* "vigoureux, puissant". O grego dos Septante a traduziu por *gigas* (kunēgós) "géant, puissant", a Vulgata por *robustus* (*venator*), a Bíblia de Jerusalém por "vaillant (chasseur)". Mas Bossuet escreveu: "Nemrod, le premier guerrier et le premier conquérant, est appelé dans l'Écriture un fort chasseur". De *fort* a *grand*, o estatuto do adjetivo muda. Ainda que se ouça por vezes a expressão "un *fort* mangeur", o adjetivo *fort* é pelo menos ambíguo em sua relação sintática com "chasseur".

A relação oposta não dá lugar à transposição: "voyager *peu*" não é uma característica que se tenha necessidade de predicar em forma nominal.

Mas o advérbio *beaucoup* pode ter, com a mesma construção, um outro valor, mais abstrato: o de um alto grau no conhecimento, no gosto, com verbos como *aimer*, (s'y) *connaître*. Para transpô-lo, emprega-se igualmente *grand*, e o adjetivo torna-se suscetível de acompanhar os derivados *amateur*, *connaisseur*:

> "il aime *beaucoup* la musique" > "il est *grand* amateur de musique"
> "je ne m'y connais pas *beaucoup*" > "je ne suis pas *grand* connaisseur".

Este valor implica avaliação e apreciação. Ele é suscetível, se for o caso, de um termo contrário, tal como: *piètre*: "un *piètre* connaisseur" < "il s'y connaît *peu*, *mal*".

II. O outro advérbio freqüentemente utilizado é o qualificador *bien*. Ele encontra transposição no adjetivo *bon*:

> "il conduit *bien*: un *bon* conducteur".

Simetricamente, o qualificador *mal* encontra transposição no adjetivo *mauvais*:

> "il conduit *mal*: un *mauvais* conducteur".

Com *mauvais* e a título de variante, incluir-se-á *piètre*, *pauvre*:

> "il cause *mal*: un *pauvre* causeur".

Os dois qualificadores, *bien* e *bon*, se relacionam a atividades físicas: "un *bon* marcheur, un *bon* grimpeur, un *bon* nageur", às vezes a outros desempenhos: *bon entendeur* em "à bon entendeur, salut" = "qui entend (comprend) bien".

Inversamente certas qualificações só se apresentam negativamente: o adjetivo típico e por assim dizer único deste tipo é

mauvais. Sobretudo em certas locuções tradicionais: "un *mauvais* payeur; un *mauvais* coucheur"[10], mas também em outras ligações: "un *mauvais conducteur*" < 'qui conduit *mal*". Entretanto o emprego fica limitado; não se tem tão freqüentemente a ocasião ou a intenção de categorizar desfavoravelmente uma atividade, e aliás *mauvais* é às vezes ambíguo: "*mauvais joueur*" pode se opor a "*bon* joueur", mas também a "*beau* joueur" (comentado abaixo).

É assim que o mecanismo da oposição aparece. A qualificação adverbial *bien* que se transpõe no adjetivo *bon* é complementar da qualificação adverbial *beaucoup* que se transpõe no adjetivo *grand* ou *gros*. Este sistema assegura o funcionamento e a distribuição dos adjetivos *bon* (op. *mauvais*) e *grand*, *gros* (op. *petit*) em sua ligação com um nome em *-eur*, conforme o sentido deste seja comparável com uma determinação de qualidade ou de quantidade.

Alguns destes nomes admitem um ou dois outros adjetivos, com nuances particulares e fora de sistema. Assim *beau* em "un *beau* parleur" transpõe um advérbio teórico *bellement*, diferente do *bellement* histórico que significa "doucement" (cf. *tout beau*!), mais próximo do advérbio *beau* na locução *porter beau*. No uso corrente, "*beau* parleur" equivale a "que fala com elegância, de uma maneira sedutora (freqüentemente com a intenção de seduzir)": ele não se deixa reconduzir exatamente a "qui parle *bien*". A mesma assimetria se estende a "*beau* diseur" para "quem diz (os versos) com elegância" (também "*fin* diseur"), e a "*beau* joueur" para "quem joga (e quem sabe perder) com elegância", o que é completamente diferente de "*bon* joueur" = "qui joue *bien*". Todavia as duas qualificações "*bon* joueur" e "*beau* joueur" têm por termo oposto o mesmo "*mauvais* joueur", que, dependendo do caso, significará "qui joue mal" ou "qui perd de mauvaise grâce". Com *joueur*, pode-se portanto emparelhar três adjetivos:

"*bon* joueur" < "qui joue *bien*"
"*gros* jouer" < "qui joue *gros*"
"*beau joueur*" < "qui joue *beau*"[11].

A esta curta lista de adjetivos transpostos de advérbios, acrescentar-se-ia *haut* em *haut-parleur*. Este espécime único tem exatamente a mesma estrutura que *grand buveur*, e teoricamente *haut-parleur* remete a "qui parle haut". Mas duas razões o colocam à parte: 1.º É um termo técnico completamente fixo e lexicalizado, o que a ortografia indica, um nome de instrumento forjado ad hoc e não uma característica de indivíduo; 2.º E sobretudo, *haut-parleur* não foi criado em francês e quase não poderia sê-lo na ausência de qualquer modelo análogo. A linha das inovações lexicais neste domínio técnico em francês combina mais com termos como *amplificateur* (de som) do que com um nome descritivo, figurado, e que personifica o instrumento, como *haut-parleur*. De fato, sabe-se que *haut-parleur* é uma tradução, introduzida por volta de 1923, do inglês *loud-speaker*. O decalque se fez mais facilmente, visto que *loud-speaker* se formou pelo mesmo procedimento de conversão: *loud-speaker* < "speaks loudly". A ligação estreita entre os dois membros (**loud-and-clear-speaker* seria impossível) de um lado, a difusão rápida das técnicas da voz, de outro, também facilitaram o empréstimo.

As mesmas observações valem para a expressão única, bem mais antiga aliás, *libre-penseur*, em que *libre-* funciona como expoente adverbial, "qui pense *librement*". Mas é conhecida a história desta noção: *libre-penseur* foi criado no século XVII como decalque do inglês *free thinker* (do mesmo modo que mais tarde *libre-échangiste* para imitar *free-trader*, a partir de *free-trade* > *libre-échange*).

Vale a pena assinalar a este propósito as analogias entre o francês e o inglês no mecanismo desta transposição. Diferentemente do alemão, em que o adjetivo e o advérbio tendo a mesma forma, passa-se sem mudança de "er isst *viel*" a "ein *Vielesser*", o inglês, como o francês, converte o advérbio em adjetivo quando o verbo é transposto em nome de agente em *-er*. Esta transformação é pa-

10. O emprego figurado, único em uso atualmente, desta expressão que se tornou familiar, *mauvais coucheur* "homme difficile à vivre", fez desaparecer o sentido próprio dela: aquele que, repartindo um leito, transtorna o sono de seu companheiro. "Son coucheur cette nuit se retourna cent fois" (La Fontaine).

11. Transposição teórica em que "beau" deve ser tomado no sentido indicado mais acima.

ralela à que foi descrita para o francês e ela tem por signo, em parte, adjetivos de mesmo sentido. Recorre-se a ela sobretudo para caracterizar um comportamento habitual numa função física. Os adjetivos mais comuns são para a qualificação, "*good* (op. *bad*): "a *good* (*bad*) driver"; para a qualificação dispõe-se de *great* ("a *great* eater"), mas também de *heavy*: "a *heavy* drinker (smoker, sleeper)" < "he drinks (smokes, sleeps) *heavily*"; e de *hearty*: "a *hearty* eater" < "eats *heartily*". Pode-se assim diferenciar em inglês por lexemas explícitos os valores diversos de qualidade e de quantidade implicados em francês por "*bien* manger" e que "un *bon* mangeur" não pode transpor completamente.

Estas observações fizeram sobressair a diversidade dos valores que são revelados no exame da classe dos nomes de agentes em *-eur*, habitualmente tratada como unitária. É substituindo cada um destes valores no quadro sintático de que ele procede e partindo da construção verbal que ele transpõe que se podem esclarecer os mecanismos que produzem e que diferenciam estas categorias nominais.

CAPÍTULO 9

as transformações das categorias lingüísticas *

A evolução de uma língua tomada como sistema de signos consiste nas transformações sofridas por suas categorias. Entender-se-á por categorias as classes de formas caracterizadas distintivamente e suscetíveis de funções gramaticais.

Todas as categorias não se transformam identicamente nem ao mesmo tempo. Mas pelo fato de que elas são todas relacionadas de algum modo, é inevitável que mesmo aquelas que parecem permanentes sejam tocadas por transformações que atingem as menos duráveis, seja em sua forma, seja em suas funções, ou nas duas em conjunto.

Parece-nos útil precisar a noção de transformação como processo diacrônico estudado nas categorias lingüísticas, distinguindo duas espécies de transformações, diferentes por sua natureza, que têm no desenvolvimento das línguas causas e efeitos distintos:

1. As transformações *inovadoras* [1]. São transformações produzidas pelo desaparecimento de classes formais, modificando assim o efetivo das categorias vigentes. O desaparecimento de categorias será por exemplo:

— o desaparecimento parcial ou completo das distinções de gênero: eliminação do neutro, reduzindo as oposições à do

* Publicado somente em tradução inglesa em *Directions for Historical Linguistics* (Symposium in Historical Linguistics, April, 29-30, 1966, The University of Texas, Linguistics Department), Austin-London; University of Texas Press, 1968, p. 85-94.

1. No original, *innovantes* (N. do T.).

masculino/feminino; — ou eliminação do feminino, produzindo uma oposição: gênero animado/neutro;
— a redução das distinções de número pela eliminação do número dual;
— a redução em proporções variáveis dos sistemas de classes nominais e correlativamente ou não — dos sistemas de dêiticos, etc.

A criação de categorias poderá ser ilustrada:

— pela criação do artigo definido;
— pela criação de novas classes de advérbios provindos de compostos (*-ly*, *-ment*), etc.

Estes desaparecimentos e aparecimentos mudam o efetivo das categorias formais da língua; eles provocam além disso uma reorganização e uma redistribuição das formas em oposições cuja estrutura é modificada: redistribuição das três classes de número gramatical nas duas classes subsistentes; redistribuição do plural neutro latim no feminino românico; reorganização dos demonstrativos a partir da especialização do artigo, etc.

2. As transformações *conservadoras*[2] que consistem em substituir uma categoria morfemática por uma categoria perifrástica na mesma função, por exemplo:

— substituição do comparativo morfológico pelo sintagma advérbio + adjetivo;
— substituição da desinência casual pelo sintagma preposição + nome.

Estas são algumas das transformações que nós vamos estudar, para acentuar a importância fundamental da noção de perífrase no próprio processo de transformação.

As transformações que vamos considerar mais particularmente são aquelas que ao mesmo tempo produzem uma nova classe de

2. No original francês, *conservantes* (N. do T.).

signos, que se poderia chamar os signos de auxiliação, e que são realizados correlativamente por estas formas de auxiliação.

Vamos considerar especialmente o processo de auxiliação[3] no desenvolvimento perifrástico de duas categorias verbais, o perfeito e o futuro, no domínio românico. Temos aí exemplos privilegiados, tanto pela abundância dos dados, quanto pelo grande número de observações teóricas que eles permitem fazer.

A característica formal desta transformação é pois que ela se dá pela criação de um sintagma, que é a condição fundamental dela, qualquer que seja a sorte ulterior deste sintagma (mantido distinto no perfeito, soldado numa unidade no futuro).

O sintagma de auxiliação pode ser descrito como a associação de um auxiliante flexionado e de auxiliado não-flexionado. A estes elementos acrescentaremos um terceiro, que reside na combinação dos dois, condição que produz uma forma nova, distinta de cada uma das duas componentes, e uma função nova. Já demos aliás uma análise descritiva da estrutura dos sintagmas de auxiliação em francês[4].

Aqui estudaremos a maneira pela qual estas perífrases se definem para o perfeito e o futuro respectivamente, sob sua forma latina, em sua relação formal e funcional.

I

A perífrase típica do perfeito é constituída em latim por *habēre* + particípio passado. Temos aí uma estrutura que parece clara, imediatamente inteligível e constante, seja em latim ou em seu estado presente, uma vez que nós a encontramos tal qual nas línguas românicas e em um grande número de outras línguas. Na realidade, a constituição deste sintagma obedece a condições precisas, e supõe algumas distinções teóricas essencias. Nem umas e nem outras parecem ainda plenamente reconhecidas.

Há duas condições para que as formas, a de *habēre* e a do particípio passado, possam se combinar em um sintagma. Cada

3. Termos como auxiliação (*auxiliation*), auxiliante (*auxiliant*) e auxiliado (*auxilié*) serão definidos no cap. 13 (N. do T.).
4. Cf. adiante, p. 181-198.

uma destas duas condições consiste em uma escolha feita entre duas possibilidades.

O verbo *habeō* em construção predicativa é suscetível de dois sentidos: "tenir" e "avoir". Esta condição prévia é de importância primordial: ela comanda a encruzilhada da escolha. A diferença entre "tenir" e "avoir" foi geralmente ignorada nas numerosas obras didáticas que tratam deste perfeito. A maior parte do tempo nem mesmo se trata disto. Daí o estado de confusão que reina a respeito desta construção.

Esta primeira distinção é essencial: conforme *habeō* seja tomado como "tenir" ou como "avoir", o caminho se abre ou se fecha à compreensão da perífrase.

Esta primeira distinção, relativa ao sentido do auxiliante *habeō*, está ligada a uma segunda distinção, relativa à função da forma auxiliada: esta pode ser tomada ou como adjetivo (é o caso de *promptus, lectus, ratus, tacitus, clausus, subitus*, etc.) ou como particípio verbal no sentido estrito.

Cada uma destas funções se liga respectivamente a um dos dois sentidos de *habeō* e governa um sintagma distinto. Um destes dois sintagmas não realiza nunca uma perífrase de perfeito: é o sintagma de *habēre* "tenir" com o particípio de valor adjetivo.

O outro sintagma realiza sempre uma perífrase de perfeito: é o sintagma de *habēre* "avoir" com o particípio de valor verbal.

Uma terceira condição é necessária para que a relação de perfeito seja implicada pela forma do sintagma; ela diz respeito à natureza semântica do verbo. É preciso, em princípio, que este verbo denote um processo "sensório-intelectual", interior ao sujeito e não um processo "operativo", aplicado a um objeto fora do sujeito. Nesta categoria se incluem os verbos *"comprendre, découvrir, remarquer, voir*", que são os primeiros em que a perífrase *habēre* + particípio se realiza.

Tais são as condições às quais é submetido o perfeito perifrástico. Elas são constadas em conjunto e é possível reconhecê-las distintas numa forma como: *hoc compertum habet* ("il a compris cela"), em que *habēre* significa justamente "avoir, posséder", em que *compertum* é justamente o particípio que denota o estado em

que o objeto foi colocado, e em que o verbo *comperīre* "apprendre, découvrir" denota justamente um processo mental.

A conjunção destes três fatores faz com que o autor do *comperīre* e o sujeito gramatical de *habēre* coincidam necessariamente. Daí a conseqüência de que no e por este sintagma, o autor do processo seja designado como *possuidor* do resultado, que lhe é *adquirido*. Temos aí um traço distintivo de uma nova relação entre o agente e o processo, completamente diferente daquela que a forma temporal simples expressa.

Uma segunda conseqüência é a situação temporal totalmente nova que este sintagma atribui ao processo. Pelo fato de que é colocado como acabado, mas ao mesmo tempo ligado ao presente, o processo se acha reportado a um estado de anterioridade em relação ao momento atual em que é enunciado. Em *hoc compertum habet* ("ele aprendeu isto"), o tempo presente de *habet* indica a relação durável com o momento atual, o particípio passado *compertum* o estado o objeto como terminado, portanto logicamente anterior ao instante do discurso. Esta é a dupla característica do perfeito: o processo é posto como presente, mas no estado de noção acabada. Nenhuma outra forma verbal pode concorrer com ela neste valor.

A partir daí, generaliza-se este modelo sintagmático estendendo-se a outros verbos, para chegar a *episcopum invitatum habes* (Grégoire de Tours). Desde então, o sintagma torna-se uma forma única com dois membros, o perfeito; os dois membros preenchendo funções intrassintagmáticas distintas e complementares: *habēre* torna-se o auxiliante encarregado das relações sintáticas com o enunciado; o particípio, o auxiliado encarregado da denotação semântica do verbo. É a junção dos dois membros que realiza a forma do perfeito.

No paradigma do verbo latino, produz-se uma transformação do antigo perfeito, que chega por cisão a duas formas diferentes. O valor inerente ao perfeito sintético passa ao perfeito perifrástico, que remete o outro para a função de aoristo.

Além disso, o próprio fato de que o auxiliante *habeō* conserva o estatuto flexional de um verbo livre permite constituir uma conjugação perifrástica completa que renova o paradigma do perfectum.

Assim a forma perifrástica é herdeira do antigo perfeito, não somente em virtude de uma sucessão histórica, mas porque ela torna explícito o seu valor inerente. Não podemos senão indicar aqui esta relação particular, que pediria longos desenvolvimentos. A transformação estrutural acaba numa conservação funcional.

Nada disto pode aparecer enquanto nos limitamos a repetir, como o fazem tantos manuais, que "il a une lettre écrite; il a ses vêtements déchirés" é bem próximo, até mesmo sinônimo, de "il a écrit une lettre; il a déchiré ses vêtements". O que é errôneo no triplo ponto de vista da descrição, da história e da teoria geral, e o que, ao instalar a confusão no âmago do problema, impede mesmo de colocá-lo.

II

A transformação do futuro latino em futuro românico operou-se, conforme se sabe, por intermédio de uma perífrase *habeō* + infinitivo. É o que os manuais todos representam no esquema lat. *cantāre habeō* > fr. *je chanterai.*

É preciso dizer que esta maneira de simbolizar a passagem de um estado ao outro é errônea ao mesmo tempo na realidade histórica se ela pretende resumi-la, e como modelo teórico, se ela pretende explicá-la. *Cantabō* jamais foi substituído por *cantāre habeō* (a não ser na época já românica em que todos os futuros tinham se tornado perifrásticos) e jamais *cantabō* poderia ter sido substituído por *cantāre habeō*. Este duplo erro, histórico e teórico, resulta ele próprio de uma interpretação inexata do sintagma *habēre* + infinitivo que é efetivamente a etapa intermediária entre o futuro latino e o futuro românico.

Comecemos por restabelecer as condições exatas nas quais aparece esta perífrase.

Ela nasceu entre os escritores e teólogos cristãos a partir de Tertuliano (no começo do século III d.C.). A grande maioria dos exemplos prova que:

1.º a perífrase começou com *habēre* e o infinitivo passivo;
2.º ela foi empregada de início com *habēre* no imperfeito;

3.º ela estava restrita às orações *subordinadas*, sobretudo relativas.

Era portanto, inicialmente, uma construção muito específica. Seu tipo era: "...in nationibus *a quibus magis suscipi habebat*". Ela não entrava de forma alguma em concorrência com o futuro, que os mesmos escritores empregavam regularmente e sem restrição nem hesitação. Eis aí um primeiro traço importante.

Um segundo traço que está ligado a este, é o sentido de *habēre*. Resulta desta construção que *habēre* não significa "avoir (à)" como em "j'ai à travailler", sentido que não teria jamais conduzido a um futuro "je travaillerai", e que é mesmo tão diferente dele que, hoje como outrora, "j'ai à travailler" não se confunde nunca com "je travaillerai", nem "j'ai à dire" com "je dirai". No sintagma latino tal como ele efetivamente se constituiu, *habēre* com o infinito tem por função indicar a predestinação do objeto designado a se tornar tal. É um valor semântico novo e distinto, completamente diferente do valor de intenção que é freqüentemente associado à noção de futuro.

Esta perífrase, ao surgir, tem uma estrutura sintática particular, como se viu. Seria ela então o substituto do futuro? De maneira nenhuma. Não era, no começo, uma oração livre, mas subordinada e em geral relativa. É preciso portanto definir sua função como a de um adjetivo verbal ou de um particípio. De fato, por esta perífrase exprime-se o equivalente de um particípio futuro de voz passiva, que indica não a obrigação (como faz a forma em *-ndus*), mas a predestinação. Nenhuma forma nominal do paradigma verbal latino podia exprimir esta noção que era ao mesmo tempo nova em relação aos "tempos" clássicos do verbo e necessária no quadro conceptual em que ela se produzia.

Uma vez implantada, esta perífrase ganha terreno. Ela se estende de início à oração livre: "*Nazaraeus vocari habebat secundum prophetiam*", depois ela admite, com *habēre*, o infinito de um verbo depoente ou intransitivo: "*quia nasci habebat*", "*quod in omnem terram exire habebat praedicatio apostolorum*", e finalmente o infinitivo de todos os verbos. Mas esta extensão só se conclui muito tarde (séculos VI e VII).

Somente então o sintagma entra em concorrência efetiva com o futuro e termina por suplantá-lo. Há aqui dois processos distintos a reconhecer:

1.º O sintagma *habēre* + infinitivo coexistiu durante muito tempo com o futuro antigo, sem cruzar com ele, porque ele veiculava uma noção distinta. Existiram assim duas expressões do futuro: uma como intenção (é a forma simples em *-bō*, *-am*), a outra como predestinação (é o sintagma: "ce qui à arriver" > "ce qui arrivera"). Inevitavelmente, as duas expressões deveriam se encontrar e em diversas circunstâncias de emprego, se confundir. Neste conflito, a forma simples do futuro antigo, já enfraquecida por sua dualidade formal (*-bō/-am*) e pelas confusões fonéticas com o perfeito (*amābit* ~ *amāvit*), deveria ceder o lugar.

2.º Ao mesmo tempo se realiza progressivamente uma redução formal do sintagma por fixação da ordem seqüencial infinitivo + *habēre* e por fusão dos dois membros: entre a final vocálica dos infinitivos e a inicial vocálica de *habēre* subseqüente, o *h-* desaparece, e é *abere* que é daí para frente a forma portadora da flexão: *essere abetis* "vous serez" (sec. VI) trazendo consigo *venire (h) abes*, *videre (h)abes* e preparando assim *salverai prinderai* dos Juramentos de Strasbourg. É esta transformação do sintagma em uma forma única que o tornou apto a tomar no paradigma o lugar do antigo futuro.

Vê-se assim o exemplo de uma locução nascida para responder a uma função particular e limitada, encerrada num quadro sintático estreito, que desenvolve suas virtualidades próprias, e então, por um efeito de sentido imprevisível, realiza uma certa expressão do futuro. A língua explora este recurso para instituir progressivamente uma nova forma temporal, que elimina a antiga.

Uma outra transformação perifrástica do futuro antigo aconteceu em grego, e oferece um curioso paralelismo com a precedente.

A forma antiga do futuro é substituída em grego médio por perífrases concorrentes que revelam o conflito de duas expressões distintas: uma consiste em *ékhō* ("eu tenho") + inf., a outra, em

thélō ("eu quero") + inf. Ao mesmo tempo se produz, sobre o mesmo campo, uma extensão da forma modal de subjuntivo aoristo com *na* (partícula modal): *nà idô* "eu verei". Desta concorrência emerge uma forma nova, de início perifrástica *thélo nà* (*grapsō*), depois com redução *thé nà...* (sec. XIII), *thà nà*, e finalmente *thà* (*gràpso*), futuro da língua comum. O futuro do grego moderno é portanto o presente ou o aoristo prefixado de uma partícula *tha*. Da antiga perífrase o membro que exprimia a intenção foi eliminado como significante, pelo fato de que o segundo membro (equivalente ao infinitivo na perífrase latina) era em grego uma oração final, necessariamente provida de uma forma verbal pessoal. O auxiliante *thélō* enquanto forma flexionada tornava-se portanto redundante e podia se reduzir a uma partícula.

Um terceiro exemplo de transformação é fornecido pelo sogdiano, dialeto oriental do iraniano.

O antigo futuro, com morfema *-sya-*, representado pelo avéstico *būšyati* "ele será", é substituído em sogdiano por uma locução formada do presente seguido de uma partícula *kām* (antigamente = "desejo"): *but kām* "ele será". Em estados mais evoluídos do sogdiano, a partícula se junta a uma forma verbal e finalmente ela se reduz a *-kā* que não é mais significante: *butqā* "ele será".

Parece que por uma necessidade interna a perífrase do futuro está destinada a eliminar o membro auxiliante, seja por fusão com o auxiliado (é a solução românica), seja por redução ao estado de partícula (como em grego moderno e em sogdiano).

III

Estes exemplos permitem ver, na transformação das categorias formais, a similitude dos verbos empregados para efetuar combinações sintagmáticas bastante diferentes entre si e que não tiveram a mesma sorte nas mesmas línguas.

O perfeito e o futuro novos foram realizados pelo mesmo verbo na qualidade de auxiliante, *habēre*. Poderíamos ter mostrado a transformação da passiva antiga em um sintagma caracterizado pelo auxiliante *esse* (ou "être", *ser*, etc.). Para as transformações

de formas temporais do latim em romance ocidental, quase não ocorre outro auxiliante (cf. a variante *tenere* em português).

Há outras transformações, e há outros auxiliantes para efetuá-las. Umas das mais correntes é a transformação das formas verbais modais em sintagmas cujo auxiliante é um verbo como "pouvoir". Há também transformações de formas simples caracterizadas do ponto de vista do aspecto em sintagmas providos de um auxiliante com função aspectual.

Mas qualquer que seja a função particular que preencha, a auxiliação é um procedimento sintático muito largamente empregado nas línguas as mais diversas. O sintagma de auxiliação apresenta em toda parte caracteres comuns, que há interesse em apontar, a título de exemplo, em duas línguas ameríndias diferentes.

Em toda parte em que o fenômeno da auxiliação é constatado, pode-se observar que o auxiliante é um verbo de natureza particular, e, além de todas as diferenças de estrutura lingüística, que ele pertence às mesmas séries. É um verbo de sentido muito geral, freqüentemente defectivo e irregular, supletivo em um grande número de línguas.

Em Tunica (Haas), distinguem-se três classes de verbos: auxiliares, ativos, estáticos.

Os auxiliares são: *ˀúhki*, "ele é, vive"; *ˀúra* "ele está deitado, estendido"; *ˀúna* "ele está sentado, ele acampa, ele está agachado"; *ˀúsa* "ele vem"; *ˀúwa* "ele vai"; *-ˀúta* "ele faz, causa" e à parte, *láka* "eles vivem" (anômalo 3.° pl.)

Todos eles têm tanto um emprego livre, quanto um emprego como auxiliares de outros verbos. Ora, eles diferem das duas outras classes de verbos pelas seguintes características:

1.° Certos auxiliares se flexionam irregularmente: certas formas como as dos verbos estáticos, outras como os verbos ativos, outras inanalisáveis;

2.° Eles são supletivos, e os únicos a empregar este procedimento;

3.° Eles empregam a reduplicação na formação dos paradigmas repetitivos e são igualmente os únicos a fazê-lo;

4.° Todos eles são empregados na flexão perifrástica dos verbos ativos, ainda que todos (salvo um) tenham além disso um emprego livre.

Em asteca também existem verbos auxiliares. São verbos — Whorf arrola dez deles — que têm uma existência independente. Como auxiliares, eles são sufixados ao verbo e conferem à forma verbal, na língua clássica, um certo valor aspectual.

Os verbos auxiliares são: 1.°. *ka* "ser" (= continuativo); 2.°. *nemi* "andar, viajar" (= vai fazendo-o); 3.°. *wi·c* "vir" (= vem fazendo-o); 4.°. *mani* "se estender, ser estendido" (= circula fazendo-o, o faz dentro de uma área: *kiyawtimani* "rains all around"); 5.°. *ikak* "se manter de pé" (= se mantém neste estado, para coisas erigidas); 6.°. *ewa* "levantar" (= não-durativo, "ele entra no processo", ou simplesmente inceptivo: *kon-anatewa* "starts forward to get it (*-ana-*)"); 7.°. *momana* e 8.°. *mote·ka* ambos "settle down", o primeiro com uma idéia de "expandir-se", de emprego idiomático; 9.°. *kisa* "go forth" e 10.°. *weci* "cair", não-durativos e inceptivos de ação vigorosamente empreendida: *-k^witiweci* "dashes upon and takes (*-k^wi-*)".

O auxiliar é sufixado ao presente *-ti-*. Por exemplo, com o auxiliar *ka* "ser" + mo-λalia "sits", forma-se *o·moλalitikatka* "he was sitting", *mo-λalitiyes* "he will be sitting".

A técnica da auxiliação é particularmente clara e instrutiva nas línguas altaicas. O sintagma de auxiliação em turco antigo (Gabain) consiste em um auxiliante flexionado e um "converbo" [5] de forma fixa em *-u* ou em *-p*. O paradigma, bastante estendido, dos auxiliantes, compreende verbos de sentido geral, que na qualidade de auxiliantes formam perífrases de função descritiva ou modal: com *tur-* "stare" pode-se formar *altayu tur-* "ter o hábito de enganar"; com *tut-* "segurar": *küyü tut-* "proteger continuamente"; com *alq-* "esgotar": *qïlu alq-* "fazer até o fim"; com *tart-* "tirar": *qutu tart-* "*definhar* lentamente", etc.

Poderíamos citar muitos outros paralelos, que mostrariam ao mesmo tempo quanto este procedimento é geral e quão paralelas são as vias de sua realização.

5. No original, *converbe* (N. do T.).

CAPÍTULO 10

para uma semântica da preposição alemã vor * **

Em artigo anterior [1], tentamos uma interpretação unitária dos empregos da preposição latina *prae*, a fim de mostrar, particularmente, que o sentido dito causal de *prae* resulta de uma especialização do sentido geral de "diante, na extremidade, no ponto extremo". Rejeitamos portanto a explicação dada por Brugmann da expressão *prae (gaudio)*: "Algo se apresenta na frente de algo e, por essa razão, torna-se ensejo e motivo para algo". P. Meriggi [2], sem considerar em detalhe a argumentação de nosso artigo, retoma a tese de Brugmann e, à pergunta que havíamos colocado: "eu choro *diante* da alegria... Em que língua é possível exprimir-se assim?", ele responde: "Em alemão, porque *vor Freude* é a expressão perfeitamente corrente e, na verdade, única para o latim *prae gaudio*".

Pensamos que, longe de modificar nossa concepção do sentido do lat. *prae gaudio* [3], a expressão alemã *vor Freude* a reforça. Mas

* *Athenaeum*, nova série, vol. L, fasc. III-IV (1972), Universidade de Paris, p. 372-375.

** A tradução deste artigo contou com a colaboração de Ingedore Villaça Koch, notadamente no que diz respeito aos exemplos do alemão.

1. Reimpresso em nossa obra *Problèmes de linguistique Générale* I, Paris, 1966, p. 132 s. Em português, Problemas de Lingüística Geral I, 2.ª ed., Pontes Editores, 1988.
2. *Athenaeum*, nova série, vol. L, fasc. III-IV (1972), Universidade de Paris, p. 357 ss., que ele teve a gentileza — pela qual lhe agradecemos — de nos comunicar em manuscrito.
3. Não voltaremos aqui ao lat. *prae* a não ser para manifestar nossa satisfação de encontrar, no artigo de P. Meriggi, uma preciosa lista de exemplos de *prae* que confirmam nossos pontos de vista sobre as condições

que significa ela exatamente? É preciso começar por analisar este emprego de *vor* no contexto do valor geral da preposição. Para abreviar nossa demonstração, apoiar-nos-emos nas definiões dadas no verbete *vor* do Dicionário de Grimm [4].

Antes de mais nada, convém lembrar que nas locuções como *vor Freude (weinen)* [5], a preposição se aplica exclusivamente a estados ou ações *involuntárias* e se opõe à expressão do comportamento voluntário ou refletido que exige a preposição *aus* [6]. Está aí, como adiante se verá, uma limitação essencial do pretenso sentido "causal" de *vor*.

De maneira geral, *vor* indica duas posições possíveis: 1. do lado em que está a face de uma pessoa ou uma coisa: *vor dem Gerich* "(comparecer) perante o tribunal", portanto, face a face; 2. caminhando na frente da pessoa ou da coisa: *vor jemand laufen* "correr na frente de alguém", portanto, precedendo-o. É o que confirma Grimm: "são sempre possíveis duas perspectivas, que também subjazem a todos os empregos estendidos; um voltar-se para ou um antecipar-se, *-stehen* (estar) ou *-gehen* (ir) adiante [7].

É da segunda acepção que partiremos para dar conta do emprego "causal" de *vor*. Uma locução própria a facilitar sua compreensão é: *vor dem winde segeln*, que Grimm comenta: "para indicação de um movimento diante de algo que se move na mesma direção *vor dem winde segeln*, de modo que o vento vem de trás ou obliquamente de trás" [8]. A locução *vor dem winde segeln*, literalmente "singrar diante do vento", indica que se tem o vento atrás, o vento em popa, de acordo com a terminologia francesa.

deste emprego. Assinalemos *en passant* que a citação n.º 4 (Liv. III 46, 9) deve ser retificada. O texto é, na verdade, *omissis rebus aliis prae unius cura*, literalmente, "todas as demais coisas sendo negligenciadas em prol de uma só", ou como traduz Baillet (ed. Budé): "Como se negligenciavam outras coisas para só se ocupar daquela".

4. Grimm, *Deutsches Wörterbuch*, XII, Parte II (1951), p. 777 s., citado aqui apud Grimm.
5. Chorar de alegria; literalmente, *diante da alegria (chorar)* (N. do T.).
6. Cf. Werner Schmitz, *Der Gebrauch der Deutschen Präpositionen* (4.ª ed., 1966), p. 79: "*Vor* causal designa a origem de atividades (e estados) involuntárias, em contraposição a *aus*, que indica a origem de atividades voluntárias.
7. Grimm, p. 777.
8. Grimm, p. 782.

Assim *vor* marca a posição que se ocupa e a direção para onde se vai sob o efeito de um impulso que vem de trás, impulsionando-nos para a frente.

Já estamos próximos da situação enunciada por *vor* "causal". Mas é preciso observar bem as duas condições, que são constantes e associadas, no tipo *vor Freude weinen* e que amiúde são esquecidas: 1. o verbo indica sempre um estado ou um comportamento psico-fisiológico de caráter instintivo, involuntário ("gritar, chorar, tremer, ter medo, estar fora de si", etc.); 2. o substantivo ao qual *vor* se aplica designa sempre uma emoção viva ("alegria, cólera, terror, dor", etc.).

Delimitamos, deste modo, o domínio dos empregos para os quais convém a preposição *vor* em alemão, *di* em italiano, *de* em francês:

> al. *vor Freude weinen*; it. *plangere di gioia*; fr. *pleurer de joie*;
> al. *vor Angst sterben*; it. *morire di paura*; fr. *mourir de peur*;
> al. *vor Müdigkeit umfallen*; it. *cascar di stanchezza*; fr. *tomber de fatigue*.

Como nem o italiano nem o francês estão em questão aqui, devemos apenas nos perguntar se este valor de *vor* pode ser explicado pelo sentido geral da preposição tal como foi definido acima. Acreditamos que é este o caso, e os dados estão de acordo com a nossa interpretação. P. Meriggi deve construir a sua sobre dois sentidos opostos, o de "causa" e o de "impedimento", os quais nos parecem ambos ilusórios.

É o que já se percebe lendo o comentário de Grimm: "*von* indica a origem, o motivo para estados, principalmente interiores, mas também para um comportamento numa acepção bem genérica: *vor Begierde brennem, vor Scham verstummen, . . . vor Wut beben, vor Freude weinen . . .* [9]. A causa eficiente não é, de ordinário, algo proveniente de fora, com exceção de frio, calor e outros, em que se indica simultaneamente um estado interior, sendo neste caso o efeito, em compensação, um estado interior daquela manifestação,

9. Arder de cobiça, emudecer de vergonha, tremer de raiva, chorar de alegria (N. do T.).

ou um comportamento, uma atividade, um acontecimento que podem ser encarados como conseqüências involuntárias; muito freqüentemente, designa-se também por meio de uma negação um impedimento, embaraço" [10].

O papel de *vor* permanece o mesmo neste emprego específico. Ele indica a posição na qual nos encontramos sob o impulso de uma força irresistível que nos move para diante. Da mesma maneira que o movimento do navio é produzido pela força do vento que o propulsiona, o estado físico ou psíquico involuntário ("weinen") é o resultado de uma pulsão emocional que o sujeito sofre. O comportamento involuntário ("weinen, beben, brenenn") do sujeito é assimilado ao movimento igualmente involuntário do veleiro ("segeln"), e o paroxismo da emoção propulsora à força propulsora do vento.

A partir daí tudo o que importa e que basta compreender é a relação semântica de *vor* de uma parte com o verbo, de outra com o substantivo. Que a violência do sentimento experimentado faça chorar a um ou impeça a outro de falar isto, é problema do psico-fisiologista, não do lingüista. É igualmente inútil atribuir a *vor* o sentido de "causa" e o de "impedimento"; isto seria confundir o plano da sensação com o da língua. Do ponto de vista lingüístico, apenas uma consideração está em jogo: a construção com *vor* e a relação que ela estabelece entre o verbo e o nome com que articula. Diremos pois que, aposto adverbialmente a um verbo que denota um estado ou comportamento involuntário ("chorar, tremer", etc.), *vor* indica a posição de avanço extremo, resultante de uma impulsão, e forma sintagma com o substantivo que denota o agente da impulsão (aqui interna, emocional, "Freude", etc.). Se *vor* indica a direção imposta ao objeto pelo impulsionador, é em virtude da mesma construção que analisamos acima. Negligenciando aqui a questão do artigo, que não tem relação direta com nosso assunto, sublinharemos o paralelismo e a unidade essencial dos dois tipos de locuções:

vor dem Wind	*vor Freude*
segeln	*weinen*

10. Grimm, p. 788-789.

Exterior ou interior, cinética ou emotiva, a impulsão atua do mesmo modo, e, nos dois casos *vor* tem a mesma denotação. Há uma ligação estreita, necessária, entre o caráter *involuntário* dos comportamentos indicados pelo verbo (seja os atos "chorar, gritar", seja, o que dá no mesmo, "não saber o que dizer, não poder mais se mover") e a natureza *irresistível* da pulsão que move o sujeito na posição *vor*.

A língua não poderia produzir construções tão semelhantes se não houvesse entre elas uma semelhança profunda, devida a um mesmo esquema subjacente. Compete ao lingüista descobrir estas relações profundas sob a diversidade superficial dos empregos, se ele quiser compreender os efeitos de sentido daí resultantes.

IV

FUNÇÕES SINTÁTICAS

Tradução: Vandersi Sant'Ana Castro

CAPÍTULO 11

fundamentos sintáticos da composição nominal *

Tanto na prática descritiva como na teoria das classes de formas, sempre se considerou que a composição nominal parte da morfologia, que ela não é senão uma variedade da formação de nomes, assim como a derivação. Ninguém contestará que as particularidades formais das palavras compostas interessam, com efeito, à morfologia nominal, particularmente as variações características de um tema nominal entre o seu estado de forma livre e o de membro de composto, sendo esta variação justamente uma das marcas, às vezes a única, da composição. Neste ponto de vista os compostos das principais línguas fornecem à descrição uma matéria abundante. Eles têm sido descritos e freqüentemente analisados pormenorizadamente.

Mas, a abordagem morfológica deixa sem resposta, e na verdade nem mesmo permite colocar o problema fundamental: qual é a função dos compostos? O que os torna possíveis e por que eles são necessários? Em uma língua constituída de signos simples, a existência de unidades formadas de dois signos juntos convida a se perguntar onde está a fonte comum dos compostos e de onde provém a diversidade de suas formas.

Para responder a esta pergunta, é preciso, em nossa opinião, considerar os compostos não mais como espécies morfológicas, mas como organizações sintáticas. A composição nominal é uma micro-

---

* *Bulletin de la Société Linguistique de Paris*, C. Klinksieck, t. LXII (1967), fasc. I, p. 15-31.

sintaxe. Cada tipo de composto deve ser estudado como a transformação de um tipo de enunciado sintático livre.

Examinaremos, portanto, sob esse enfoque, as principais classes de compostos, tais como elas são geralmente reconhecidas, para mostrar os fundamentos sintáticos próprios a cada uma delas e, finalmente, para investigar sua função comum.

Estabelecemos como princípio que um composto comporta sempre e somente dois termos. São excluídos da função de composição (e isto, aliás, é noção largamente aceita) os prefixos e prevérbios, cujo comportamento e cujo papel são bem diferentes. Mas, dos dois termos de um composto, um pode ser ele próprio composto: al. *Bleistifthalter*; ing. *cocktail-mixer*; gr. *triakonta-etēs* "de trinta anos de idade". O composto que se torna termo de composto conta com um termo único; sempre há somente dois termos no novo composto.

Na análise dos compostos devem-se distinguir dois fatores que obedecem a condições diferentes: a relação lógica e a estrutura formal. Esta depende daquela. A estrutura é organizada pela relação. Somente a relação lógica fornece os critérios próprios para se classificar funcionalmente os tipos de compostos.

Conseqüentemente, a relação a se estabelecer entre os dois termos deve ser considerada como o primeiro critério, o mais geral, aquele ao qual todos os outros estarão subordinados. Distinguiremos duas grandes classes principais de compostos: aqueles cuja relação se contém entre os dois termos e lhes é eqüidimensional, e aqueles em que a relação ultrapassa os dois termos e, englobando-os em uma nova função, modifica-se ela própria. Todas as outras classes serão incluídas nestas, como subclasses.

I

A primeira grande classe compreende os compostos nos quais a relação se contém inteira e unicamente entre os dois termos. Estes constituem — de modo diverso — e delimitam — de modo constante — a estrutura sintática.

1. Arrolaremos aqui, primeiramente, pela simplicidade de sua estrutura binômica, o tipo chamado *dvandva* ("par"), que junta

dois substantivos eqüipotentes em uma unidade que chamaremos emparelhadora [1]. O védico fornece os exemplos clássicos *dyā́vāpṛthivī́* "céu-terra"; *pitárāmātárā* "pai-mãe"; *mitrā́várunā* "Mitra-Varuna"; em grego *νυχθήμερον* "(duração de) noite-dia". A particularidade do dvandva é que os dois membros são eqüipotentes. É por essa relação que eles se caracterizam. Portanto, eles não formam juntos uma construção sintática, no sentido estrito, mas são unidos por uma relação de coordenação que só poderia ser analisada no quadro de uma teoria geral da coordenação assindética. Conseqüentemente, o dvandva não admite a redução dos dois membros a um só, nem a primazia de um dos termos sobre o outro, exceto a relação de precedência, fixada pela tradição e, de resto, reversível: *pitárā-mātárā* ou *mātárā-pitárā*. O agrupamento dos dois nomes coloca em evidência a ligação assindética, traço sintático, e, além disso, serve de solução lexical para a forma sintética do dual chamado de elíptico: *dyā́vā* "céu (+terra)"; *mitrā́* "Mitra (+Varuna)".

2. Um outro tipo é constituído pelos compostos que reúnem dois substantivos: *oiseau-mouche*, *chien-loup*, *poisson-chat*, *papier-monnaie*, etc. Ele se distingue do dvandva por uma diferença essencial: designa um só objeto natural, e não dois. Mas ele o designa por dois signos juntos, os dois nominais. Trata-se de reconhecer o vínculo entre os dois membros, e em seguida a construção sintática da qual deriva a unidade nova.

Dos dois membros, é sempre o primeiro que fornece a denominação: um "oiseau-mouche" é um pássaro [*oiseau*] e um poisson-chat é um peixe [*poisson*]. O segundo membro traz ao primeiro uma especificação apondo-lhe o nome de uma outra classe. Mas entre os dois referentes não há senão uma relação de disjunção: as moscas [*mouches*] não são um ramo dos pássaros [*oiseaux*] nem os gatos [*chats*] são um ramo dos peixes [*poissons*]. O ser designado como "oiseau-mouche" é, portanto, aparentemente membro de duas classes distintas que, no entanto, não são nem homogêneas, nem simétricas e nem mesmo vizinhas. Se esta designação dupla resulta todavia não-contraditória, é porque a relação que ela ins-

1. No original francês *couplante* (N. do T.).

titui não é nem lógica, nem gramatical, mas semântica. O objeto assim denominado não se vincula igualmente às duas classes. A uma ele pertence por natureza, à outra ele é atribuído de modo figurado. O "oiseau-mouche" é sem dúvida um pássaro [*oiseau*] mas um pássaro que tem uma certa semelhança com uma mosca [*mouche*]. O "papier-monnaie" é papel [*papier*], não moeda [*monnaie*], sendo próprio da moeda sua matéria (metálica), sua forma (em moedas), sua marca (cunhada); no entanto é um papel que tem alguma analogia com a moeda, que a substitui. Assim, signos lexicais como "oiseau-mouche", "papier-monnaie" reúnem duas noções, uma de natureza, outra de aparência. O papel desses compostos é o de emparelhar em uma designação específica uma classificação pela realidade e uma classificação pela semelhança. É a prova de que a relação se estabelece entre as coisas, e não entre os signos.

Percebe-se a constituição sintática que dá origem a esses compostos. "Oiseau-mouche" remete a um sintagma de definição: "oiseau *qui est* une mouche" e "papier-monnaie" a "papier *qui est* de la monnaie". Nesse tipo de construção, tendo em vista o sentido que ela produz, a ligação "qui est" entre os dois lexemas implica uma função particular de "être". Não é uma marca lógica de identidade entre duas classes, uma vez que as condições do emprego obrigariam a estipular que essa função proposicional da forma "um *x* que é um *y*" se aplica aqui a um objeto real e que os referentes de *x* e de *y* são, no entanto, incompatíveis, o que seria contraditório.

A relação expressa pelo "être" aqui deve antes ser entendida como uma relação de assimilação semântica entre duas noções distintas, na base de um traço comum que é implicado, mas não indicado. Entre "oiseau" e "mouche" será o caráter semântico de pequenez; entre "papier" e "monnaie" o de valor legal. Identificação de semelhança entre um ser designado e um ser comparado, essa construção, que não corresponde a nenhuma das significações lógicas de "être", reflete-se no composto pela simples justaposição dos dois signos componentes, procedimento descritivo e expressivo. Como termo lexical, esse composto tem freqüentemente como equivalente um signo simples: "oiseau-mouche" e "colibri"; — "poisson-chat" e "silure"; — "papier-monnaie" e "assignat" (ou "billet de banque", composto de tipo diferente). Concluiremos que esse

composto e a construção livre que o sustenta têm por função representar uma relação de similitude intuitivamente percebida entre um objeto designado e um outro de classe distinta, e exprimir essa relação de similitude sob a forma de um signo duplo cujo primeiro membro é determinado-assimilado, e o segundo, determinante-assimilante [2]. Assim se constitui na nomenclatura uma nova classe, cuja designação, associando em uma unidade específica dois signos já conhecidos, faz economia de um signo único que seria suplementar, ou permite substituí-lo ("oiseau-mouche" ao lado de "colibri"), ou ainda, quando ele existe, diferençá-lo de novo: a partir de um nome básico (popular) *martin* para pássaros, forma-se *martin-pêcheur* e depois *martin-chasseur*.

3. O terceiro tipo desta classe é o composto de dependência, cujos termos são dois substantivos em relação de determinação: ing. *arrow-head* "ponta de flecha", gr. *oiko-despótēs* "chefe de casa", sâncr. *rāja-putrá-* "filho de rei". A base do composto é o grupo sintático livre com determinante no genitivo e determinado no nominativo (qualquer que seja a maneira como se realiza formalmente essa relação, expressa aqui, para simplificar, em termos de flexão casual).

De todas as classes de composição, esta é, sob todos os pontos de vista, a que oferece a relação mais clara e imediata com a base sintática livre, a tal ponto que, algumas vezes, o composto e o sintagma parecem permutáveis à vontade.

Se tal fato ocorre, e na medida mesma em que o composto e o sintagma parecem se oferecer livre e igualmente à escolha, pode se julgar pleonástico esse tipo de composto e questionar sua legitimidade em relação ao sintagma. E no entanto ele se desenvolveu, e em certos casos foi produtivo. Qual poderia ser então sua função? A questão ainda não foi colocada. Trata-se de reconhecer o critério que assegura a distinção entre o composto e o sintagma, isto é, o princípio que rege a seleção dos termos desses compostos.

2. No original francês *déterminé-assimilé* e *déterminant-assimilant*. Em português *assimilado* é usado aqui no sentido de "identificado a", "semelhante a"; e *assimilante* é empregado como "aquele com o qual há a identificação, a semelhança" (N. do T.).

Para descobri-lo, convém primeiramente considerar essa classe em seu inventário e ver de quais categorias de nomes são tomados os constituintes dos compostos de determinação. A esse respeito, as línguas indo-européias antigas oferecem à observação um campo privilegiado. Já se sabe que, na origem, esse tipo era raro e estreitamente limitado. No védico e no grego clássico há somente um pequeno número de representantes [3]. Do védico somente se cita uma dúzia de exemplos. Na verdade já é demais [4]. Para exame reteremos como seguros somente três ou quatro compostos-troncos. Sua própria raridade os torna típicos e incita a considerá-los individualmente.

Primeiramente há o constituinte *-pati* "chefe, senhor", muito produtivo e que tem um paradigma provido desde o RV: *daṃpáti-* "chefe de casa" (gr. *des-pótēs*), *viś-páti* "chefe de clã", *jā́s-pati-* "chefe de família", etc. Bem atestado também é *putra-* "filho", em *rāja-putrá-* "filho de rei", *brahma-putrá-* "filho de brama", assim como *rājan-* "rei", em *jana-rā́jan-* "rei da raça".

Desta curta lista, que contém a maioria dos exemplos primários, já se tem uma idéia precisa da relação que se procura definir. Uma formação de compostos cujo segundo termo é "chefe" ou "filho" ou "rei" caracteriza-se em lógica como uma função de duas variáveis: "ser filho" não é um predicado autônomo, exige um outro argumento para se completar; assim, "filho, chefe, rei" equivalem necessariamente a "filho-de, chefe-de, rei-de".

Os nomes que pertencem a essa categoria lógica são antes de mais nada os que indicam o parentesco ou a relação com um grupo

---

3. Cf. Wackernagel, *Altind. Gramm.*, II, 1, p. 241, § 97.
4. Assim, da pequena lista que Wackernagel (*op. cit.* p. 241, § 97) cita conforme Arnold para as porções mais antigas do RV, seria necessário eliminar vários exemplos:
nava-jvārá-, *mahā-dhaná-*, *mahā-vīrá-* comportam adjetivos como primeiro termo e são portanto de uma outra categoria, a de *candra-mā́s-* (cf. Wackernagel § 101).
devákṣatra- (RV.V 64,7) deve ser considerado como nome próprio, de acordo com Geldner (trad. ad loc.) e Renou (*Et. véd. et pan.*, V, 1959. p. 80; VII, 1960, p. 45); como tal será melhor interpretado como um bahuvrīhi: "cujo *kṣatra* vem dos *devas*";
dru-pada- é um bahuvrīhi "de pé de madeira", como já o indica A. Debrunner (*Nachtaräge* zu Wack. II, 2, p. 34-5);
sobre *divo-dāsa-* e *hiraṇya-ratha-* cf. mais adiante.

social. Esse traço também está presente no nome próprio *dívo-dāsa-* "criado do céu" (com *divo* < *divas* gen., sintagma fixado como nome próprio). Daí o efetivo inicialmente muito limitado dessa formação. No entanto, ela recebe, ocasionalmente, contribuições imprevisíveis. Podemos, por exemplo, nos espantar de encontrar nessa classe *hiraṇya-rathá-* "carro de ouro" e nos perguntaremos como *hiraṇya-rathá-* vai entrar na mesma classe que *rāja-putrá-* "filho de rei", tendo em vista a diferença de estatuto lógico entre *ratha-* "carro" e *putra-* "filho". A relação se esclarece pelo valor contextual de *hiraṇya-rathá-* (RV. I. 30,16): não "carro feito de ouro", mas "carro cheio de ouro" ("Goldbeladener Wagen" Wackernagel; "ein Wagen voll Gold" Geldner); *ratha-* é tomado aqui como nome de continente; seria melhor traduzido por "carroçada de ouro". Assim *hiraṇya-rathá-* torna-se simétrico de *rāja-putrá*. Funções como "carroçada de (feno), punhado de (grão)" têm a mesma estrutura lógica que "filho de (rei), chefe de (família)", e a relação continente-conteúdo é comparável a de membro-totalidade, quer seja a de *head* e *arrow*, em *arrow-head*, lit. "cabeça de flecha", quer seja a do sânscr. *pati-* "chefe (de)" e *dam-* "casa, família", em *daṃ-pati-* "chefe de casa".

Essa classe de compostos expressa, portanto, funções de duas variávei sob a forma sintática da predicação: "*x* é de *y*", realizada como "filho é de rei, chefe é de família". O composto se constitui com nomes que são *por natureza* termos relativos que pedem termos complementares, como os nomes de parentesco ou de posição social. Esse núcleo inicial se acresce de designações provenientes de outras categorias semânticas, mas que, *por seu emprego*, contraem para seus termos complementares a mesma relação lógica.

Ao mesmo tempo é fixada a demarcação de princípio entre este composto chamado de determinação nominal e o sintagma: este não é submetido a nenhuma restrição lógica e pode reunir nessa relação sintática nomes de todas as classes.

4. O tipo de composto que se poderia chamar de clássico é o composto de primeiro membro nominal, determinante, e segundo membro verbal, determinado: gr. *hippó-damos* "que doma os cavalos", lat. *signi-fer.* "que leva a insígnia", sâncr. *havir-ad-* "que come a oferenda", persa ant. *aršti-bara-* "que leva a lança", ingl.

shoe-maker "que faz sapatos", russo *medv-éd'* "comedor de mel" (=urso). A relação é a mesma, em ordem inversa, sem escolha possível, no tipo fr. *porte-monnaie*. Assim como é claro que essa formação é amplamente desenvolvida, também é claro que ela repousa sobre uma oração livre com forma pessoal do verbo transitivo regendo um termo nominal: gr. *hippó-damos* "ele doma os cavalos"; -lat. *signi-fer* "ele leva a insígnia", etc.[5].

Encontramos, entretanto, uma curiosa anomalia. Por mais evidente que pareça a relação estabelecida entre esse composto e a oração livre de regência transitiva, ela não pode dar conta da existência de um tipo paralelo, onde os mesmos elementos são unidos pela mesma relação interna, mas na seqüência inversa: determinado verbal + determinante nominal e todavia com o mesmo sentido global. Este tipo está representado na maior parte das línguas indo-européias antigas, muito particularmente em grego e em indo-iraniano: gr. *arkhé-kakos* "que começa o mal, que é responsável por uma desgraça", *pheré-oikos* "que leva sua casa", sânscr. *trasa-dasyu* n. pr. "que assusta o inimigo", *kṣayat-vīra-* "que comanda os homens"; persa ant. *xšayāršan-* n. pr. (*xšaya-aršan-*) "que comanda os heróis", avést. *barō.zaoθra-* "que traz a oferenda". Aparentemente este tipo também supõe uma construção livre com um verbo transitivo e seu complemento: gr. *pheré-oikos* "ele leva sua casa"; sânscr. *trasa-dasyu-* "ele assusta o inimigo", etc.

Os dois tipos de compostos formalmente diferenciados pela ordem seqüencial, sempre foram considerados como funcionalmente iguais e de mesmo sentido. Os lingüistas que tiveram que descrevê-los consideram-nos como sinônimos, ainda mais que às vezes são os mesmos lexemas que são arranjados em ordem inversa e que se dispõe assim de compostos reversíveis, como por exemplo em avéstico *barō.zaoθra-* e *zaoθra.bara-*, um e outro significando "que traz

5. Basta acrescentar, uma vez que nosso objeto de estudo não é a descrição dos compostos por eles mesmos, que a relação objeto + nome verbal transitivo se transforma em regência passiva quando o termo verbal do composto é o adjetivo em -**to-* ou o particípio passado: ingl. *hand-made*, gr. *kheiro-poiētos*, lat. *manu-factus*, e que a função verbal intransitiva aparece no sânscr. *rathe-ṣṭhā* "que fica sobre o carro". A sintaxe das três diáteses se reflete assim nos compostos.

(*bara*) a oferenda (*zaoθora-*)". Em nenhum lugar a questão de uma possível diferença entre as duas seqüências foi sequer levantada.

Entretanto, é difícil pensar que as duas ordens de composição, nominal + verbal ou verbal + nominal, possam permutar à vontade e que estejam em variação livre. *A priori* tais pleonasmos não poderiam ser tolerados em uma língua onde a composição obedece a normas fixas. E menos ainda se conceberá que eles tenham se desenvolvido como o fizeram, se eles são simples variantes estilísticas.

Devemos nos perguntar como dois tipos de compostos, diferentes pela ordem dos termos, podem um e outro se originar da mesma construção livre de um enunciado predicativo no presente. Deve existir, na própria base dessa construção, uma dupla possibilidade sintática que se prolonga na dupla seqüência de compostos.

Efetivamente esta suposição se confirma na sintaxe do enunciado. Não na variação da ordem entre o verbo e o complemento, já que essa ordem é livre, não condicionada e sem efeito sobre o sentido, mas no duplo valor que é inerente a uma forma de presente. Em "ele leva..." podemos ver ou um presente atemporal de definição: "ele leva = ele é *portador de*...", ou um presente atual de descrição: "ele leva = ele realiza o ato de levar".

É esta a diferença a ser reconhecida entre o composto grego com -*φόρος* "portador por vocação ou natureza" (definição) e o composto com *φερέ-* "que leva efetivamente" (descrição).

O sentido do primeiro tipo não precisa ser demonstrado. A própria abundância de compostos com -*φόρος* faz sobressair sempre o levar como função: *λαοφόρος* "(estrada) que leva o povo" (= freqüentada); *ἑωσφόρος* "(estrela) que traz a aurora, Lucifer"; *φωσφόρος* "(astro, divindade) que traz a luz"; *καρποφόρος* "(árvore, região) que produz frutos", etc.

Em compensação, será útil esclarecer o valor próprio dos compostos com *φερέ-* em seu emprego textual. Com o composto *φερέ-οικοι* Heródoto caracteriza os citas nômades que, vivendo sobre carroças, "transportam sua casa", na realidade do processo e como atividade constatada[6]. Os *ἀμπλακίαι φερέπονοι* de Píndaro

6. φερέοικος serve de *kenning* entre os poetas para designar diversos animais que carregam concha; cf. H. Troxler, *Sprache und Wortschatz Hesiods*, Zurique, 1964, p. 22.

(Pyth. 2,31) são "desvios que (efetivamente) produziram sofrimento". Do mesmo modo o adjetivo *φερέγγυος* qualifica aquele "que dá efetivamente garantia, que é digno de confiança": Com outros temas verbais: *ἐχέθυμος* "que contém suas paixões", *ἐχέφρων* "que tem reflexão, prudente". Muito instrutivo em seu contexto é o hom. *ἀρχέκακος* "que foi causa de um mal", epíteto aplicado a um objeto particular em sua relação com um acontecimento particular: ... *νῆας* ... *ἀρχεκάκους, αἳ πᾶσι κακὸν Τρώεσσι γένοντο οἷ τ' αὐτῷ* "esses navios causa de males, que foram uma desgraça para todos os Troianos, e para ele próprio também" (E 62-4); a frase relativa parece uma tradução analítica do composto. Lembremos, paralelamente e parece contrastar, que *-αρχος* como segundo termo indica a qualidade permanente de "chefe" (*ναύαρχος* "chefe de frota, almirante") e *-εχος* a função de "portador, detentor" (*σκηπτοῦχος* "porta-cetro" rei ou arauto; *ῥαβδοῦχος* "porta-vara", juiz, oficial de justiça).

Essa interpretação está de acordo com duas particularidades próprias a esses compostos de primeiro membro verbal e regente: uma é que eles não designam um ser ou um objeto como portador de uma função — essa função poderia existir sem jamais ser realizada em ato —, mas como o que realiza efetivamente ou realizou o ato nomeado, e, em conseqüência como seres ou objetos particulares e definidos. Conseqüentemente — e é o outro traço característico — essa formação produz epítetos que convêm a indivíduos, não a classes, e os descrevem em suas realizações próprias e não na virtualidade de uma função. É a razão pela qual ela fornece um grande contingente de nomes próprios individuais, principalmente em grego e em iraniano: gr. *Μενέ-λαος 'Αγέ-λαος, 'Αρχέ-λαος, Μενε-χάρμης, Τλη-πτόλεμος*, etc.; véd. *Trasa-dasyu-*; persa ant. *Dāraya-vahu-* "que mantém o bem" (= Dario); *Xšayāršan-* "que reina sobre os guerreiros" (= Xerxes) avést. *Uxšyat-ərəta-* "que aumenta a ordem", nome do filho mais velho de Zaraθuštra), etc.

A distinção entre as duas variedades de compostos de regência interior conforme a seqüência do regente e do regido é assim remetida a seu fundamento sintático, que é a acumulação de dois valores na forma verbal do enunciado livre no presente.

É ainda essa possibilidade de produzir duas variedades de compostos com os mesmos termos que esclarece a estrutura sintática do enunciado livre. Compostos do tipo de *oiko-phúlaks* "guarda de casa", *thanatē-phóros* "portador de morte" remetem aos enunciados "ele guarda a casa; ele traz a morte". Mas aqui o presente "ele guarda; ele traz" representa na realidade a transformação da locução predicativa "ele é guarda; ele é portador", que lhe dá ao mesmo tempo o fundamento conceptual e sintático; a forma verbal de presente contém, pois, a predicação de uma propriedade inerente. Mas no tipo *pheré-oikos*, o enunciado livre de base "ele traz sua casa" não é a transformação de um enunciado essencialmente predicativo; ele somente formula uma descrição. Aqui a forma verbal de presente não afirma uma propriedade de ser, ela predica um processo efetivo.

O campo dessa distinção não se limita aos compostos. Ele engloba outras formações nominais. Enquanto derivados de fundamento sintático, as duas classes de nomes de agente (em *-ter* e em *-tor*, respectivamente) e as duas classes de nomes de ação (em *-tu* e em *-ti*, respectivamente) se distribuem segundo o mesmo princípio[7] que as duas classes de compostos verbais. Revela-se, assim, uma grande articulação verbal que está ligada à natureza fundamental do presente verbal e que se prolonga até a derivação nominal.

II

A segunda grande classe dos compostos é a daqueles cuja relação não se contém entre os dois termos, mas de algum modo os ultrapassa.

5. São os compostos chamados bahuvrīhi, tipo de grande generalidade, dos quais eis aqui alguns representantes: ingl. *blue-eyed* (azul + olho) "de olhos azuis"; gr. *kuno-képhalos* (cão + cabeça) "(macaco) com cabeça de cão"; lat. *quadru-pes* (quatro + pé) "(animal) de quatro pés"; véd. *ugra-bāhu-* (forte + braço) "(deus) de braço forte"; persa ant. *tigra-xauda-* (ponteagudo + casco) "(Sakas)

7. *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*, 1948, 1.ª parte.

de casco ponteagudo"; paiute *cïŋaŋwaviⁿ tɔts.* (coiote + cabeça) "(pessoa) com cabeça de coiote, crazy-headed person" [8]; fr. *rouge-gorge* "(pássaro) de pescoço vermelho".

A definição desses compostos sempre foi difícil, ainda que haja acordo quanto à análise empírica. Eles receberam diversas denominações. A de *bahuvrīhi,* a mais inocente, designa em sânscrito a classe por um de seus representantes. Usa-se também "composto *exocêntrico*" para significar "cujo centro é fora (do composto)", o que tem o inconveniente de invocar uma geometria arriscada (como o centro de um objeto estaria fora desse objeto?) sem com isso elucidar a relação, que é somente remetida para fora do composto. Mais claro, pelo menos em seu sentido imediato, é o termo "composto *possessivo*", e ele contém, conforme se verá, uma parcela de verdade, mas ele ainda é aproximativo e mal definido, e ao cabo inadequado. Na verdade, nenhuma dessas denominações, atinge a particularidade do objeto a ser definido.

A razão disso é que, diferentemente de outras classes, que são de construção sintática simples, esta implica uma construção sintática complexa. Seja um bahuvrīhi como o hom. *arguró-toxos* "(deus) com arco de prata". Ele remonta a uma oração analítica que se enuncia "seu arco é de prata" (ou, indiferentemente, "ele tem um arco de prata"). Ora — eis o ponto importante — essa oração não é simples, e não sendo simples, não poderia ser vista como o fundamento último do composto. Consideramos que "seu arco é de prata" é a contração de *duas* orações logicamente anteriores e sintaticamente distintas, cuja articulação é o elemento pronominal "seu" (ou o verbo "ele tem"). Uma é predicativa de qualidade: "arco é de prata"; a outra, predicativa de atribuição: "arco de prata é de (X)", esta é suscetível de uma variante formal: "(X) tem arco-de-prata" [9]. A oração atributiva tem como índice o predicado de existência "ser de" que implica necessariamente um possuidor [10], expresso ou não. Parece portanto que a oração contracta "*seu* arco é

8. Exemplo tirado de Sapir, *Southern Paiute,* p. 74, que o classifica ele próprio como bahuvrīhi.

9. Já insistimos alhures na relação *avoir*: *être-à* [*ter*: *ser de*] (*Problèmes de linguistique générale,* I, p. 195).

10. No original francês *attributaire* (N. do T.).

de prata" inclui, como fator indipensável à construção, o possuidor atual ou virtual do "ser de"; É *esta* propriedade que define a estrutura sintática do bahuvrīhi [11].

Esse composto se fundamenta em uma construção atributiva. Diversas línguas dão disso uma prova notável sob a forma de um grupo sintático que prenuncia de certo modo o composto atributivo, grupo sintático em que a função de atribuição é assumida por uma expressão possessiva. É o caso do irlandês, que emprega para esse fim o *a* possessivo de 3.ª pessoa: *Cailti cruaid a chrí* "C. duro seu corpo, C. de corpo duro"; *ben... sion a grúad* "uma mulher digital sua face, de face de digital (= de faces purpúreas)" [12]. É a construção regular em semítico, onde ela forma o núcleo da "oração relativa" [13]: *mrʔatun hasanun aḫū-ha* "uma mulher belo seu (*-ha*) irmão, cujo irmão é belo". Em turco antigo: *qaš-ï körtläm* "meu (senhor) sua-sombrancelha (*qaš-ï*) [é] bela, de belas sombrancelhas" [14], turco *kızı güzäl äfändı* "homem sua-filha [é] bela, de bela filha" [15]; *dam-ı qırmızı ev* "casa seu-teto (*dam-ı*) [é] vermelho, casa de teto vermelho" [16]. Encontraríamos muitos outros paralelos para citar [17]. Essa construção coexiste em irlandês com compostos bahuvrīhi onde o adjetivo que tem função predicativa, precede o substantivo e onde um sufixo *-ech* marca a atribuição, assim *crán-suil-ech* "dunkel-äug-ig, de olho escuro". A comparação entre o composto *crán-suil-ech* "de olho escuro" e o grupo sintático (*beich*) *bec a nert* "(as abelhas) pequena [é] sua (*a*) força, de pequena força" mostra um paralelismo exato entre os dois procedimentos: eles têm

11. Propriedade vagamente entrevista pelos que classificam esses compostos como "possessivos". Mas quase todos os adjetivos poderiam ser chamados de "possessivos", pelo fato de que sintaticamente concordam com um nome, que seria "possuidor" da "qualidade".

12. Em geral essa expressão é descrita como um "genitivo do relativo", o que vale somente para as línguas de descrição, como as línguas ocidentais modernas. Para exemplos ver J. Vendryes, *Gramm. du v. irlandais,* § 646, p. 341; Thurneysen, *A Grammar of Old Irish,* § 507, p. 321; Lewis-Pedersen, *A Concise Compar. Celtic Grammar,* § 392, p. 239.

13. *Problèmes de linguistique générale,* I, p. 208 s.

14. A. von Gabain, *Alttürkische Grammatik²,* 1950, § 403.

15. K. Grönbech, *Der türkische Sprachbau,* I, p. 86.

16. J. Deny, *Grammaire de la langue turque,* § 354, p. 230.

17. Ver particularmente G. Deeters, IF. 60, 1952, p. 47 ss. que reúne espécimes variados dessas construções (p. 51 s. para as línguas caucásicas).

ao mesmo tempo valor predicativo, na ordem dos elementos, e valor atributivo, no possessivo *a* e no sufixo *-ech*.

Vemos assim a função atributiva que o sufixo cumpre no bahuvrīhi. Uma notável ilustração disso é dada pelo véd. *devá-patnī*, que significa não "senhora dos deuses", mas "(aquela) que tem como marido um deus (= mulher de um deus)". O feminino *-patnī* representa, na verdade, *pati-* "marido" munido de um sufixo de atribuição; e como o possuidor é um ser feminino, o sufixo tem necessariamente a forma *-ī*. Somente é preciso observar que a atribuição tem por objeto não *pati-* "marido", mas a predicação latente **deva-pati-* "deus [é] marido", de modo que, sob forma de atribuição a um possuidor de gênero feminino, *devá-patnī* significará analiticamente "deus-marido é-d'(ela)", combinação de duas predicações. Essa estrutura sintática é o fundamento da relação semântica: o composto *devá-patnī* (bahuvrīhi) é somente feminino, não pode ter masculino [18], enquanto que *gṛhá-patnī* (tatpuruṣa) "senhora da casa" é o feminino de *gṛhápati-* "senhor da casa", sendo este último composto fundado sobre a construção "ele (ela) é senhor-de. . ." (cf. acima). Por aí, *gṛhá-patnī*, uniplanar, difere fundamentalmente de *devá-patnī*, biplanar (cf. abaixo).

Desenvolvamos sumariamente as implicações dessa definição do bahuvrīhi.

1.º A estrutura formal desse composto não é homóloga à sua estrutura sintática quanto ao número de termos. A estrutura formal é binômica (os dois membros da unidade morfológica); mas a estrutura sintática é trinômica; além dos dois termos enunciados, ela inclui um termo não enunciado, mas necessário, o possuidor;

2.º Essa assimetria se deve à natureza particular da construção, que é uma oração contracta. Como ela é articulada por uma

18. Ele é necessariamente e somente feminino não só a título individual e por razão contextual, mas também porque todos os compostos de *-patnī* do RV são bahuvrīhis (cf. Wackernagel, *op. cit.*, II, I, § 38b, p. 90). De fato não existe no RV *patnī* "esposa" como feminino de *pati-* "esposo", mas somente *patnī* "senhora", feminino de *pati-* "senhor". Os raros exemplos de *patnī-* "esposa" que os dicionários citam se referem todos ao mundo divino e podem também significar "senhora". É preciso considerar igualmente como bahuvrīhi o véd. *sá-patnī*, avést. *ha-paθnī* "concubina", a se analisar como "(aquela) que tem em comum (*sa-*, *ha-*) um esposo (= que partilha o esposo com uma outra mulher)".

relação de atribuição, a construção põe em jogo dois constituintes: uma função de atribuído, a sub-unidade sintática que é predicativa de qualidade: "arco é de prata", e uma função de possuidor: "arco-de-prata é-de";

3.º É essencial a distinção dos dois planos de predicação. Esses planos não são de mesma natureza:

a predicação de qualidade "arco é de prata" (no gr. *argurótoxos); "braço é forte"* (no sânscr. *ugra-bāhu-*) é uma função sintática, entre signos;

a predicação de atribuição ("arco-de-prata é-de") é uma função semântica, entre signos e referentes;

4.º Podemos assim organizar logicamente a distinção estabelecida acima entre duas grandes classes que abarcam o conjunto dos compostos:

todos os compostos arrolados na primeira classe são predicativos de qualidade e têm função unicamente sintática, inclusive os compostos chamados de regência; eles são *uniplanares* [19];

todos os compostos da segunda classe (*bahuvrīhis*) combinam a função sintática e a função semântica; (eles) são *biplanares* [20];

5.º Os compostos biplanares (bahuvrīhis) se definem como portadores de uma dupla predicação, de qualidade e de atribuição. Conseqüentemente serão reinterpretados em uma nova estrutura lógica, que é a seu modo binária: um componente indicando a atribuição (é o composto formal inteiro) e um componente indicando o possuidor, este inerente à forma de composição. Esta função de possuidor é exercida, quando é o caso, por um argumento distinto ("*Apolo* de arco de prata"); na falta dele por um substituto, como um pronome ou um anafórico ocupando a função vazia: "(aquele) *que* tem. . .";

19. No original francês *uniplanaires* (N. do T.).
20. No original francês *biplanaires* (N. do T.).

6.º Essa relação sintática de atribuição tem um correlato na morfologia do composto: é a mudança de classe formal que afeta o termo substantivo determinado. A forma livre fem. *kephalē* "cabeça" torna-se *-kephalos -ē -on -oi -ai -a* em (*kuno-*) *kephalos* "com cabeça (de cão)", com as variações de gênero e de número; a forma livre neutra lat. *caput* "cabeça" torna-se *-ceps* em (*bi-*)*ceps* "de (duas) cabeças";

A marca dessa mudança de classe pode ser uma variação apofônica ou de adição de um sufixo, ou as duas: a forma livre al. *Auge* "olho" torna-se *-äug-ig* em (*blau-*) *äugig* "de olhos azuis"; a forma livre ingl. *eye* "olho" torna-se "*-eyed*" em (*blue*)*-eyed* "de olhos azuis"; a forma livre húng. *szem* "olho" torna-se *-szem-ü* em *kek-szem-ü* "de olhos azuis", etc. É a marca formal da função atributiva consignada na oração predicativa de base;

7.º A estrutura biplanar e a natureza do composto vão a par aqui. Uma relação que fosse uniplanar, somente essiva ou somente atributiva, não poderia produzir um composto de forma nominal, mas somente um derivado. Isso se vê transpondo-se uma e outra, separadamente, para a forma nominal: "il est enfant" [*ele é criança*] *produz* "enfantin" [*infantil*], "il a arme" [*ele tem arma*] produz "armé" [*armado*]. Somente a combinação de uma predicação de qualidade com uma predicação de atribuição pode produzir uma forma nominal composta;

8.º Entre os dois planos há uma hierarquia de necessidade: primeiro a função essiva, depois a função atributiva: um objeto só pode "ser-de" (= pertencer) uma vez que ele "é tal ou tal". A função atributiva só é devida a um sintagma predicativo de ser-tal.

* * *

Dessa análise se depreendem algumas conclusões que dizem respeito à natureza e à função dos compostos, tais como os definimos em suas relações intralingüísticas [21].

21. Estas conclusões ultrapassam em muitos aspectos as de uma exposição já antiga, limitada aliás aos compostos de determinação, e que é resumida sumariamente em *BSL* 44 (1947-8), fase I, Procès-verbaux, p. XLII.

A língua não é um repertório imóvel que cada locutor só teria que mobilizar para os fins de sua expressão própria. Ela é em si mesma o lugar de um trabalho incessante que age sobre o aparelho formal, transforma suas categorias e produz classes novas. Os compostos são uma dessas classes de transformação. Eles representam a transformação de certas orações típicas, simples ou complexas, em signos nominais.

Não se pode, portanto, explicar a criação dos compostos pela simples junção imediata de dois signos anteriores. Se a composição nominal fosse, como é sempre apresentada, um processo de natureza morfológica, não se compreenderia porque ela parece se realizar em toda a parte, nem como puderam surgir essas classes formais em número limitado, tão parecidas entre as línguas as mais diversas. É que o impulso que produziu os compostos não veio da morfologia, onde nenhuma necessidade os solicitaria; ele provém das construções sintáticas com suas variedades de predicação. É o modelo sintático que cria a possibilidade do composto morfológico e que o produz por transformação. A oração, com seus diferentes tipos, emerge assim na zona nominal.

Conseqüentemente, é preciso reconhecer nos compostos uma situação particular. Em geral eles são arrolados, com os derivados, na "formação dos nomes". Seria preciso, de preferência, fazê-los entrar em um capítulo novo da teoria das formas, consagrado ao fenômeno que poderia se chamar "*metamorfismo*": entendemos por isso o processo de transformação de certas classes em outras.

Esse processo, considerado no funcionamento da língua, corresponde a uma função precisa, que discerniremos comparando a sintagmática oracional à do composto. Como vimos, o modelo sintático comporta sempre uma predicação, simples ou complexa; esta por natureza enuncia um processo atual. No momento em que a oração é transformada em composto e que os termos da oração tornam-se membros do composto, a predicação é colocada em suspenso, e o enunciado atual torna-se virtual. É esta a conseqüência do processo de transformação.

Assim se define então a função do composto: transferir para o virtual a relação atual de predicação enunciada pela oração de base. É justamente a essa função que correspondem também as

características formais dos compostos. Tudo o que pode remeter a uma situação atual é apagado: a predicação verbal é apenas implícita; o primeiro membro, desprovido de qualquer índice de caso, de número, de gênero, é reduzido a um semantema; o segundo termo, sobre o qual repousa a relação sintagmática, toma uma forma e um final novos, índices do estatuto de adjetivo que o composto recebe. Tantas são as provas da função virtualizante que o novo signo nominal assume.

Ao passar assim para o quadro formal do nome, a oração livre sofre uma inevitável redução de suas latitudes de expressão. Seria seguramente impossível conter nos dois termos do composto a multiplicidade de relações sintáticas a que é suscetível a oração livre. Todavia o composto é capaz de maior diversidade do que parece, e suas numerosas variedades recenseadas pelas gramáticas correspondem justamente a tipos diversos de orações. Para dar somente um exemplo: véd. *vájra-hasta-* (clava + mão) significa "(segurando) a clava (em sua) mão"; ele remonta a uma oração contracta "mão (segurando) clava é-d'(ele)", o que equivale a "cuja mão segura clava". Isso implica, em um composto biplanar, uma oração primária "mão (segura) clava", portanto, no lugar de uma predicação com "ser", uma variante lexical com "ter, segurar".

Mas esse relativo empobrecimento da expressão sintática transformada em expressão nominal é compensado pela variedade das combinações que o composto oferece à língua. Ele dá o poder de manejar como adjetivos ou nomes orações inteiras e de fazê-las entrar como essas espécies novas em outras orações. Assim se constitui particularmente um vasto repertório, sempre aberto, de compostos descritivos, instrumentos da classificação e da nomenclatura, aptos a se tornarem denominações científicas ou epítetos poéticos, e que, além do enriquecimento que proporcionam, mantêm essa atividade metamórfica, talvez o trabalho mais singular da língua.

CAPÍTULO 12

formas novas da composição nominal *

As línguas que falamos transformam-se diante dos nossos olhos e nem sempre nos damos conta disso; muitas categorias tradicionais de nossas descrições não correspondem mais à realidade viva; outras se formam e ainda não são reconhecidas.

É o caso da composição nominal no francês de hoje. Gostaríamos de chamar a atenção para dois desenvolvimentos que aí se produzem, e duas classes que deles resultam, das quais se trata de reconhecer a existência.

I

OS COMPOSTOS ERUDITOS

Há em francês um grande número de compostos formados de elementos greco-latinos. A maioria deles faz parte do vocabulário científico. Eles não são incluídos nos quadros da composição, justamente em razão de sua origem. Eles parecem pertencer à morfologia das línguas clássicas, conformando-se ao modelo herdado ou imitado dessas línguas, mesmo que tenham sido criados na época moderna.

Esta visão tradicional impediu que se reconhecessem a verdadeira natureza de muitos dos neologismos instaurados na nomen-

* *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, C. Klincksieck, t. LXI (1966), fasc. I, p. 82-95.

clatura científica de hoje e o seu interesse para a descrição dos compostos franceses.

Parece mesmo que as condições primeiras de sua criação não foram sempre verificadas. A convicção de se tratar de variedades modernas de uma classe greco-latina foi tão forte que algumas vezes levou a se negligenciarem mesmo os dados lexicográficos básicos.

Julgamos útil mostrá-lo estudando a gênese de um termo capital da ciência moderna, que foi criado em francês, de onde passou para a maioria das outras línguas: *microbe* [port. *micróbio*].

É assim que nossos dicionários explicam a formação desta palavra:

> *Microbe*: termo emprestado do grego μικρόβιος, cuja vida é curta. *Neol.* palavra devida a Sédillot (Dictionnaire Générale);
>
> *Microbe*, 1878. Termo emprestado do grego *mikrobios* "cuja vida é curta" pelo cirurgião fr. Sédillot 1804-1882 (Bloch-Wartburg. *Dict. étym.*[3]);
>
> *Microbe* (1878, Sédillot) termo emprestado do grego *microbios*, de vida (*bios*) curta (*mikros*) (Dauzat, *Dict. étym.*);
>
> ——— do gr. *microbios*, de *micros*, pequeno, e *bios*, vida (Dauzat-Dubois-Mitterand, *Nouveau dict. étym.* 1964);
>
> *Microbe* 1878, termo emprestado do grego *mikrobios* "cuja vida é curta" (P. Robert, *Dict. alph.*, IV, p. 566).

Não há inconveniente, pode-se até achar vantagem, no fato dos dicionários se repetirem, e nos mesmos termos, se eles enunciam uma explicação correta. A que eles dão aqui é, na verdade, incorreta; ela o é até de várias maneiras, e ela o é insidiosamente, combinando dados exatos em uma interpretação falsa. Torna-se urgente dizê-lo; o erro adquire autoridade pela repetição.

Indiquemos primeiramente que o composto *"mikrobios"*, geralmente alegado, nunca existiu em grego em época alguma. Fosse ele atestado, qual seria seu sentido? Ele significaria somente "pequena vida", e não "cuja vida é curta". Pois um adjetivo significando "cuja vida é curta" existiu de fato em grego e na melhor língua clássica, mas é βραχύ-βιος, e não *μικρόβιος. Este último

não teria tido nenhum emprego; o adjetivo μικρός não se aplica a βίος.

Não somente nossos dicionários citam assim um composto grego inexistente, ao qual atribuem um sentido que ele não podia ter, não somente eles consideram como empréstimo do grego uma palavra que na verdade foi formada no francês, mas eles ainda tornam incompreensível a criação de *microbe* em francês, pois o autor deste neologismo certamente não queria dizer que os "micróbios" tinham "a vida curta". Teria sido um non-sens científico.

O que ele pretendia dizer então ao propor o termo *microbe*? Para sabê-lo é preciso se reportar a um texto que retrata o processo verbal desta criação. A palavra foi inventada após as descobertas de Pasteur que revelava a ação dos infinitamente pequenos. "A destruição das matérias orgânicas, escrevia Pasteur em 1862, deve-se principalmente à multiplicação de seres organizados microscópicos", e em 1865: "Quando vemos a cerveja e o vinho sofrerem profundas alterações porque estes líquidos deram asilo a organismos microscópicos, que se introduziram de uma maneira invisível e fortuitamente nos interiores, onde em seguida pulularam...", etc. Poderíamos citar muitos outros exemplos, destes "seres organizados microscópicos", destes "organismos microscópicos". Pasteur não tinha outra expressão para esses infinitamente pequenos, agentes de todas as alterações orgânicas.

É neste momento que Sédillot intervém. Ele apresenta à Academia de Ciências, em 7 de março de 1878, uma comunicação intitulada "Da influência das descobertas do sr. Pasteur sobre os progressos da cirurgia", da qual reproduziremos a seguinte passagem:

> "O sr. Pasteur demonstrou que organismos microscópicos, espalhados na atmosfera, são a causa das fermentações atribuídas ao ar que é somente o seu veículo e não possui nenhuma de suas propriedades.
>
> "Estes organismos formam todo um mundo, composto de espécies, de famílias e de variedades, cuja história, apenas iniciada, já é fecunda em previsões e em resultados da mais alta importância.

"Os nomes destes organismos são muito numerosos [1] e deverão ser definidos e, em parte, reformados. A palavra *microbe*, tendo a vantagem de ser mais curta e de uma significação mais geral, e tendo-a aprovado meu ilustre amigo sr. Littré, o mais competente lingüista da França, será por nós adotada, sem todavia renunciarmos aos termos em uso para a designação de variedades mais particularmente estudadas" [2].

Ao propor a palavra *microbe*, Sédillot se prevalece da autoridade de Littré, que, diz ele, a aprovou. Isto é muito mais interessante de saber quando se lembra que *microbe* não figura no *Dictionnaire de la langue française* cujo terceiro volume (letras I-P) era publicado nesse mesmo ano de 1878. O detalhe dessa consulta felizmente nos foi conservado por René Vallery-Radot, genro de Pasteur, que, em seu livro *Vie de Pasteur*, fundamentado em uma documentação original, assim relata esse episódio lexicográfico:

"No mês de março de 1878, [Sédillot] leu na Academia uma comunicação intitulada: Da influência dos trabalhos do sr. Pasteur sobre os progressos da cirurgia. [...]

"Sédillot, nesta comunicação, inventou um neologismo para caracterizar todo esse conjunto de organismos e de infinitamente pequenos: vibriões, bactérias, bacterídeos, etc. Ele propõe designar todos eles com o nome de *microbe*. Aos olhos de Sédillot, esta palavra tinha a vantagem de ser curta e de ter uma significação geral. Todavia, tomado de escrúpulos antes de usá-la, consultou Littré que lhe respondeu no dia 26 de fevereiro de 1878:

"Caríssimo colega e amigo, *microbe* e *microbie* são palavras muito boas. Para designar os animálculos eu daria preferência a *microbe*, primeiro porque, como você o diz, é mais

1. Nota de Sédillot: "Synonymes: microzoaires, microphytes, aérobies, anaérobies, microgermes, micrococci, microzymas, bactéries, bactéridies, vibrions, microdermes, conferves, ferments, monades, animalcules, corpuscules, torules, *penicillium*, *aspergillus*, infusoires, *leptothrix*, *leptothricum*, spores de l'achorium, de favus, de l'oïdium, du muguet, organismes de l'acide tartrique droit et gauche, zymases septiques et septicémiques, etc."
2. *Comptes rendus de l'Académie des Sciences*, tomo 86, 1878, p. 634.

curto, e depois porque se reserva *microbie*, substantivo feminino, para a designação do estado de micróbio".

"Alguns lingüistas abriram caminho, em nome do grego, criticando a formação da palavra. *Microbe*, diziam eles, significa antes animal de vida curta, e não animal infinitamente pequeno. Littré deu um segundo certificado de vida à palavra *microbe*:

"É bem verdade, escreve ele a Sédillot, que *μικρόβιος* e *μακρόβιος* significam, quanto ao grego, *de vida curta* e de *vida longa*. Mas, como você justamente o observou, não se trata de grego propriamente dito, mas do emprego que nossa linguagem científica faz dos radicais gregos. Ora, a língua grega tem *βίος*, vida, *βιοῦν*, viver, *βιοῦς*, vivente, cujo radical pode muito bem figurar sob a forma de *be* ou *bie* com o sentido de vivente em *aérobie*, *anaérobie*, *microbe*. Creio que o melhor é não responder à crítica e deixar a palavra se defender ela própria, o que ela fará certamente". Pasteur, adotando-a, iria fazê-la percorrer o mundo".[3]

Com efeito, menos de dois meses mais tarde, em 29 de abril de 1878, Pasteur apresenta na Academia uma comunicação intitulada: A teoria dos germes e suas aplicações à medicina e à cirurgia (com a colaboração dos srs. Joubert e Chamberland) [4], em que ele consagra de saída o termo novo:

"Para afirmar experimentalmente que um organismo microscópico é realmente agente de doença e de contágio, não vejo outro meio, no estado atual da ciência, a não ser submeter o *micróbio* [*microbe*] (nova e feliz expressão proposta pelo sr. Sédillot) [5] ao método das culturas sucessivas independentemente da economia".

3. René Vallery-Radot, *La vie de Pasteur*, Paris, 1900, p. 382 s.
4. *Comptes rendus de l'Académie des Sciences*, sessão de 29 de abril de 1878, LXXXVI, p. 1037-1043 = *Œuvres de Pasteur*, t. VI, 1933, p. 112 (citamos por esta edição).
5. O editor das *Œuvres* remete, aqui, em nota, à comunicação de Sédillot citada mais acima, na qual *microbe* é proposto para os microorganismos diversos.

Na seqüência de sua comunicação, a palavra é empregada várias vezes e de uma maneira inteiramente natural. Limitemo-nos a uma única citação (p. 124):

> "Se eu tivesse a honra de ser cirurgião, cônscio como estou dos perigos aos quais nos expõem os germes dos micróbios [*microbes*] espalhados na superfície de todos os objetos, . . ."

Esta demonstração era necessária por duas razões: primeiramente para fazer ver, lição na verdade sempre útil de se lembrar, que é impossível adivinhar as condições nas quais um neologismo foi criado; é preciso descobri-las na própria fonte, na intenção do criador. Nada pode dispensar esta pesquisa que é para o etimólogo uma obrigação.

Mas, sobretudo, tratava-se de restabelecer o verdadeiro sentido de *microbe*. Vê-se agora que esta palavra não é tomada do grego; que não se trata de um adjetivo, mas de um substantivo, e que ela não significa "de vida curta", o que de resto teria sido estranho à concepção de Pasteur. Na verdade, Sédillot inventou o termo *microbe* para designar o conjunto dos organismos microscópicos. Ele combinou livremente *mikros* e *bios* em um significado novo; os dois componentes gregos representam, com uma grande simplificação, os dois conceitos associados: *bios* "vida", o conceito de "organismo vivo", e *mikros* "pequeno", o conceito de "infinitamente pequeno, microscópico". Assim, *microbe* significa, literalmente, "pequena vida", para designar o "organismo microscópico".

Semelhante composto teria sido impossível em grego, e se todos os nossos lexicógrafos se equivocaram quanto à formação de *microbe*, é porque eles raciocinavam sobre um modelo grego, quando o inventor quis fazer um composto francês, e Littré viu bem que era este o ponto. Sédillot simplesmente vestiu de grego uma denominação que ele tinha concebido em francês. Com efeito é este o estatuto desse neologismo, como o de um grande número dos neologismos que surgiram há um século ou mais: é um composto francês, com lexemas gregos. Ele corresponde a uma designação que foi primeiramente concebida em francês e transpõe para o grego sua definição, ainda que a condensando fortemente.

Esta observação vale também para, por exemplo, *photographie*, cujos elementos por si só não podem explicar o sentido da palavra: *graphie* "reprodução" e *photo* "luz" estão longe de exprimir o que o composto quer dizer: "*reprodução* (de uma imagem sobre uma chapa sensível à) *luz*". E que se pense unicamente no híbrido ***télévision***.

* * *

Quer-se um outro exemplo? Com o propósito de variar as condições da prova, sairemos do quadro da composição para considerar um neologismo científico que é, desta vez, um termo simples. É o termo *otarie* [port. *otária*], criado em francês a partir do grego e introduzido na nomenclatura zoológica da maioria das línguas ocidentais modernas.

Os dicionários dão a seguinte explicação:

> *Otarie*, 1810. Termo emprestado pelo naturalista Péron do grego *ôtarion* "pequena orelha" (dim. de *ous*, *ôtos* v. *otite*), por causa da pequenez das orelhas desse animal (Bloch-Wartburg [3]);
>
> *Otarie* (1810, *Ann. du Muséum*) termo emprestado por Péron do grego *ôtarion* "pequena orelha" (*oûs*, *ôtos*, orelha), tendo essa foca a orelha pequena e aparente (Dauzat, e igualmente Dauzat-Dubois-Miterrand);
>
> *Otarie*, gr. *ôtarion* "pequena orelha", por causa da pequenez das orelhas desse animal (P. Robert, *Dict. alph.*);
>
> *Otarion* (gr.) öhrchen. Fr. *otarie*, espécie de foca de orelhas pendentes (de 1810) FEW. VII 443.

Littré definia *otarie*: "grupo do gênero das focas, mamíferos, do qual uma das principais características é serem essas focas providas de orelhas bem visíveis, apesar de medíocres", e o *Dictionnaire générale* definia como uma "espécie de foca de orelhas aparentes", indicando que a palavra se devia a Péron.

Tudo isso só é em parte exato. É preciso se reportar à publicação de François Péron para se compreender a formação desse

neologismo. Em uma "Nota sobre a habitação dos animais marinhos, pelos srs. Péron e Lesueur", o naturalista, que tinha feito uma longa viagem nas terras austrais, de 1800 a 1804, distingue várias espécies de focas indevidamente confundidas por seus antecessores em um mesmo nome. Ele analisa sistematicamente as diferenças — treze ao todo — que ele levantou entre a *Phoca leonina* de Fabricius e a *Phoca leonina* de Steller; e assim ele precisa a última dessas diferenças:

> "Diferem finalmente PELAS ORELHAS. O Leão-marinho de Fabricius não tem *aurícula*; o de Steller tem, e conseqüentemente pertence ao novo gênero que acreditamos ser necessário estabelecer na família dos FOCÁCEOS, com o nome de *Otarie* [Port. *otário*]".

Péron se refere aqui a seu livro *Voyage de découvertes aux terres australes*, obra cuja redação ele tinha iniciado, e que, tendo ficado inacabada até sua morte em 1810, foi completada por Louis Freycinet e publicada em 1816. No livro ele justifica melhor essa designação:

> "Chamo de Focáceos [*Mammalia Phocacea*] todos os animais reunidos pelos naturalistas sob o nome de *Focas*. A família nova que proponho divide-se em dois gêneros, diferenciados pela presença ou pela ausência das aurículas, os Focáceos com aurículas [*Phocacea auriculata*] são reunidos em um gênero particular sob o nome de *Otarie* [*Otaria* N]. Os Focáceos desprovidos de aurículas [*Phocacea inauriculata*] constituem o gênero das Focas propriamente ditas [*Phoca* N]."

Péron criou, portanto, o termo *otarie* para caracterizar a espécie em relação ao conjunto dos Focáceos, por um traço distintivo que ele isolou perfeitamente: presença/ausência das aurículas.

Vemos então que se ele escolheu a formação diminutiva da palavra grega *ὠτάριον*, não é de modo algum "por causa da pequenez das orelhas desse animal", como dizem os dicionários citados, mas pela razão inteiramente formal de que o termo grego

ὠτάριον era o correspondente exato do latim *auricula*, e de que, na linguagem dos naturalistas, *auricula* ou seu substituto francês *auricule* não é um diminutivo, mas o termo anatômico para o ouvido externo, o pavilhão da orelha. Esta especialização de *auricula* era, aliás, antiga: já no Novo Testamento encontramos *ὠτάριον* por o "pavilhão da orelha", a parte deste órgão que se pode cortar, e a Vulgata o traduz por *auricula* (Mc. 14, 47; Jo. 18, 10). Basta lembrar também o uso freqüente de *auricula* entre os médicos romanos e a substituição de *auris* por *auricula* no romance (fr. *oreille*, it. *orecchia*, *orecchio*, esp. *oreja*) [6].

Notaremos que essa transposição do latim para o grego é somente aproximativa. Péron instaura no ponto de partida a noção de *Phocacea auriculata* "Focáceos com aurículas". Ele tinha que passar para o grego o adjetivo *auriculata*. Provavelmente por não encontrar o termo equivalente, uma vez que *ὠτάριον* não tem derivado adjetivo, ele se contentou com o substantivo gr. *otarion* (ou com o plural *otaria*) que ele adaptou no neolatino *otaria*, fr. *otarie* fem.

Fica claro agora que a criação desse termo não deve nada às categorias gregas e que Péron não procurou helenizar. A forma *otarie* é uma transposição aproximativa do francês "(phoque) à auricules". Aqui, de novo, é francês vestido de grego.

Esse neologismo, confirma, pois, enquanto termo simples, o que o composto *microbe* nos havia mostrado: que alguns dos neologismos científicos de forma greco-latina criados em francês, e muito particularmente os compostos (a proporção resta a ser avaliada após estudo) têm do grego ou do latim somente a forma material. São na realidade compostos construídos em francês e somente transpostos — freqüentemente de uma maneira pouco rígida — em lexemas greco-latinos. Este tipo de formação é novo. Não há antecedente conhecido na história das línguas. Pode-se prever que ele se desenvolverá. É preciso, pois, dar-lhe um lugar no inventário dos procedimentos pelos quais se elabora o vocabulário científico de nosso tempo.

---

6. Em port. *orelha* (N. do T.).

II

COMPOSIÇÃO E SINAPSIA

Há composição quando dois termos identificáveis pelo locutor se juntam em uma unidade nova de significado único e constante. Eles podem ser de origem erudita, ou seja, greco-latina: *centimètre, palmipède, télégraphe*; ou inteiramente franceses e de tipos variados: *portefeuille, orfèvre, betterave, marchepied, averse, entresol.* É preciso, em todo o caso, que o locutor possa isolar e identificar os dois termos. Se um dos dois não pode ser reconhecido o outro fica incerto. Em *aubépine* é bem possível se presumir *épine,* mas por não se saber o que é *aub(e),* mesmo *épine* acabará por parecer duvidoso. É preciso também que o sentido dos membros tomados isoladamente tenha uma relação mais ou menos compreensível com o sentido do composto; é por isso que o locutor não remeterá espontaneamente *plafond* a um composto *plat-fond.* O sentimento da composição já desapareceu neste caso.

Distinguiremos dos compostos os CONGLOMERADOS. Denominamos assim as unidades novas formadas de sintagmas complexos que comportam mais de dois elementos. Alguns são sintagmas predicativos convertidos em substantivos: *va-nu-pieds, meurt-de-faim, monte-en-l'air, décrochez-moi-ça.* Outros, locuções adverbiais em que subsistem elementos arcaicos: *dorénavant* (= d'ore en avant), *désormais* (= dès or mais) quase não são mais analisáveis, e *jamais* não é mais analisável de modo algum, mas em *aujourd'hui* ainda se percebe pelo menos "au jour d'...", e, em *auparavant* os três membros "au par avant", ainda que seu arranjo sintático não apareça de imediato. O sintagma predicativo antigo *n'a guère* se aperta assim em nosso *naguère.* O traço geral desses conglomerados é que uma construção complexa se solda em um bloco, sem que seus elementos sejam mutilados ou alterados. Estes podem ser completa ou incompletamente reconhecíveis, conforme a idade do conglomerado: em *justaucorps* ("juste au corps") eles se isolam facilmente; em *gendarme* é necessária a conversão prévia ao plural para que *gens* reencontre sua função contextual. De uma maneira geral, os conglomerados tendem ao estado de signo compacto.

Gostaríamos de insistir muito particularmente sobre um tipo de composição que, não sendo ainda reconhecido em sua natureza própria, não tem estatuto definido. Ele consiste em um grupo inteiro de lexemas que se ligam por diversos procedimentos e que formam uma designação constante e específica. Encontramos seu núcleo inicial em exemplos já antigos como: *pomme de terre, robe de chambre, clair de lune, plat à barbe.* O fato novo e importante é que ele tem hoje uma extensão considerável e é chamado a uma produtividade indefinida: ele é e será a formação básica nas nomenclaturas técnicas. Basta mencionar termos como *modulation de fréquence, avion à réaction,* para dar uma idéia do tipo, e também para mostrar que ele é construído sobre um modelo que não é mais o da composição clássica.

Para designar essas grandes unidades e para consagrar o fenômeno específico que elas representam, torna-se necessário um termo novo, que seja distinto de "composição" (trata-se precisamente de algo diferente da composição), e distinto também de "sintagma", para deixar a "sintagma" sua designação própria que se aplica a qualquer agrupamento, mesmo ocasional, operado por meios sintáticos, enquanto que temos aqui uma unidade fixa. Propomos para este fim um termo que parece adequado e claro! SINAPSIA[7], do gr. *σύναψις* "junção, conexão, coleção de coisas juntas"[8], e seu derivado *sináptico*[9] (gr. *συναπτικός* "relativo à conexão") que poderá eventualmente produzir compostos: *mono- di- polissináptico*[10]. É até possível prolongar essa derivação em nossa terminologia e formar *sinaptar, sinaptável,* etc.[11].

O que caracteriza a sinapsia é um conjunto de traços dos quais os principais são: 1.º a natureza sintática (não morfológica)

7. No original francês *SYNAPSIE. Sinapsia* seria o neologismo correspondente em português (N. do T.).
8. Há certamente a *synapse* [port. *sinapse*] dos neurofisiologistas, mas seu emprego é tão diferente que não gerará confusão. Para a adaptação da palavra grega ao francês preferimos o final em *-sie,* conforme o modelo das palavras gregas em — σις vindas através do latim: *épilepsie, paralysie, -phylaxie, -syncrasie, poésie,* etc. [*Igualmente em português recorreu-se ao final -sia*].
9. No original francês *synaptique* (N. do T.).
10. fr. *mono-, di-, polysynaptique* (N. do T.).
11. No original francês *synapter, synaptable* (N. do T.).

da ligação entre os membros; 2.º o emprego de juntores [12] para esse efeito, principalmente *de* e *à*; 3.º a ordem dos membros: determinado + determinante; 4.º sua forma lexical plena, e a livre escolha de qualquer substantivo ou adjetivo; 5.º a ausência de artigo antes do determinante; 6.º a possibilidade de expansão de um ou outro membro; 7.º o caráter único e constante do significado.

Assim, diferentemente de *garde-malade*, que é um composto, *gardien d'asile*, é uma sinapsia; *asile de nuit* é outra, e a combinação *gardien d'asile de nuit* forma uma nova sinapsia de dois membros, o primeiro simples, *gardien*, o segundo ele próprio sináptico, *asile de nuit*, o qual, no presente caso, chamaremos "subsináptico". Na sinapsia *gardien d'asile de nuit*, o juntor *de* tem ele próprio uma dupla função: ligamento sináptico em "(gardien) *d'*(asile)", e ligamento subsináptico em "(d'asile) *de* (nuit)". Esta análise se impõe em virtude do emprego idiomático que se faz de uma sinapsia como *gardien d'asile de nuit*: "gardien d'asile de nuit" é precisamente a conversão nominal do enunciado predicativo "il garde un asile de nuit" [13]. Mas formulemos a seguinte hipótese: se fosse demonstrado pela observação do uso que se trata de uma denominação "gardien d'asile" expandida por um determinante adverbial *de nuit* que se opõe a *de jour* (como *gardien de nuit/gardien de jour*), teríamos então que decompor *gardien d'asile de nuit* em um membro subsináptico *gardien d'asile* e um membro simples *de nuit*. Seria, então, a transposição nominal do enunciado predicativo: "il garde un asile-la nuit" [14].

De qualquer maneira, essa escolha não seria possível na sinapsia *employé de chemin de fer*, pois, como *chemin de fer* forma uma sinapsia fixa, e **employé de chemin* não existe, a única análise possível é: *employé*, membro simples, como determinado, e *(de) chemin de fer*, membro subsináptico, como determinante. É sempre e somente a natureza do designado que permite decidir se a designação sintagmática é ou não é uma sinapsia: *valet de chambre* é uma sinapsia, mas *coin de chambre* não é.

12. No original francês *joncteurs* (N. do T.).
13. "Ele guarda um abrigo de noite" (= ele vigia um albergue noturno) (N. do T.).
14. "Ele guarda um abrigo, à noite" (N. do T.).

Quanto mais específico é o designado, mais necessário se torna caracterizar a designação por um traço diferencial, e esse traço pode ser ele próprio muito complexo. Abordamos aqui um campo imenso, pelo qual os lingüistas apenas começam a se interessar, o campo da nomenclatura técnica.

O fenômeno novo é este: os termos básicos com a ajuda dos quais se constitui uma nomenclatura tendem a se tornar explícitos e a constituir, por sua vez, combinações explícitas, por meio de unidades lexicais independentes, identificáveis separadamente e organizadas segundo os modelos sintáticos. É o domínio por excelência da sinapsia.

A síntese morfológica dos antigos compostos é substituída por uma sinapsia necessariamente analítica, e os termos geralmente greco-latinos de composição tradicional são substituídos por uma seqüência de lexemas franceses.

Na composição erudita, a junção é caracterizada, em numerosos exemplos, pelo final *-o-* do primeiro membro, emprestado dos modelos gregos: *astro- geo- cosmo-*, e a relação dos membros é dada por sua seqüência. Mas na sinapsia, onde todos os elementos são em princípio idiomáticos e de forma livre, e cujos membros podem ser eles próprios sinapsias, eles são ligados por juntores, principalmente *de* e *à*, e sua ordem é sempre determinado + determinante. Pelo conjunto dessas características, a sinapsia, enquanto modo de designação, tende a realizar o que Saussure chamava de a limitação da arbitrariedade.

Temos aqui um procedimento que contrasta com a composição tradicional pela facilidade e pela amplidão de suas realizações. Enquanto que a composição, em francês, atinge muito rapidamente seus limites e os compostos se formam em um ritmo lento e, por assim dizer, por cooptação individual (vemos aparecer os primeiros espécimes de uma série nova em *cosmo* com *cosmonaute*, *cosmodrome*), a sinapsia multiplica sem tréguas suas criações. Todos os vocabulários técnicos recorrem a ela e o fazem com maior facilidade já que somente ela permite a especificação detalhada do designado, e a classificação das séries por seu traço distintivo. A extrema flexibilidade paradigmática da sinapsia faz dela o instrumento por excelência das nomenclaturas.

Ela é encontrada em todos os vocabulários especializados: *volet de courbure à fente, hélice à pas variable, moteur à refroidissement par air* são termos correntes em variação [15] e cada técnica tem o seu repertório. O critério dessas designações, enquanto sinápticas, está sempre na relação com o objeto: se ele é designado completa e unicamente por essa denominação complexa, então esta é uma sinapsia. Não é necessário que ela comporte somente lexemas de uso técnico; ela pode se compor de vocábulos comuns em um arranjo sináptico. Um "aigle pêcheur à tête blanche" poderia ser um sintagma descritivo de criação ocasional. Mas se ele é dado na nomenclatura zoológica como o nome, usual em uma certa comunidade, de um determinado pássaro, então *aigle pêcheur à tête blanche* torna-se no francês da Nova Caledônia uma denominação sináptica a ser registrada no léxico dessa ciência e dessa comunidade. Pela mesma razão, ainda no francês caledoniano, a série *bois de fer → bois de fer de montagne → petit bois de fer de montagne* será aceita como um paradigma no qual a sinapsia *bois de fer* engendra duas sinapsias sucessivas, cada uma delas denotando uma variedade diferente da precedente. E é unicamente pelo critério da designação que se decidirá se o segmento *faux tamanou de forêt à petites feuilles* deve ou não ser considerado como uma sinapsia: em si mesmo nada se opõe a que o seja [16]. Teremos de ver então como *faux tamanou* torna-se *faux tamanou de forêt à petites feuilles*, aparentemente sem um intermediário **faux tamanou de forêt*.

As expansões das sinapsias se realizam ou por qualificativos, assim em francês caledoniano *bois de rose → faux bois de rose*, ou, bem mais comumente, por membros de estrutura variada, ligados pelos juntores *de* e *à*, que são de longe os mais freqüentes.

15. É oportuno indicar a obra substancial de Louis Guilbert, *La formation du vocabulaire de l'aviation*. (Paris, 1965) que vim a conhecer somente após ter concluído o presente artigo e que fornece quantos exemplos queiramos dessas designações técnicas.

16. Tomo esses últimos exemplos de uma exposição sobre a terminologia da flora e da fauna em francês caledoniano, apresentada à Sociedade de Lingüística por M. K. J. Hollyman e publicada no *BSL* 61 (1966), fasc. 1, p. 96-109. O presente artigo pode ajudar a resolver o problema que M. Hollyman discutiu.

Podemos caracterizar resumidamente a respectiva função desses juntores.

O juntor *à* entre dois membros da sinapsia indica:

a) a destinação, seja com um infinitivo: *salle à manger, fer à friser, machine à écrire*; seja com um substantivo: *service à café, brosse à habit, boîte à ouvrage, parc à bestiaux*;

b) *a característica distintiva*: *œil à facettes, serpent à sonnettes, bête à cornes.* Quando o determinado designa um engenho, o determinante precedido de *à* indica o agente motor; é uma categoria muito abundante e produtiva: *moulin à vent, machine à vapeur, avion à réaction, lampe à pétrole.*

Observe-se que os determinantes precedidos de *à*, especialmente os que marcam a destinação, podem ser nomes de animais, mas não são nunca nomes de seres humanos; daí se tiram efeitos depreciativos de denominações como: *bouge à matelots, fille à soldats.* É por isso que *à* é substituído por *pour* nos casos de necessidade: *tailleur pour hommes*; *compartiment pour dames.*

Também se observará que somente a natureza do designado permite distinguir entre os dois empregos de *à*, e não o sentido dos lexemas reunidos: um *moulin à café* mói café, mas um *moulin à vent* é movido pelo vento; uma *pompe à essence* pode ser tanto uma bomba que fornece gasolina como uma bomba que funciona à gasolina.

O juntor *de* indica:

a) que o determinante é o todo virtual do qual o determinado é uma parte: *peau de porc, verre de montre, pied de table*; por metáfora: *tête de loup, pied de biche, dent de lion*;

b) a circunstância para a qual o objeto é apropriado: *chemise de nuit, tenue de soirée, manteau de pluie, table de travail, salle de jeux, fusil de chasse*; ou a classe de indivíduos da qual o determinado é o atributo: *robe d'avocat, béret de matelot, livrée de chauffeur, voiture d'enfant.*

Com isso teremos esboçado a natureza, o domínio e os traços gerais da classe de formas que denominamos sinapsia, com a inten-

ção de torná-la reconhecida e de lhe dar um estatuto lingüístico, mais do que para recensear aqui os seus exemplos que são muito numerosos. É fácil prever que ela se desenvolverá mais depressa do que pensamos, em conseqüência do fenômeno que domina nosso tempo, o crescimento rápido e múltiplo das técnicas.

CAPÍTULO 13

estrutura das relações de auxiliaridade *

A noção de "verbo auxiliar" é familiar aos que têm experiência de uma língua ocidental moderna e faz parte da nomenclatura gramatical no ensino tradicional. Mas acontece com esta noção como com tantas outras que uma certa familiaridade nos impede de ver claramente sua importância e sua singularidade. Trata-se de uma forma lingüística unitária que se realiza, através dos paradigmas inteiros, por meio de dois elementos, cada um dos quais assume uma parte das funções gramaticais, sendo esses elementos ao mesmo tempo ligados e autônomos, distintos e complementares.

Esse conhecido fenômeno [1], apontado em todas as gramáticas [2], quase não recebeu a atenção dos lingüistas. Conhecemos apenas dois estudos que, nestes últimos anos, tenham se consagrado especialmente a elaborar a teoria a respeito do assunto.

G. Guillaume [3] estudou nos auxiliares principalmente a propriedade que os torna, entre todos os verbos, aptos a esta função: é o que ele denomina a *subductividade*, que os faz preexistirem idealmente aos outros verbos. "*Être*, por exemplo, preexiste a *faire* e geralmente a todos os verbos que exprimem um processo prati-

* *Acta Linguistica Hafniensia*, Copenhague, vol. IX (1965), n.º 1, p. 1-15.

1. Sobre seu desenvolvimento histórico, cf. Gougenheim, *Étude sur les périphrases verbales de la langue française* (Paris, 1929).
2. Limitamo-nos a citar, muito mais pela abundância dos dados que pelo tratamento do problema, o longo capítulo sobre "Os auxiliares", em Pichon e Damourette, *Essai de grammaire de la langue française*, tomo V, p. 1-160.
3. Em um artigo intitulado "Théorie des auxiliaires et examen de faits connexes", *BSL* 34 (1938), fasc. 1, p. 5-23.

cado ou sofrido" [4]. Ele se dedica então a descrever a "subducção" do verbo como processo psicolingüístico, e particularmente "o mecanismo da subducção esotérica, criadora do estado de auxiliaridade" [5]. Para ele, "os verbos auxiliares são verbos cuja gênese material, interrompida por uma conclusão mais rápida da gênese formal, fica em suspenso, não se completa e pede, conseqüentemente, um *complemento de matéria* que — estando encerrada a ontogênese da palavra — só pode vir do exterior: de uma outra palavra". Assim, *avoir marché* se analisará em: *avoir*, "verbo completo quanto à forma (conjuga-se em todos os modos e em todos os tempos) mas incompleto quanto à matéria (subducção); *marché*: palavra que traz a matéria que falta, intervindo somente com esta finalidade [6].

Mais ou menos ao mesmo tempo, mas de uma maneira independente e dentro de uma visão inteiramente diferente dos fenômenos lingüísticos, L. Tesnière apresentou pormenorizadamente uma "Teoria estrutural dos tempos compostos" [7] que, terminologia à parte, não está tão distante, no fundo, dos pontos de vista de G. Guillaume sobre a divisão das funções na forma composta. Mas L. Tesnière preocupou-se principalmente em depreender o princípio geral — a lei regular e universal, diz ele — que comanda a formação dos tempos compostos. É esta a lei: "No momento do desdobramento de um tempo simples em tempo composto, as características gramaticais são expressas no auxiliar, e a raiz verbal no auxiliado" [8]. Em *il a marché*, o auxiliar *il a* traz as características gramaticais, e o auxiliado *marché* a raiz verbal ou o semantema. Todo o estudo de Tesnière consiste em ilustrações dessa lei, por meio de exemplos tirados de um grande número de línguas diversas, e por meio de esquemas analíticos [9].

4. *Loc. cit.*, p. 5.
5. *Loc. cit.*, p. 10.
6. *Loc. cit.*, p. 11-12.
7. É o título de seu artigo publicado em *Mélanges Ch. Bally* (1939), p. 153-183.
8. *Op. cit.*, p. 160.
9. L. Tesnière tocou no problema dos "tempos compostos" em várias passagens de seu livro *Éléments de syntaxe structurale* (1959), p. 47, 159, 398, mas ele se limita a remeter ao artigo citado.

Esses estudos conservam seu valor [10]. Ao retomarmos a questão, nosso propósito foi, primeiramente, mostrar que esse fenômeno, que sempre foi considerado globalmente, compreende diversas variedades que devem ser reconhecidas e estudadas separadamente. Foi ainda definir cada uma dessas variedades em seus termos próprios e lhes dar uma descrição formal que evidencie os elementos constantes, as variáveis e a estrutura de suas relações.

A intenção descritiva nos levou a proceder, diferentemente dos dois lingüistas citados, por delimitação dos traços distintivos, na sincronia de uma única língua. Assim é que estudamos as relações de auxiliaridade no verbo francês moderno.

Convém desde o início fixar a terminologia, em parte nova, que aplicamos aos elementos em questão. Trataremos de um processo lingüístico, a *auxiliação*, que consiste na junção sintagmática de uma *forma auxiliante* e uma *forma auxiliada*, ou mais suscintamente, de um *auxiliante* e um *auxiliado* [11]. O termo "verbo auxiliar" será evitado.

Essa junção produz uma forma verbal de estrutura binômica *auxiliante* + *auxiliado*, de ordem invariável, cujos elementos podem ser dissociados por uma inserção.

A forma criada por auxiliação se opõe, enquanto forma marcada, a uma forma verbal simples, não auxiliada.

Há três tipos de marcas distintivas, que definem três classes de auxiliação, cada uma delas caracterizada por uma oposição diferente em relação à mesma forma simples:

1. *il frappe* ~ *il a frappé*
2. *il frappe* ~ *il est frappé*
3. *il frappe* ~ *il peut frapper.*

10. A eles acrescentamos, na linha das concepções de G. Guillaume, o trabalho de J. Stefanini, *La voix pronominale en ancien et en moyen français* (1962), p. 97-102.
11. Terminologia no original francês: *auxiliation, forme auxiliante, forme auxilieé, auxiliant, auxilié*, respectivamente (N. do T.).

São esses três aspectos da auxiliação que devemos descrever sucessivamente. Nós os denominaremos:

1. auxiliação de temporalidade
2. auxiliação de diátese
3. auxiliação de modalidade

I

Identificamos a *auxiliação de temporalidade* com a forma do perfeito: "il a frappé", "il est arrivé". Certamente o perfeito não é somente um tempo, mas ele é também um tempo, e ele o é até mesmo, cada vez mais, na língua falada, que substituiu o pretérito pelo perfeito. Pode-se, pois, legitimamente incluir o perfeito na noção de temporalidade, e ele, além do mais, fornece à análise um quadro cômodo. Estudando os termos e o arranjo da forma do perfeito, determinaremos algumas das condições necessárias presentes em qualquer estrutura de auxiliação.

Consideremos e tentemos caracterizar a relação lógica entre auxiliante e auxiliado.

Qualquer que seja o modo de auxiliação, a relação entre auxiliante e auxiliado é uma relação de disparidade e admite duas interpretações diferentes, conforme a rede em que se articula.

No interior de um dado paradigma verbal, a forma constituída por auxiliação, tal como o perfeito, compreende uma variável, o auxiliante *avoir* ou *être*, e uma invariante, o auxiliado. No sintagma *il a frappé*, pode-se substituir *il a* por *nous aurons, tu avais, qu'il ait, ayant*, ... sem que o auxiliado *frappé* mude.

Mas considerada em relação ao conjunto de verbos da língua, a variação se inverte: *frappé* pode ser substituído por *cru, joué, pris, coulé*, ... sem que o auxiliante *il a* mude.

Poderíamos então construir um modelo lógico dessa relação, a exemplo das funções proposicionais, e falar de uma função auxiliacional. Em *il a frappé* consideraríamos *frappé* como uma "coisa" da qual *il a* seria a "propriedade": com efeito, *frappé* admite um grande número de substitutos possíveis, cada um dos quais cria

uma situação diferente, enquanto que *il a* permanece o mesmo. Poderemos dizer, então, que em *il a frappé*, o auxiliado *frappé* representa o "argumento" e o auxiliante *il a*, a "função".

Isto permitiria formular duas definições lógicas do perfeito:

1. o perfeito, na metalíngua do francês, é a classe de todos os sintagmas que têm a forma *avoir* (ou *être*) + particípio passado *x*. É a definição genérica;

2. o perfeito, na conjugação (ativa) do verbo *frapper*, é a classe de todos os sintagmas que têm a forma: forma flexionada *x* +. *frappé*, admitindo-se que somente uma forma de *avoir* é compatível com *frappé*. É a definição específica.

A auxiliação de temporalidade, que constitui o perfeito, realiza-se por meio de dois auxiliantes, *avoir* e *être*, que estão em distribuição complementar[12].

"Avoir" é auxiliante na grande maioria, na verdade na generalidade dos casos; "être" em um número restrito de verbos, uns vinte no total.

Justamente por causa do caráter excepcional destes verbos, há interesse em definir o que parece ser peculiar a eles que os faz pedirem o auxiliante "être". Rapidamente podemos enumerá-los: *aller, venir, devenir, intervenir, survenir, retourner, accourir, partir, arriver, rester, entrer, sortir, naître, éclore, mourir, décéder, tomber, échoir, monter, descendre.*

Estes verbos são intransitivos e da esfera pessoal. Denotam movimentos instantâneos e inteiramente de execução, que não têm nem duração nem continuação, cuja realidade coincide com sua realização, e que não podem se prolongar sem se negar: "nascer" (*naître*) e "morrer" (*mourir*), "entrar" (*entrer*) e "sair" (*sortir*) são como limiares transpostos, após os quais o ato desaparece para dar lugar ao estado, expresso pelo perfeito. Assim que o "nascer" (*naître*) se realiza alguém "nasceu" (*est né*) e nada mudará mais nada. "Partir" (*partir*) e "chegar" (*arriver*) tão logo efetuados, alguém "partiu", "chegou" (*est parti, arrivé*) e tudo está dito.

12. Deixaremos de lado, por ser irrelevante do ponto de vista da auxiliação, a questão dos verbos que podem admitir "être" ou "avoir" com ligeiras variações de sentido ("le livre *est paru/a paru*"). Todas as gramáticas tratam do assunto.

Uma vez que alguém "veio" (*est venu*), esse alguém não pode continuar a "vir" (*venir*). Enquanto *courir* tem o auxiliante "avoir", *accourir* só admite "être": é que ele significa "*vir* correndo" (*venir* en courant). Este movimento só pode ser nomeado no ponto em que ele se consuma; ele não tem um depois. Notaremos que nenhum desses verbos pode ser empregado no presente durativo, mas somente no presente de definição ou no presente histórico. "Monter" e "descendre" não constituem exceção em seu valor estrito, que é o de enunciar o movimento para cima ou para baixo como execução instantânea. Mas, no uso, eles são empregados também para *descrever* o processo de subida e de descida, e neste caso podem ser acompanhados de um termo de extensão espacial. Não é por acaso que uma flutuação se introduz então na escolha do auxiliante: "il *est* monté" e "il *a* monté trois étages"; "il *est* descendu" e "il *a* descendu la pente".

Todos os outros verbos têm o auxiliante "avoir", sejam eles transitivos ou não, tanto *être* como *faire*; tanto *exister* ou *vivre* como *manger* ou *couper*.

O papel distintivo de cada um dos dois auxiliantes poderá ser assim definido:

o perfeito com "avoir" indica o adquirido de operação;
o perfeito com "être" indica o adquirido de situação [13].

Por "adquirido de situação" entendemos que uma certa situação é estabelecida, em conseqüência da execução de um movimento que tem necessariamente essa situação como resultado.

Pode-se estranhar que um verbo como *être* esteja incluído entre os verbos de auxiliante "avoir". Mas além do fato de que a desproporção numérica entre os dois auxiliantes deve levar ao campo do "avoir" uma variedade bem maior de espécies verbais, há uma razão específica para que o perfeito de *être* tenha o auxiliante "avoir"; é que ele exclui o auxiliante "être". Esse princípio será indicado mais adiante, p. 197.

13. A terminologia usada no original francês é: *acquis d'opération* e *acquis de situation*, respectivamente (N. do T.).

Têm também "être" no perfeito os verbos exclusivamente reflexivos *se souvenir, s'élancer, s'éprendre*: "il s'est souvenu, il s'est élancé, il s'est épris", e, por extensão, os verbos transitivos que admitem como objeto o pronome reflexivo: "il l'*a* blessé: il *s'est* blessé"; "je l'*ai* jeté: je *me suis* jeté", ou com valor recíproco no plural: "ils *les ont* battus: ils *se sont* battus".

Devemos analisar a seguir o jogo do auxiliante e do auxiliado na produção do perfeito.

O fenômeno típico, inteiramente singular, da auxiliação de temporalidade consiste na cisão de uma forma verbal em duas unidades autônomas e na subseqüente divisão das funções entre as duas.

Se essas duas unidades são complementares, de que maneira o são? Vimos anteriormente a concepção de Tesnière (da qual a de G. Guillaume não difere essencialmente) para quem o auxiliar traz o morfema, e o auxiliado o semantema. Esta é, aliás, a *grosso modo*, a explicação que as gramáticas dão para o "tempo composto". Essa dicotomia rigorosa e um pouco sumária parece-nos inadequada. As relações reais ao serem examinadas se revelam mais complexas e devem ser sistematizadas de uma outra maneira.

Certamente *il a-*, auxiliante de *il a chanté*, indica a pessoa e o número, e acessoriamente o gênero da pessoa graças ao pronome. Pode-se dizer que ele expressa o tempo? Ele deteria então, na verdade, a totalidade das funções verbais, menos o sentido. Mas essa formulação correntemente admitida parece-nos insustentável. *Il a* por si mesmo somente indica um tempo: o presente. Mas enquanto auxiliante ele forma o perfeito. É uma verdadeira mutação. Como esta mutação é concebível se, conforme se ensina, todas as funções morfológicas estão concentradas unicamente no auxiliante? Por que magia a proximidade do auxiliado, se ele é apenas semantema, transforma o presente em perfeito? Está aí a verdadeira questão que não foi nem discutida e, parece, nem mesmo percebida.

Está claro, no entanto, que essa mutação funcional do presente *il a* em auxiliante de perfeito só é possível por causa da auxiliação. Somente a junção sintagmática de *il a* com *chanté* faz do presente de *avoir* o constituinte de um perfeito. Deve-se admitir, então, que o auxiliado *chanté* não é somente semantema; ele é

também portador de uma parte da função gramatical. Pois, afinal, o papel de semantema no sintagma não exigiria a forma específica do particípio passado. Aparentemente esta forma do auxiliado é necessária para que o valor do perfeito possa se realizar no sintagma, já que, em outros tipos de auxiliação, o auxiliado tem outras formas.

Parece, portanto, que o auxiliado deve ser reconhecido como bifuncional. Além de sua função paradigmática, de assegurar a ligação semântica com o verbo, ele preenche uma função sintagmática complementar à do auxiliante. Auxiliado e auxiliante são mutuamente adjuvantes nesse processo.

Inversamente, pode-se considerar o auxiliante como encarregado de uma função exclusivamente gramatical? Esta definição não parece esgotar o papel do auxiliante. Certamente ele traz as marcas flexionais do perfeito. Mas não é indiferente que seja o *avoir* e não um outro verbo que tenha sido escolhido para auxiliante do perfeito ativo. Seu sentido próprio também deve contar.

Desta observação tira-se uma conclusão que só aparentemente é paradoxal: na verdade, é pelo sentido do auxiliante e pela forma do auxiliado que ambos se completam para realizar o valor próprio do perfeito.

Assim, o exame do papel a ser atribuído aos dois membros do sintagma de auxiliação temporal leva-nos a introduzir uma distinção entre 1. a função própria de cada um deles; e 2. a função da soma deles.

O auxiliante "avoir" ("être") tem de próprio a *função de flexão*: ele traz, de algum modo, as desinências e indica a pessoa, o número, o modo, a voz.

O auxiliado (particípio passado) tem de próprio a *função de denotação*: ele identifica lexicalmente o verbo do qual ele traz, de algum modo, o radical.

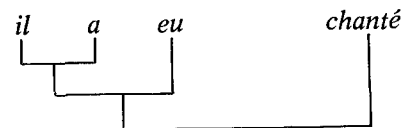
Mas somente a soma do auxiliante e do auxiliado, associando o *sentido* específico do *auxiliante* à *forma* específica do *auxiliado* assegura a *função de temporalidade* e produz o valor de perfeito. A auxiliação de temporalidade é assim o procedimento de auxiliação que confere à forma verbal composta que dela resulta, o traço distintivo de "fato adquirido" que caracteriza o perfeito.

Em suma, o papel e a relação das unidades reunidas podem ser assim definidos:

O perfeito é a forma temporal cindida em duas unidades autônomas e separáveis, das quais a primeira, chamada auxiliante, traz as desinências sob a forma flexionada do verbo "avoir" ("être"), e a segunda, o sentido lexical do verbo sob a forma fixa do particípio passado, sendo que a junção do auxiliante com o auxiliado produz o valor específico de "fato adquirido".

O auxiliante "avoir" pode ser ele próprio a sede de um processo de auxiliação, em que ele é desdobrado sem deixar de ser auxiliante. É o que ocorre quando "avoir" se torna "avoir eu" + particípio passado. Assim *il a chanté* produz a forma nova *il a eu chanté*, cujo emprego é praticamente limitado às orações adverbiais: "quand *il a eu chanté*, je suis parti".

Há portanto uma cisão do auxiante *il a* (chanté) em *il a eu* (chanté), produzindo uma auxiliação de segundo grau. Falaremos neste caso de uma *sobreauxiliação*. É preciso atentar para o fato de que *il a* em *il a* (chanté) e *il a* em *il a* (*eu*-chanté) não são a mesma forma, já que não são do mesmo nível. Distinguiremos o primeiro como *il* a_1, auxiliante e o segundo como *il* a_2, sobreauxiliante.

A esse desdobramento de estrutura corresponde um desdobramento de função: *il a eu* (chanté) difere de *il a* (chanté) pela noção de um término prévio que cria um patamar de anterioridade lógica; é um discordancial[14] do perfeito. Para situar relativamente cada um dos dois níveis de auxiliação, pode-se dizer que o auxiliante *il a* (chanté) indica o fato adquirido, e que o sobreauxiliante *il a eu* (chanté) sublinha a noção de "processo terminado". Representaremos essas relações no seguinte esquema:

no qual *il a* é auxiliante de *eu* e forma com ele um sobreauxiliante *il a eu* do auxiliado *chanté*. Parece, pois, que a sobreauxiliação

14. No original francês *discordantiel* (N. do T.).

afeta o auxiliante, mas não o auxiliado; não há "sobreauxiliado". Além disso, somente "avoir" é susceptível de se tornar sobreauxiliante, nunca "être", em virtude de um princípio de incompatibilidade: o auxiliante "être" não admite como auxiliado nem o particípio de "être" nem o de "avoir".

II

O fato de se ter descrito longamente a auxiliação de temporalidade poupará muitos desenvolvimentos semelhantes na *auxiliação de diátese* que é a auxiliação da forma verbal passiva.

Não estudamos aqui a natureza da passiva (esse vasto assunto escapa ao nosso propósito), mas a estrutura da auxiliação na passiva. Basta-nos caracterizar essa diátese como a da "ação sofrida".

Se do ponto de vista lógico a passiva é a forma conversa da ativa, também em sua forma lingüística em francês ela apresenta uma particularidade que não tem análogo na ativa: é precisamente a auxiliação. Não existe forma passiva que não seja realizada por meio da auxiliação. Ora, entre a auxiliação de diátese e a de temporalidade há, necessariamente, estreitas relações formais e funcionais. O problema é desenredá-las.

A auxiliação de diátese, manifestada pela oposição ativa/passiva, tem como característica formal o auxiliante *être* associado ao particípio passado do verbo auxiliado.

A auxiliação de diátese está ela mesma sujeita à auxiliação temporal: uma forma passiva pode ser colocada no perfeito, e resulta, então, de duas auxiliações. Mas as duas auxiliações não se realizam no mesmo nível do paradigma flexional. Sua relação é *assimétrica.*

1. *A auxiliação de diátese começa um nível acima da auxiliação de temporalidade.* Não há simetria entre "il est frappé" e "il a frappé".

A forma "simples" de auxiliação de diátese é a do presente: "il est frappé" passiva de "il frappe". Esta forma de *presente* passivo "il est frappé" coincide materialmente com a do *perfeito* intransitivo: "il est arrivé". Na verdade, "il est arrivé" está no nível

do perfeito ativo "il a frappé". E a forma passiva correspondente a "il a frappé" é uma forma de dupla auxiliação "il a été frappé". Vemos, portanto, que há uma assimetria inicial:

presente *il frappe* ~ *il est frappé*
perfeito *il a frappé* ~ *il a été frappé*

Assim, a forma básica do verbo na passiva é uma forma binômica "il est frappé" na qual *est* deve ser considerado como diferente do *est* de "il est arrivé". Em "il est arrivé", *est* caracteriza diferencialmente, como auxiliante de perfeito intransitivo, uma classe de verbos (como: "aller", "venir", etc...), em oposição ao auxiliante *a* do perfeito em um grande número de outros verbos, transitivos ou intransitivos ("prendre", "voler", "vivre", etc...).

É o que confirma a flexão da passiva: construída com um presente *est*, ela comporta uma auxiliação temporal de perfeito com o auxiliante *avoir*: assim temos "il a été frappé". Vemos aqui duas auxiliações simultâneas: a auxiliação de temporalidade *il a été*, acrescida da auxiliação de diátese pela adição do particípio auxiliado *frappé*. A forma de perfeito passivo "il a été frappé" permite, portanto, distinguir dois planos de auxiliação:

temporalidade: *il a* auxiliante temporal + *été* auxiliado
diátese: *il a été* auxiliante diatético + *frappé* auxiliado

2. *A auxiliação de diátese cessa um nível acima da auxiliação de temporalidade.*

Com efeito, a auxiliação de temporalidade, como vimos, comporta dois níveis no passado: "il a frappé" e "il a eu frappé". O primeiro "il a frappé" se converte em passiva. Mas "il a eu frappé" não se converte em passiva: uma tal forma de passiva exigiria dois particípios simultâneos, um de *avoir* para a auxiliação de temporalidade, e outro de *être* para a diátese. Esta exigência é contraditória.

Uma vez que a passiva se constitui pelo sintagma *être* + particípio passado, o paradigma do auxiliante está fixado de extremo a extremo. A conjugação inteira da passiva será idêntica à do *être*, sem variação nem exceção.

Podemos, portanto, estabelecer duas regras de correspondência entre a ativa e a passiva, que permitem predizer a estrutura da auxiliação na passiva:

1.º A todos os tempos simples (= não auxiliados) da ativa correspondem, na passiva, tempos compostos com a forma simples do auxiliante *être*. Teremos então: *il frappait* ~ *il était frappé*; *il frappera* ~ *il sera frappé*, etc.

2.º A todos os tempos da ativa compostos com a forma simples do auxiliante *avoir* correspondem, na passiva, tempos compostos com o auxiliante *avoir été*. Teremos então: *il a frappé* ~ *il a été frappé*; *il aurait frappé* ~ *il aurait été frappé*, etc.

As outras variações possíveis na estrutura da passiva dependerão da combinação da auxiliação de diátese com a auxiliação de modalidade, à qual passamos em seguida.

III

É preciso inicialmente legitimar a categoria da modalidade.

Entendemos por modalidade uma asserção complementar referente ao enunciado de uma relação. Como categoria lógica, a modalidade compreende: 1.º a possibilidade, 2.º a impossibilidade, 3.º a necessidade. Na perspectiva lingüística esses três "modos" se reduzem a dois, pelo fato de que a impossibilidade não tem expressão distinta, e se exprime pela negação da possibilidade. Assim, possibilidade e necessidade são duas modalidades primordiais, tão necessárias em lingüística quanto em lógica, não havendo nenhuma razão para contestá-las. Apenas tomaremos cuidado de distinguir a modalidade dos "modos" tradicionalmente reconhecidos em gramática, na morfologia do verbo (subjuntivo, etc. . .) [15].

A categoria lingüística da modalidade compreende inicialmente os verbos *pouvoir* e *devoir*. Além disso a língua estendeu a função modalizante a outros verbos em uma parte de seus empregos através da mesma estrutura de auxiliação; principalmente: *aller, vouloir, falloir, désirer, espérer*. Mas, diferentemente da temporalidade e da diátese, a modalidade não faz parte das categorias necessárias e constitutivas do paradigma verbal. Ela é compatível tanto com a temporalidade como com a diátese em todas as formas verbais.

A auxiliação de modalidade é caracterizada formalmente pela estrutura binômica. O primeiro termo é a forma flexionada do auxiliante; o segundo, o infinitivo do verbo auxiliado: "il peut arriver"; "je dois sortir".

Esses dois verbos, *pouvoir* e *devoir*, modalizantes por excelência, não têm outra construção. Quanto aos outros verbos, modalizantes ocasionalmente, eles se constroem assim quando o sujeito — explícito — do auxiliante é idêntico ao sujeito — implícito — do auxiliado: "il a voulu *chanter*". Se o sujeito do auxiliado é diferente, o infinitivo é substituído por uma oração subordinada: "il a voulu *que je chante*". O verbo deixa então de ser auxiliante.

Como a auxiliação de modalidade se aplica a toda e qualquer forma verbal, ela também se aplica necessariamente a formas já auxiliadas por auxiliantes de temporalidade ou de diátese. Essas duas situações de auxiliação e de sobreauxiliação serão consideradas sucessivamente.

A auxiliação de modalidade tem como critério a conversão da forma pessoal do auxiliado em uma forma de infinitivo. "Pierre *chante*" se torna "Pierre *peut* (*doit*) *chanter*". Segue-se daí que o *infinitivo é a forma modalizada do verbo*, princípio que acarreta várias conseqüências das quais não podemos tratar aqui. O verbo auxiliado não representa somente um semantema; ele contribui para a auxiliação de modalidade por sua forma morfológica e o auxiliante, por sua vez a assegura por seu sentido lexical e sua forma temporal.

Esta conversão também se produz quando o verbo modalizado está em um tempo que requer a auxiliação de temporalidade: "Pierre *a chanté*" torna-se "Pierre peut (doit) *avoir chanté*".

Mas *a auxiliação de modalidade começa um nível acima da auxiliação de temporalidade* já que ela é possível com uma forma verbal simples, não auxiliada, como "Pierre chante" que se torna "Pierre peut chanter". Na auxiliação de modalidade a forma pri-

15. É a confusão — ou a não distinção — entre essas categorias diferentes que levou vários gramáticos, particularmente Pichon e Damourette, *op. cit.*, V, § 1687, a negarem a existência de "auxiliares de modo" em francês.

mária é "il peut chanter" que corresponde a "il chante", enquanto que, na auxiliação de temporalidade, a forma primária é "il a chanté", que se tornará "il peut avoir chanté". Inversamente, *a auxiliação de modalidade cessa um nível acima da auxiliação de temporalidade.* Enquanto que "il a chanté" torna-se "il peut avoir chanté", a construção sobreauxiliada "il a eu chanté" não é susceptível de receber uma forma modalizada.

Para descrever o funcionamento da auxiliação de modalidade, partiremos de duas observações preliminares:

1.º O auxiliante de modalidade é um verbo de pleno exercício, que tem seu paradigma completo: *je peux, vous pouviez, nous pourrons*, etc. incluindo-se aí formas temporais auxiliadas: *j'ai pu, il aura pu*, etc.

2.º A forma auxiliada de modalidade, sempre no infinitivo, é susceptível de uma e apenas uma variação temporal, por auxiliação de *avoir*; o auxiliado será então ou um infinitivo presente, *chanter*, ou um infinitivo passado, *avoir chanté*. Neste último caso, como veremos, trata-se de uma sobreauxiliação.

Dito isto, podemos analisar as relações entre o auxiliante e o auxiliado de modalidade. Em princípio o auxiliante de modalidade assume o conjunto das funções flexionais (tempo, modo, pessoa) do auxiliado. Dois casos se apresentam conforme a situação temporal do auxiliado:

a) quando o auxiliado é uma forma simples, ele passa para o infinitivo, e todas as suas marcas flexionais são transferidas para o auxiliante:

il *chante* → il *peut* chanter
il *chantait* → il *pouvait* chanter
il *chantera* → il *pourra* chanter, etc.

b) quando a modalização se aplica a uma forma temporal já auxiliada, ocorre uma sobreauxiliação: é o auxiliante da forma temporal que passa para o infinitivo, e *avoir* (ou *être*) se torna o constituinte temporal do sobreauxiliado de modalização:

"il a *chanté*" torna-se "il peut *avoir chanté*".

Convém distinguir "il peut *avoir chanté*", forma sobreauxiliada de "il *a chanté*", do sintagma "*il a pu* chanter" e ainda de "*il a pu* avoir chanté" onde é só o auxiliante de modalidade que está em jogo e que expõe livremente as possibilidades de seu paradigma próprio. Em "il a pu chanter" não temos a conversão de uma forma não modalizada, mas uma das variações temporais de "il peut chanter", o que resulta do fato de que o auxiliante de modalidade admite ele próprio a auxiliação temporal: "il *a pu* (*avait pu, aurait pu*, etc.) chanter".

Em todos os casos, insistimos, o auxiliado não é simplesmente um semantema. Ele contribui também, pelo próprio fato de tomar a forma do infinitivo, para a expressão da modalidade.

Inteiramente semelhantes são as relações da auxiliação de modalidade com a de diátese, no que diz respeito ao auxiliado. A forma passiva "il *est chanté*" passa a "il peut *être chanté*", e "il *a été chanté*" passa a "il peut *avoir été chanté*". O auxiliante pessoal *est...*, *a été...* de diátese é transformado em infinitivo *être...*, *avoir été...* e é assim sobreauxiliado pelo mesmo processo que foi descrito a propósito da temporalidade.

Mas o auxiliante de modalidade *pouvoir* não admite construção passiva e portanto não está sujeito à auxiliação de diátese. Ver adiante, p. 198.

Os exemplos de verbos de modalidade na forma reflexiva não contradizem esse princípio.

1. *il se peut* é uma locução impessoal que equivale a "il est possible", empregada seja absolutamente, no sentido de "peut-être", e neste caso sem função auxiliante, seja para reger uma subordinada ("*il se peut que* ma lettre ne l'ait pas atteint") e neste caso também sem função auxiliante.

2. *il se doit* é ou impessoal na locução fixa "comme il se doit"; ou pessoal em uma construção muito diferente na qual *devoir* tem o pronome como complemento: "*il se doit* (= il doit à lui-même, à sa situation) d'assister à cette cérémonie". Em nenhum destes casos *devoir* é auxiliante.

Como indicaremos mais adiante, o auxiliante de modalidade é compatível com a auxiliação de temporalidade apenas.

Pode ocorrer, em graus variáveis, modalização de verbos modalizantes, portanto, uma espécie de modalização de segundo grau ou sobremodalização, em uma construção como "il *doit pouvoir* faire ce travail" onde se vê: "il peut", auxiliante em "il *peut* faire", passar a auxiliado sob a forma de infinitivo em "il doit *pouvoir* faire". Provavelmente é este o único exemplo de semelhante transferência no interior da modalização. É preciso observar ainda que, neste mesmo exemplo, os dois verbos não permanecem integralmente modalizantes em suas relações. O valor paradigmático de cada um deles, possibilidade de um lado, necessidade de outro, não pode permanecer intacto quando eles contraem uma ligação sintagmática. De fato, em "il doit pouvoir", o modalizante "il doit" exprime menos a necessidade do que um alto grau de probabilidade.

Com muito mais razão isso se dá quando a sobremodalização é realizada por um verbo que não é funcionalmente modalizante ou que o é somente em parte de seu emprego. É este o caso mais freqüente: "*je crois devoir* dire..."; "je *pense pouvoir* partir demain"; "je *voudrais pouvoir* le faire", etc. Cada um desses verbos auxiliantes tem alhures seu sentido pleno e outras construções. *Croire*, por exemplo, denota a convicção e admite um complemento direto ("je *vous* crois, je *crois* cela") ou indireto ("je crois *à*..., je crois *en*...") e rege uma subordinada ("je crois *que*..."). É com um valor enfraquecido (= "il me semble que...") que je *crois* serve de auxiliante em "je *crois* vous *comprendre*"; "je *crois pouvoir* affirmer que...". De resto, é interessante constatar que basta que um verbo entre na esfera da modalização por atração ou generalização para que ele tome a característica dos modalizantes que é a de ter um auxiliado no infinitivo. Sobre o modelo de "*je dois* pouvoir" construímos "*je crois* pouvoir" que engendra "je *pense* pouvoir..., j'*estime* pouvoir..."; e a partir de "je *dois* parler" construímos "je *veux*, je *désire*, je *souhaite* parler". Todo verbo que assume a função modalizante assume ao mesmo tempo um infinitivo auxiliado.

Distinguiremos, pois, *modalizantes por função*, essencialmente "pouvoir" e "devoir", e *modalizantes por assunção*, como "vouloir", "désirer", "savoir", "faire", etc. conforme eles tenham exclusivamente ou não a construção com o infinitivo auxiliado. Essa distinção entre as duas categorias de modalizantes é susceptível de variar em função das fases e dos estados da língua.

IV

Para finalizar estas análises, podemos estabelecer três regras relativas à estrutura formal da auxiliação.

Em primeiro lugar: *o princípio da não-reflexividade da função auxiliante*. Ele significa que nenhum auxiliante pode ele próprio se auxiliar. Este princípio deve ser verificado em cada uma das três categorias de auxiliação.

a) Na auxiliação de temporalidade, um único exemplo contrário se apresenta de imediato: "il a eu", onde o verbo "avoir" é auxiliante e auxiliado. Mas esta análise tradicional procede de uma visão inexata. Em "il a eu", o auxiliado *eu* vem de *avoir* como verbo livre equivalente a "posséder" ("il a eu de la fortune, une propriété"), e não de *"avoir"* auxiliante; e na sobreauxiliação temporal "il a eu chanté" *eu* é, na verdade, um segmento do sobreauxiliante *il a eu*, ele não é auxiliado; somente *chanté* é o membro auxiliado. Portanto, no primeiro caso, "il a eu une propriété", o estatuto de "il a -" e o de "eu" são diferentes e as duas formas só têm em comum o fato de pertencerem ao mesmo paradigma verbal; no segundo caso, "il a eu chanté", *eu* pertence ao sobreauxiliante em face a *chanté* e no plano de *chanté*, que é o único auxiliado. Parece, portanto, que nenhuma forma verbal pode, sem contradição lógica, se tomar ela própria como auxiliante temporal.

b) Na auxiliação de modalidade acontece o mesmo: "*il doit devoir", "*il peut pouvoir" são igualmente impossíveis. A única questão será quanto aos quase-auxiliantes como *aller*, já que o uso admite "il va aller". Mas além do fato de que *il va* nesta função está, na verdade, restrito ao presente ("il allait aller" é evitado, e qualquer outro tempo ou modo é impossível), deve-se aplicar a "il va aller" a mesma observação aplicada acima a "il a eu": *il va* quase-auxiliante não é do mesmo estatuto que *aller* verbo livre: "il va aller à l'école" contém um quase-auxiliante de iminência, *il va*, que é na verdade tão distinto de *aller* como o seria de qualquer outro verbo pleno, como por exemplo *manger* em "il va manger".

c) Quanto à auxiliação de diátese, não se pode nem mesmo conceber como o auxiliante *il est-*, *il a été-* poderia ele próprio se auxiliar.

O segundo princípio é que *nenhum auxiliante admite a auxiliação de diátese*. Ele significa que um auxiliante não pode ser construído na passiva. Isso é fácil de verificar quanto a *être, avoir, pouvoir, devoir*, etc. É bom lembrar que nossa análise se aplica ao francês e pode não ser válida para outras línguas. Em sânscrito, por exemplo, *sak-* "poder" admite as duas séries de desinências, a ativa e a média.

Mesmo em francês não levamos em conta expressões antigas, hoje em desuso, como *se pouvoir* em uma construção como: "Ce champ ne *se peut* tellement moissoner/ que les derniers venus n'y trouvent à glaner" (La Fontaine).

O terceiro princípio é o da *não-reversibilidade da relação auxiliante: auxiliado*. Um auxiliante torna-se o auxiliado de um sobreauxiliante, jamais o inverso. Este é um princípio que, por natureza, se verifica sobretudo na diacronia, mas que tem sua importância também na sincronia, pelo fato de que se observa, na vida de uma língua, uma tendência a criar novos auxiliantes.

V

O HOMEM NA LÍNGUA

Tradução: João Wanderlei Geraldi

CAPÍTULO 14

o antônimo e o pronome em francês moderno *

O francês tem, como se sabe, duas séries de pronomes pessoais, a série *je, tu, il* e a série *moi, toi, lui.*

A relação entre as duas séries apresenta aspectos muito complexos e não pode ser elucidada enquanto o estatuto de cada uma delas não estiver claramente definido. No estado atual de estudos, não se pode considerar que tal condição prévia já tenha sido cumprida.

A maioria dos autores recorre a uma apresentação histórica das duas formas, e fala do caso sujeito e do caso regime, da forma átona ou fraca *je* e da forma tônica, acentuada ou forte *moi.* Aqueles que pretendem caracterizá-las em seu emprego atual sublinham o valor de "insistência" ou de "relevo" próprio a *moi,* ausente em *je.* Ninguém contradirá tais afirmações, mas é preciso ver que tal valor não passa de um efeito, não é uma causa; este valor resulta de uma função sintática que não se tem tido a preocupação de apreciar. Uma definição que tem sido largamente utilizada nos últimos anos [1] é aquela de Pichon e Damourette, que opõem *je* "pessoa fraca", a *moi,* "pessoa forte" [2]. Estes termos recobrem a mesma

---

* *Bulletin de la Societé de Linguistique de Paris.* C. Klincksieck, t. LX (1965), fasc. I, p. 71-87.

1. Por exemplo, Dauzat, *Grammaire raisonnée de la langue française,* 1947, p. 267.

2. *Essai de grammaire de la langue française,* VI, p. 264: "Definimos "pessoa fraca" aquela que se exprime pelo aglutinativo, "pessoa forte" aquela que se exprime independentemente. Com a "pessoa fraca", reduz-se a

concepção, estilística ou impressionista, que aquela com que nos contentamos em geral, e não têm maior alcance: Uma tal distinção só seria admissível se houvesse livre escolha ou possibilidade de troca entre as duas séries de pronomes, nas mesmas posições. Como se sabe, isto jamais acontece. *Je* e *moi* não podem permutar em nenhum caso[3]. Falar, então, em "pessoa fraca" e "pessoa forte" é somente fantasiar com noções psicológicas uma realidade lingüística insuficientemente descrita.

Nada pode nos dispensar, portanto, de um exame da distribuição dos dois pronomes *je* e *moi.*

---

pessoa a sua essência gramatical. Ao contrário, quando se tem por objetivo a própria pessoa, quer em relação ao mundo exterior, quer introspectivamente, como um panorama complexo, verdadeiramente como uma totalidade que poderia substituir, em outras circunstâncias, outra pessoa gramatical, ela se exprime pelo independente; é a "pessoa forte" que deixa toda sua amplitude à personalidade da pessoa."

3. Opomo-nos expressamente a Pichon e Damourette, *op. cit.*, p. 253, § 2311, que consideram que "em muitos domínios, há coocorrência possível de expressão entre uma e outra ordem de pronomes pessoais". Que provas oferecem para esta surpreendente afirmação? Pode-se encontrá-las no § 2312, onde reconhecem, de início, que "o embasamento se exprime certamente de maneira mais natural pelos aglutinativos", isto é, pela série *je, tu...*, ex. "*Il* fut captif ...; *je* ne vous contrains pas...", mas eles acrescentam "o embasamento pode também ser expresso por meio dos pronomes independentes; ex. "Valentin nous avait invités à dîner, et *moi* emmenais, naturellement, Pollet et sa femme". — "*Moi*, qui suis l'affaire e la connais bien, AI tous les éléments pour lui en parler". — "Tu as bien fait, mon garçon, dit M. de Coëtquidan, avec un cynisme dont *lui* et son neveu restèrent inconscients". Estes os três exemplos que devem comprovar a concorrência que Pichon e Damourette crêem observar entre as duas ordens de pronomes. O primeiro, exemplo da oralidade, enunciado por uma pessoa de que nem a origem (provinciano?) nem o grau de cultura são indicados: pode-se afirmar que "moi emmenais" nunca se ouve; trata-se de equívoco fortuito ou de um desvio individual. No segundo exemplo, também oral, "*moi*, qui suis l'affaire et qui la connais, ai", há ao contrário omissão de *je* antes de *ai* por despreocupação com regras do bem dizer e falsa analogia de construção em que o relativo é separado do verbo, por exemplo: "moi qui, depuis longtemps, *avais* prévu ce qui est arrivé ...". Isto nada prova; a melhor contraprova mostrará que, automaticamente, todos os informantes recolocam *je* antes do verbo: "*moi* qui connais l'affaire, *j'ai* tous les éléments ...". Enfim, o terceiro exemplo, desta vez tomado a um texto escrito (Montherlant), mostra ao contrário um emprego em que a coocorrência é impossível: "*lui* et son neveu" é a única maneira de se exprimir. Trata-se, de resto, da 3.ª pessoa, cujo comportamento sintético é distinto como se verá. Pode-se concluir que inexiste coocorrência entre as duas séries pronominais.

Da série *je* há pouco a dizer: é a forma sempre combinada do pronome, imediatamente anteposto à forma verbal na asserção, posposto na interrogação. Salvo o imperativo e as formas nominais do verbo, nenhuma forma verbal pode ser empregada sem pronome; na terceira pessoa, o pronome pessoal é sempre permutável com um nome próprio ou um pronome de outra classe gramatical ("*Il vient.* — La *nuit* vient. — *Pierre* vient. — *Qui* vient?").

O emprego da série *moi*, série do pronome autônomo, comporta uma variedade bem maior. É necessário enumerar suas características:

1.º Este pronome designa a pessoa sintática e pode, como tal, ser empregado independentemente: "Qui est là? — *Moi*" ou "*Moi*, j'aime marcher; *lui* non".
2.º Admite um aposto identificador: "*moi*, Pierre. — *moi*, le facteur".
3.º Serve de antecedente a um pronome pessoal combinado que, sozinho, pode se unir ao verbo: "*moi*, je pense que ...".
4.º Serve de antecedente de um pronome relativo: "*moi*, *qui* suis ...".
5.º Serve de forma predicativa: "C'est *moi*. — C'est *moi qui* l'ai fait".
6.º Combina-se com todas as preposições: "à *moi*; chez *toi*; avec *lui*, etc.".
7.º Por intermédio das preposições, combina-se com diversos adjetivos: "digne de *moi*; pareil à *toi*".
8.º Pode ser seguido por advérbios: "moi *aussi*" e por certos adjetivos: "moi-*même*; toi *seul*; nous *autres*; vous *tous*".
9.º Pode coordenar-se, anteposto ou posposto, com outros pronomes autônomos: "moi *et toi*"; com nomes próprios: "moi *et Pierre*"; com substantivos: "moi *et mes amis*".

Nenhum destes traços pode ser estendido a *je*. A série autônoma e a série combinada aparecem em distribuição complementar. Elas diferem por seu comportamento sintático e por suas capacidades combinatórias.

Ora, os traços distintivos, funcionais e sintáticos, da série pronominal autônoma se encontram também, em totalidade, em outra classe de formas: a dos *nomes próprios.*

O pronome autônomo *moi* se comporta, em todos os sentidos, como um nome próprio. Todos os critérios que definem o pronome autônomo podem ser aplicados ao nome próprio, verificando-se a homologia funcional destas duas classes.

1.º Em resposta a *qui?*: tanto *"moi"* quanto *"Pierre"*.
2.º Seguido de um aposto qualificador: *"moi*, votre ami; *Piere*, votre ami".
3.º Pronome e nome próprio se coordenam: MOI, *Pierre* (ver-se-á adiante o porquê).
4.º Antecedente de um relativo: *"moi*, qui. . .; *Pierre* qui. . ."
5.º Função predicativa: "c'est *moi*; c'est *Pierre*."
6.º Regido por preposições: "avec *moi*; avec *Pierre*".
7.º Combinável com adjetivos precedidos de preposições: "digne de *moi*; digne de *Pierre*".
8.º Seguido de alguns advérbios e adjetivos: *"moi* aussi; *Pierre* aussi"; *"moi* seul; *Pierre* seul"; *"moi*-même; *Pierre* (lui-)même".
9.º Coordenado a outros pronomes ou nomes: *"moi* et toi; *Pierre* et toi; *moi* et mes amis; *Pierre* et mes amis".

A interpretação que estamos dando ao estatuto dos pronomes autônomos tende a constituí-los como uma categoria homóloga àquela dos nomes próprios e, no entanto, distinta. É hora de precisar esta relação, determinando a espécie particular de nome próprio que o pronome representa.

O que se entende comumente por nome próprio é uma marca convencional de identificação social tal que ela possa designar constantemente e de maneira única um indivíduo único.

À semelhança e à diferença do nome próprio social, MOI é, na instância de discurso, a designação própria [*autique*] daquele que fala: é o seu *nome próprio de locutor*, aquele pelo qual um falante, sempre e somente ele, se refere a si próprio enquanto falante, denominando o outro face a si TOI, e o de fora do diálogo, LUI.

A este "nome próprio de locutor" que se realiza sempre e somente no ato de fala, que todo falante assume por sua conta pessoal, nós propomos o termo antônimo: ele vem do grego ἀντωνυμία que é o original traduzido em latim por *pronomen*. Beneficiando-se de um lado de sua situação "pronominal" e de outro lado de sua situação "onomástica", aplicamos o termo antônimo à série autônoma MOI, distinta do pronome *je*.

Os antônimos, como mostramos por uma comparação sistemática, têm as mesmas construções e as mesmas propriedades sintagmáticas dos nomes próprios, de que são uma variedade específica, própria da língua atualizada em discurso. O fato mesmo de que o nome próprio possa se coordenar ao antônimo é uma confirmação de sua simetria. De fato, é muito significativo que o antônimo admita como aposto identificador o nome próprio: "MOI, *Pierre*". Os dois se completam: MOI, nome próprio de todo locutor, instantâneo à locução, sui-referencial no discurso, antônimo; *Pierre*, nome próprio permanente de um indivíduo, referência objetiva na sociedade, antropônimo. Esta conjunção "MOI, *Pierre*" define o sujeito de um lado por sua situação contingente de falante, e por outro lado por sua individualidade distintiva na comunidade.

É igualmente ao estatuto "onomástico" dos antônimos que nós relacionamos uma particularidade sintática da 3.ª pessoa. Enquanto que MOI (TOI) exige sempre a retomada por *je* (*tu*) antes da forma verbal pessoal, LUI pode tanto ser retomado por *il* quanto ligar-se diretamente à forma verbal: "MOI, *j*'ai parlé tout le temps; *lui* n'a rien dit". Não se trata, como parecem crer, de uma licença de uso, mas de uma dupla possibilidade, ambas igualmente lícitas. O antônimo LUI, como todos os outros antônimos, se faz seguir do pronome: "TOI, *tu* as tout; LUI, *il* n'a rien". Mas LUI, reportando-se à terceira pessoa, como todo o nome próprio ou substantivo, pode substituir o pronome: "LUI *seul est venu*" como "PIERRE *seul est venu*". Desta forma, LUI pertence aos dois paradigmas: enquanto forma de antônimo, ao paradigma dos antônimos MOI, TOI; enquanto assinalador de 3.ª pessoa, ao paradigma das formas permutáveis que servem de sujeito a uma forma verbal de 3.ª pessoa: *"il* est venu" substituível tanto por "l'homme" como por "Pierre", como também por "LUI".

Os antônimos e os pronomes são formalmente distintos nas duas primeiras pessoas do singular. Na 3.ª pessoa do singular, que tem uma distinção de gênero, uma forma parece comum: LUI. Mas examinando-se percebe-se que no plano sincrônico há somente uma homofonia entre o antônimo LUI de 3.ª pessoa, singular, masculino e o pronome *lui*, complemento indireto dos dois gêneros: seus paradigmas e suas distribuições são distintas (cf. p. 210, 212 e 214).

No plural, as duas primeiras pessoas, antônimas e pronominais, têm a mesma forma, NOUS e VOUS; na 3.ª pessoa, o masculino antônimo é EUX e o pronome é *ils*, mas o feminino tem forma igual: ELLES.

* * *

Nós nos propomos agora descrever as condições e as relações de emprego dos antônimos e dos pronomes em francês moderno[4].

Uma observação preliminar se impõe relativamente ao estatuto de cada uma das três pessoas nas formas pronominais que as representam[5].

Je é uma pessoa única; *tu* é uma pessoa única, mas *il* representa não importa que sujeito compatível com seu gênero e número, e pode, repetido num mesmo enunciado, remeter a sujeitos diferentes.

Em conseqüência:

1.º *je* tem um regime direto, *me*, e um só, pois *je* e *me* remetem a uma mesma e única pessoa;

tu tem um regime direto, *te*, e um só, pois *tu* e *te* remetem a uma mesma e única pessoa;

mas *il*, podendo remeter a dois sujeitos distintos, tem dois regimes diretos: *se*, quando sujeito e objeto coincidem; *le* quando sujeito e objeto não coincidem;

4. Nesta descrição sincrônica do uso atual não se encontrará qualquer referência à situação no francês mais antigo.
5. Advertimos de uma vez por todas que as observações feitas no que se segue sobre as formas do singular ou ilustradas por exemplos no singular valem também, salvo indicação contrária, para o plural; da mesma maneira, o que se diz de um exemplo no masculino é aplicável ao feminino.

2.º o pronome objeto *me*, remetendo somente à pessoa *je*, pode entrar em relação sintagmática com os três pronomes sujeitos: *je me...*, *tu me...*, *il me...* De fato, o referente de *me*, sendo único, deve ser necessariamente o mesmo para moi e para os outros que não moi (isto é, para toi e para lui).

O pronome objeto *te*, remetendo somente à pessoa *tu*, pode entrar em relação sintagmática com os três pronomes sujeitos: *tu te ...*, *je te ...*, *il te ...* De fato, o referente de *te*, sendo único, deve necessariamente ser o mesmo para toi e para os outros que não toi (isto é, para moi e para lui);

mas o pronome objeto de 3.ª pessoa pode não remeter a um único sujeito, já que o pronome sujeito *il* substitui não importa que nome próprio ou substantivo, podendo ter dois referentes distintos ou mesmo funcionar sem referente: il *dit qu'*il *va partir* (= Pedro anunciou sua própria partida); il *dit qu'*il *va partir* (= Pedro anunciou a partida de Paulo); il *dit qu'*il *va pleuvoir*, etc. Em conseqüência, *il* é susceptível de ter dois pronomes objetos distintos, *le* e *se*, que não têm as mesmas latitudes de combinações sintagmáticas: 1.º *le* se combina com os três pronomes sujeitos: *je le ...*, *tu le ...* e *il le ...*, mas *il le ...* supõe dois *il* diferentes, que nós notaremos por il_1 e il_2; 2.º *se* se combina somente com *il*, e *il se ...* supõe o mesmo *il*; 3.º cada pronome sujeito pode entrar em relação sintagmática com os pronomes objetos das duas outras pessoas, com a condição de que eles sejam respectivamente objeto direto e objeto indireto: *je te le* (donne); *tu me le* (donnes), etc. Mas *il* governa ainda duas combinações distintas: 1.º *il se le ...* em que é necessário distinguir dois *il*, pois *il* e *se* remetem a il_1 e *le* remete a il_2; *il le lui ...* em que é necessário distinguir três *il*. Representaremos, pois, neste sintagma *il* sujeito por il_1 — *le* por il_2 e *lui* por il_3.

Nossa tarefa é descrever, de uma maneira exaustiva, as combinações das três séries de pronomes, a série *je*, *tu*, *il*; a série *me*, *te*, *le*, *se*; e a série *moi*, *toi*, *lui*, *soi*, sua seletividade mútua e sua respectiva compatibilidade com as formas modais do verbo.

Mostrar-se-á em detalhe que este jogo complexo é determinado por três variáveis: a *pessoa*, o *modo* do verbo e a *função gramatical* da forma pronominal.

Estudemos a distribuição das séries *me, te, le* (*se*) e *moi, toi, lui* (*soi*) para o pronome objeto, segundo ele seja *objeto direto* ou *objeto indireto.*

Esta distribuição é definida pela natureza da relação sintagmática entre o pronome objeto e o pronome sujeito para cada pessoa. Ela varia segundo os modos do enunciado: de um lado o indicativo, o subjuntivo e o condicional (todos os exemplos serão no indicativo por comodidade), de outro lado o imperativo.

A. *Enunciado em modos diferentes do imperativo*

Regra de ordem: o pronome objeto precede o verbo.

1.° Quando o pronome sujeito (*je, tu, il*) tem o mesmo referente do pronome objeto, ou seja, quando é reflexivo, a série *me, te, le* vale tanto para objeto direto quanto para objeto indireto em todas as pessoas;

1 × 1 *je* ME *vois* ~ *je* ME *dis*
2 × 2 *tu* TE *vois* ~ *tu* TE *dis*
3 × 3 *il* SE *voit* ~ *il* SE *dit*

O pronome impessoal *on* (símbolo N) se comporta como *il*:

N × N *on* SE *voit* ~ *on* SE *dit.*

2.° Quando o pronome sujeito (*je, tu, il*) não tem o mesmo referente do pronome objeto, produz-se uma distinção conforme as pessoas:

a) na 1.ª e 2.ª pessoa, os pronomes objeto *me, te* valem igualmente para o objeto direto e para o objeto indireto:

1 × 2 *je* TE *vois* ~ *je* TE *dis*
3 × 2 *il* TE *voit* ~ *il* TE *dit*
2 × 1 *tu* ME *vois* ~ *tu* ME *dis*
3 × 1 *il* ME *voit* ~ *il* ME *dit*

A mesma distinção está presente com o pronome sujeito *on*:

N × 1 *on* ME *voit* ~ *on* ME *dit*
N × 2 on TE voit ~ on TE dit

b) Mas na 3.ª pessoa, distinguem-se o pronome objeto direto *le* (plural *les*) e o pronome objeto indireto *lui* (plural *leur*). Esta distinção necessariamente ocorre também quando 1. *il* sujeito (il_1) tem um referente diferente de *il* objeto (il_2) e 2. o sujeito é o pronome *on*:

1 × 3 *je* LE *vois* ~ *je* LUI *dis*
2 × 3 *tu* LE *vois* ~ *tu* LUI *dis*
$3_1 \times 3_2$ *il* LE *voit* ~ *il* LUI *dit*
N × 3 *on* LE *voit* ~ *on* LUI *dit*

B. *Enunciado no modo imperativo*[6]

Regra de ordem: o pronome objeto é posposto ao verbo.

A forma verbal (no singular) limita-se a uma única pessoa, a segunda, e não comporta pronome; as três pessoas podem ser objeto, a segunda sendo então reflexiva. Aqui, mais uma vez, a distinção entre um objeto direto e um objeto indireto depende da pessoa:

1.° O pronome objeto das primeira e segunda pessoas tomam a forma *moi, toi* e valem tanto para objeto direto quanto para objeto indireto:

2 × 1 *vois*-MOI! ~ *dis*-MOI!
2 × 2 *vois*-TOI! ~ *dis*-TOI!

2.° O pronome objeto de 3.ª pessoa é distinto para objeto direto *le* (plural *les*) e objeto indireto *lui* (plural *leur*):

2 × 3 *vois*-LE! ~ *dis*-LUI!

6. "Imperativo" implica sempre a forma positiva deste modo.

Em resumo, a distinção entre um pronome objeto direto *le* e um pronome objeto indireto *lui* é constante na 3.ª pessoa, independente do modo (deixando-se de lado a ordem das palavras), enquanto que na 1.ª e 2.ª pessoa a distinção entre a série *me* (*te*) e a série *moi* (*toi*) depende exclusivamente do modo, sem considerar a função de objeto direto ou indireto do pronome: *me* (*te*) nos modos que não o imperativo; *moi* (*toi*) no imperativo.

Estas relações estão na tabela 1, onde a série vertical é a dos pronomes sujeitos e a série horizontal é a dos pronomes objetos.

Pode-se dar um passo adiante e ver a situação produzida pelo emprego de dois pronomes em seqüência, um objeto direto e outro objeto indireto.

As duas questões que se colocam são a de sua forma e a de sua ordem.

Nos modos diferentes do imperativo, os dois pronomes objetos precedem o verbo e são da forma *me, te, le,* seguindo a ordem indireto + direto, quando o pronome objeto indireto e de 1.ª e de 2.ª pessoa: *je me le dis; je te le dis.*

Quando o pronome objeto indireto é da 3.ª pessoa, é da forma *lui* e a ordem é invertida: *je le lui dis.*

No imperativo, os dois pronomes objetos seguem o verbo; o pronome objeto indireto é da forma *moi, toi, lui* e a ordem dos pronomes torna-se direto + indireto: *dis-le moi!* [7].

No entanto estes sintagmas formados de pronomes objetos direto e indireto em seqüência estão submetidos a duas importantes regras de compatibilidade:

1.º *me* (*te, se*) como pronome objeto *direto* não é compatível com qualquer pronome objeto indireto precedendo o verbo; só é possível o pronome objeto indireto da forma *moi, toi, lui* precedido da preposição *à* e posto depois do verbo. Assim, **je me te confie*; **tu te me confies* são impossíveis; é de regra: *je me confie à toi; tu te confies à moi.*

7. Há aqui algumas flutuações no uso: "rends-les-nous" é a regra, mas Hugo escreveu "rends-nous-les". Encontram-se exemplos em Grevisse, *Le bon Usage*, p. 420.

Tabela 1

Modos diferentes do imperativo

	je	nous	tu	vous	il₁	ils₁	il₂	ils₂
je	dir. *me* indir.	— —	*te*	*vous*	*le* *lui*	*les* *leur*	—	—
nous	dir. — indir. —	*nous*	*te*	*vous*	*le* *lui*	*les* *leur*	—	—
tu	dir. *me* indir.	*nous*	*te*	— —	*le* *lui*	*les* *leur*	—	—
vous	dir. *me* indir.	*nous*	— —	*vous*	*le* *lui*	*les* *leur*	—	—
il	dir. *me* indir.	*nous*	*te*	*vous*	*se*	—	*le* *lui*	*les* *leur*
ils	dir. *me* indir.	*nous*	*te*	*vous*	—	*se*	*le* *lui*	*les* *leur*

Modo imperativo

2.ª sg.	dir. *moi* indir.	*nous*	*toi*	— —	*le* *lui*	*les* *leur*
1.ª pl.	dir. — indir. —	*nous*	— —	— —	*le* *lui*	*les* *leur*
2.ª pl.	dir. *moi* indir.	*nous*	— —	*vous*	*le* *lui*	*les* *leur*

É de regra o contrário na seqüência *le* (*la, les*) pronome objeto direto + *lui* (*leur*) pronome objeto indireto precedendo o verbo: *je le lui confie*; *tu les leur confies.*

2.º *me* (*te, se*) como pronome objeto *indireto* não é compatível com qualquer pronome objeto direto de 1.ª e 2.ª pessoa antes do verbo; só é possível o pronome objeto indireto da forma *moi, toi, lui* precedido da preposição *à* e posto depois do verbo: assim **je me vous appelle*; **il te me recommande* são impossíveis; é de regra: *je vous appelle à moi*; *il me recommande à toi.*

É de regra o contrário na seqüência *me* (*te, se*) pronome objeto indireto + *le* (*la, les*) precedendo o verbo: *je me le dis*; *il te la donne*; *tu te les rappelles.*

Estas relações estão na tabela 2, onde cada pessoa objeto é representada pela conjunção dos dois pronomes direto e indireto na ordem e com a variação indicada, e o objeto direto no singular e plural (*le* implicando sempre *la*).

Há duas particularidades a sublinhar:

1.º Quando o pronome objeto indireto se refere à 3.ª pessoa, ele é colocado, qualquer que seja o modo, *depois* do pronome objeto direto: il *le lui* dit ~ dis-*le-lui*!

2.º O pronome objeto indireto da 3.ª pessoa é *lui* qualquer que seja o modo, enquanto que para a 1.ª e 2.ª pessoa, o pronome objeto indireto é *moi, toi* no imperativo e *me, te* nos demais modos.

Resulta daí que o problema é o da 3.ª pessoa. Os pronomes de 1.ª e 2.ª pessoa, de um lado, e os de 3.ª pessoa, de outro lado, não obedecem à mesma distribuição.

Na 1.ª e 2.ª pessoa empregam-se *me, te* para os dois objetos, direto e indireto, em modos diferentes do imperativo; e *moi, toi* para os dois objetos, direto e indireto, no imperativo. As duas séries de formas, sem consideração da natureza do objeto, direto ou indireto, estão em distribuição complementar de modo: *me, te* em modos diferentes do imperativo; *moi, toi* no imperativo.

Mas na 3.ª pessoa, *le* é objeto direto e *lui* objeto indireto, qualquer que seja o modo. Estas duas formas, sem consideração do modo, estão em distribuição complementar pelo *regime*: *le* direto e *lui* indireto.

Tabela 2

Modos diferentes do imperativo

	il je+ ils	il nous+ ils	il tu+ ils	il vous+ ils	il_2 il_1+ ils_2	il_2 ils_1+ ils_2	il_2 +il_3 ils_2	il_2 +ils_2 ils_2
je	*le me les*	—	*le te les*	*le vous les*	—	—	*le lui les*	*le leur les*
nous	—	*le nous les*	*le te les*	*le vous les*	—	—	*le lui les*	*le leur les*
tu	*le me les*	*le nous les*	*le te les*	—	—	—	*le lui les*	*le leur les*
vous	*le me les*	*le nous les*	—	*le vous les*	—	—	*le lui les*	*le leur les*
il	*le me les*	*le nous les*	*le te les*	*le vous les*	*le se les*	—	*le lui les*	*le leur les*
ils	*le me les*	*le nous les*	*le te les*	*le vous les*	—	*le se les*	*le lui les*	*le leur les*

Modo imperativo

	il +je ils	il +nous ils	il +tu ils	il +vous ils	il_1 +il_2 ils_1	il_1 +ils_2 ils_1
2.ª sg.	*le moi les*	*le nous les*	*le toi les*	—	*le lui les*	*le leur les*
1.ª pl.	—	*le nous les*	—	—	*le lui les*	*le leur les*
2.ª pl.	*le moi les*	*le nous les*	—	*le vous les*	*le lui les*	*le leur les*

Uma vez localizada, resta explicar esta diferença. Por que esta distinção *le/lui* na 3.ª pessoa, quando as duas primeiras empregam *me* (*te*) indistintamente para o objeto direto e indireto?

A resposta deve ser procurada não na natureza gramatical de um ou outro objeto, mas numa razão formal, que é a compatibilidade das formas pronominais necessariamente combinadas no sintagma de duplo objeto.

Vê-se na tabela 2, de um lado, os sintagmas de pronomes reflexivos: *je me le* (dis), *tu te le* . . ., *il se le* . . . que são inteiramente simétricos; de outro lado, os sintagmas pronominais não reflexivos: *je le lui* . . ., *tu le lui* . . ., *il le lui* . . . igualmente simétricos. Entre os dois há uma transformação, de que podemos ver o ponto de partida; encontra-se no sintagma que compreende il_1 sujeito, il_2 objeto direto e il_3 objeto indireto. Seguindo *il me le* . . ., *il te le* . . ., teríamos **il le le* . . . Poder-se-ia mesmo generalizar este modelo teórico, seguindo o paradigma do pronome indireto das duas outras pessoas. Face a:

1.ª *je me le* . . . — *tu me le* . . . — *il me le* . . .
2.ª *je te le* . . . — *tu te le* . . . — *il te le* . . .

dever-se-ia ter

3.ª **je le le* . . . — **tu te le* . . . — **il le le* . . .

É isso que a língua quis evitar: a sucessão de duas formas pronominais idênticas exercendo duas funções distintas e particularmente na 3.ª pessoa, em que o sintagma **il le le* . . . teria inclusive, em face de il_1 sujeito, dois *le* objeto para il_2 e il_3, indistintamente. Substituiu-se então **le*, objeto *indireto* de 3.ª pessoa, por *lui*. Mas surge então uma outra dificuldade: *lui* jamais precede um outro pronome objeto, o que torna impossível **je* LUI *le* . . . Inverteram-se então os pronomes; a ordem torna-se *je le* LUI . . .; *tu le* LUI . . .; *il le* LUI . . .; e, por esta mesma razão, no imperativo: (dis)-le-LUI! Assim, em qualquer modo, *lui* é somente objeto indireto de 3.ª pessoa singular, distinto de *le* objeto direto: *je le dis*: *je le* LUI *dis*.

Esta gramaticalização de *lui* foi reforçada por uma circunstância auxiliar, a forma dos pronomes de 1.ª e 2.ª pessoas no imperativo. Dado que os antônimos MOI, TOI funcionam no imperativo como pronomes objetos: *laisse*-MOI! ~ *dis*-MOI!, pode ter destinado também ao antônimo LUI a função de pronome objeto, restringindo-o, face à razão indicada acima, a objeto indireto: *dis*-LUI! distinto do objeto direto: *dis-le*!

Tem-se aí a explicação dos princípios de incompatibilidade que observamos na relação sintagmática (ver acima p. 212) entre pronomes objetos direto e indireto.

1.º Dado que a forma *me* (*te, se*) é ao mesmo tempo a forma do pronome objeto direto e do objeto indireto, a indistinção formal interdita empregar dois pronomes desta série em seqüência; de fato, seria impossível num enunciado como **je me te confie*, discernir qual, *me* ou *te*, é objeto direto e qual indireto. Evita-se o risco da ambigüidade dizendo: *je me confie à toi*. Mas o problema inexiste no caso do pronome objeto de 3.ª pessoa, onde *le* (*la, les*) direto se distingue de *lui* (leur) indireto; a seqüência dos dois pronomes, direto + indireto, é então plenamente lícita, e se diz: *je le lui confie*.

2.º Por que, então, se *je le lui confie* é regular, não se pode dizer **je me lui confie* ou **je te lui confie*? Isto é impossível porque haveria contradição entre a função e a ordem dos pronomes. O pronome objeto *me* (*te, se*), quer seja objeto direto (*je me vois*) ou objeto indireto (*je me dis*), coloca-se sempre imediatamente após o sujeito; qualquer outro pronome se coloca depois deste pronome objeto. Este é o princípio da ordem. Mas de outro lado *me* (*te, se*) seguido de outro pronome, não pode ser senão pronome objeto *indireto*; é a seqüência prescrita indireto + direto: *je te le donne*. A anteposição de *me* (*te, se*) atribuindo-lhe a função de objeto indireto, é necessário que o pronome subseqüente seja objeto direto. Em conseqüência, um enunciado como **je me lui confie* conteria dois pronomes sucessivos com a função de objeto indireto, e nenhum com a de objeto direto; haveria conflito entre *me* que seria objeto indireto em virtude de sua posição e *lui* que é objeto indireto por natureza. Não se poderia dizer **je lui me confie* pela razão

já indicada, isto é, que nada pode se inserir entre *je* e *me*[8]. As seqüências **je me lui* ... e **je lui me* ... são então igualmente impossíveis. É necessário dizer: *je me* (confie) *à lui*.

Não há conflito paralelo no caso de *le*, pois diferentemente de *me* (*te, se*), indistintamente objeto direto ou indireto, *le* é somente objeto direto, e *lui* objeto indireto; donde: *je le lui* ...

Assim, destaca-se o princípio que governa o duplo estatuto gramatical do antônimo. Forma disjunta: MOI, *je suis*, ou regida por uma preposição: *de* MOI, *à* MOI, cumpre a função de objeto no imperativo, objeto indireto: *dis*-MOI! ou direto: *laisse*-MOI!; paralelamente *lui*: LUI, *il est* ... (no feminino, ELLE, *elle est* ...); *à* LUI; *dis*-LUI! (somente indireto).

A única discordância formal do sistema se encontra no paradigma do plural da 3.ª pessoa. Nas 1.ª e 2.ª pessoas, os antônimos do plural são idênticos aos pronomes da conjugação: NOUS, *nous sommes* ...; VOUS, *vous êtes* ...; e aos pronomes objetos: *il* nous *voit*; *il* nous *dit*. Mas na 3.ª pessoa do plural, o antônimo é EUX, distinto do pronome de conjugação *ils* e distinto também do pronome objeto direto *les* e do pronome objeto indireto que é *leur*. Esta abundância dota o plural de quatro formas distintas na 3.ª pessoa do masculino: EUX, *ils* sont ... (feminino: ELLES, elles sont ...); *je les* vois; *je leur* donne, enquanto que na 3.ª pessoa masculino, singular, há somente três formas: *lui, il, le*.

A anomalia consiste no fato de o plural ter um pronome objeto indireto *leur* distinto do antônimo EUX, face ao singular em que o pronome objeto indireto *lui* é formalmente idêntico ao antônimo LUI. Tem-se um paradigma plural de quatro termos: *eux, ils, les, leur*, para três termos no singular: *lui, il, le*. É interessante opô-la às outras pessoas que para três formas no singular têm uma única no plural: MOI, *je me* (repose); TOI, *tu te* (reposes) ~ *nous, nous nous* (reposons); *vous, vous vous* (reposez).

Além disso, o antônimo EUX é também a forma regida por preposição, o que limita *leur* à função gramatical de objeto indireto do verbo, sem distinção de modo nem de gênero.

8. A inserção de uma negação (*je ne me* ..., *tu* ne *la* ...) não contradiz isso: a negação não muda em nada a estrutura sintática do enunciado nem as relações entre os pronomes.

Este desdobramento do plural *eux/leur*, face ao único *lui* do singular, não nos parece suscetível de uma explicação sincrônica. Razões de eufonia (*je le leur* ... para evitar **je le eux* ...) ou de atração fonética (*leur* com a mesma inicial de *lui*) não seriam suficientes. Só a história das formas pode dar conta destes fatos.

Pode-se igualmente constatar a coincidência formal de *leur*, pronome objeto indireto do plural, com *leur* possessivo. Mas aqui a coincidência é sem relevo; o exame mostra que as duas formas são completamente diferentes por seu estatuto e por suas funções. Considerando a tabela 2 que situa o pronome *leur* no paradigma pronominal, não é inútil apresentar *leur* no paradigma dos adjetivos chamados possessivos.

	Singular	Plural
je	*mon*	*mes*
nous	*notre*	*nos*
tu	*ton*	*tes*
vous	*votre*	*vos*
il	*son*[9]	*ses*
ils	*leur*	*leurs*

Entre o adjetivo *leur* e o pronome *leur* as diferenças decorrem de seus estatutos respectivos:

1.º O adjetivo possessivo é um qualificador com dupla relação com o nome: de um lado com o objeto (possuído) e de outro com o sujeito (possuidor): *leur* coordena um possuído singular a um possuidor plural de 3.ª pessoa.

O pronome *leur* se refere exclusivamente a um plural e somente como objeto indireto.

2.º O adjetivo possessivo não é empregado sozinho; ou ele acompanha um substantivo ou é precedido de um artigo definido que o substantiva: *c'est leur livre/c'est le leur*.

9. Note-se que *son* corresponde tanto a *il* quanto a *on*: "*il* a (*on* a) *son* caractère" sem equivalente da distinção entre *lui* e *soi*.

O pronome *leur* não pode ser empregado senão sozinho.

3.º O adjetivo possessivo de 3.ª pessoa faz parte de um paradigma com duas entradas e duas variantes, fornecendo quatro termos: *son/ses, leur/leurs.* Nesta rede de relações, *leur* é o plural lexical de *son*, e o singular gramatical de *leurs.*

O pronome *leur* faz parte de um paradigma de dois termos *lui/leur*, onde *leur* não é senão o plural e se opõe a um singular *lui* que nada tem de comum com o singular *son* do adjetivo *leur.*

Poder-se-ia tentar unificar os dois *leur* alegando algumas construções que lhes seriam comuns:

je viens de LEUR (dire)
je viens de LEUR (maison).

A semelhança é falaciosa. Além de *venir* tomado em duas acepções diferentes, é suficiente substituir os dois *leur* pelo singular respectivo e se obteria

je viens de LUI (dire)
mas *je viens de* SA (maison).

Ainda que se coloquem em paralelo a possibilidade de substituir um e outro *leur* por *à eux* em construções como

je LEUR *ai dit* (= *j'ai dit* A EUX)
LEUR *maison* (= la maison A EUX)[10]

manter-se-ia ainda a discordância que aparece entre as formas do singular:

je LUI *ai dit* (= *j'ai dit* A LUI)
mas SA *maison* (= la maison A LUI).

que acusam a diferença de *leur* pronome e *leur* possessivo.

10. *"à eux"* é aqui um equivalente convencional; *d'eux* seria também adequado.

Tudo concorre, então, para ilustrar esta constatação geral de que a 3.ª pessoa é fundamentalmente diferente das duas outras em seu estatuto[11], sua função e distribuição de suas formas, e que especialmente nos antônimos e os pronomes, o singular e o plural na 3.ª pessoa podem nem mesmo ser simétricos[12].

11. Cf. para uma teoria de conjunto BL 543 (1946), fasc. I, p. 1-12 (Problèmes de Linguistique Générale, I, p. 225-236.

12. Nota complementar. Na tabela 1, observar-se-á que os pronomes regimes *il, ils* das duas primeiras pessoas, quanto aos sentidos, se referem a il_1 e il_2. Foram, no entanto, dispostos sob il_2 e il_3 por simetria com a 3.ª pessoa, face à seqüência direto + indireto.

CAPÍTULO 15

a forma e o sentido na linguagem *

Sou muito grato pela honra que me concederam ao me convidarem para proferir a conferência inaugural deste Congresso. A este sentimento, mistura-se muito de inquietude face ao fato de que me dirijo aqui, ignorante em filosofia, a um conjunto de filósofos. Encontro, no entanto, algum encorajamento no fato de este congresso ter o programa que tem, de os filósofos terem julgado oportuno debater entre eles problemas da linguagem. Nas comunicações e nas discussões que ocorrerão nestes dias, a filosofia retornará assim a uma de suas fontes maiores de permanente inspiração e ao mesmo tempo serão propostas à atenção dos lingüistas, daqueles que se ocupam da linguagem como especialitas, como se diz, algumas maneiras, provavelmente diferentes, de refletir sobre a linguagem. Assim começará, tardiamente é preciso dizê-lo, uma troca que pode ser de grande valia. De minha parte, tendo cometido a imprudência de aceitar este convite para falar aqui, para justificá-la não me resta outra forma senão aumentá-la com outra imprudência, mais séria ainda, a de escolher um tema cujo enunciado parece convir mais a um filósofo do que a um lingüista: a forma e o sentido na linguagem.

Evidentemente, abordo o tema como lingüista e não como filósofo. No entanto, é necessário ver que não trago aqui qualquer coisa como o ponto de vista dos lingüistas; um tal ponto de vista que seja comum ao conjunto ou ao menos a uma maioria de lingüistas não existe. Não só não há entre os lingüistas uma doutrina reconhecida nesta matéria, mas constata-se entre muitos deles uma aversão a tais problemas e uma tendência a deixá-los fora da lingüística. Não é necessário ir muito longe: a escola do lingüista americano Bloomfield, que representa quase toda a lingüística americana e com larga influência fora dela, taxa de mentalismo o estudo do "meaning", de qualquer maneira que se traduza este termo. Esta qualificação equivale a rejeitá-la como marca pelo subjetivismo, escapando à competência do lingüista. É dos psicólogos e dos psico-fisiólogos que se espera, pensa-se, alguma luz sobre a natureza e sobre o funcionamento do sentido na língua, o lingüista não se ocupando senão do que pode ser apreendido, estudado, analisado por técnicas cada vez mais precisas e cada vez mais concretas. Hoje este interdito está levantado, mas a desconfiança persiste e, reconheçamo-lo, ela se justifica em uma certa medida pelo caráter bastante vago, fluido e mesmo inconsistente das noções que se encontram nas obras, em geral de linha bastante tradicional, que se consagram ao que se chama de semântica. De fato, as manifestações do *sentido* parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da *forma*. Dos dois termos do problema que nos ocupa aqui, não se estranhe que em geral apenas o primeiro pareça de relevo para a lingüística. Os filósofos não devem crer que um lingüista, quando aborda estes problemas, possa se apoiar num consenso e que não tenha que fazer mais do que resumir, apresentando-as um pouco em outras palavras ou simplificando-as, as idéias que seriam geralmente aceitas entre os especialistas da língua ou as idéias que se imporiam ao analista da linguagem. Quem fala aqui o faz em seu nome pessoal e propõe pontos de vista que lhe são próprios. A presente exposição é um esforço para situar e organizar estas noções gêmeas de sentido e de forma, e para analisar suas funções fora de qualquer pressuposto filosófico.

Nosso domínio será a linguagem dita ordinária, a linguagem comum, com exclusão expressa da linguagem poética, que tem suas próprias leis e suas funções próprias. A tarefa, concordarão, é ainda assim já bastante ampla. Mas tudo o que se pode esclarecer no

---

* *Le Langage II* (Sociétés de Philosophie de langue française, Actes du XIII[e] Congrès, Genève, 1966), Neuchâtel, La Baconnière, 1967, p. 29-40.

estudo da linguagem ordinária será de proveito, diretamente ou não, para a compreensão da linguagem poética também.

Numa primeira aproximação, o sentido é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores; e a forma é, do ponto de vista lingüístico (a bem dizer do ponto de vista dos lógicos), ou a matéria dos elementos lingüísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal destes elementos ao nível lingüístico relevante. Opor a forma ao sentido é uma convenção banal e os próprios termos parecem assim usados; mas se nós tentarmos reinterpretar esta oposição no funcionamento da língua integrando-a e esclarecendo-a, ela retoma toda sua força e sua necessidade; vemos então que ela contém em sua antítese o ser mesmo da linguagem, pois eis que de um só golpe ela nos coloca no centro do problema mais importante, o problema da significação. Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Tentemos enumerá-las? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*. Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar. Pela amplitude desta definição pode-se medir a importância que deve caber à significação.

Uma primeira questão surge de imediato: o que é a significação? Mas pode-se defini-la neste estágio sem correr imediatamente o risco de circularidade? Os lingüistas aceitam esta noção inteiramente, empiricamente; entre os filósofos não sei se ela foi investigada em si mesma; para dizer a verdade, este é um destes problemas imensos que por concernirem a muitas ciências, não são tomados em si por nenhuma delas. Não vejo senão os lógicos se ocuparem dele, especialmente na América, a escola de Carnap e de Quine. A bem dizer, em sua preocupação de rigor, eles descartaram toda a

tentativa de definição direta da significação; para não cair no psicologismo, eles substituíram a análise da significação pelo critério objetivo da aceitabilidade, experimentada por meio de testes, conforme os predicados sejam aceitos ou não pelo locutor. Assim, para Carnap, a significação, ou como ele prefere dizer, a intensão (oposta à extensão) de um predicado Q para um sujeito falante x é a condição geral que deve preencher um objeto y para que o sujeito falante x aceite atribuir o predicado a este objeto y. Assim, a "designação significante", o que ele chama de "significant designation", será obtida por investigação, segundo a reação positiva ou negativa do locutor, que aceitará ou não associar tal predicado a uma série de objetos variáveis. Quine não opera diretamente com o conceito de significação. Utilizando um procedimento lógico que serviu outrora a Russel para definir o nome, ele substitui significação pela relação de "*mesma* significação". A significação é então idêntica à sinonímia. Este procedimento, de que me ocuparei de outro modo aqui, pode ser justificado numa concepção estritamente positiva para eliminar toda contaminação de psicologismo. Eu não creio que seja operativo para o lingüista, que se ocupa antes de tudo da língua por si mesma; e como nós o veremos, nós não podemos nos contentar com um conceito global como aquele da significação definida em si e de uma vez por todas. O curso mesmo de nossa reflexão nos levará a particularizar esta noção, que nós entendemos de modo diferente do que o fazem os lógicos. Para retermos por um instante o que cada um compreende por significação, pode-se tomar como aceito que a linguagem é a atividade significante por excelência, a imagem mesma do que pode ser a significação; todo e qualquer modelo significativo que possamos construir será aceito na medida em que se parecer em tal ou tal de seus aspectos àquele da linguagem. Efetivamente, desde que uma atividade é concebida como representação de alguma coisa, como "significando" qualquer coisa, é-se tentado a apelar para a linguagem; fala-se assim de linguagem para diversos tipos de atividades humanas, todos o sabemos, de modo a instituir uma categoria comum aos variados modelos.

Que a linguagem significa quer dizer que a significação não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo ou, numa medida mais ampla, por uma outra atividade; é de sua própria natureza;

se ela não fosse assim, não seria nada. Mas ela tem também um outro caráter totalmente diferente, mas igualmente necessário e presente em toda língua real, ainda que subordinado ao primeiro, eu o insisto: o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido. É este duplo aspecto, inerente à linguagem, que é distintivo. Diremos, com Saussure, a título de primeira aproximação, que a língua é um sistema de signos.

É a noção de signo que, doravante, integra no estudo da língua a noção muito geral de significação. Esta definição a coloca exatamente, inteiramente? Quando Saussure introduziu a idéia de signo lingüístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ela podia ser outra coisa ao mesmo tempo, exceto no quadro da oposição bem conhecida que ele estabelece entre língua e fala. Compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante.

É necessário, de início, compreender tudo o que implica em relação às noções de que nos ocupamos aqui — a noção de sentido e a noção de forma — a doutrina saussureana do signo. Não se pode deixar de ficar admirado por ver tantos autores manipularem inocentemente este termo "signo" sem discernir o que ele contém de restrições para quem o adota e em que ele o compromete a partir daí. Dizer que a língua é feita de signos é dizer antes de tudo que *o signo é a unidade semiótica*. Esta proposição, sublinhamo-lo, não está em Saussure, talvez porque ele a consideraria como uma evidente decorrência, e nós a formulamos aqui no início do exame que estamos fazendo; ela contém uma dupla relação que é necessário explicitar: a noção de signo enquanto unidade e a noção de signo como dependente da ordem semiótica.

Toda disciplina que visa adquirir o estatuto de ciência deve inicialmente definir suas constantes e suas variáveis, suas operações e seus postulados, e antes de tudo dizer quais são suas unidades. Nas ciências da natureza, as unidades são em geral porções idênticas convencionalmente recortadas de um contínuo específico; há assim unidades quantitativas, idênticas e substituíveis, em cada disciplina da natureza. A linguagem é bem outra coisa, ela não releva do mundo físico; ela não é nem do contínuo, nem do idêntico, mas

bem ao contrário, do descontínuo e do dissemelhante. É por isso que ela não se deixa dividir mas decompor; suas unidades são elementos de base em número limitado, cada um diferente do outro, e suas unidades se agrupam para formar novas unidades, e estas por sua vez poderão formar outras ainda, de um nível cada vez superior. Ora, a unidade particular que é o signo tem por critério um limite inferior: este limite é o da *significação*; não podemos descer abaixo do signo sem perder a significação. A unidade, diremos nós, será a entidade livre, mínima em sua ordem, não decomponível em uma unidade inferior que seja ela mesma um signo livre. É então signo a unidade assim definida, dependente da consideração semiótica da língua.

Uma das teses mais importantes de Saussure é que a língua é um dos ramos de uma semiologia geral. Isto foi o infortúnio e isto será a glória de Saussure, ter descoberto o princípio da semiologia meio século antes de seu tempo. Tratando do signo lingüístico, ele abriu o caminho para uma descrição das unidades semióticas: estas devem ser caracterizadas pelo duplo ponto de vista da forma e do sentido, já que o signo, unidade bilateral por natureza, se apresenta por sua vez como significante e como significado. Gostaria de propor aqui algumas observações sobre um e outro destes dois aspectos.

O significante não é apenas uma seqüência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo. Sabe-se que toda a forma lingüística é constituída em última análise de um número restrito de unidades sonoras, chamadas fonemas; mas é preciso ver que o signo não se decompõe imediatamente em fonemas e que uma seqüência de fonemas não compõe imediatamente um signo. A análise *semiótica*, diferentemente da análise fonética, exige que introduzamos, antes do nível dos fonemas, o nível da estrutura fonemática do significante. O trabalho consiste aqui em distinguir os fonemas que fazem apenas parte, necessariamente, do inventário da língua, unidades obtidas por procedimentos e técnicas apropriadas, e aqueles que, simples ou combinados, caracterizam a estrutura formal do significante e preenchem uma função distintiva no interior desta estrutura.

Eis um ou dois exemplos, escolhidos entre os mais simples. Em latim, o final de uma forma nominal flexionada, qualquer que seja a classe de flexão, admite não importa qual das cinco vogais *a, e, i, o, u,* mas somente duas consoantes: *s* e *m,* muito raramente *r,* e ainda mais raramente *l* e nenhuma outra consoante; nenhum fonema dental ou nasal ou gutural é admitido. Esta é uma seleção operada, para constituir signos formais, no inventário de fonemas que a língua possui. Da mesma maneira, o final das formas verbais flexionadas admite somente quatro das cinco vogais: *a, e, i, o,* jamais ocorrendo *u*; as consoantes são somente três, *m, s, t* e numa função especial (médio-passiva), *r*; nenhuma outra das numerosas consoantes é admitida nesta posição. Eis um exemplo de seletividade submetida à constituição formal do significante latino. Em francês também se poderia obter um certo número de características que são sempre determinadas para a função de constituir uma parte de um significante. Assim, a vogal [ẽ], escrita *in-* (como em *invisible*), com uma variante foneticamente condicionada *in-* (como em *in-édit*), inicial de uma longa série de adjetivos, esta vogal está necessariamente nesta posição porque ela assume uma certa função em uma certa classe de signos; esta função é a função de negação.

Há assim uma série de características que se podem obter, em cada língua, pelo exame atento da estrutura formal dos significantes. Conseguimos, então, criar na análise do significante um plano distinto daquele dos fonemas, o plano dos componentes formais do significante. Esta análise pode ir mais longe; ela permite montar grandes inventários estatísticos, eles próprios exigindo um tratamento lógico e matemático. Cada língua, em sua organização, está sujeita a análises semelhantes e se obterá assim esquemas que ilustrarão a própria estrutura de cada idioma. Instauramos, então, sob a consideração semiótica, classes particulares que chamamos de semióticas, ainda que um pouco grosseiramente, para melhor delimitá-las e para as especificar em sua ordem própria: dos semiolexemas, que são os signos lexicais livres; dos semio-categoremas que são sub-signos classificatórios (prefixos, sufixos, etc.) que ligam classes inteiras de significantes, assegurando desta forma grandes unidades, superiores às unidades individuais, e por fim dos semiofonemas que não são todos os fonemas da nomenclatura corrente,

mas aqueles que, como se acabou de indicar, caracterizam a estrutura formal do significante.

Consideremos agora o significado. Como afirmamos, o signo se define como a unidade semiótica; ele é dotado de significação na comunidade daqueles que fazem uso de uma língua, e a totalidade destes signos forma a totalidade da língua.

Em semiologia, o que o signo significa não dá para ser definido. Para que um signo exista, é suficiente e necessário que ele seja aceito e que se relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos. A entidade considerada significa? A resposta é sim, ou não. Se é sim, tudo está dito e registre-se; se é não, rejeitemo-la e tudo está dito também. "Chapéu" existe? Sim. "Chaméu" existe? Não.

A questão não é mais de definir o sentido, enquanto o que releva da ordem semiótica. No plano do significado, o critério é: isto significa ou não? Significar é ter um sentido, nada mais. E este *sim* ou *não* só pode ser pronunciado por aqueles que manuseiam a língua, aqueles para os quais esta língua é *a língua* e nada mais. Nós erigimos, desta forma, a noção de uso e de compreensão da língua como um princípio de discriminação, um critério. É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe. Não há estágio intermediário; ou está na língua, ou está fora da língua, "tertium non datur". Não se objete com base nos arcaismos que subsistem no uso, embora sejam menos definíveis e oponíveis hoje. É suficiente que a palavra francesa "rez" seja constantemente ligada a "de chaussée" ("rez-de-chaussée" [= rodapé, andar térreo]) ou que "fur" esteja ligada à expressão "à mesure" ("au fur et à mesure" [= à medida que]), para que elas sejam identificadas, sendo dado que elas não se mantêm senão em grupos constantes, previsíveis e que fazem parte integrante de signos únicos.

Enunciemos então este princípio: tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz "semiótico" diz

"intralingüístico". Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa.

Daí resultam, de imediato, três conseqüências. Em primeiro lugar, em qualquer momento, em semiótica não se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e o mundo. Em segundo lugar, o signo tem sempre e somente valor genérico e conceptual. Ele não admite significado particular ou ocasional, excluindo-se tudo o que é individual, as situações de circunstâncias são como não acontecidas. Em terceiro lugar, as oposições semióticas são de tipo binário. A binaridade me parece ser a característica semiológica por excelência, na língua antes de tudo e depois em todos os sistemas de comportamento nascidos no seio da vida social e dependentes de uma análise semiológica. Enfim, deve ser entendido que os signos se dispõem sempre e somente em relação dita paradigmática. Deve-se incluir, então, na semiologia as diversas outras categorias de signos, os modelos e os esquemas segundo os quais os signos se engendram e se organizam: os paradigmas, em seu sentido tradicional (flexão, derivação, etc.). Evidentemente, aqui todas as espécies de problemas podem ser colocadas, algumas dentre elas tendo importância filosófica. Se o inventário semiótico compreende o signo "*se*" (conjunção condicional), é necessário admitir igualmente sua função particular que é a função de indução, "*se* . . . então . . .". Esta conclusão teria algum interesse, o fundamento da indução seria antes lingüístico do que lógico.

A natureza semiótica parece ser comum a todos os comportamentos que se institucionalizam na vida social, porque são entidades de dupla face, semelhantes ao signo lingüístico. E esta faculdade semiótica comum compõe, para cada conjunto, um sistema que aliás, em sua maior parte, resta ainda por estudar.

Tudo o que precede caracteriza a estrutura ou as relações do signo. Mas e a frase? Qual sua função comunicativa na língua? Afinal, é assim que nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases. Está aí, em nossa análise, um ponto crucial. Contrariamente à idéia de que a frase possa constituir um signo no sentido saussureano, ou que se possa por simples adição ou extensão do signo passar à proposi-

ção e depois aos diversos tipos de construções sintáticas, pensamos que o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas. Instauramos na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala. Parece-nos que se deve traçar, através da língua inteira, uma linha que distingue duas espécies e dois domínios do sentido e da forma, ainda que, eis ainda aí um dos paradoxos da linguagem, sejam os mesmos elementos que se encontrem em uma e outra parte, dotados, no entanto, de estatutos diferentes. Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma. Acabamos de definir uma delas: a língua como *semiótica*; é necessário justificar a segunda, que chamamos de língua como *semântica*. Esta condição essencial aparece de forma bastante clara, esperamo-lo, para que nos perdoem o emprego de termos tão semelhantes, e que nos concedam o direito de especializá-los, distinguindo "semiótico" de "semântico"; não conseguimos encontrar termos melhores para definir as duas modalidades fundamentais da função lingüística, aquela de significar para a semiótica, aquela de comunicar para a semântica.

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constrangendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por conseqüência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência.

Ora, a expressão semântica por excelência é a frase. Nós diríamos a frase em geral, sem mesmo distingui-la da proposição, para nos mantermos no essencial, a produção do discurso. Não se trata mais, desta vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar o intencionado, do que o locutor quer dizer, da atualização lingüística de seu pensamento. Do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva: todas as noções que passamos em revista retornam, mas outras e para entrar em relações novas. A

semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é *senão* particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor. Com base no quadro geral desta definição, tentemos dizer como as noções de forma e de sentido aparecem, desta vez sob o enfoque semântico.

Uma primeira constatação é que o "sentido" (na acepção semântica que acabamos de caracterizar) se realiza na e por uma forma específica, aquela do sintagma, diferentemente do semiótico que se define por uma relação de paradigma. De um lado, a substituição, de outro a conexão, tais são as operações típicas e complementares.

Em segundo lugar, temos de determinar o tipo de unidade que convém a esta estrutura formal. Viu-se que a unidade semiótica é o signo. Qual será a unidade semântica? — Simplesmente, a palavra. Depois de tanto debate e de tantas definições sobre a natureza da palavra (sobre isso escreveram-se livros inteiros), a palavra reencontra assim sua função natural, como unidade mínima da mensagem e como unidade necessária da codificação do pensamento.

O sentido da frase é de fato a *idéia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada. Uma frase participa sempre do "aqui e agora"; algumas unidades de discurso são aí unidas para traduzir uma certa idéia interessante, um certo presente de um certo locutor. Toda forma verbal, sem exceção, em qualquer idioma que seja, está sempre ligada a um certo presente, portanto a um conjunto cada vez único de circunstâncias, que a língua enuncia numa morfologia específica. Que a idéia só encontre forma num agenciamento sintagmático, esta é uma condição primeira, inerente à linguagem. O lingüista encontra-se aqui diante de um problema que lhe escapa; ele pode somente conjecturar que esta condição sempre necessária reflita uma necessidade de nossa organização cerebral. A mesma relação entre mensagem e unidades prováveis do código encontra-se nos modelos construídos pela teoria da informação.

Tentemos agora elucidar o processo pelo qual se realiza o "sentido" em semântica. Reina tanta confusão sobre este assunto, ou bem pior, tanta falta de clareza, que é necessário se cuidar para escolher bem e delimitar os termos da análise. Coloquemos como princípio que o sentido de uma frase é outra coisa diferente do sentido das palavras que a compõem. O sentido de uma frase é sua idéia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica). A partir da idéia, a cada vez particular, o locutor agencia palavras que neste emprego tem um "sentido" particular. Além disso, é necessário introduzir aqui um termo a que foi desnecessário apelar na análise semiótica: aquele do "referente", independente do sentido, e que é o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso. Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras; esta é uma experiência corrente, que mostra ser a noção de referência essencial. É desta confusão extremamente freqüente entre sentido e referência, ou entre referente e signo, que nascem tantas discussões vãs sobre o que se chama o princípio da arbitrariedade do signo. Esta distinção, que se verifica facilmente na semântica lexical, deve ser introduzida também na semântica da frase? Pensamos que sim. Se o "sentido" da frase é a idéia que ela exprime, a "referência" da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar. Na maior parte dos casos, a situação é condição única, cujo conhecimento nada pode suprir. A frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece. Ela não pode, sem contradição de termos, comportar emprego; ao contrário, as palavras que estão dispostas na cadeia e cujo sentido resulta precisa-

mente da maneira em que são combinadas não têm senão empregos. O sentido de uma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional. O que se chama de polissemia não é senão a soma institucionalizada, se pudermos falar assim, destes valores contextuais, sempre instantâneos, aptos a se enriquecer e a desaparecer, em resumo, sem permanência, sem valor constante.

Assim, tudo faz realçar o estatuto diferente da mesma entidade lexical, segundo a tomemos como signo ou como palavra. Disto resultam duas conseqüências opostas: de uma parte, dispõe-se muitas vezes de uma variedade bastante grande de expressões para enunciar, como se diz, a "mesma idéia"; há não sei quantas maneiras possíveis, em cada situação concreta e para cada locutor ou interlocutor, de convidar alguém para sentar-se, sem falar do recurso a outro sistema de comunicação que não o lingüístico, no entanto sublingüístico, do simples gesto indicando um assento. De outra parte, indo além das palavras, a idéia deve sofrer a restrição de leis de seu agenciamento; há aqui necessariamente uma mistura sutil de liberdade no enunciado da idéia e de restrição na forma deste enunciado, que é a condição de toda a atualização da linguagem. É como conseqüência de sua coaptação que as palavras contraem valores que em si mesmas elas não possuíam e que são até mesmo contraditórios com aqueles que elas possuem em outros lugares. Note-se que se coligam conceitos logicamente opostos, que até mesmo se reforçam ao se unirem. Isto é tão comum que nós nem tomamos consciência; tal o liame entre "ter" e "perder" em "eu tenho perdido", entre "ir" e "vir" em "ele vai vir", entre "dever" e "receber" em "ele deve receber". O processo da auxiliação no verbo ilustra bem esta transformação que as condições de emprego podem produzir no sentido mesmo das palavras agenciadas pela sintagmatização. Assim, o "sentido" da frase está na totalidade da idéia percebida por uma compreensão global; a "forma" se obtém pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras. Além disso, as unidades não podem mais ser dissociadas sem deixar de preencher sua função. Esta é a articulação semântica.

O sentido a transmitir, ou se se quiser, a mensagem é definida, delimitada, organizada por meio das palavras; e o sentido das palavras, por seu turno, se determina em relação ao contexto de situação. Ora, as palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico. Mas estes signos, em si mesmos conceptuais, genéricos, não circunstanciais, devem ser utilizados como "palavras" para noções sempre particulares, específicas, circunstanciais, nas acepções contingentes do discurso. Isto explica porque os signos menos delimitados no interior do repertório semiótico da língua, como "ser", "fazer", "coisa", "isto" tenham como palavras a mais alta freqüência de emprego. De mais, a conversão do pensamento em discurso se assujeita à estrutura formal do idioma considerado, isto é, à organização tipológica que, segundo a língua, faz predominar tanto o gramatical quanto o lexical. No entanto, falando grosseiramente, o fato de que se pode "dizer a mesma coisa" numa como noutra categoria de idiomas é a prova, por sua vez, da independência relativa do pensamento e ao mesmo tempo de sua modelagem estreita na estrutura lingüística.

A reflexão sobre este fato notável parece clarear a articulação teórica que nós nos esforçamos por estabelecer. Pode-se transpor o semantismo de uma língua para o de uma outra, "salva veritate"; é a possibilidade da tradução; mas não se pode transpor o semioticismo de uma língua para o de uma outra; é a impossibilidade da tradução. Atinge-se aqui a diferença entre o semiótico e o semântico.

No entanto, que a tradução se torne possível como processo global é também uma constatação essencial. Este fato revela a possibilidade que temos de nos elevarmos além da língua, de abstraí-la, de contemplá-la, ainda que utilizando-a em nossos raciocínios e em nossas observações. A faculdade metalingüística, a que os lógicos têm estato mais atentos do que os lingüistas, é a prova da situação transcendente do espírito "vis-a-vis" da língua em sua capacidade semântica.

Esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa sub-unidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma

significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo. Uma descrição distinta é então necessária para cada elemento segundo o domínio no qual está encaixado, conforme é tomado como signo ou como palavra. Em outros termos, é necessário traçar uma distinção no interior do domínio semântico entre a multiplicidade indefinida das frases possíveis, quer por sua diversidade, quer por sua possibilidade de se determinarem umas pelas outras, e o número sempre limitado, não só de lexemas utilizados como palavras, mas também dos tipos de esquemas sintáticos a que necessariamente a linguagem recorre. Este é o duplo sistema, constantemente em ação na língua, e que funciona tão velozmente, de um modo tão sutil, que exige um longo esforço de análise e um longo esforço para dele se desprender, se se quer separar o que é do domínio de um e do outro. Mas no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa.

No final desta reflexão somos reconduzidos a nosso ponto de partida, à noção de significação. E eis que se reanima em nossa memória a fala límpida e misteriosa de Heráclito, que conferia ao Senhor do oráculo de Delfos o atributo que nós colocamos no âmago mais profundo da linguagem: *Oute légei, oute kryptei, alla semaínei.* "Ela não diz nem oculta, mas ela significa".

DEBATE

Gochet — Benveniste fez uma distinção entre semiótica e semântica, ou seja, uma classificação dicotômica. Como é possível, nestas condições, situar a *oposição* geralmente reconhecida hoje, em filosofia analítica, entre a frase e o enunciado, a frase em inglês *sentece* e o enunciado: *statement*? De fato, parece que a frase pertence ao mesmo tempo a duas classes *opostas:* de um lado ela se assemelha à palavra, na medida em que ela é uma pura disponibilidade, em que ela não é necessariamente assertada, mas simplesmente apresentada, sem que exprima uma adesão daquele que a pronuncia; como no caso da frase em menção, por oposição à frase em emprego (*menção* e *uso*). De um lado, a frase (*sentence*) tem uma disponibilidade que a faz muito semelhante à palavra e parece relevar não do semântico mas do semiótico. De outro lado, a frase tem já algum caráter em comum com o que o senhor chamou efetivamente de "frase", isto é, como um enunciado único, não repetível, que está ligado ao locutor e ao quadro no qual ela é pronunciada, o que se traduz em inglês pelo termo "statement". Minha questão é:

Como é possível fazer justiça ao fato de que a frase no primeiro sentido tem já traços sintáticos, uma vez que ela não é uma simples lista de palavras? Os traços semânticos, já que não é ainda um enunciado? A frase está disponível, um pouco à maneira de uma palavra tomada em um dicionário e que ainda não foi utilizada, mas ela é já menos do que a palavra, porque ela não é uma simples lista. Ela tem já uma unidade sintática, mas não tem ainda um valor semântico bem determinado como o enunciado, o "*statement*"?

Benveniste — Isto está um pouco fora da distinção que eu tentei instituir, mas eu previa que esta distinção acarretaria mais problemas do que eu mencionei. A linguagem tem, em sua utilização, uma diversidade de empregos, de jogos, de que nós não podemos ainda sequer fazer uma idéia.

É necessário naturalmente distinguir, como o faz meu interlocutor, duas possibilidades na utilização de uma frase, e é este o fato que ele ilustrou pela distinção de "sentence" e de "statement".

Minha resposta é que, na dicotomia que propus, qualquer forma de frase não tem espaço no domínio do semiótico. Tudo é da ordem do semântico a partir do momento em que nós deixamos o domínio do signo tal como o circunscrevi aqui. Aquele que fala tem certamente a possibilidade de tomar ou não em sua conta um certo enunciado que ele articula, isto é, ou bem apresenta um enunciado de opinião, situado num "aqui e agora", ou bem procede por citação. Mas é exatamente a mesma situação que nós encontramos numa circunstância o que não fiz menção, para a palavra, quando tratamos da palavra lexical, encarada como matéria lexicológica. O

dicionário nos apresenta entidades lexicais que têm uma realidade "sui generis", que não é a realidade do emprego lingüístico. Creio que se dá o mesmo para a frase. A frase tal como eu a compreendo, enunciado de caráter necessariamente semântico, não exclui a possibilidade de produzir uma frase feita, por exemplo, para ilustrar uma regra de sintaxe, eventualmente empregá-la como tal, sem que ela possa ser considerada como um elemento de meu próprio discurso, senão na qualidade justamente de elemento citado.

Gueroult — Eu me pergunto se esta distinção entre a menção e o enunciado, que se assume, não é um pouco superficial em espécie. Quando faço uma citação, eu me escondo atrás do interlocutor que é objeto da citação. Por conseqüência, encontramo-nos diante de uma afirmação que era assumida por alguém; é um outro que eu faço me substituir. Não se vê isto como colocando, do ponto de vista filosófico, um problema diferente. Por exemplo, faço uma citação, não é evidentemente eu que falo, mas sim um interlocutor que eu introduzo em meu lugar e que, ele sim, assumiu por sua conta a frase que citei.

Gochet — Eu pensava em uma frase mencionada num exemplo de gramática, que representa aquilo que um orador *qualquer poderia* dizer. Não há então elemento assertivo, mesmo de segundo grau. Era a este gênero de menção, utilizada a título de ilustração, que eu fazia alusão para fazer aparecer a diferença entre, de um lado a frase que está lá, *disponível*, e de outro lado o enunciado assertado por um indivíduo *determinado* ou atribuído a um indivíduo *determinado* numa *citação verdadeira*. Esta frase que está lá, disponível, é já, no entanto, um conjunto estruturado, um *sintagma* e não somente um elemento da ordem paradigmática que ilustra qualquer coisa. É já uma *frase*, mas que não é *afirmada* por uma pessoa em *particular* e que não é atribuída a nenhuma pessoa em *particular*.

Benveniste — Para colocar, de fato, as coisas em seu ponto: eu deixei voluntariamente de lado (deveria tê-lo dito expressamente) toda noção de frase disponível, existente já fora do emprego

instantâneo, espontâneo, pessoal que posso fazer enquanto locutor. Isto é, praticamente, um material de enunciados fixos, sob a forma escrita, permanente, não pessoal.

Perelman — O filósofo procura sempre o contato com os especialistas das disciplinas em que ele poderia aprender alguma coisa; este é o caso da lingüística. Mas há sempre um perigo quando pessoas de disciplinas diferentes se encontram, já que suas classificações e suas visões, seus problemas sejam a tal ponto diferentes que eles podem estar na base de um grande número de mal entendidos, cada um continuando em sua disciplina. Por exemplo, quando o senhor vai além de Saussure, um filósofo que o escuta pensa, ele próprio, na história de sua própria disciplina, que elaborou progressivamente uma distinção entre sintaxe, semântica e pragmática, o conjunto sendo chamado semiótica; as mesmas palavras tendo um sentido diferente para o senhor e para ele. Se coloco a questão é para saber o que o senhor considera secundário nesta tripartição. Na pragmática intervém não só o locutor, mas também o *interlocutor*, isto é, aqueles a quem se fala, com todos os problemas que isto pode colocar. Dado que o senhor não tem senão uma dicotomia, é necessário que sua semântica englobe alguns elementos da semântica e alguns elementos da pragmática dos lógicos. Gostaria de saber em que medida suas preocupações permitem dispensá-lo desta divisão.

Gochet, em sua intervenção, distinguiu "statement" de "sentence", isto é, a frase impessoal, de seu uso num contexto determinado; mas uma vez que nós examinemos um caso concreto, não temos somente uma situação objetiva, temos todo um pano-de-fundo cultural e histórico, temos todos aqueles a que nos dirigimos, e todo um conjunto de elementos que permitem explicar a ação sobre o interlocutor, graças a essa "retaguarda" com a qual se pode agir. É por isso que eu gostaria de saber o que é posto por assim dizer em segundo plano, o que o senhor considera como secundário, contentando-se com uma dicotomia em lugar de uma divisão tripartite.

Benveniste — É útil, de fato, confrontar aqui dois usos terminológicos, porque eles não são apenas terminológicos, e implicam precisamente uma tal ou tal concepção de conjunto. Creio ser

necessário, quanto a mim (tenho a impressão que, neste caso, não sou o único entre os lingüistas), partir da língua e tentar chegar até os fundamentos que ela permite entrever. A contribuição dos lingüistas à teoria geral do conhecimento é precisamente na independência de sua abordagem, e deste modo, por sua própria conta, eles tentam elaborar este conjunto que representa a língua com sua complicação sempre crescente, a variedade de seus níveis, etc. Trata-se então de saber se a dicotomia que eu apresento é ou não conciliável (e se ela não o é, por quê?) com a tripartição que os lógicos instituíram. Se não estou enganado, a noção de sintaxe, a noção de semântica e a noção de pragmática são três ordens de noções a que os lógicos em geral aderem. Estas três noções constituem um conjunto que é articulado de modo totalmente outro que aquele que a língua em si mesma permite conceber. Em conjunto ou separadamente, elas pertencem exclusivamente ao domínio que é, na minha terminologia, aquele do semântico. De fato, o que para o lógico é sintático, isto é, a ligação entre os elementos do enunciado, releva de uma consideração que para mim é ambígua, no sentido que de uma parte o que é sintagmático para o lingüista coincide com o que se chama sintático em lógica, e que, por conseqüência, se situa no interior da ordem do semântico; mas de outra parte aos olhos do lingüista, esta ligação pode ser governada por uma necessidade puramente gramatical, que depende inteiramente da estrutura do idioma, que não é qualquer coisa de universal, que toma as formas particulares seguindo o tipo de língua considerada. Há assim não só uma certa maneira de codificar o pensamento, mas uma certa maneira de encadear os elementos do discurso, que é função do que se pode chamar de gramática. Veja como o lingüista e o lógico podem por sua vez coincidir e diferir na maneira de conceber o "sintático". O lingüista, eu creio, não vê necessidade para a distinção admitida em lógica entre a pragmática e a semântica. É importante para o lógico distinguir de um lado a relação entre a língua e as coisas, que é da ordem do semântico; e de outro lado a relação entre a língua e aqueles que a língua implica em seu jogo, aqueles que se servem da língua, que é da ordem do pragmático. Mas para um lingüista, se lhe pode ser útil recorrer a esta sub-divisão em um momento de seu estudo, em princípio uma distinção semelhante não é de imediato necessária. A partir do momento em que a língua é considerada como ação, como realização, ela supõe necessariamente um locutor e ela supõe a situação deste locutor no mundo. Estas relações são dadas em conjunto no que eu defino como a semântica.

Perelman — A sintaxe comporta mais do que o que o senhor disse, já que ela compreende também todos os signos utilizados na língua e não somente sua concatenação e as relações entre estes signos. Ela é, ao mesmo tempo, uma espécie de vocabulário e o conjunto de regras da gramática, segundo a concepção tradicional de sintaxe. De outra parte, compreendo perfeitamente que a semântica no sentido do lógico esteja em segundo plano na medida em que o lingüista não se interessa pelo problema da verdade. É evidentemente um problema filosófico e sabe-se perfeitamente que em uma certa concepção realista do discurso o problema da verdade passa para o primeiro plano, o que é uma preocupação de preferência secundária para o lingüista.

J. C. Piguet — Benveniste disse mais ou menos: "O sentido da frase é outra coisa que o sentido das palavras que a compõem; o sentido das frases é dado pela idéia, o sentido das palavras pelo seu emprego na frase". E acrescentou: "O sentido da frase equivale à totalidade da idéia, percebida semanticamente, a forma da frase ao contrário é dada pela dissociação desta totalidade em unidades semióticas ou pela composição de unidades semióticas independentes". Parece então que a semiótica e a semântica formam dois planos que dependem senão de métodos, ao menos de idéias epistemológicas ou metodológicas distintas. A semântica pressuporia um método global de apreensão do sentido. Por oposição, o método ou a direção do espírito requerido pela semiótica seria de composição ou de decomposição, portanto analítico e não global.

Minha questão é, face a isto, a seguinte: como estes dois métodos se reúnem no interior da lingüística? Como a semiótica e a semântica podem coexistir metodologicamente, se uma é do tipo analítico e a outra de tipo global não-analítico? Qual deve ser, então, finalmente o método fundamental que orienta a lingüística em seu conjunto?

Benveniste — Esta é uma questão fortemente antecipadora; toda resposta categórica suporia justamente o que eu descartei de início: que exista uma doutrina lingüística sobre este assunto. O que eu formulei são pontos de vista pessoais, são proposições que, de resto, precisam ser discutidas, precisadas, estendidas, circunscritas em todos os domínios da lingüística.

Distingo entre as unidades ditas signos da língua, tomados em si e enquanto eles significam, e a frase, onde os mesmos elementos são construídos e agenciados em vista de um enunciado particular. Concebo então duas lingüísticas distintas. Esta, é, no estágio presente de estudos, uma fase necessária desta reconstrução que somente começamos a empreender, e desta descoberta da língua, que está ainda em seu início. No estágio presente, é necessário elaborar métodos e conjuntos conceptuais distintos, estritamente apropriados a seu objeto. Acho totalmente e altamente vantajoso, para a clarificação das noções pelas quais nos interessamos, que se avance por lingüísticas diferentes, se elas devem, separadas, conquistar cada uma maior rigor, deixando para ver em seguida como elas podem se juntar e se articular.

Ricoeur — Minha intervenção será sobre dois pontos: de um lado, eu consideraria as implicações filosóficas da distinção proposta por Benveniste; de outro lado eu colocaria uma questão sobre sua eventual extensão. A distinção do semiótico e do semântico é de uma fecundidade filosófica considerável; ela permite retomar a discussão sobre o problema fundamental do fechamento do universo lingüístico. A lingüística se instaurou precisamente proclamando este fechamento e instituindo-o, separando em conseqüência a constituição interna do sistema dos signos na língua da ação da linguagem sobre a realidade. E ao mesmo tempo a lingüística criou um paradoxo, a saber, que o signo desaparece na sua função essencial que é de dizer alguma coisa. Ora, a dupla lingüística de Benveniste permite retomar o problema de forma nova; seu conceito de semântica permite restabelecer uma série de mediações entre o mundo fechado dos signos, em uma semiótica, e a ação de nossa linguagem sobre o real, enquanto semântica. Esta distinção do semiótico e do semântico vai muito além da dicotomia saussureana da língua e da

fala. Benveniste reencontra assim o problema já percebido por Meillet quando distinguia o imanente e o transcendente da língua, isto é, as relações internas à língua e sua ultrapassagem até uma outra coisa. A dupla lingüística de Benveniste permite compreender que a linguagem se constitui no fechamento do mundo dos signos e, no entanto, se ultrapassa até o que eles dizem. Ao mesmo tempo que visa a realidade ao nível da frase, Benveniste permite resolver um segundo problema, aquele da instância do sujeito em sua própria linguagem por meio do nome próprio, dos pronomes, dos demonstrativos, etc. Seria, aliás, interessante, saber como Benveniste se situa em relação a Gustave Guillaume que, ele também, se propunha a "reverter ao universo" a linguagem por meio da morfologia do discurso.

Gostaria de colocar agora a seguinte questão a Benveniste: na perspectiva que ele abriu, não seria necessário prolongar a dualidade da semiótica e da semântica até a ordem sintagmática? Não há de um lado os sintagmas que são cada instância de discurso, a cada vez circunstanciais e referidos a uma situação e a um locutor singular, e de outra parte uma "gramática" que permite tratar como uma produção auto-regulada a criação de um número infinito de frases? Desta vez, é do lado de Chomsky que seria necessário fazer a comparação e a discussão. Não é somente a palavra que pode ser abordada do ponto de vista semiótico e do ponto de vista semântico, mas também a frase. O senhor aceitaria falar de uma semiótica e de uma semântica da frase?

Benveniste — Não penso que a frase possa encontrar espaço na semiótica. O problema da frase não se coloca senão no interior do semântico, e é bem a região da língua sobre a qual incide a questão de Ricoeur. Nós constatamos que há, de um lado, empiricamente, frases e possibilidades de frases indefinidas, de outro lado algumas condições que comandam a geração de frases. Cada língua possui, sem dúvida alguma, um certo número de mecanismos, de esquemas de produção que podem ser formulados, que podem mesmo ser formalizados; é de reconhecê-los e inventariá-los que se ocupa uma certa escola de lingüistas contemporâneos. Ora, consideremos, no concreto de seus procedimentos, as operações que pra-

ticam os teóricos da gramática gerativa: observamos que eles se colocam sempre no interior de uma sintaxe real para encontrar aí razões para o que pode ser dito e o que não pode ser dito. Esta é a distinção fundamental. Eles se perguntam, por exemplo, por quais procedimentos passamos de um modo de dizer para outro? Por que procedimento podemos converter uma frase de tipo ativo, transitivo, em uma frase passiva? Por que procedimento se transforma uma proposição assertiva em uma proposição negativa? Quais são as leis que governam esta geração?

Por formais que sejam estes procedimentos, expostos sobre uma forma axiomática, matemática mesmo, eles visam em definitivo as realizações. Não deixamos de estar no semântico.

Gostaria aqui de precisar um ponto que talvez eu não tenha ressaltando suficientemente. O que deriva da necessidade idiomática, do mecanismo gramatical é algo distinto, que pertence à estrutura formal da língua e está fora do semântico e do semiótico, não sendo propriamente falando da significação.

A uma questão de um congressista relativa às relações entre lógica e semântica, Benveniste respondeu: A necessidade e a justificação que os lógicos se dão a si próprios de sua empresa é evidentemente a noção de verdade, que condiciona os procedimentos e as divisões instauradas no interior da lógica. Esta condição de conhecimento não é a condição primordial para o lingüista, que analisa o dado que é a língua e da qual tenta encontrar as leis.

Quanto ao lugar do semiótico, creio que é de uma ordem distinta, que obrigará a reorganizar o aparelho das ciências do homem. Nós estamos, de fato, no começo de uma reflexão sobre a propriedade que não é ainda definível de uma maneira integral. É uma qualidade inerente à linguagem, mas que se pode descobrir também nos domínios em que sequer se imagina que ela possa se manifestar. São conhecidas as tentativas que estão sendo feitas atualmente para organizar em noções semióticas certos dados que relevam da cultura ou da sociedade em geral. Na linguagem unifica-se esta dualidade de homem e de cultura, de homem e de sociedade, graças à propriedade de significação, de que tentamos desentranhar a natureza e o domínio.

VI

LÉXICO E CULTURA

Tradução: Ingedore G. Villaça Koch

CAPÍTULO 16

difusão de um termo de cultura: o latim orarium *

O vocabulário das línguas antigas e modernas está repleto de empréstimos que se cruzam em todos os sentidos. Muitas dessas palavras viajaram para longe de seu nascedouro, passando de uma língua a outra por meio de rodeios imprevistos, mas é muito raro que se descreva seu trajeto inteiro. Na maioria dos casos, os etimologistas retêm apenas uma porção dos dados, aqueles que interessam ao seu domínio respectivo, quando se faz necessário seguir toda a continuidade do processo e abarcar toda a extensão do campo lingüístico para estar seguro de descrever exatamente e de compreender o fenômeno de difusão.

É isto que gostaríamos de mostrar por meio de um exemplo. Tendo encontrado o resultante extremo de uma palavra de empréstimo, para esclarecê-lo tivemos de remontar até a origem primeira, que é a latina. Mas nossa exposição seguirá a ordem inversa de nossa pesquisa, e partirá do latim para definir as condições iniciais e para atingir, na sua seqüência histórica, as formas sucessivas de empréstimo, que se escalonam de Roma até o coração da Ásia.

O texto do Novo Testamento apresenta quatro exemplos da palavra *σουδάριον*, "toalha, lenço", e, muito naturalmente, a Vulgata a traduz cada vez por *sūdārium* "lenço para enxugar o suor", já que *sudarium* é o original do empréstimo grego *σουδάριον*.

* *Studia classica et orientalia Antonio Pagliaro oblata*, Istituto di Glottologia della Università di Roma, vol. I (1969); p. 213-218.

Cumpre citar estas quatro passagens. Lucas, 19, 20: *ἡ μνᾶ σου ἣν εἶχον ἀποκειμένην ἐν σουδαρίῳ* "teu semblante, que eu guardei envolvido num pano branco"; Vulg. *mna tua quam habui repositam in sudario* (armênio varšamak[1]; velho eslavo, *ubrusŭ*[2]);

Atos, 19, 12: *ὥστε καὶ ἐπὶ τοὺς ἀσθενοῦντας ἀποφέρεσθαι ἀπὸ τοῦ χρωτὸς αὐτοῦ σουδάρια ἢ σιμικίνθια* "de sorte que se aplicavam aos doentes lenços ou panos que tinham tocado sua pele (e eles eram curados)"; Vulg. *ita ut etiam super languidos deferrentur a corpore eius sudaria et semicinctia* (arm. *t'aškinak*[3] *kam varšamak*; v. sl. *ubrusŭ*);

Sempre com o mesmo sentido, a palavra é empregada numa circunstância particular em João, em duas passagens:

João, 11, 14: (ressurreição de Lázaro): *ἡ ὄψις αὐτοῦ σουδαρίῳ περιεδέδετο* "seu rosto estava coberto por um pano branco; Vulg. *facies illius sudario erat ligata* (arm. *varšamak*; v. sl. *ubrusŭ);*

João, 20, 7: (o túmulo vazio): *τὸ σουδάριον ὃ ἦν ἐπὶ τῆς κεφαλῆς αὐτοῦ* "o pano que estava sobre sua cabeça (= de Jesus)"; Vulg. *sudarium quod fuerat super caput eius* (arm. *varšamak*; v. sl. *sudarĭ*[4]).

Estas duas passagens desempenharam um papel decisivo na história lexical de *sudarium*. É a partir desta narrativa[5] que *sudarium*, que designava em geral e também aqui um pano para enxugar o suor, tomou, pelo fato de ter sido mencionado nos preparativos fu-

1. Sobre o armênio *waršamak*, emprestado do iraniano, cf. *BSL*, 53 (1958), p. 70.
2. Com o russo *ubrús* "lenço, estola", russo dial. *obrus* "toalha de mesa", do prefixo *u-* e radical do velho eslavo *brŭsnǫti* "apagar, enxugar"; cf. M. Vasmer, Russ. etym *Wb*, III, p. 170.
3. Sobre *t'aškinak*, cf. H. Hübschmann, *Arm. Gramm.*, p. 512 e o dicionário Adjariam, II, p. 1132 tão pouco conclusivos um como o outro. A origem iraniana é provável.
4. A forma do eslavo antigo *sudarĭ* (russo *sudar'* como termo eclesiástico) vem do grego σουδάριον (cf. Vasmer, *op. cit.*, 111, p. 39). Esta palavra grega passou igualmente ao siríaco sob a forma sūdārā (João, 11, 44; 20, 7); cf. S. P. Brock, *Le Muséon*, 80 (1967), p. 415-6.
5. As narrativas paralelas dos outros Evangelhos têm termos diferentes: σινδών, lat. *sindon* (Marcos 15, 46); στολή, lat. *stola* (16, 5); ὀθόνια, lat. *linteamina* (Lucas, 24, 12).

nerários quando da Ressurreição, o sentido específico de "pano que envolve a cabeça *dos mortos*", donde saiu o fr. *suaire*[6].

Mais interessante ainda, mas bem menos aparente, foi a situação de *sudarium* na tradição textual latina. Propomo-nos, justamente, trazer à luz uma particularidade que ela apresenta e as conseqüências dela resultantes.

Para João 11, 44 *ἡ ὄψις αὐτοῦ σουδαρίῳ περιεδέδετο* "seu rosto estava envolto por um lenço", a Vulgata dá, como se viu, *facies illius sudario erat ligata*, e nada parece mais natural que encontrar, aqui como em outras partes, o grego *σουδάριον* representado pelo lat. *sudarium*. Mas muito curiosamente, a mais antiga tradução latina, a *Vetus Latina* (Itala) não trazia aqui *sudarium*, mas uma palavra diferente, *orarium*, que a Vulgata baniu para substituir pelo *sudarium* do texto atual. Não se prestou muita atenção a essa discordância que é, no entanto, notável sob diversos aspectos.

Em primeiro lugar, cabe notar o fato de que o latim dispunha, para a mesma noção, de dois termos, *orarium* e *sudarium*. Se os mais antigos tradutores, tendo de traduzir *σουδάριον* de João, 11, 44, escolheram *orarium*, enquanto *sudarium* parecia impor-se ou, em todo caso, apresentava-se em primeiro lugar, esta preferência deve ter uma razão. Ela se explica, pensamos, pela situação respectiva de *sudarium* e de *orarium* no uso. Entre os dois, praticamente sinônimos, a diferença é de nível estilístico. *Sudarium* pertence à boa língua clássica (Catulo, Quintiliano); *orarium* devia ser mais comum, senão vulgar. A própria formação de *orarium* "pano branco para (enxugar) o rosto", em que o tema de *os-* substituiu *sud-*, mostra uma criação secundária de intenção expressiva. A palavra só aparece no século IV, na História Augusta, onde designa os panos que os espectadores agitavam no teatro para manifestar seu contentamento: *ipsumque primum donasse oraria populo romano quibus uteretur populus ad favorem*[7], cf. em Eusébio: *κατασείειν ταῖς ὀθονίαις ἐν τοῖς θεάτροις*[8]. Cita-se, a seguir, no início do século V, em Agostinho: *Tunc, sicut potuit, oculum lapsum atque penden-*

6. Por outro lado, *sudarium* não sobrevive em romance a não ser no dalmático *sudar* "lenço" (diminut. *sudaroli* de *sudariolum*) que conserva o sentido primeiro da palavra latina; cf. FEW, XII, p. 395.
7. Vopisco, *Aurelianus*, cap. XLVIII.
8. *Hist. eccles.* VII, citada por Leclercq, *Dict. d'arch. chrét.*, XII 2, p. 2322

tem, loco suo recovatum, ligavit orario [9]. Prudêncio, exaltando dois mártires, lembra o milagre que acompanhou sua morte: viram-se subir ao céu dois objetos, o anel de um e o lenço do outro: *illius fidem figurans nube fertur anulus, hic sui dat pignus oris, ut ferunt, orarium* [10], com figura etimológica, *orarium sui oris*. Outros exemplos da latinidade cristã, mais recentes, são citados por Rönsch [11].

Pode-se, pois, ver na escolha de *orarium* pelos primeiros tradutores dos Evangelhos para *σουδάριον* de João, 11, 44, um reflexo do uso comum, e no *sudarium* pelo qual a Vulgata o substitui, a preocupação do bem falar. É um fato da mesma ordem que a substituição de *Lauacrum* que é o primeiro termo latino para "batismo", por *baptisma* (*-mus*).

Mas a aparição de *orarium* na Itala não interessa somente à história do vocabulário latino. Ela teve externamente conseqüências que ainda não foram notadas.

A versão gótica dos Evangelhos nos foi conservada por duas das passagens, citadas mais acima, onde o grego *σουδάριον* e o latim *sudarium* se correspondem. É interessante verificar como Wulfila o traduz.

O primeiro exemplo é Lucas 19, 20 "(tua fisionomia que guardei envolvida) *ἐν σουδαρίῳ, in sudario*", em gótico: (*sa skatts þeins panei habaida galagidana*) *in fanin*. Esta palavra gótica *fana* substitui em outros lugares (Mateus, 9, 16; Marcos, 2, 21) gr. *ῥάκος*, lat. *pannus* "peça de tecido (para reparar uma vestimenta)". O tradutor tomou, pois, aqui *sudarium* não no seu sentido próprio, mas na sua acepção contextual de "pedaço de fazenda, pano (para envolver um objeto qualquer)".

9. *Civ. dei*, XXII, 8.
10. Prudêncio, *Peristeph.* I, v. 85-6.
11. Eis integralmente a informação de H. Rönsch, *Itala und Vulgata*, 1875, p. 318-9: *orarium = sudarium, linteum*, Jo. 11, 44: et facies eius *orario* [σουδαρίῳ] conligata erat, Brix. Rehd. Ambros., Corb. (ligata). — Aug. Civ. XXII-8: oculum lapsum... ligavit *orario*. — Ambros. d. Obit. fratr.: divinum illud fidelium sacra mentum ligari fecit in *orario* et *orarium* involvit collo. — Paulin. vit. Ambros. iactabat etiam turba... *oraria* vel semicinctia sua. — Prud. perist. I: hic sui dat pignus oris, ut ferunt *orarium*. — Act. Jul. Mart. c. 2 ap. Ruinart: accepit *orarium* et ligavit oculos suos. — Ac. Marcian. et. Nicandr. c. 3ib.: *orariis* oculis martyrum circumdatis. — Treb. Poll. Claud. 17. Vopisc. Aurel. 48.

O segundo exemplo gótico é, casualmente, João, 11, 44, "seu rosto estava envolvido por um pano (*σουδαρίῳ*)", a mesma passagem onde a Itala dá *orarium* e a Vulgata, *sudarium*. Está traduzido: *wlits is auralja bibundans*. O termo gótico não é mais *fani*, mas *aurali* que, como se reconheceu após muito tempo, foi tomado do latim *orarium* [12]. Constata-se, pois, uma concordância flagrante entre a visão gótica e a da Itala. Isto não pode ser mero acaso se, no próprio lugar onde esta última apresenta *orarium*, o gótico diz *aurali* para o grego *σουδάριον*. O tradutor gótico deve ter utilizado, ao lado do grego, um texto antigo latino tal como o Brixianus, que traz, efetivamente, *orarium* [13].

Seria preciso que a forma latina *ōrārium* se tivesse tornado **ǒrārium* para chegar ao gótico *aurali* [14]. O empréstimo ao latim foi feito — o que confirma o seu caráter popular — em muitos dialetos germânicos independentemente; daí decorre que as formas diferem do gótico pela flexão: Vha. *orul, orel*: ingl. ant. *orel, orl*, donde o ant. normando *url* (*an*) "véu de rosto" [15]. Esta devia ser uma palavra difundida nas províncias romanas e que os diversos povos germânicos adotaram em datas diferentes.

O destino de *orarium* se teria, sem dúvida, encerrado aí e a palavra não teria conhecido outra notoriedade se uma circunstância imprevista não lhe houvesse aberto uma nova carreira. A partir do século VI, denominou-se *orarium*, na liturgia cristã, a peça de fazenda que o diácono trazia sobre o ombro esquerdo [16] e que deveria mais tarde, por volta do século XI-XII, chamar-se *stola* "estola" [17]. Da linguagem comum, *orarium* passou, então, para o vocabu-

12. Cf. S. Feist, *Vergl. Wb. der got. Spr.*², p. 68 a.
13. Sobre a importância do Brixianus para a tradução gótica, cf. W. Streitberg, *Die Gotische Bibel*, p. XLII s.
14. M. H. Jellineck, *Gesch. der got. Sprache*, 1926, p. 183, 185.
15. E. Schwarz, *Goten, Nordgermanen, Angelsachsen*, 1951, p. 41-42.
16. Sobre o conjunto do problema do *orarium* litúrgico, o estudo de Hefele, *Beiträge zur Kirchengeschichte*, II, 1864, p. 186 s., continua sendo leitura útil. Uma forma mais recente de *orarium é orale* (cf. Du Cange) que deu em ant. fr. *orel*, sinônimo de *orier* "estola" < *orarium* (Cf. *FEW*, VII, pp. 384-5).
17. Em uma homilia de São João Crisóstomo (cf. Hefele, *op. cit.*, II, p. 186 s.), os diáconos são comparados aos anjos, e os panos leves sobre seu ombro esquerdo (λεπταὶ ὀθόναι ἐπὶ τῶν ἀριστερῶν ὤμων) às asas dos anjos.

lário eclesiástico. No sentido de "estola", era um termo novo, e a este título foi largamente definido fora do latim, em direção ao leste da Europa, depois nas línguas do cristianismo oriental. Não será inútil reagrupar os testemunhos desse fato.

A etapa decisiva foi a adoção de *orarium* em grego sob a forma *ὠράριον* "estola". É a partir do grego que o processo de difusão se realizou. A palavra foi emprestada pelo eslavo antigo *urarj* " "*ὠράριον*" " no Eucólogo sinaítico 38 b [18], donde o velho russo *urarĭ, orarĭ*, russo *orar'* "faixa estreita sobre o ombro esquerdo da vestimenta do diácono" [19]. Do grego vem também o armênio *orar, urar* "estola" [20] nos escritores eclesiásticos, assim como o georgiano *olari*, definido como uma "longa faixa de pano salpicada de cruzes que o padre oficiante coloca sobre o ombro esquerdo" [21]. Reencontramo-la no siríaco como *'ōrārā* [22], e o siríaco *'ōrārā* fornece, por sua vez, o original da palavra *sogdiana* cristã *'wrr'* que nós identificamos [23] num fragmento de um escrito sobre a simbologia dos acessórios do culto [24]. Eis a tradução da passagem sogdiana, "os dois diáconos ao pé do altar são a imagem destes anjos que são visíveis aos pés e à cabeça de Nosso Senhor. A estola (*Wrr'*) sobre o ombro esquerdo (*pr Wyšnty s'ptw ʃyq*) é para que eles mostrem que são servidores (*ʃrm'n ptγwšyt*)" [25].

Assim, *orarium* "pano de rosto, lenço", transformado em termo de liturgia com o sentido de "estola", foi veiculado até a Ásia Central [26] pelos missionários de língua siríaca, enquanto desaparecia do próprio latim. Desde a Vulgata, *orarium* foi substituído em seu sentido próprio por *sudarium*; e, mais tarde, no seu sentido litúrgico, por *stola*. Somente os empréstimos estrangeiros conservam o testemunho de sua existência.

18. "Notar-se-á a representação do ω não acentuado pelo eslavo *u*". (Meillet, *Et. sur l'étym. et le vocab. du v. slave*, p. 187).
19. Cf. M. Vasmer, *Russ. etym. Wb.*, II, p. 274.
20. H. Hübschmann, *Arm. Gramm.*, p. 369, n. 303 a.
21. No Dicionário de Tchoubinov, p. 391.
22. Exemplos em Payne Smith, *Thesaurus*, I, p. 100. A palavra não é citada senão incidentalmente em A. Schall, *Stud. über Griech. Fremdwörter im Syrischen*, 1960, p. 176 fin., 244 fin.
23. *BSL* 53 (1958), fasc. I, p. 70.
24. Ed. Hansen, *Berliner Sogdische Texte*. II, 1955, p. 903 s., II 5, 27, 28.
25. Fragmento citado II. 25 s. Para o simbolismo da estola, comparar-se-á um texto de Inocêncio III (citado por Hefele, *op. cit.*, II, p. 194): "Stola quae super amictum collo sacerdotis incumbit, oboedientiam et servitutem significat quam Dominus omnium propter salutem servorum subivit".

26. Nós apresentamos uma visão geral do vocabulário cristão em sogdiano e em turco ant. na coletânea intitulada *L'Oriente Cristiano Nella Storia Della Civiltà*. "Accad. dei Lincei", Roma, 1964, p. 85-91.

CAPÍTULO 17

gênese do termo "scientifique" *

A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma *ordem* de fenômenos, um *domínio* novo ou um modo novo de *relação* entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e a última operação de uma ciência.

Consideramos, pois, o surgimento ou a transformação dos termos essenciais de uma ciência como os acontecimentos mais importantes de sua evolução. Todos os trajetos do pensamento são demarcados por esses termos que revivem progressos decisivos e que, incorporados à ciência, vão suscitar, por sua vez, novos conceitos. Isto porque, sendo por natureza invenções, eles estimulam a inventividade. Entretanto, a história da ciência não atribui o justo lugar a essas criações, que passam a interessar tão somente aos lexicógrafos.

* *L'Age de la Science*, Aix, II (1969), n.º I, p. 3-7.

Mas é preciso ainda distinguir. Nomes de matérias, de corpos novos — como aparecem constantemente em química — têm um interesse de nomenclatura, mas limitado à especialidade, e, além disso, por serem freqüentemente inventados de imediato ou por associação arbitrária, representam o extremo de particularidade. Os termos instrutivos são aqueles que se atribuem a um conceito novo designado a partir de uma noção teórica (*civilização, evolução, transformismo, informação*, etc.), mas também aqueles que, derivados de uma noção anterior, lhe acrescentam uma determinação nova.

Dentre estes, propomo-nos estudar aqui um exemplo típico, o de um adjetivo tão usual que ninguém procura o seu começo, e tão necessário que não se imagina mesmo que ele tenha necessitado começar; é o adjetivo *científico*. Ele parece dado com a própria noção de *ciência*, da qual, instintivamente, dir-se-ia que é contemporâneo e imediatamente derivado. Mas a aparência nos engana, tanto quanto à relação com o termo de base, como quanto ao conceito que ele introduz.

Entre *science* [*ciência*] e *scientifique* [*científico*] a relação de derivação formal não é clara nem usual. Os adjetivos extraídos de termos notáveis nas grandes províncias da ciência são geralmente terminados em *ique* [*-ico*] (do tipo *esfera*: *esférico*; *átomo*: *atômico*) ou, por via erudita, em *-al* [*al*] (*espaço* — *espacial;* fr. *genre* — *général*). Nada impediria a criação de um adjetivo como **scientique* [**ciêntico*] ou **sciential* [**ciencial*]; teria sido mesmo a forma mais natural, a que se apresentava de imediato. À generalidade do conceito de *ciência* teria respondido um derivado de classe mais geral. Assim procederam, por sua conta, as línguas modernas que, fora da tradição latina, tiveram de criar tal adjetivo. De *Wissenschaft* "ciência", o alemão tirou *Wissenschaftlich*: de *nauka "ciência"*, o russo fez *naučnyj*. Nos dois casos, o adjetivo fez uso de uma forma sufixal, *-lich* em alemão, *-nyj* em russo, de função bem ampla e, portanto, de fraca especificidade.

Totalmente contrária é a relação entre *scientifique* [*científico*] e *science* [*ciência*]. Este tipo de adjetivo derivado em *-fique* [*-fico*], a partir de um substantivo abstrato, não tem outro representante, em francês [português], senão, precisamente *scientifique* [*cientí-*

fico], e *scientifique* encontra-se numa situação singular em vista da formação de que provém. Se excetuarmos certo número de formas que se tornaram inanalisáveis (prolifique), os derivados em *-fique* [*fico*] não são jamais simples adjetivos de relação, como o é *scientifique* [*científico*] com relação a *science* [*ciência*]. Eles revelam uma função "factitiva" muito pronunciada: *calorífico, frigorífico, soporífico* "que produz calor, frio, sono", *pacífico* "que traz paz", *honorífico* "que promove a honra". Colocado nesta série a qual ele certamente pertence, *scientifique* [*científico*] significará, propriamente, não "de ciência", mas "que faz ciência". É o que observa com razão Lalande:

Scientifique [*Científico*]. Propriamente, que serve para construir a ciência. De ordinário e mais largamente: que concerne à ciência ou que pertence à ciência [1].

Mas nenhuma interpretação é dada deste sentido próprio, e não se discerne por que *science* [*ciência*] — e somente *science* — teria recebido como adjetivo um derivado em *-fique* [*-fico*], significando antes "que faz (a ciência)", do que um simples adjetivo de relação, fácil de formar com um dos sufixos usuais.

Já Littré havia pressentido este problema quando, indicando a etimologia de *scientifique* [*científico*] por "lat. *scientia, ciência*, e *facere*, "fazer", observava:

"Esta palavra, que parece ter sido criada no século XIV, significa: que faz ciência, e é também o sentido que tem em Oresme [2]. Mas com o sentido que lhe damos, seria melhor com o final *al* ou *aire*: *sciential* ou *scientiaire*" [3].

Donde vem, então, que a língua tenha feito essa escolha singular, abandonando a via que se oferecia de uma derivação normal, aquela que indica Littré?

Estamos diante de um caso particular, que parece escapar da norma e do qual nenhuma razão geral é capaz de dar conta.

1. Lalande, *Vocabulaire de philosophie*, S. V. *Scientifique*.
2. Citações do século XIV em Littré: "De ces parties une est scientifique ou spéculative, l'autre est raciocinative ou pratique, Oresme, *Eth.* 171. Et pour ce aussi que la proposition singulière laquele est le derrenier terme en ceste pratique, n'est pas universelle ne scientifique, c'est-à-dire que de elle n'est pas science. Id. 199".
3. Littré, *Dictionnaire*, art. *scientifique*, final.

É preciso, pois, examinar as condições de fato que produziram este adjetivo. Contrariamente ao que acreditava Littré, *scientifique* [*científico*], não foi formado em francês [português]. Como todos os adjetivos em *-fique* [*-fico*], ele vem do latim, onde a classe dos compostos em *-ficus* "que faz", bem estabelecida desde a língua clássica (*bene-ficus* "que faz bem", *honori-ficus* "que faz honra") permaneceu produtiva até o baixo Império [4].

De fato, *scientificus* data do período tardio do latim [5]. Aparece pela primeira vez no VI século de nossa era. É já um fato digno de nota que um tal intervalo separa *scientia*, que é usual entre os melhores autores clássicos, de *scientificus*, nascido sete séculos depois. Dir-se-ia que a noção denominada *scientia* permaneceu inerte durante longo tempo — mal definida, movediça, representando, conforme os casos, um "saber", um "conhecimento", uma "arte", uma "técnica", até vir a atingir muito mais tarde o estado de *"ciência"*. E a criação de *scientificus* no século VI parece confirmar a emergência do conceito de "ciência" nesta época. Mas a que necessidade obedece a forma própria do adjetivo? Aqui é preciso reportar-se ao autor que criou *scientificus, Boécio*.

É a Boécio que se deve a invenção deste termo, que iria tornar-se a qualificação necessária de toda "ciência". Entretanto não se tratou apenas de um neologismo que fosse suficiente registrar [6],

4. Sobre estes compostos, cf. F. Bader, *La formation des composés nominaux du Latin* (Annales littéraires de l'Université de Besançon, vol. 46), Paris, 1962, p. 207-221.
5. Na obra já citada de F. Bader, *scientificus* figura no fim do parágrafo 250 entre os adjetivos em *-ficus*, indicando simplesmente "que é relativo a...". Mostra-se adiante que não é este o sentido original.
6. Os dicionários etimológicos do francês (Bloch-Wartburg, Dauzat) reportam realmente *scientificus* a Boécio, mas sem nenhuma outra precisão, como aliás, também os dicionários latinos.

P. Zumthor, em Wartburg, *Französisches Etymologisches Wörterbuch*, XI, 1961, p. 309 b e 310 b, discorre utilmente sobre a evolução do sentido de *scientifique* em francês, o que nos dispensa de voltar a isso, mas ele nada diz sobre a formação do lat. *scientificus*. Battisti-Alessio, *Dizionario etimológico italiano*, V, 1966, p. 3398, s.v. *Scientifico* indicam somente: "lat. tardo (Boezio) *scientificus* da *sciens-entis* (scire) sul modello di *beneficus maleficus munificus* ecc.". Menos explicitamente ainda, Corominas, *Diccionário crítico etimológico de la lengua castellana*, I (1954), p. 791 b: "científico... del lat. tardio *scientificus*".

simplificando-se as coisas ao estabelecer um liame linear, do latim *scientificus* ao francês [português] *scientifique* [*científico*]: de um lado, *scientificus* em Boécio não significa "científico" no sentido em que nós o entendemos; de outro, *scientificus* não é o único derivado de *scientia* forjado por Boécio. Ele criou também o adjetivo *scientialis*. É, portanto, uma dupla relação que se deve elucidar, a de *scientificus* com *scientia*, e a de *scientificus* com *scientialis*, observando-as, uma e outra, em sua própria origem.

Boécio não produziu *scientificus* em seus escritos originais em seguida a uma reflexão pessoal sobre a ciência; ele forjou a palavra por necessidades de sua tradução de Aristóteles. Nesta tarefa, ele precisou largamente inventar os equivalentes latinos de um vocabulário técnico que o próprio Aristóteles havia, em grande parte, inventado em grego. O adjetivo *científico* aparece diversas vezes na versão das *Segundas Analíticas*, notadamente nesta passagem crucial (I, cap. 2, 71 b 18)[7]:

> *ἀπόδειξιν δὲ λέγω συλλογισμὸν ἐπιοτημονικόν. ἐπιστημονικὸν δὲ λέγω. . . καθ' ὃν τῷ ἔχειν αὐτὸν ἐπιστάμεθα' . . .συλλογισμὸς μεν γάρ ἔσται καὶ ἄνευ τούτων, ἀπόδειξις δ' οὐκ ἔσται. οὐ γὰρ ποιήσει ἐπιστήμην.*

"Por *demonstração* entendo o silogismo científico, e chamo *científico* um silogismo cuja possessão mesma constitui ciência para nós... Um silogismo pode seguramente existir sem estas condições, mas não será uma demonstração, pois não será produtor de ciência"[8].

Boécio traduz[9]:

"Demonstrationem autem dico syllogismum epistemonicon id est facientem scire, sed epistemonicon dico secundum quem (in habendo ipsum) scimus... et sine his demonstratio autem non erit, no enim faciet scientiam".

Toda a articulação do raciocínio e a escolha dos termos latinos se elucidam juntas na versão de Boécio. Ele coloca a expressão em acusativo *συλλογισμὸν ἐπιστημονικόν* transcrevendo-a por *syllogismum epistemonicon*, mas ajunta a glosa: *id est facientem scire* "(silogismo epistemônico), isto é, que faz saber", utilizando antecipadamente a definição que Aristóteles dá algumas linhas abaixo: o silogismo será uma demonstração visto que "produzirá ciência", *ποιήσει ἐπιστήμην*, *faciet scientiam*. Temos aqui, nesta qualidade de "produzir ciência, *scientiam facere*", o critério e a fórmula mesma que fazem reconhecer uma demonstração *"scienti-fique"* ["cientí-fica"] e um pouco mais adiante, quando Aristóteles irá tratar dos *ἐπιστημονικαὶ ἀποδεῖξεις* (75 a 30) Boécio dirá com toda naturalidade *scientificæ demonstrationes*[10]. A equivalência está encontrada e o termo fixado daí por diante.

Citemos ainda nos *Tópicos*.

> *Ἁπλῶς μὲν οὖν βέλτιον τὸ διὰ τῶν προτέρων τὰ ὕστερα πειρᾶσθαι γνωρίζειν ἐπιστημονικότερον γὰρ τὸ τοιοῦτόν ἐστι* (141 *b* 16).

"Em sentido absoluto é, portanto, preferível esforçar-se por fazer conhecer as coisas posteriores pelas coisas anteriores, pois tal procedimento é produtor do saber"[11].

Em Boécio:

"Simpliciter igitur melius per priora posteriora tentare cognoscere, nam magis *scientificum* tale est"[12].

No mesmo tratado, *οἱ ἐπιστημονικοὶ συλλογισμοί* (155 b 15) é traduzido por *scientifici syllogismi*[13].

Parece, pois, que Boécio forjou *scientificus* para traduzir o termo aristotélico *ἐπιστημονικός*, e que emprega sempre este adjetivo *scientificus* na plenitude do sentido etimológico: "que *pro-*

---

7. Para este texto de Aristóteles, a edição utilizada é a de W. D. Ross e L. Minio Palluello (Oxford, 1964), cuja introdução (p. VI) fala sobre a história da tradução latina das Segundas Analíticas e dá (p. X s.) referências ao *Aristoteles Latinus*.
8. Trad. J. Tricot, *Organon IV, Les Secondes Analytiques*, éd. 1966, p. 8.
9. Boécio, *Posteriorum Analyticorum Aristotelis Interpretatio* I, cap. 2, ed. Migne, *Patrologie Grecque*, t. 64, p. 714.
10. Ibid., p. 720.
11. Trad. Tricot, *Organon* V, *Les Topiques*, éd. 1950, p. 236.
12. Boécio, *loc. cit.*, p. 973.
13. Boécio, *loc. cit.*, p. 993.

duz o saber". Os contextos das passagens citadas não deixam dúvida sobre este valor que, só ele, pode explicar a formação do neologismo.

É tanto mais interessante salientar que Boécio dá uma tradução diferente do mesmo termo aristotélico ἐπιστημονικός em uma passagem das Segundas Analíticas (77 a 38) onde ἐρώτημα ἐπιστημονικόν é traduzido por *interrogatio scientialis.* Eis ainda uma criação de Boécio. Ele julgou necessário introduzir aqui um derivado distinto e novo, *scientialis*; é que, realmente Aristóteles entende aqui por ἐρώτημα ἐπιστημονικόν uma pergunta *que recai sobre a ciência*, como prova a seqüência (ἐρώτημα γεωμετρικόν, ἰατρικόν "pergunta que recai sobre a geometria, sobre a medicina") e não "*que cria* a ciência". Boécio, portanto, distinguiu duas acepções de ἐπιστημονικός: 1.º "próprio à ciência", que traduz por *scientialis*, e 2.º "que produz a ciência", que exprime por *scientificus.* O termo grego ἐπιστημονικός, era, ele mesmo, um neologismo criado por Aristóteles sobre o tema de ἐπιστήμων "que possui o conhecimento científico" (cf. Segundas Analíticas 74 b 28) para servir de adjetivo a ἐπιστήμη [14]. Ele dá lugar, em Boécio, a uma dupla definição, cada uma exigindo um termo distinto e novo. Mas *scientialis* não sobreviveu [15]. Só *scientificus* se generalizou, seja por razões doutrinais, seja por causa de sua maior expressividade, e, passando às línguas modernas do Ocidente, tornou-se um instrumento conceitual inseparável da noção de ciência e da própria ciência.

14. Para a formação, comparem-se os adjetivos ἡγεμονικός, γνωμονικός, μνημονικός.
15. Ele forneceu ao francês o adjetivo *sciential* que Littré, com um senso adequado da derivação, julgava mais apropriado que *scientifique* no uso moderno.

CAPÍTULO 18

a blasfemia e a eufemia * **

Blasfemia e eufemia: avançamos estes neologismos para associar, na unidade de sua manifestação, dois conceitos que não se tem o hábito de estudar conjuntamente, e para apresentá-los como atividades simétricas. Nós vemos na blasfemia e na eufemia as duas forças opostas cuja ação conjunta produz a *imprecação.*

Consideramos aqui a imprecação como a expressão blasfêmica por excelência, inteiramente distinta da blasfêmia como asserção difamante relativamente à religião ou à divindade (assim a "blasfêmia" de Jesus proclamando-se filho de Deus, Marcos 14, 64). A imprecação pertence sem dúvida à linguagem, mas constitui sozinha uma classe de expressões típicas com as quais o lingüista não sabe o que fazer e que, geralmente, remete ao léxico ou à fraseologia. Por esta razão, não se retém da imprecação senão os aspectos pitorescos, anedóticos, sem prender-se à motivação profunda nem às formas específicas da expressão.

Nas línguas ocidentais, o léxico da imprecação ou, se se preferir, o repertório das locuções blasfêmicas, tem sua origem e encontra sua unidade numa característica singular: ele procede da

* *Archivio di Filosofia* ("L'analyse du langage théologique. Le nom de Dieu". Atas do colóquio organizado pelo Centro Internacional de Estudos Humanistas e pelo Instituto de Estudos Filosóficos de Roma, Roma, 5-11 de Janeiro de 1966), dirigido por Enrico Castelli, Roma, 1969, 71-75.

** Traduzimos *blasphémie* por *blasfemia*, palavras inexistentes em francês e português, e traduzimos *euphémie*, não existente em francês, por *eufemia*, palavra pouco usada em português. Aqui *eufemia* tem o sentido atribuído a *euphémie* por Benveniste (N. do T.).

necessidade de violar a interdição bíblica de pronunciar o nome de Deus. A blasfemia é de ponta a ponta um processo de fala; ela consiste, de uma certa maneira, em substituir o nome de Deus por sua injúria.

É preciso prestar atenção à natureza desta interdição que recai não sobre o "dizer alguma coisa", que seria uma opinião, mas sobre o "pronunciar um nome", que é pura articulação vocal. É propriamente o saber lingüístico: certa palavra ou nome não deve passar pela boca. Ela é simplesmente suprimida do registro da língua, apagada do uso, não deve mais existir. Entretanto, é esta uma condição paradoxal do tabu, este nome deve ao mesmo tempo continuar a existir enquanto interdito. É assim, enquanto existente-interdito, que se deve igualmente estabelecer o nome divino, mas, do princípio ao fim, a proibição se acompanha das mais severas sanções, e é acolhida entre povos que ignoram a prática do tabu aplicada ao nome dos mortos. Isto sublinha mais fortemente ainda o caráter singular deste interdito do nome divino.

Para compreendê-lo e, portanto, para melhor verificar os poderes da blasfemia, deve-se fazer referência à análise que Freud apresentou do tabu. "O tabu, diz ele, é uma proibição muito antiga, imposta de fora (por uma autoridade) e dirigida contra os desejos mais intensos do homem. A tendência a transgredi-la persiste em seu inconsciente, os homens que obedecem ao tabu são ambivalentes em relação ao tabu". De modo semelhante, o interdito do nome de Deus refreia um dos desejos mais intensos do homem: o de profanar o sagrado. Por si mesmo, o sagrado inspira condutas ambivalentes, nós o sabemos. A tradição religiosa não quis reter senão o sagrado divino e excluir o sagrado maldito. A blasfemia, à sua maneira, pretende restabelecer esta totalidade, profanando o próprio nome de Deus. Blasfema-se o *nome* de Deus, pois tudo o que se possui de Deus é o seu *nome*. É só por aí que se pode atingi-lo, para comovê-lo ou para feri-lo: pronunciando seu nome.

Fora do culto, a sociedade exige que o nome de Deus seja invocado em uma circunstância solene, que é o juramento. Pois o juramento é um *sacramentum*, um apelo ao Deus, testemunha suprema da verdade, e uma devoção ao castigo divino em caso de mentira ou de perjúrio. É o compromisso mais grave que o homem pode contratar e a falta mais grave que pode cometer, pois o perjuro depende não da justiça dos homens, mas da sanção divina. Assim, o nome de Deus deve figurar na fórmula do juramento.

Na blasfemia também o nome de Deus deve aparecer, pois a blasfemia como o juramento, toma Deus por testemunha. A imprecação é bem um juramento, mas um juramento de ultraje. O que a caracteriza de modo particular liga-se a um certo número de condições que se devem cumprir sucessivamente.

A principal consiste na própria forma de expressão blasfêmica. Abordamos aqui o domínio da expressão emocional, tão pouco explorada ainda, que tem suas regras, sua sintaxe, sua elocução. A blasfemia se manifesta como *exclamação*, ela tem a sintaxe das interjeições, das quais constitui a variedade mais típica; ela utiliza apenas formas significantes, diferentemente das interjeições-onomatopéias, que são gritos (*Oh! Ai! Eh*!), e se manifesta em circunstâncias específicas.

É preciso dar força plena ao termo "exclamação", quando se estudar o fenômeno lingüístico da blasfemia. O Dictionnaire Général define a exclamação: "grito, palavras bruscas que se deixam escapar para exprimir um sentimento vivo e súbito". A imprecação é bem uma palavra que se "deixa escapar" sob a pressão de um sentimento brusco e violento, impaciência, furor, desventura. Mas esta palavra não é comunicativa, é somente expressiva, ainda que tenha um sentido. A fórmula pronunciada em blasfemia não se refere a nenhuma situação objetiva em particular; a mesma imprecação é proferida em circunstâncias totalmente diversas. Ela não exprime senão a intensidade de uma reação às circunstâncias. Ela não se refere também ao parceiro ou à terceira pessoa. Ela não transmite nenhuma mensagem, ela não abre diálogo, não suscita resposta, a presença de um interlocutor nem mesmo é necessária. Ela não descreve também aquele que a emite. Este se trai mais do que se revela. A imprecação lhe escapa, é uma *descarga emotiva.* No entanto, esta descarga se realiza em fórmulas fixas, inteligíveis e descritíveis.

A forma de base é a exclamação "nom de Dieu!" ["nome de Deus!"], isto é, a expressão mesma do interdito, e costuma-se reforçá-la com o epíteto que vai sublinhar a transgressão: "*sacré* nom de Dieu!" ["*sagrado* nome de Deus!"], exorcismo invertido em que "Deus" pode ser substituído por um de seus paredros "Madona,

Virgem", etc. É bem o "juramento vil" ["vilain serment"] de que falam os cronistas da Idade Média. Acentua-se a intenção ultrajante acoplando ao nome divino uma invectiva, substituindo ao "nome" o "corpo" ou algum de seus órgãos, ou a sua "morte", reduplicando a expressão (tipo: "bon Dieu de bon Dieu!" ["bom Deus de bom Deus!"]), cada uma destas variedades dando lugar a numerosas variantes e permitindo criações injuriosas ou burlescas, mas sempre dentro do mesmo modelo sintático. Um outro procedimento consiste em invocar nomeadamente o anti-Deus, o Diabo, pela exclamação "Diabo!". A necessidade de transgredir o interdito, profundamente dissimulada no inconsciente, encontra saída, numa jaculação brutal, arrancada pela intensidade do sentimento, e que se realiza achincalhando o divino.

Mas esta exclamação suscita imediatamente uma censura. A blasfemia suscita uma eufemia. Percebe-se agora como os dois movimentos se ligam. A eufemia não refreia a blasfemia, ela a corrige na sua expressão de fala e a desarma enquanto imprecação. Ela conserva o quadro locucional da blasfemia, mas introduz três espécies de modificações:

1.ª a substiuição do nome de "Deus" por qualquer termo inocente: ("*nom d'une pipe*!" ["*nome de um cachimbo*!"], ("*nom d'un petit bonhomme*!" ["*nome de um homenzinho*!"]) ou ("*bon sang*!" ["*bom sangue*!"]); [1]

2.ª a mutilação do vocábulo "Dieu" ["Deus"] por aférese da final "*par Dieu*! > *pardi*!" ou a substituição de uma mesma assonância: "*parbleu*!";

3.ª a criação de uma forma de non-sense no lugar da expressão blasfêmica: "*par le sang de Dieu*!" transforma-se em "*palsambleu*!", "*je renie Dieu*!" torna-se "*jarnibleu*!".

A blasfemia subsiste, pois, mas é mascarada pela eufemia que lhe subtrai a realidade fêmica, portanto sua eficácia sêmica, tornando-a literalmente destituída de sentido. Assim anulada, a blasfemia faz alusão a uma profanação de linguagem sem realizá-la e preenche sua função psíquica, mas desviando-a e disfarçando-a.

1. A tradução em português não guarda, neste caso, o sentido do uso das expressões francesas (N. do T.).

CAPÍTULO 19

como se formou uma diferenciação lexical em francês *

Constitui um fato de observação que dois signos de forma muito próxima podem não ter relação associativa porque seus significados permanecem distintos. Se houver, porém, razões para pensar que estes dois signos pertencem realmente à mesma família, coloca-se a questão de saber que fatores os dissociaram e como se realizou esta nova delimitação, que não pode deixar, por sua vez, de deslocar outros signos.

Tal é o problema teórico em torno do qual se organizará a análise aqui apresentada de um dado lexical do francês. No ponto de partida, há uma observação fortuita. Nossa atenção foi despertada, e depois retida, pela semelhança que apresentam dois signos não obstante distintos do francês: o verbo *amenuiser* e o substantivo *menuisier*. Tanto quanto a relação formal é clara e cerrada, tanto é incerta a de sentido. *Amenuiser* é "tornar mais diminuto" [rendre plus menu]; um *menuisier* é um "obreiro que trabalha a madeira". Haverá alguma relação? Sem dúvida, o "sentimento lingüístico" experimentará antes uma ausência de relação. Pode-se conjeturar muito vagamente que o ponto de aproximação seja o adjetivo *menu*, mas nada no uso atual aproxima *menuisier* de *menu*, e é certo que não associará espontaneamente, mas, pelo contrário, se será levado a dissociar estas unidades lexicais uma da outra.

* *Cahiers Ferdinand de Saussure*, Genebra, Droz n.º 22 (1966), p. 15-28.

O problema consiste, pois, em verificar em que nível da língua esta relação pode ser restaurada, e depois como e porque ela foi rompida. Não se trata de um estudo histórico no sentido tradicional do termo, mas de uma análise descritiva de uma relação observada em diversos estados sucessivos de uma evolução lingüística.

Efetivamente, a partir do momento em que se trata de uma relação entre signos, o campo de estudo é sincrônico, e quando esta relação é uma variável, passa-se de uma sincronia a outra. É preciso, pois, delimitar estas sincronias, sem preocupação com as compartimentações históricas, na continuidade lingüística da qual o francês representa a fase atual.

Primeiramente, ter-se-á a tentação de procurar no antigo francês o liame que reuniria *amenuiser* e *menuisier.* Mas estes dois termos parecem, ao contrário, divergir aí ainda mais, já que, em francês antigo, (a) *menuiser* significa "reduzir a poeira" e *menuisier* se diz de artesãos em diversas matérias e não apenas em madeira [1]. A diferença já existe, ela é somente articulada de outra maneira.

É preciso, pois, procurar as coisas mais além, no estágio do latim, descrever o dado de base que é o adjetivo *minutus*, depois a relação deste adjetivo com seus derivados, e construir assim o modelo ao qual se irá comparar, em seguida, o estado desta relação em francês. Esta descrição dos fatos latinos deverá fazer aparecer os traços distintivos da noção. Nunca serão excessivas todas as determinações para definir um signo.

* * *

Não há necessidade de nos determos sobre a forma *minutus*, em relação a *minuo* "diminuir": é aquela, inteiramente normal, de um particípio passivo. O valor de particípio é igualmente claro num exemplo como este: "consul alter equestri proelio uno et vulnere suo *minutus* ("diminuído, enfraquecido")[2]".

O que produziu uma mudança nos valores semânticos de *minutus* e de seus derivados foi sua mudança de estatuto: de particípio,

1. Os dados serão citados mais adiante, p. 273.
2. Liv. XXI, 52, 2.

ele tornou-se adjetivo, e tomou o sentido aproximado de "*menu*". Tudo partiu daí; é desta passagem de uma função a outra, distanciando *minutus* de sua pertença verbal, que resultam os novos traços que compõem sua definição lexical. Cumpre depreendê-los [3].

Uma primeira particularidade, que não foi assinalada, na função de adjetivo que *minutus* assume, é como o prolongamento de sua origem participial. Pelo fato de o particípio *minutus* enunciar um estado resultante de um processo transitivo, e de o processo denotado por *minuo* consistir em uma mudança gradual ("diminuir" é "tornar menor"), o adjetivo *minutus* enuncia a qualificação como relativa e opositiva. Não indica uma propriedade em estado absoluto, e não serve de substituto popular a *parvus* "pequeno" [4]. Entende-se por *minutus* aquilo que é "*mais* reduzido em volume (que o estado normal)". Isto resulta da própria sintaxe dos empregos antigos, em que freqüentemente *minutus* é empregado quer estando ele mesmo no comparativo ou no superlativo, em ligação ou em oposição com um adjetivo comparativo, quer encontrando-se geralmente num contexto que sugere certo valor comparativo, por exemplo com diminutivos. Eis alguns exemplos que pertencem a diversas fases da língua:

— Si venisses Capuam, quod et *pueros minutos* vides libenter et *maiores* animadvertere non vis. . . [5] "tu gostas de ver os meninos pequenos, os maiores não te interessam";
— *pisciculos minutos* aggerebant frequenter ut a *maioribus* absumerentur [6];

3. Não fazemos aqui um estudo filológico. No rico material oferecido pelo artigo *minutus* do *Thesaurus liguae latinae* (VIII, p. 1038 s.), escolhemos algumas citações características. Outras nos foram fornecidas por nossas próprias leituras.
4. Como o diz Ernout-Meillet, p. 405 a. Houve algumas substituições de *minutus a parvus*, mas somente em sentido figurado, e Cícero as condena: Abutimur saepe verbo, ut cum *grandem* orationem pro magna, *minutum* animum pro parvo dicimus" (in *Orat.* 27).
5. Fragmento de uma Epístola Latina de Varrão ap. Nonius 141, 13. O sentido foi elucidado por H. Dahlmann, *Museum Helveticum* VII (1950), p. 211 s., que remete a Suetônio *Aug.* 83 *ludebat cum pueris minutis*, e faz uma observação justa, mas sumária e incompleta sobre a oposição *minutus/maior*.
6. Varrão, R. R. III, 17, 6.

— forma esse oportet magnitudine media. Quod *nec vastas nec minutas,* decet esse equas[7] (o contraste com *media* mostra que *vastas* e *minutas* indicam o excesso das qualidades contrárias);

— Di me omnes *magni minutique* et etiam patellarii... faxint...[8];

— Unus tibi hic dum propitius sit Jupiter, tu istos *minutos* caue deos flocci feceris "provido somente este Júpiter que aqui está (= eu) te seja propício, ri-te como de um azar destes deuses subalternos[9]. A que o outro responde: "Sed tandem si tu Juppiter sis mortuus, cum ad deos *minoris* redierit regnum tuum, quis mihi subveniet tergo..."[10] "suponhamos que tu, meu Júpiter, acabes por morrer, quando teu reino tiver retornado aos deuses inferiores, quem é que protegerá minhas costas...?" indicando a equação *minutos* = *minor;*

— *curculiunculos minutos* fabulare "tu não me ofereces senão minúsculos gorgulhozinhos" (vale dizer: três vezes nada)[11]; ligação entre *minutus* e o diminutivo;

— euge, litteras *minutas!* ... Verum qui satis videat, *grandes* satis sunt "Ah! que minúscula letra!... Para quem tem bons olhos ela é suficientemente grande"[12];

— nutricas *pueros infantes minutulos* ut domi procurent[13];

— *pisciculos minutos*[14];

— ossa uidelicet e *pauxillis* atque *minutis*/ossibus hic, et de *pauxillis* atque *minutis*/uisceribus uiscus gigni "(ele ensina) que os ossos são formados de ossos infinitamente pequenos e diminutos; a carne, de carnes infinitamente pequenas e diminutas"[15];

— multis partibus hic (sc. aer) est *mobilior,* multisque *minutior,* et *mage pollens* (opp. *aer crassior*)[16];

7. Varrão, *op. cit.*, II, 7, 4.
8. Plauto, *Cist.*, 522.
9. Plauto, *Cas.* 331 s.
10. *Ibid.* 335, trad. Ernout.
11. Plauto, *Rud.* 1325.
12. Plauto, *Bacch*, 991.
13. Plauto, *Poen*, prol. 28. Aí estão todos os exemplos de *minutus* em Plauto.
14. Terêncio, *Andr.* 369.
15. Lucrécio I 835-7, trad. Ernout.
16. Lucrécio IV, 318.

— aer... dispergitur ad *partis* ita *quasque minutas corporis*[17] "o ar se expande até nas partes mais diminutas do corpo" (= superlativo);

— ... ne laneum *latusculum* manusque *mollicellas* ... tibi flagela *conscribillent*... uelut *minuta* magno deprensa nauis in mari... (*minuta* é colocado pelo contexto na classe de um diminutivo);

— salem non *nimium minutum* aspergito[19];

— napi quoque, sed integri: si *minuti* sint, *maiores* etiam insecti[20];

— itaque populus *minutus* laborat; nam isti *maiores* maxillae semper Saturnalia agunt "é assim que o povo miúdo está na miséria; pois para todas estas grandes mandíbulas, é sempre Saturnales"[21];

— *minutis maioribusque* abscessibus[22];

— (Attila) forma breuis, lato pectore, capite *grandiore, minutis* oculis[23];

Estes exemplos, ilustrando o valor comparativo próprio a *minutus,* mostram o que o distingue de *parvus* e de *tenuis,* em virtude, principalmente, de ligações e oposições sintagmáticas em que entra, tanto em empregos figurados — que não citamos —, como naquele em que *minutus* preserva seu sentido literal.

Uma circunstância particular acrescenta um novo traço a essa definição: é a influência do adjetivo grego λεπτός. Como esta influência não parece ter sido notada[24], torna-se necessário expor brevemente à razão e as provas:

1.° Como *minutus,* λεπτός é um antigo particípio transformando em adjetivo; *minutus* dele se aproxima quanto ao sentido,

17. Lucrécio IV, 895.
18. Catulo 25, 10.
19. Columélio XII, 56.
20. Columélio, *loc. cit.*
21. Petrônio, *Sat.* 44, 3, trad. Ernout.
22. Cels. V, 18, 7.
23. Jordanes, *Get.* 35, 182.
24. Dela não se encontra menção nem no artigo do *Thesaurus* nem nos dicionários etimológicos de Ernout — Meillet e de J. B. Hofmann.

a partir de uma noção verbal totalmente diferente. A relação entre o verbo λέπω "debulhar, descascar" e λεπτός como particípio não se vê mais a não ser em um exemplo homérico (Y 497) onde λεπτός qualifica o grão de milho debulhado de sua cápsula aos pés dos bois. Mas é uma sobrevivência. Em todos os outros lugares, em Homero, e mesmo desde o miceniense (*re-poto*), λεπτός aparece como adjetivo, com o sentido de "delgado, diminuto, fino";

2.º λεπτός tem, em seus primeiros empregos, uma implicação comparativa que se manifesta seja pela junção com outro adjetivo no comparativo (hom. ἀλλά τέ οἱ βράσσων τε νόος, λεπτὴ δέ τε μῆτις K 226), seja por uma oposição contextual: em Heródoto, τὰ λεπτὰ τῶν προβάτων "o gado miúdo", por contraste com os grandes animais (I 133; VIII 137); λεπτὰ πλοῖα "minúsculas embarcações", opp. πεντηκόντεροι, τριήρεις (VII 36); λεπταί ἄκραι "diminutas pontas rochosas", demasiado pequenas justamente para rochas e tomadas de longe por naves (VII 107).

Estas duas características de λεπτός prefiguravam aquelas que se delineiam em latim no emprego de *minutus*. Diante destas coincidências, não há nada de surpreendente em que escritores romanos, imbuídos de cultura grega, tenham sido levados a aproximar *minutus* de λεπτός, depois a fazer de *minutus* o equivalente de λεπτός em diversas acepções novas, que são verdadeiras imitações.

O neutro λεπτόν, tomado como substantivo, designa no Novo Testamento uma pequena moeda: ele foi traduzido em latim por *minutum*: ἔβαλεν λεπτὰ δύο = Vulg. "misit duo *minuta*"[25]; — ἕως καὶ τὸ ἔσχατον λεπτὸν ἀποδῷς = Vulg. "donec etiam novissimum *minutum* reddas"[26], locução proverbial "(tu não sairás daqui) enquanto não tiveres pegado o último centavo [sou]"[27].

Outra acepção, igualmente técnica, do neutro λεπτόν iria ter, transposta para o latim, grande fortuna. Os astrônomos gregos designaram por λεπτόν, no sistema sexagesimal de Ptolomeu, a 60.ª parte de um grau de círculo, e depois da hora. Para traduzir esta noção, o latim escolheu *minutus* que ele começou por especializar numa expressão descritiva; assim, em Santo Agostinho: "dies

25. Marcos 12, 42; Lucas 21, 2.
26. Lucas 12, 59.
27. Aí estão todos os exemplos de λεπτός no Novo Testamento.

et horas *minutioresque horarum articulos*"[28]; depois, fez dele uma designação direta, primeiramente *minutum*, a seguir *minuta* "minuto", que se implantou na maior parte das línguas modernas. Por fim, sempre à imitação do grego, o latim distinguiu a *minuta prima* (πρῶτον λεπτόν), que é o nosso "minuto", e uma subdivisão sexagesimal, *minuta secunda* (δεύτερον λεπτόν), nosso "segundo".

Além disso, *minutus* reproduz λεπτός em uma série de expressões não técnicas, das quais aqui estão algumas:

aer minutior (opp. *crassior*), em Lucrécio, evoca a λεπτότης do ar segundo Platão, bem como a definição de Aristóteles: λεπτότερον ἀὴρ ὕδατος[29];

minutus para qualificar os seres "minúsculos" lembra τὰ λεπτὰ τῶν προβάτων (Heródoto, acima);

minuta nauis (Catulo, supra), e λεπτὰ πλοῖα (Heródoto, acima);

sal minutum "sal pulverizado"[30] e ἅλας λεπτόν (Hippiatos. Gr.);

populus minutus, minuta plebes "o povo miúdo" e οἱ λεπτοί (Políbio).

Toda possibilidade de encontro fortuito ou desenvolvimento espontâneo fica excluída nos exemplos que fornece a Itala, onde *minutus* foi escolhido para traduzir λεπτός:

concides de illis minutum traduzindo συγκόψεις ἐκ τούτων λεπτόν[31] (Vulg. *in tenuissimum pulverem*);

facta sunt minuta = λεπτότερον[32] (Vulg. *contrita sunt*);

do mesmo modo, na Itala, o denominativo *minutare* traduz λεπτύνειν em Ps. 17,43: *Minutabo* = λεπτυνῶ (Vulg. *comminuam*) "eu (os) reduzirei a pó", e o particípio *minutatus*, em locução predicativa com *facere* dá gr. λεπτὸν ποιεῖν: *simulacra* ... *minutata facies* = εἴδωλα λεπτὰ ποιήσεις[33] (Vulg. *disperges*).

28. Santo Agostinho, *Conf.* VII, 6, 8.
29. Aristóteles, *Phys.* 215 b4.
30. Varrão, R. R. III, 9, 12.
31. Êxodo 30, 36.
32. Daniel 2, 35.
33. Isaías 30, 22. O armênio tem aqui Manrasces "tu reduzirás a pedaços".

Fora dos textos bíblicos, mais na dependência desta equivalência consagrada, encontra-se em Tertuliano o composto *minutiloquium*, que deve ser uma tradução do grego *λεπτολογία*[34].

A expressão *concidere minute* (*minutim, minutatim*) "cortar em minúsculos pedaços" (cf. supra a citação bíblica da Itala) é paralela à grega *λεπτὰ τῖλαι* em Teócrito; *τὴν ῥίζαν κόψαι λεπτήν* (Hippiatr. gr.). Ela é freqüente, em latim, nas receitas culinárias. O tratado de Apício, *De recoquinaria*, escrito nos primeiros anos do séc. I depois de Cristo, tem já bastantes exemplos[35]; *minute concidere* comparar-se-á ao gr. *λεπτοκοπεῖν* "cortar miúdo".

Definindo assim as zonas de emprego em que o latim *minutus* concorda com o grego *λεπτός* até ter-se tornado o seu equivalente de tradução, percebe-se melhor aquelas em que eles não coincidem. Aqui está o ponto essencial.

A noção que está no centro de *minutus* e que permanece constante nos empregos mais diversos pode agora ser definida. Este adjetivo qualifica aquilo que é de pequeno volume por estado natural — seres vivos, órgãos corporais, etc. — ou que é reduzido ao estado de fragmento por ruptura, esmagamento, segmentação; é o caso das matérias inertes: *minutum ferrum* "um pequeno fragmento de ferro (para pôr à prova um amante)"[36]. Ele se predicará de tudo o que é obtido por divisão de um contínuo ou de um inteiro: assim, *minutum* para uma pequena fração monetária, *minuta* para uma pequena divisão do grau. Com um verbo que significa "cortar, talhar", o adjetivo *minutus* ou os advérbios *minute minutim minutatim* indicarão aquilo que tem pouca espessura, que é reduzido a fatias finas (vê-se aqui a transição de *minutus* ao fr. *mince, émincer)*[37]. Esta definição cobre todo o conjunto de ligações de *minutus* e convém, pois, também aos empregos equivalentes do gr. *λεπτός*.

34. Antes que μικρολογία indicado por Ernout-Meillet.
35. Ver *Apício. De re coquinaria*, ed. André (Paris 1965), §§ 68, 103, 104-5, 126, 174, etc. e para a definição de *minutal* "assado de carne de peixe, aves ou vaca cortados em pedaços". (p. 125).
36. Varrão, L. L. IX, 94.
37. Mencionamos apenas por preterição esta relação do lat. *minutus* ao fr. *mince*, que não entra em nosso tema.

Mas o domínio do gr. *λεπτός* é mais extenso que o do lat. *minutus*. Por uma porção importante de seus empregos, *λεπτός* ultrapassa *minutus*. Desde a época de Homero e mesmo já em micemense (*ri-ro re-po-to* = *λίνον λεπτόν*)[38], o adjetivo grego se diz de matérias *trabalhadas pelo homem*, objetos de dimensões reduzidas e finamente lavradas: fios, cordões, tecidos, vestimentas, véus, cobres, bronzes: *λέπτ' ἠλάκατα* (*ρ* 97) — *λεπτῇ μηρίνθῳ* (*ψ* 855) — *λίνοιο λεπτὸν ἄωτον* (*I* 661) — *λεπτὰς ὀθόνας* (Σ 595) — *εἵματα λεπτά* (*χ* 511) — *ἱστὸν λεπτόν* (*β* 95) — *φᾶρος λεπτόν* (*ε* 231) — *πέπλοι λεπτοί* (*η* 97) — *λεπτότατος χαλκός* (*Y* 275) — *λεπτοτάτη ῥινὸς βοός* (*Y* 276) — laços da fineza de uma teia de aranha: *δέσματα ... ἠύτ' ἀράχνια λεπτά* (*θ* 280) e, em geral, as obras de grande habilidade: *οἷα θεάων λεπτά τε καὶ χαρίεντα καὶ ἀγλαὰ ἔργα πέλονται*, tais como o véu tecido por Circe (*κ* 223).

A noção fértil aqui ressalta da última citação: *λεπτὰ ἔργα*, é a fineza de um objeto realizado pelo *trabalho* do homem. Não mais a pequena dimensão natural de um ser ou de uma coisa, nem o minúsculo fragmento arrancado a uma matéria, mas a delicadeza de uma *obra*: *λεπτός*, qualificando *ἔργον*, introduz na definição valores da técnica e da arte.

Tão característica, e também tão antiga, é esta ligação instaurada entre *λεπτός* e *ἔργον*, que ele produz o composto *λεπτουργής*, que aparece desde a época homérica: *ἔσθος λεπτουργές* "uma vestimenta de fino lavor"[39], depois vêm os derivados *λεπτουργεῖν*, *λεπτουργός*, *λεπτουργία*, *λεπτουργικός* que se desenvolvem com os ofícios, e que se encontram sobretudo a partir do início de nossa era, nos papiros.

O fato que aqui merece atenção particular é que o nome de agente *λεπτουργός* se especializa bastante cedo para o artesão que trabalha a *madeira*: é um "menuisier". Já Deodoro de Sicília, no séc. I a.C., dá *λεπτουργός* nesse sentido: *ἀρχιτέκτονας ἀθροίσας καὶ λεπτουργῶν πλῆθος* (para o madeireiro [bûcher] de Heplaís-

38. Cf. Lejeune, *Mémoires de philologie mycénienne*, p. 133 s.; referências textuais em Morpurgo, *Mycenaeae graecitatis Lexicon*, 1963, p. 291, 296.
39. Hinos Homéricos 31, 14.

to)[40], onde λεπτουργός "menuisier" [marceneiro] se opõe a ἀρχιτέκτων "encarregado do trabalho grosso", e numerosas menções nos papiros como as inscrições o confirmam[41]. Uma variante, λεπτοποιός, foi assinalada recentemente[42]. O grego realizou em λεπτουργός um nome de artesão que corresponde exatamente ao fr. *menuisier.*

Ora, este desenvolvimento de λεπτός para qualificar os minúsculos objetos produzidos pelo trabalho do artesão, não tem nenhum paralelo em latim no emprego de *minutus.* Não se encontra *minutus* na terminologia latina dos ofícios. Ou melhor, ele é encontrado em uma única ocasião, num contexto bastante instrutivo, a propósito de um artista grego elogiado por Varrão. Para que o olho, diz Varrão, pudesse discernir mais facilmente o detalhe dos pequenos marfins que Myrmecides esculpia, era preciso colocá-los contra um fundo negro[43]; eram, com efeito, *minuta opera,* como ele diz em outro lugar: "in Myrmecidis, minutis operibus"[44]. E Cícero caracteriza nos mesmos termos a obra desse artista: "Myrmecides *minutorum opusculorum* fabricator"[45]. Nestes dois autores, nutridos de cultura helênica, falando de um escultor grego que era célebre pelas suas pequenas obras de marfim e de bronze[46], a expressão *minuta opera,* estranha ao uso latino, é verdadeiramente a tradução de um termo grego como λεπτουργία.

Se *minutus,* não designando jamais um produto fabricado, permanece fora do vocabulário do artesanato, com maior razão o latim jamais chegou a designar por *minutus* ou por um composto

40. Diod, Sic. 17, 115.
41. Os testemunhos principais estão reunidos nos dicionários de Liddell-Scott-Mckenzie e de Preisigke, S.V.
42. Louis Robert, *Noms indigènes dans l'Asie Mineure gréco-romaine,* Paris, 1963, p. 292, n. 4. É preciso mencionar ainda ξυλουργός, que permaneceu no grego moderno. Sobre ξυλιχάριος "charpentier" ou *"menuisier",* cf. L. Robert, Χαριστήριον ἐις A. K. 'Ορλάνδον, Atenas, 1964, p. 338 s.
43. Varrão, L. L. VII, I.
44. *Ibid.* IX, 8.
45. *Acad* II, 120. O gramático Apuleio diz também de Myrmecides: "Fuit sculptor admirandus in *minutis* marmoreis *operibus* formandis". (*Ortogr.,* 57).
46. Cf. Elien, V. H. I, 17; Ath. XI, 782 b, Plínio, VII, 21, 21, XXXVI, 5, 15.

ou derivado de *minutus* o trabalho específico do "menuisier" [marceneiro], como o fez o grego por meio de λεπτουργός. Há disso uma prova evidente: no Edito de Diocleciano que contém muitos nomes de ofícios, encontramos justamente λεπτουργὸς τεχνίτης por "menuisier" [marceneiro], mas o equivalente latino é *faber intestinarius*[47].

Chamava-se assim ao obreiro que executava o *opus intestinum,* os trabalhos de "menuiserie" [marcenaria] no interior da casa, por oposição a *opus tectorium;* por exemplo, em Varrão; "villam *opere tectorio et intestino* ... spectandam"[48]; e Plínio diz do abeto: "abies... ad quaecumque libeat *intestina opera* aptissima siue Graeco siue Campano siue Siculo fabricae artis genere", "o abeto ... é muito bom ... para todas as obras de "menuiserie" [marcenaria] de estilo grego, de campanha ou siciliano"[49]. *Faber intestinarius:* o latim não tinha outra maneira de designar o "menuisier" [marceneiro] na época em que o grego dizia λεπτουργὸς τεχνίτης ou, simplesmente, λεπτουργός. A criação de um termo de mesmo sentido nas duas línguas obedeceu a modelos totalmente diferentes: o grego aproveitou o fato de que λεπτός qualificava desde a origem o trabalho artesanal para restringi-lo ao trabalho particular dos artesãos da madeira, sob a forma do composto λεπτουργός; o latim, não podendo empregar, para este fim, *minutus,* e, além do mais, pouco inclinado a forjar compostos (os em *-fex* como *aurifex* são raros e pouco produtivos), criou uma denominação do tipo descritivo, com *faber* acompanhado de um adjetivo que especifica o modo de atividade: *intestinarius.* Era o procedimento usual para formar nomes de artesãos: tirava-se um derivado em *-arius* de um nome de matéria, acompanhado ou não de *faber:* assim (*faber*) *ferrarius* "ferreiro", (*faber*) *aerarius* "fundidor", *plumbarius* "chumbeiro", *lapidarius* "lapidador (de pedras)", etc. e também *lignarius,* que não se sabe se significa "charpentier" [carpinteiro] ou "menuisier"[50].

47. Cf. Blümner, *Der Maximaltarif des Diokleitian,* p. 106.
48. Varrão, R. R. III, I, 10.
49. Plínio XVI, 225 ed., e trad. André.
50. Cf. Liv. XXXV, 41, 10.

Tal é em definitivo, comparada à de λεπτός, a situação de *minutus*. Nem o adjetivo nem qualquer de seus derivados (*minutare, minutia, minutalis, minutatim*) se ligam a uma atividade artesanal, e, especialmente, ao trabalho da madeira.

* * *

Observemos agora os dados do francês antigo. Eles se distribuem bem claramente, e não há necessidade de um grande aparato de citações [51] para os situar relativamente ao modelo latino.

O adjetivo *menu* (que comporta um diminutivo *menuet*) "de pouco volume, de pequeno talhe" (opp. *gros*) ocupa a mesma posição que tinha *minutus* em latim, e irá conservá-la em francês moderno.

O verbo *menuiser* que continua o lat. *minutare* (de fato, **minutiare*), significa realmente "reduzir a pedaços diminutos". Ex.: "*cum poudre* [les] *menuiserai*; — *les jours de son tens menuisas*; — la terre pour apporter fruict sera *menuisée* et *amollie* par le soc de la charrue", etc. É bem ainda o sentido latino. E quando Montaigne escreve: "(Le vif argent) se va *menuisant* et esparpillant", é já o nosso *s'amenuiser*.

O valor técnico começa a aparecer com *menuier* adelgaçado, delgado que designa, com um nome de pessoa, aquele "que exerce um ofício *menu*" (marchans menuyers), e sobretudo com *menuierie* "pequenas obras" produzidas por artesãos de diversos ofícios. Pode se medir a variedade de empregos por estes três exemplos: "enrichir de entaillures, paintures, armoieries et autres *menuieries* plaisans à l'ueil" — "joyaulx d'argent de *menuierie*" [52] — "faire mettre ladite maison et ses appartenances en bon et souffisant point et estat de *m(i)enuierie*, charpenterie et autres reparations" [53].

51. Os que apresentamos são tirados do Dicionário de Godefroy, sobre as palavras em questão. Cf. também Tobler-Lommatzsch, *Altfr. Wb. I*, p. 341; V. p. 1455 s.

52. "Enriqueces de entalhes, pinturas, brasões e outras pequenas obras [menuieries] agradáveis à vista" — "Jóias de prata em miniatura" (N. do T.).

53. "Fazer colocar a dita casa e seus pertences em estado bom e suficiente de marcenaria [m(i)enuierie] carpintaria e outras especialidades" (N. do T.).

Mais durável será uma derivação paralela, que se constitui sobre o tema *menuis-*, base do verbo *menuiser*, e que produz os nomes genéricos femininos *menuise* (lat. *minutiae*) "minúsculo pedaço", "minúsculo objeto", *menuisaille* "minúsculas peças, fragmentos; minúsculos peixes" e enfim *menuiserie*.

Com *menuiserie* começa um desenvolvimento novo, que vai enriquecer o vocabulário dos ofícios. Entende-se a princípio por *menuiserie* todas as espécies de pequenas obras executadas em todas as matérias por artistas qualificados, em oposição a *grosserie*, que designa grandes peças, notadamente as dos cuteleiros [54]. Há uma *menuiserie* dos *ourives*, uma *menuiserie* dos *ferrageiros*. Ainda em 1498, uma ordenança menciona as obras tanto de ouro como de prata, em *grosserie* e *menuyserie*, e na mesma época fala-se de *"menuiserie"* no ofício de serralheiro.

Simultaneamente é instituído *menuisier* como nome de artesão com a mesma extensão e variedade de empregos. A exemplo da oposição entre *menuiserie* e *grosserie*, existiu, em face de *menuisier* um nome de artesão, *grossier* "cuteleiro", atestado no séc. XIII, mas logo desaparecido. Um "menuisier" pode trabalhar as pedras preciosas "ung ouvrier, d'or et de pierres menusier", ou a madeira: "vous menuziers, besognez de bois sec", ou metais. Em seu *Glossaire des émaux*, Laborde define bem o termo:

"Cada ofício tinha seus *menuisiers*, os "huchiers" [55] tanto quanto os ourives, os louceiros de estanho, os serralheiros, etc. Eram os artesãos cujo talento e aptidão os levavam à execução de obras mais delicadas, mais diminutas. Nas cartas patentes de 1396 fala-se de *huchiers-menuisiers*, o corpo do ofício compreendendo, ao mesmo tempo dois tipos de aptidões: os "huchiers" que correspondem a nossos "menuisiers" [marceneiros] e os "huchiers-menuisiers" [lenhadores miniaturistas], a nossos ebanistas [ébénistes]. A acepção da palavra *menuisier*, restrita aos artesãos em madeira, data do fim do século XVI" [56].

Eis como se chega ao sentido moderno de *menuisier*. Esta palavra não tem ancestral latino, nem na sua forma, nem no seu

54. O francês *grosserie* tornou-se, em inglês, *grocery*.

55. Huchier: termo desusado no francês atual (N. do T.).

56. Citado por Godefroy, S. V. *menuisier*.

sentido. Para produzi-la foram necessárias duas inovações sucessivas em antigo francês.

Em primeiro lugar, a criação do termo *menuisier*, para atender a uma divisão crescente das técnicas e dos corpos de ofícios, acarretando a multiplicação dos nomes de especialidades. Esta criação faz-se a princípio diretamente a partir de *menu* e não tomou de empréstimo a não ser secundariamente o tema de *menuis-*. Como nome de artesão, *menuisier* é estranho ao verbo *menuiser* "reduzir a parcelas diminutas", que jamais designou um trabalho de operário [57].

Uma segunda inovação, realizada no fim do séc. XVI, restringe *menuisier* ao sentido de artesão encarregado de obra em madeira. A partir deste momento, a situação do termo é transformada:

1.º *menuisier* não tem senão uma relação de consonância com *(a)menuiser*;

2.º o significado de *menuisier* perde toda relação com o de *menu*;

3.º uma relação associativa liga daí por diante *menuisier*, signo isolado, ao grupo de *huchier* (desusado hoje em dia), *charpentier* [carpinteiro], *ébéniste* [ebanista], *parqueteur* [soalheiro], etc., pelo traço distintivo que se lhes torna comum: "trabalho com madeira";

4.º a ruptura do liame entre *menuisier* e *menu* e a especificação técnica de *menuiserie* para o trabalho com madeira fazem com que *menuiserie* não mais se oponha a *grosserie.* O termo *grosserie*, tornado sem emprego preciso, desaparece. Daí por diante, *menuisier* se delimita com relação a *charpentier* [carpinteiro]: "... tant pour l'art de la hasche, que l'on appelle la *charpente* en Levant que pour la *menuiserie*" (Brantôme); — "Si on regard bien le plus beau buffet ou chalit d'alors, ne dira-t-on pas que c'est *charpenterie* et non pas *menuiserie*?" (Estienne) [58].

Em suma: o francês refez espontaneamente o mesmo caminho que o grego antigo, quando especializou *menuisier* para o artesão de madeira, como o grego o havia feito para λεπτουργός. Não

57. O verbo *menuiser*, no sentido de "executar um trabalho de *menuiserie*" é moderno e reconstruído sobre *menuisier*.

58. Citado por Littré, S. V. *charpente*.

houve intermediário latino entre estas criações sucessivas [59]. Mas em grego o liame entre λεπτός e λεπτουργός subsistiu porque λεπτός era, desde o início, associado à terminologia dos ofícios, enquanto em francês *menu* não comportava valor técnico. Também *menuisier* distanciou-se de *menu* e de seu derivado *amenuiser*.

Esta ruptura de relações formais entre signos muito vizinhos em favor de novos agrupamentos associativos é um fenômeno muito mais freqüente do que parece. Seria útil fazer um estudo sistemático destes fenômenos, que tornam manifesta a vida mutável dos signos no seio dos sistemas lingüísticos, e os deslocamentos de suas relações na diacronia.

59. Encontra-se em Du Cange, IV, 425, esta citação de uma carta de 1219: "Praecipi fieri de meo proprio de triginta marchis argenteis quemdam militem minutatum super equum suum, et illud tradi ecclesiae B. M. Carnotensi praecepi". Este emprego de *minutatus* é evidentemente uma transposição do ant. fr. *menuisé* "trabalhos em miniatura".

CAPÍTULO 20

dois modelos lingüísticos da cidade *

No debate incessante sobre a relação entre língua e sociedade limitamo-nos geralmente à visão tradicional da língua como espelho da sociedade. É preciso desconfiar muitíssimo desse gênero de imagens. Como poderia a língua "refletir" a sociedade? Essas grandes abstrações e as relações, falsamente concretas, em que as colocamos juntas, produzem apenas ilusões ou confusões. De fato, é somente uma parte da língua e uma parte da sociedade que se põem assim em comparação. Do lado da língua, é o vocabulário que detém o papel de representante, e é do vocabulário que se conclui — indevidamente, já que sem justificação prévia — para a língua inteira. Do lado da sociedade, é o fato atômico que se isola, o dado social justamente enquanto objeto de denominação. Uma coisa remete à outra indefinidamente, e, neste acoplamento um a um, o termo designante e o fato não contribuem senão para uma espécie de inventário lexicológico da cultura.

Consideramos aqui um outro tipo de comparação, a partir da língua. A análise recairá sobre um fato de *derivação*, profundamente ligado à estrutura própria da língua. A partir deste fato, uma mudança de perspectiva é introduzida na pesquisa. Não é mais uma substância, um dado lexical sobre o qual se exerce a comparação sócio-lingüística, mas uma *relação* entre um termo de base e um

* *Échanges et communications.* Em homenagem a Claude Lévi-Strauss por ocasião de seu 60.º aniversário, reunião de Jean Pouillon e Pierre Maranda, La Haye, Mouton E. Co., 1970, p. 489-596.

derivado. Esta relação intralingüística atende a uma certa necessidade de configuração ao mesmo tempo formal e conceitual. Além disso, sendo intralingüística, não se considera que ela fornece uma denominação do objeto, mas que significa uma relação (a ser interpretada, conforme o caso, como subordinação ou dependência) entre duas noções formalmente ligadas. É preciso ver em que *direção* se produz a derivação. Então, a maneira como se configura na língua essa relação nocional evocará no campo das realidades sociais a possibilidade (é tudo o que se pode dizer *a priori*) de uma situação paralela. Se o paralelismo se verificar, terá sido iniciada uma frutuosa pesquisa, que poderá levar a descobrir novas correlações. Em todo caso, a relação de derivação de que se partiu deve ser, por seu turno, submetida a uma análise comparativa em sua ordem própria, a fim de verificar se ela dá ou não o único modelo possível da hierarquia entre os dois termos.

A noção à qual nos prenderemos aqui é, em sua expressão lexical, a de *"cité"* [cidade]. Nós a consideraremos sob a forma em que se enuncia em latim, *civitas*. Primeiramente, em sua estrutura formal. Nada de mais simples, de mais imediatamente claro, seja para o locutor romano, seja para o analista moderno, que a formação de *civitas*: é o abstrato em *-tās* derivado de *civis*.

Aqui começa a se delinear um problema imprevisto. Sabemos o que significa *civitas*, já que é o termo que dá corpo, em latim, à noção de "cidade", mas que significa *civis*? A questão surpreenderá. Será lícito contestar o sentido de "cidadão" dado sempre e em toda parte a *civis*? Sim, é preciso. Certamente, em numerosos de seus empregos, esta palavra pode representar "cidadão", mas acreditamos poder estabelecer, contrariamente a esta tradição, que este não é o sentido próprio e primeiro de *civis*. A tradução de civis por "cidadão" é um erro de fato, um destes anacronismos conceituais que o uso fixa, dos quais se acaba por não ter consciência, e que bloqueiam a interpretação de todo um conjunto de relações.

Pode-se mostrá-lo, primeiro, por razão lógica. Traduzir *civis* por "cidadão" ["citoyen"] implica referência a uma "cidade" ["cité"]. Isto é colocar as coisas ao contrário já que em latim *civis* é o termo primário e *civitas*, o derivado. Exige-se, necessariamente, que o termo de base tenha um sentido que permita que o derivado signi-

fique "cidade" ["cité"]. A tradução de *civis* por cidadão [citoyen] revela-se um *hysteron proteron.*

Se não tivéssemos recebido esta tradução como uma evidência, e se estivéssemos, por pouco que fosse, preocupados em verificar como a palavra era definida por aqueles que a empregavam, não teríamos deixado de prestar atenção ao fato, que os dicionários, aliás, registram, embora relegando-o a segunda ou terceira posição, de que *civis,* na língua antiga e ainda na época clássica se constrói freqüentemente com um pronome possessivo: *civis meus, cives nostri.* Isto bastaria para invalidar a tradução "citoyen" ["cidadão"]: o que poderia realmente significar "mon citoyen" ["meu cidadão"]? A construção com o possessivo desvela, de fato, o verdadeiro sentido de *civis,* que é um termo de valor recíproco [1] e não uma designação objetiva: é *civis,* para mim, aquele de quem eu sou o *civis.* Daí *civis meus.* O termo mais próximo que, em francês, pudesse descrever esta relação seria "concitoyen" ["concidadão"] em função de termo mútuo [2]. Que o sentido de *civis* é realmente a de *concitoyen* ["concidadão"] é evidenciado por uma série de empregos epigráficos e literários dos quais só podemos citar uma amostra, mas que concordam sem exceção. Eles são significativos ao mesmo tempo pela natureza diversa dos textos, de um lado documentos oficiais, de outro, língua familiar da comédia, e pela sua datação antiga. A característica comum é a construção de *civis* com um pronome possessivo: *civis meus* não pode significar outra coisa que "mon concitoyen" ["meu concidadão"][3]. Tal é a tradução que se impõe nos exemplos seguintes.

Na *Lex repetundarum 60: regis populeive civisve suei nomine.*

1. Aqui deixamos de lado o problema etimológico que será tratado em outra parte (*Le Vocabulaire des institutions indo-européennes,* I, 1969). Caber-nos-á demonstrar que os correspondentes de *civis,* sanscr. *Seva-,* got. *heiwa-,* etc., implicam precisamente esse liame recíproco.
2. Pense-se na qualificação camponesa *mon pays, ma payse,* que Furetière definia: "uma saudação de plebeus, um nome pelo qual se chamam uns aos outros quando são do mesmo país.
3. Encontra-se no artigo do *Thesaurus* s. v. *civis* uma subdivisão em que o termo é definido: "salpe de participe eiusdem civitatis cuius est alius quoque civis, de quo agitur, qui sequiore aetate "convivis" audiebat (inde *civis meus* etc.)" e uma lista de exemplos dentre os quais os que citamos.

Em Plauto [4]:

facilem hanc rem meis civibus faciam
"eu me arranjarei para facilitar a coisa a meus concidadãos [mes concitoyens]" (Pseud. 586 a).

adulescens quidam civis huius Atticus
"um de seus compatriotas [ses compatriotes], um jovem ateniense" (*Rud. 42*).

opsecro, defende civis tuas, senex
"eu te suplico, ancião, defende tuas concidadãs [tes concitoyennes]" (Rud. 742).

turpilucricupidum te vocant cives tui
" 'homem baixamente ambicioso' te chamam teus concidadãos [tes concitoyens]" (*Tri.* 100).

Em Tito-Lívio:

invitus quod sequius sit de meis civibus loquor
"lamento ter de manter propósitos importunos sobre meus compatriotas [mes compatriotes]" (II 37, 3).

Adeste, cives; adeste, commilitones
"socorro, *cives*! socorro, companheiros [camarades] de guerra!" (II 55, 7).

A simetria entre *cives* e *commilitones* acusa claramente em *cives* o aspecto comunitário;

iuvenem egregium... suum quam alienum mallent civem esse
"que eles deviam preferir que este jovem sem igual fosse antes seu próprio concidadão [leur propre concitoyen] que o de estrangeiros" (III 12, 6).

Em Varrão:

Non sine causa maiores nostri ex urbe in agris redigebant suos cives
Não é sem razão que nossos ancestrais conduziam seus concidadãos [leurs concitoyens] da vila aos campos" (R. R. III, I, 4).

4. As citações de Plauto são acompanhadas propositalmente da tradução de A. Ernout (Belles-Lettres) que dá, em todas elas, a *civis* a tradução "concitoyen, compatriote" ["concidadão", "compatriota"], que o contexto exige.

Em Cícero, *cives nostri* "nossos concidadãos" ["nos concitoyens"] não é raro. Não se deve imaginar que este sentido de *civis* seja limitado a uma certa latinidade e que tenha desaparecido em seguida. Quem se propuser a segui-lo através das fases ulteriores da língua o encontrará até na Vulgata, onde permanece ainda desapercebido: *cives eius* "seus concidadãos" ["ses concitoyens"], em Lucas 19, 14, em lugar do grego *hoi polîtai autoû*, com o mesmo valor recíproco de polítēs [5]. As três traduções antigas dos Evangelhos reproduzem a expressão: em gótico, *baurgjans is*; em armênio, *K'alak'ac' ik'n nora* e, em velho eslavo, *graždane ego.* Mesmo quando o original grego do Novo Testamento diz *sympolítes* para "concitoyen" ["concidadãos"], a Vulgata evitará *concivis,* e manterá *civis. Assim, cives sanctorum* "concidadãos [concitoyens] dos santos" (*Eph.* II, 19); mas as outras versões imitam o derivado grego: got. *gabaurgja,* arm. *K'alak'akic',* esl. ant. *sožitelĭ.*

Assim definido em seus empregos contextuais, *civis* o é também pela relação paradigmática em que se opõe a *hostis.* O par *civis/hostis* é realmente complementar nesta representação onde o valor se afirma sempre recíproco. Como para torná-la evidente, Plauto ainda a formula explicitamente. Ampelisco, servo do templo de Vênus, pede um cântaro de água a seu vizinho Scerpanion, que, em troca, lhe pede outro favor (*Rud.* 438-440).

> *Cur tu aquam gravare, amabo, quam hostis hosti commodat?*
> — *Cur tu operam gravare mihi quam civis civi commodat?*
> "Por que te fazer pedir tanto, se é do teu agrado, pela água que se recusa a um estrangeiro?"
> — Por que te fazer pedir tanto por uma complacência que não se recusa a um compatriota?

Um *hostis* tem em face de si um *hostis*; um *civis* o é para outro *civis.* A questão é sempre *hostisne an civis* (Trin. 102). São dois termos polares, um e outro recíprocos: Ego é *hostis* em face de um *hostis*; ele é, do mesmo modo, *civis* diante de um *civis.* Não existe, pois, *civis* fora desta dependência recíproca. É-se *civis* de um outro *civis* antes de ser *civis* de uma certa cidade. Em *civis Romanus* o adjetivo *civis* apenas ajunta uma indicação localizadora, não uma definição de estatuto.

Torna-se possível e fácil, agora, fundamentar com rigor a relação lingüística de *civis* a *civitas.* Enquanto formação abstrata, *civitas* designará propriamente o "conjunto dos *cives*". Tal é, de fato, a idéia que faziam de *civitas* os melhores escritores. Plauto nos dá um exemplo no início do Prólogo do *Rudens* (V. 1-2), em que o astro Arcturus diz:

> *Qui gentes omnis mariaque et terras movet*
> *eius sum civis civitate caelitum*

"Do deus (Júpiter) que move todas as nações, as terras e os mares, eu sou o *civis* na *civitatas* dos habitantes do céu". Um duplo liame é aqui ilustrado: *civis eius sum* "eu sou seu *civis* (e ele é o meu)"; *civis civitate* "eu sou seu *civis* na e pela *civitas* dos celestes", isto é, ao mesmo tempo, entre o conjunto dos *cives* do céu e em virtude da qualidade de *civis.* É também à *civitas* como coletividade e reciprocidade de *cives* que remete César, *B. Gall.* 7, 4, I: *cuius pater . . . ab civitate erat interfectus* "seu pai tinha sido morto por seus concidadãos [concitoyens]". O mesmo César faz compreender o liame entre *civis* e *civilis,* quando escreve: *ne cives cum civibus armis decertarent* "que os (con)cidadãos [(con)citoyens] não combatam entre si (= não se dediquem a uma guerra *civil*)" (B. Civ. III, 19, 2, cf. 31,4); *civilis* significa, sem dúvida, a princípio, "que tem lugar entre *cives*".

Um modelo totalmente diverso dessa mesma relação (afirmamos que é a mesma não somente porque opera entre termos de mesmo sentido, mas também por que só pode variar por inversão: $A \rightarrow B$ ou $B \rightarrow A$) é dado pelo grego. Os termos a considerar são, em grego, os do binômio *pólis* "cité" ["cidade"]: *polítes* "citoyen"

5. Sentido pouco freqüente em grego. Atribuir-se-á algum valor idiomático ao emprego, único, de *polítēs* por "(seu) próximo" numa passagem da Epístola aos Hebreus 8, II, que é uma citação de Jeremias 31, 34: hékastos tòn polítēn autoû. Vulg. *unusquisquam proximum suum* "cada um (não ensinará mais) seu próximo; aqui o gr. Polítēs é um hebraísmo.

["cidadão"]. Desta vez, o derivado em *-ites* [6] se determina em relação a um termo *pólis* enquanto designa "aquele que participa da *pólis*", aquele que assume os deveres e os direitos de sua condição [7]. Esta relação aparece também em grego numa série:

thíasos: *thiasítēs* (ou *-ôtes*)
phulḗ: *phulétēs*
phrā́tra: *phratrítās*

Parte-se, pois, em grego, do nome da instituição ou do agrupamento para formar o do membro ou participante. A operação é inversa da que observamos em latim [8] e esta particularidade traz à luz a diferença dos dois modelos. Cabe precisá-la em sua estrutura formal e no movimento conceitual de que procede.

Em latim, o termo de base é um adjetivo que diz respeito sempre a um estatuto social de natureza mútua: assim é *civis*, que não se pode definir a não ser em relação a um outro *civis*. Sobre este termo de base construiu-se um derivado abstrato, denotando ao mesmo tempo condição estatutária e a totalidade daqueles que a possuem: *civis* → *civitas*.

Este modelo se reproduz em latim por certo número de relações típicas caracterizando agrupamentos antigos de sociedade romana. Em primeiro lugar:

socius: *societas*. Um *socius* o é em relação a outro *socius*, e o *círculo* inteiro dos *socii* se integra em uma *societas*.

Do mesmo modo nas confrarias:

sodalis: *sodalitas*
ou nas classes:
nobilis: *nobilitas*

---

6. Ver sobre esta formação G. Redard. *Les noms grecs em -tēs, -tis* (Paris, 1949, p. 20 s.).
7. Às vezes, porém mais raramente, *polítēs* se diz do "concitoyen" ["concidadão"]. Normalmente *polítēs* não se presta à construção com um pronome de pessoa.
8. Cabe de fato distinguir, em latim, a relação *civis*: *civitas*, daquela de *pagus*: *paganus*, *urbs*: *urbanus*, que se limita à classe dos étnicos Roma: Romanus.

Assim a *civitas* romana é, a princípio, a qualidade distintiva dos *cives* e a totalidade aditiva constituída pelos *cives*. Esta "cidade" ["cité"] realiza uma vasta reciprocidade; ela não existe senão como somatória. Reencontramos este modelo nos agrupamentos, antigos ou modernos, fundados sobre uma relação de mutualidade entre pessoas da mesma pertença, quer se trate de parentesco, de classe, de profissão: irmandades, fraternidades, corporações, sindicatos; italiano *socio*: *società*; alemão *Geselle*: *Gesellschaft*; antigo francês *compain*: *compagne* ("companhia"), etc.

Bem ao contrário, no modelo grego, o dado primeiro é uma entidade, a *polis*. Esta, corpo abstrato, *Estado*, fonte e centro da autoridade, existe por si mesma. Ela não se encarna nem num edifício, nem numa instituição, nem numa assembléia. É independente dos homens, e sua única sede material é a extensão do território que a fundamenta.

A partir desta noção da *polis* determina-se o estatuto de *polítēs*: é *polítēs* aquele que é membro da polis, que dela participa de direito, que recebe dela encargos e privilégios. Este estatuto de participante em uma entidade primordial é algo de específico, ao mesmo tempo referência de origem, lugar de pertença, título de nascimento, condição de estado; tudo emana desta relação de dependência da *polis*, necessária e suficiente para definir o *polítēs*. Não há outro termo além de *polítēs* para denotar o estatuto público do homem na cidade que é sua, e é, por necessidade um estatuto de relação e de pertença, já que, por necessidade, a *polis* antecede o *polítēs*. Temos aí uma situação inicial cujas implicações será impossível trazer à luz sem estender a análise a outros derivados, como o adjetivo *politikós*, o abstrato *politeía*, o presente *politéuein*, que estão estreitamente ligados e cada um dos quais leva aos outros suas determinações próprias. Um estudo completo destes derivados fará aparecer ainda melhor a especificidade desta noção de *polis*. Lembremo-nos de que Aristóteles tinha a *polis* como anterior a todo outro agrupamento humano, que ele a colocava entre as coisas que existem por natureza e que são ligadas à essência da humanidade e a este privilégio do homem, a linguagem (*Política* 1253a).

Pode-se resumir esta confrontação dos dois tipos de relações no esquema seguinte:

No modelo latino, o termo primário é aquele que qualifica o homem em uma certa relação mútua, *civis*. Ele engendrou o derivado abstrato *civitas*, nome de coletividade.

No modelo grego, o termo primário é o da entidade abstrata *pólis*. Ele engendrou o derivado *polítēs*, que designa o participante humano.

Estas duas noções, *civitas* e *polis*, tão vizinhas, semelhantes e, por assim dizer, intercambiáveis na representação que delas dá o humanismo tradicional, constroem-se na realidade ao inverso uma da outra. Esta conclusão, fruto de uma análise interna, deveria ser o ponto de partida de um novo estudo comparado das próprias instituições.

Hoje, no vocabulário político das línguas ocidentais e daquelas que pertencem à mesma área, foi o modelo grego que prevaleceu. Ele produziu:

francês	*cité*: *citoyen*
inglês	*city*: *citizen*
alemão	*burg*: *bürger*
russo	*gorod*: *graždanin*
irlandês	*cathir*: *cathrar*

Ele eliminou o modelo latino, já que foi o antigo derivado secundário *civitas* que se tornou, nas línguas romanas, o termo primário: fr. *cité*, it. *città*, esp. *ciudad*, sobre o qual se construiu o novo derivado fr. *citoyen*, it. *cittadino*, esp. *ciudadano*. Um binômio novo *cité*: *citoyen* sucedeu ao binômio inverso do latim *civis*: *civitas*. Valeria a pena pesquisar detalhadamente se esta recriação procedeu de causas mecânicas: redução fonética de *civitas* nas línguas romanas e eliminação de *civis*, ou se ela teve um modelo (como é o caso do velho eslavo *graždaninŭ*, imitado do grego *polítēs*). Toda a hitória lexical e conceitual do pensamento político está ainda por ser descoberto.

ÍNDICE REMISSIVO

à (juntor), 175, 177 ss.
adjetivos, 115 s. (em *-eur*), 163, 164, 253.
alemão, 109, 127, 140 ss., 148, 162, 249 (V.h.a.), 253, 285, 286.
altaicas, 139.
(*a*)*menuiser*, 263 s., 274 ss.
antônimo, 205 ss., 215.
antropologia, 38.
Aoristo, 76, 133.
arbitrário, 50, 149.
argumento, 185.
armênio, 246, 250, 269[33], 282.
arte(s), 27, 28, 56 ss.
asserção, 86.
asteca, 112, 113.
ativo, 190 ss.
auxiliação, 131 ss., 183, 184, 190, 195, 232.
—— de diátese, 184, 190 ss., 195, 198.
—— de modalidade, 184, 192 ss.
—— de temporalidade, 184 ss., 190 ss.
sobre ——, 189, 193 ss., 197.
auxiliado, 184 ss., 196, 197.
sobre ——, 190.
auxiliante, 183 ss., 189, 197, 198.
quase ——, 197.
sobre ——, 189, 190, 197, 198.
auxiliar, 77, 138, 139, 181 ss.
auxiliaridade, 181 ss.
avéstico, 137, 154, 156, 160[18].
avoir, 184 ss.
bahuvrīhi, 152[4], 157 ss.
binaridade, 228.
blasfemia, 259 ss.
categorias, 129 ss.
chinook, 76.
ciência, 252 ss.
cité [cidade], 279 ss.
composição, 147 ss., 163 ss., 174 ss.
composto(s), 105 ss., 147 ss.
—— conglomerados, 174.
—— de dependência, 151.
—— eruditos, 165 ss.
—— exocêntrico, 158.
—— possessivo, 158.
comunhão fática, 88, 89.
comunicação, 88, 103, 232.
conceito, 252, 253, 255.
conceitualização, 252.
condição (diretiva, estativa, mensurativa), 72.
conexão, 230.
conglomerados (compostos), 174.
coordenação, 149.
corpus, 18, 31.
cultura, 22 ss., 28, 61, 94, 98, 100, 242, 278.
culturologia, 26.
dalmático, 247[6].
de (juntor), 175 ss.
demonstrativos, 69.

dependência (composto de —), 151.
designação significante, 223.
devoir, 192, 195 ss.
diacronia, 45, 198, 277.
diacrônico, 32.
diálogo, 87, 88, 90.
diátese (auxiliação de —), 184, 190 ss., 195, 198.
diretiva (condição —), 72.
discurso, 57, 60, 64, 68, 69, 74 ss., 78, 79, 82 ss., 87, 88, 90, 101, 204, 205, 222, 229, 230, 233, 236, 238, 241.
dvandva, 148, 149.
economia, 103.
empréstimo, 245.
engendramento (relação de —), 60.
enunciação, 63, 66, 81 ss., 101.
enunciado, 32, 82, 155 ss., 192, 208, 209, 215, 230, 232, 235 ss.
epistemologia, 38, 39.
eslavo (— antigo), 246, 250, 282.
espanhol, 109, 119, 280.
estativo (condição —), 72.
estrutura, 33, 225 ss., 230, 233, 238, 242, 278.
estruturalismo, 16 ss., 19, 33, 34.
être, 181, 184 ss.
eufemia, 259, 262.
exclamação, 261, 262.
exocêntrico (composto —), 158.
extensão, 223.
fala, 15, 66, 74, 82, 88, 101, 205, 222, 224, 229, 241, 260, 262.
filologia, 29.
filosofia analítica, 234.
flexão, 228.
fonema, 15, 17, 225, 226.
fonética, 29, 217, 227.
forma, 31, 76, 129, 147, 182 ss., 188 ss., 193, 194, 209, 210, 216 ss., 220 ss.
francês, 105 ss., 110, 113 ss., 130, 142, 154, 158, 165 ss., 178, 247, 263, 276, 286 (antigo —), 249[16], 274 ss. (— moderno), 115, 201.
frase, 228 ss., 234 ss.
fraseologia, 87, 90, 259.
função, 103, 106, 129 ss., 147 ss., 181, 182, 185, 186 ss., 195, 197, 204, 207, 210, 214, 221, 225 ss., 240, 254 ss.
futuro, 76, 77, 131 ss.
geografia lingüística, 14.
georgiano, 250.
glossemática, 58.
gótico, 109, 248, 249, 280[1], 282.
gramática, 29, 239, 241.
— comparada, 12, 13, 23.
— gerativa, 31, 242.
— transformacional, 83.
grego, 105, 137, 148 ss., 166, 167, 169, 171, 172, 205, 245 ss., 250, 256, 258, 267 ss., 272, 276, 282, 287 (— moderno), 137.
homologia (relação de —), 61.
húngaro, 162.
ícone, 44.
imperativo, 203, 208, 209.
indicativo, 208.
índice, 44.
indo-europeu, 12, 35, 107, 110, 157.
indo-iraniano, 154.
indução, 228.
infinitivo, 193 ss.
inglês, 109, 114, 127, 128, 148, 149, 153, 157, 162, 234, 275 (— antigo), 249.
intencionado, 229.
intensão, 223.
interpretância (relação de —), 62, 63.
interrogação, 86.
intimação, 86.
iraniano, 156, 246[1].
irlandês, 159, 286.
italiano, 109, 142, 173, 285, 286.
juntor, 175 ss.
juramento, 260.
latim, 130 ss.,
língua, 55, 140, 153, 154, 155, 162, 173, 205, 226, 245 ss., 254 ss., 264 ss., 278 ss.
linguagem, 47, 78, 80, 90 ss., 93, 96, 103, 220 ss., 235, 240, 260, 285.
— artística, 60.
— das abelhas, 33, 34.
— poética, 34, 221.
lingüística, 13, 24, 29 ss., 46.
maintenir, 106 ss.
mensurativa (condição —), 72.
mentalismo, 19, 30, 221.

menuisier, 263 ss., 272 ss.
metalíngua(s), 35, 185.
metalingüístico, 233.
metamorfismo, 163.
miceniense, 267, 271.
microbe [micróbio], 166 ss.
modalidade, 183, 192 ss.
modalização, 194, 196.
sobre —, 196.
modalizado, 193.
modalizante(s), 193, 196.
— por assunção, 196.
— por função, 196.
modos, 87, 207, 208, 210 ss.
monólogo, 87.
morfema, 182, 187.
morfologia, 147, 163.
mudrās(sânscr.), 66.
música, 55 ss., 59.
mutação, 187.
nahuatl, 112.
não-pessoa, 101.
não-redundância, 53.
negação, 86, 216[8], 226.
nome de agente em *-eur*, 115 ss.
nome próprio, 204, 205.
nomenclatura técnica, 177.
normando (antigo —), 249.
objeto direto, 208, 209.
objeto indireto, 208, 209.
Oração, 158, 163 ss.
— atributiva, 158, 159.
— predicativa, 158, 159.
— relativa, 159.
oralidade, 88.
orarium, 245, 247, 249.
ordem, 209, 215, 252.
ostensão, 84.
otarie, 171 ss.
paiute, 110, 113.
palavra, 65, 83, 230 ss., 235 ss.
paradigma, 32, 57, 69, 81, 85, 184, 191 ss., 205, 206, 216 ss., 228, 230.
paradigmático, 56, 70, 103, 176, 177, 188, 196, 228, 233, 236, 282.
passado, 74, 76, 77, 192.
passivo, 190 ss., 195, 198.
perfeito, 76, 131 ss., 184 ss.
perífrase, 130 ss.
persa antigo, 153, 154, 156, 157.
polissemia, 20, 100, 228.
português, 138.
possessivo, 158, 217, 218.
pouvoir, 195, 196, 198.
pragmático, 237 ss.
predicação, 161 ss.
predicado, 223.
presente, 74 ss., 85, 86, 133, 155 ss., 186, 187, 190, 197.
pretérito, 77, 184.
pronomes, 44, 69, 85, 88, 101, 201 ss.
proposição, 228, 229.
provençal, 108.
quase-auxiliante, 197.
referência, 231.
referente, 231.
relação, 252 ss., 263, 264, 278, 283, 284, 285.
retórica, 36.
russo, 153, 246[2], 250, 253, 286.
sânscrito, 109, 151, 153, 158, 161, 280[1].
science, [ciência], 253 ss.
scientifique [científico], 253 ss.
semantema, 164, 182, 187, 193, 195.
semântica, 21, 22, 64 ss., 99, 221, 229 ss., 233 ss.
semantismo, 100, 233.
semantização, 83.
semio-categoremas, 226.
semio-fonemas, 226.
semio-lexemas, 226.
semiologia, 20, 33, 34, 43, 48 ss., 56, 61 ss., 66, 97, 225, 227, 228.
semiótico, 21, 22, 53 ss., 61 ss., 98, 224 ss., 234 ss.
semítico, 159.
sentido, 20 ss., 52, 58, 83, 99, 103, 187, 188, 189, 220 ss., 239.
serbo-croata, 17.
shoshone, 112.
significação, 34, 43, 58, 59, 64, 65, 88, 100, 103, 222 ss., 233, 242.
significado, 45, 65, 103, 225, 227, 228, 229, 263.
significância, 45, 52, 59, 60, 62, 63, 64, 65.
significante, 65, 76, 103, 225 ss.
signo(s), 14, 32, 43 ss., 48 ss., 55, 81, 83, 86, 93, 99, 129, 131, 149 ss.,

224 ss., 228, 236, 239 ss., 261, 262, 276, 277.
sub ——, 226.
símbolos, 44.
simbolização, 25.
sinapsia, 174 ss.
sináptico, 175 ss.
sincronia, 198, 264.
sincrônico, 32, 206, 264.
sinonímia, 53, 223.
sintagma, 32, 33, 56, 106, 130 ss., 150, 151, 153, 175, 178, 188, 191, 210, 214, 230, 232, 236, 241.
sintagmático, 55, 56, 99, 103, 164, 183, 188, 205 ss., 230, 241.
sintaxe, 147 ss., 236 ss., 242.
siríaco, 246[4], 250.
sistema, 45, 224, 228, 232, 233, 240.
situação, 231 ss.
sobreauxiliação, 189, 193 ss., 197.
sobreauxiliado, 190.
sobreauxiliante, 189, 190, 197, 198.
sobremodalização, 196.
sociedade, 55, 93 ss., 229, 242, 278, 279.
sogdiano, 137, 250 (— cristão).
sons, 15, 16, 31, 55, 56, 58, 82, 83, 221, 225.
subducção, 182.
subductividade, 181.
sub-signo, 226.
substância, 31.
substituição, 230.
sudarium, 245 ss.
tabu, 260.
tempo, 68, 70 ss., 182, 184, 187, 192, 193.
—— crônico, 71, 74, 75, 79.
—— físico, 71, 74.
—— lingüístico, 74, 75, 79, 85.
temporalidade, 85, 184 ss., 188 ss., 197.
—— prospectiva, 77.
—— retrospectiva, 77.
teoria da informação, 231.
tipologia, 105 ss.
transformação, 129 ss., 163.
—— conservadora, 130.
—— inovadora, 129.
transformacionalista, 19.
transposição, 115 ss.
troca, 103.
tübatulabal, 112.
Tunica, 138.
turco (— antigo), 139, 251[26].
unidade, 57, 95.
uto-asteca, 110.
valor, 103.
védico, 149, 152, 156, 157, 160, 164.
verbo, 181 ss., 203, 208, 209, 216.
vocabulário, 100, 102, 278.
vor, 140 ss.